

CÔR E MOBILIDADE SOCIAL
EM FLORIANÓPOLIS

*Aspectos das relações entre negros e brancos
numa comunidade do Brasil Meridional*

BRASILIANA

VOLUME 307

+++++

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

E

OCTÁVIO IANNI

Bibl. Central

Côr e Mobilidade Social em Florianópolis

*Aspectos das relações entre negros e brancos
numa comunidade do Brasil Meridional*

Prefácio de

FLORESTAN FERNANDES

981
B823
v.307

5/1/62

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BIBLIOTECA NACIONAL	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		
	SEÇÃO REGISTRO		
ANO	1960	Nº	543

Exemplar Nº 1315

100.000.000.000
100.000.000.000

1960

Direitos desta edição reservados à
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
Rua dos Gusmões, 639
- SÃO PAULO, BRASIL

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

A

Roger Bastide

e

Antônio Cândido

Índice

<i>Prefácio, por Florestan Fernandes..</i>	XI
<i>Introdução...</i>	XXV

PRIMEIRA PARTE

I — <i>O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis.....</i>	3
1) <i>Algumas características da colonização portuguesa no Brasil Meridional..</i>	3
2) <i>A mão-de-obra escrava no povoamento da Ilha de Santa Catarina..</i>	10
3) <i>As mudanças na estrutura sócio-econômica e o aproveitamento da mão-de-obra escrava no século XVIII..</i>	15
4) <i>Desenvolvimento econômico e mudanças estruturais no século XIX..</i>	40
5) <i>O Negro na estrutura ocupacional da comunidade..</i>	66
6) <i>Brancos e negros na população catarinense.....</i>	76
7) <i>Mudança econômica e reintegração do sistema ocupacional.....</i>	94
II — <i>Economia e Estrutura Social: aspectos do desenvolvimento da situação de contacto.....</i>	119

SEGUNDA PARTE

III — <i>Raça e mobilidade social</i>	153
IV — <i>A ideologia racial do branco</i> ..	191
V — <i>A ideologia racial do negro e do mulato</i> ..	211

TERCEIRA PARTE

<i>Conclusões</i>	227
<i>Apêndice</i>	237
<i>Notas</i>	245
<i>Bibliografia</i> ..	280

PREFÁCIO

O PROGRESSO das ciências sociais no Brasil vem se refletindo de modo extenso e profundo no volume e na qualidade das investigações sôbre relações étnicas e raciais. Semelhante tendência é muito natural, pois o nosso país constitui, como se diz vulgarmente, *um cadinho de raças e de culturas*. Ainda que tais investigações se proponham móveis empíricos e teóricos — até o presente, tôdas elas foram empreendidas com o objetivo de aumentar nossos conhecimentos sôbre as diferentes situações de contacto inter-étnico ou racial, caracterizáveis na sociedade brasileira — indiretamente elas satisfazem necessidades práticas de alcance coletivo. Ninguém ignora o quanto a heterogeneidade cultural e racial afetou, está afetando e continuará a afetar as possibilidades de desenvolvimento da “civilização ocidental” no Brasil. Sob êsse aspecto, as questões pertinentes ao assunto possuem o caráter de *problema nacional*, o que confere às investigações realizadas ou em curso um interêsse prático iniludível.

O público leigo nem sempre atenta, convenientemente, para a mencionada significação dessas investigações. Estamos tão convencidos de que “o Brasil constitui uma democracia racial”, que aplicamos mal mesmo as regras do bom senso na avaliação dos resultados a que chegam os investigadores. Com raras exceções, questionam-se os resultados à luz de argumentos que outra coisa não fazem senão justificar e

XII – *Côr e mobilidade social*

defender as concepções econômicas, políticas e morais das camadas sociais que sempre tiraram proveito da desigualdade e das diferenças de oportunidade, consagradas ou mantidas pela ordem social herdada do passado. Em conseqüência, os advogados da tradição se convertem, insensivelmente, em obstáculos vivos à implantação da nova mentalidade, requerida por um país que pretende lutar pela industrialização, pela democratização da riqueza ou do poder e pelo progresso social.

Este ponto precisa ser devidamente ressaltado. É preciso que se tenha em mente que o *preconceito* e a *discriminação* não degradam nem os seus portadores, nem as suas vítimas. Ambos são expressões da maneira pela qual a sociedade e a cultura organizam o comportamento dos seres humanos. Integram-se, estrutural e dinamicamente, no horizonte intelectual dos homens, determinando suas formas de conceber as pessoas, seus direitos e deveres, e sua posição na sociedade em que vivem. As convicções religiosas dos “brancos” e os danos seculares dos “negros” e “mulatos”, somados a convicções da mesma espécie, criaram ambiente para o florescimento de avaliações emocionais e morais que colocam os dois temas em áreas de discussão proibida. Ora, o cientista social não se preocupa com o assunto neste nível, que para êle é etnocêntrico, de mascaramento das coisas, de respeito às convenções e de preservação da “paz doméstica”, como diziam os ensaistas brasileiros do século XIX. Ao proceder à análise e à caracterização das situações, êle não condena nem o “branco” por ter preconceitos, nem o “negro”, por suportá-los; êle tampouco se insurge contra manifestações mais ou menos disfarçadas de discriminação, que mantêm a posição dominante de uma “raça” e a posição simetricamente subordinada de outra. Limita-se a mostrar como, em dadas condições de organização da sociedade, tais coisas podem dar-se e podem perpetuar-se. Doutro lado, põe

em evidência o que certos estereótipos, avaliações, padrões de comportamento e valores sociais representam como *obstáculos* à mudança social. Nenhuma ordem social seria tão perfeita, aos olhos dos senhores de escravo do século XIX, quanto à da sociedade escravocrata e senhorial brasileira da época. Mesmo a escravidão era definida como um *bem*, que daria aos escravos conforto, segurança e freios morais. Os que se opuseram à escravidão pensavam exatamente o contrário e tinham em vista libertar especialmente o *branco* culto e abastado das peias produzidas pela escravidão. O problema continua o mesmo. O ideal brasileiro de uma democracia social, acima mesmo das diferenças étnicas e raciais, é o ideal mais elevado que uma coletividade chega a propor-se. Mas, para que êle se concretize, torna-se indispensável saber o que o detém na vida cotidiana.

Aí está o sentido mais profundo da contribuição positiva do cientista social. Êle não censura os agentes humanos, sequer em têrmos dos valores que servem para justificar suas ações. Tenta, sòmente, mostrar o grau de congruência existente entre as ações e os valores sociais. Muitas vêzes, as omissões ocorridas na observância dos valores são freqüentes e clamorosas; o que não impede que os agentes humanos ignorem ou dissimulem êsse fato. Analisando-se as condições em que isso se dá, constata-se que os agentes atuam convictos da própria integridade, movidos por motivações que obliteram o reconhecimento objetivo da verdade. Nem por isso as incongruências deixam de refletir-se no grau de integração da ordem social estabelecida. Considerada através das formulações ideais, objetivadas culturalmente, a ordem social é uma; encarada através dos comportamentos manifestos dos indivíduos, mais ou menos incongruentes com aquelas formulações ideais, a ordem social é outra. Essa situação exemplifica o que os especialistas designam com o têrmo "inconsistência cultural". O

XIV – *Côr e mobilidade social*

comportamento dos indivíduos e o funcionamento das instituições não correspondem nem às determinações morais, impostas explicitamente por normas e valores sociais, nem aos requisitos ideais de organização da vida social, aceitos por todos como os fundamentos da própria ordem social estabelecida.

• Ora, está fora de dúvidas que inconsistências dessa natureza restringem as potencialidades de desenvolvimento dos sistemas sociais. A perpetuação delas exprime estados de inércia cultural, que comprometem a capacidade dos agentes humanos na realização de certa concepção do mundo e da filosofia moral correspondente. Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do “bom-tom”, de um discutível “espírito cristão” e da necessidade prática de “manter cada um em seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. Se insistimos neste aspecto da questão é porque êle é essencial, quando se atenta para o futuro do Brasil como parte dos países integrados na órbita da civilização ocidental. O que está em jôgo não é apenas a nossa possibilidade de imitar povos “mais adiantados” ou seja, de reproduzirmos o regime democrático com estilos de vida correlatos, tal como êle pode ser idealizado pela experiência histórica dos povos em questão. Mas, a perspectiva de conseguirmos êsse intento sem perdas culturais.

Dêsse ângulo, precisamos estar atentos a duas exigências intelectuais distintas, igualmente impositivas e cruciais na cena histórica brasileira. Primeiro, devemos

conhecer melhor o que, em nossa herança socio-cultural, é incompatível com a concepção democrática da vida e com a implantação da democracia no Brasil. Muitos simplificam demais essa questão, pensando que o problema está nos hábitos de mando e nas perversões do uso do poder pelos representantes do patrimonialismo ao velho estilo luso-brasileiro. No entanto, a questão é bem mais complexa. Aos hábitos e expectativas de mando das antigas camadas dominantes correspondem hábitos de subordinação e obediência, tanto quanto representações que legitimam a dominação patrimonialista em termos das tradições. Além disso, com a mudança rápida da situação, amplos setores da população — *em tôdas as camadas da pirâmide social* — não chegaram a adquirir hábitos novos, fundados em concepções racionais das relações entre meios e fins e nos valores que legitimam a dominação burocrática. Portanto, o conhecimento da realidade presente precisa ser bastante amplo para proporcionar-nos idéias justas sôbre os pontos em que a herança social tradicional se opõe, como obstáculo cultural, às tendências favoráveis à democratização e para revelar-nos as condições em que ela orienta negativamente a formação de hábitos novos, polarizando-os em tôrno das concepções patrimonialistas das relações de dominação-subordinação. Segundo, devemos conhecer, igualmente, o que deve ser preservado, a todo custo, em nossa herança socio-cultural. Um povo que estimule programas rápidos de mudança cultural, sem orientá-los segundo critérios inteligentes e construtivos, paga preços exorbitantes pelo progresso social. Muitas vêzes, êste se faz ao longo de sacrifícios materiais e morais demasiado penosos, produzindo desorganização social permanente e seleção negativa de valores sociais, que poderiam preencher funções criadoras na própria reconstrução do sistema civilizatório. Vários “países subdesenvolvidos” estão trilhando êsse caminho. Seria impor-

XVI — *Côr e mobilidade social*

tante que o Brasil não os imitasse. A civilização ocidental é suficientemente rica e plástica para permitir amplas diferenças entre os sistemas culturais nacionais, que se organizam através de seus valores ideais básicos. Faltam-nos certas experiências históricas, suscetíveis de intensificar e dar solidez ao desenvolvimento da democracia social no Brasil. Entre êles, contam a ausência de um senso fundamental de respeito à pessoa humana e a incapacidade relativa de explorar com eficácia os modelos institucionais de organização grupal das atividades humanas. Em troca, dispomos de algumas realizações que merecem ser preservadas, por serem potencialmente positivas a êsse respeito. Podemos incluir entre elas, a tolerância convencionalizada nas relações raciais e o mínimo irredutível de sobrançeria, que caracteriza a expressão assumida pelo individualismo e pela autonomia da pessoa quer em nosso *homem culto*, quer em nosso *homem rústico*. Componentes psico-sociais dessa espécie, com suas bases dinâmicas socio-culturais, merecem não só análises mais profundas; precisamos passar a encará-los com a parte positiva do nosso legado cultural, no processo incipiente de modernização do sistema civilizatório brasileiro.

Em suma, convidamos o leitor a suspender julgamentos correntes em nossos meios letrados e a fazer uma sorte de revolução copernicana em seus critérios de avaliação intelectual. Não devemos continuar provincianos, repelir conclusões fundamentadas em fatos coligidos através de inquéritos positivos, só porque êles não coincidem com estereótipos ou com concepções tradicionais arraigadas. Procedendo dessa forma, corremos o risco de considerar *perfeita* uma democracia racial que ainda se está formando e polindo. Doutro lado, devemos principalmente adotar um novo estado de espírito, que nos facilite a tarefa de tirar proveito real das contribuições intelectuais dos cientistas sociais. Mesmo

que incorram em defeitos ou limitações, elas alargam nossa capacidade de representar as condições e os processos da vida social organizada em nosso meio. Além disso, ampliam os nossos critérios de reconhecimento objetivo das exigências da situação histórico-social brasileira. Se não fizermos isso, corremos o risco anacrônico de alimentar separações que não devem existir entre intelectuais, que se entendem “especialistas” ou “leigos” conforme as perspectivas de que avaliem sua produção e sua responsabilidade. Existe, ainda hoje, um fôssco entre ambos, o qual concorre para manter isolamentos improdutivos e adversos às funções criadoras da inteligência. O historiador ou o economista, por exemplo, teimam em ignorar a contribuição específica do etnólogo ou do sociólogo para os seus estudos em realização. Nisso, são pagos com a mesma moeda por êstes. O crítico literário ou o romancista continuam fascinados por modelos pré-universitários de trabalho, plenamente justificáveis no passado mas obsoletos em nossos dias. O jornalista ainda se aferra a ambições olímpicas, da auto-suficiência poligráfica. E assim por diante! A consequência fatal é sempre a mesma . . . Esterilização dos esforços bem sucedidos e um eterno recomeçar do marco zero, por temor à colaboração, ao diálogo e ao trabalho verdadeiramente intelectual, que é coletivo. Após os resultados de investigações etnológicas ou sociológicas criteriosas, historiadores retomam temas sobre a vida social entre os aborígenes, a colonização do Brasil, etc., segundo chavões inconsistentes e deformativos. O “como se” orienta a interpretação dos processos econômicos, descritos como forças autônomas e incondicionadas socialmente. O crítico trata de obras realizadas conforme diretrizes científicas como se discutisse um discurso parlamentar de Rui Barbosa. Inversamente, o sociólogo ou o etnólogo ignoram mais do que deveriam os resultados

XVIII — *Côr e mobilidade social*

a que chegaram aquêles seus colegas, que permitiriam estabelecer interpretações mais integrativas das relações entre a estrutura social e a economia, o fluxo histórico, as repercussões dos padrões de gôsto ou de consumo literário na organização do público e no destino final das produções intelectuais, etc.

O presente livro convida-nos a tais reflexões. A razão disso é simples. Êle constitui um índice flagrante de que certas tendências de produção científica acabaram por fixar-se em nosso meio. Êle força-nos a pensar na contribuição dos cientistas sociais em têrmos de *processo* — de algo que tem continuidade, dimensão e sentido próprios. Seus autores, que fazem parte dos cientistas sociais mais promissores da nova geração, nêle nos dão uma amostra do padrão de trabalho que está guiando, efetivamente, as exigências e as ambições dos investigadores que possuem boa formação especializada. Por acaso, trata-se da primeira experiência de ambos na realização de um projeto completo de pesquisa e na redação de uma monografia. Além disso, a própria pesquisa foi feita nas condições habituais de escassez de recursos, impondo sérias limitações do período de permanência em campo e na exploração das técnicas acessíveis de investigação. Condições aleatórias como essas seriam irrelevantes para a avaliação das tendências fundamentais de desenvolvimento da sociologia em centros científicos mais avançados. Em face da situação brasileira, entretanto, elas possuem profunda significação. A razão disso é simples: elas revelam com clareza os ideais de trabalho reputados *essenciais*, pelos cientistas sociais brasileiros, encarados como verdadeiros “mínimos” em sua definição dos objetivos da investigação científica das sociedades humanas.

Pode-se constatar a veracidade dessa conclusão, em primeiro lugar, no plano metodológico. A monografia

de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni sobre relações entre negros e brancos em Florianópolis constitui um produto marginal de investigação mais ampla. Ela reúne indicações levantadas com o fito de selecionar as unidades definitivas do projeto de estudos. Até hoje, não se fez nada semelhante no Brasil. Mesmo os autores que se referem à exploração de *casos típicos*, em suas investigações, nunca realizaram sondagens prévias suficientemente aprofundadas da realidade. Doutro lado, negligenciaram a importância de publicar trabalhos que contivessem o material porventura utilizado na seleção dos casos e que permitissem apreciar os próprios critérios de seleção. Em face disso, só temos a lamentar que esta monografia apresente, apenas, fatos concernentes a um dos casos — exatamente um dos que não se tornou objeto de investigação intensiva posterior. De qualquer modo, porém, achamos que ela oferece um bom quadro de referência para a apreciação dos critérios usados no levantamento prévio e, principalmente, da consistência dos conhecimentos de que se serviram os investigadores para escolher as unidades da investigação sistemática. Do ponto de vista metodológico também merecem realce as diretrizes que orientaram os investigadores. Aqui, é preciso considerar o modelo de “survey” pôsto em prática e os propósitos mais gerais do projeto global. Quanto ao modelo de “survey”, deve-se notar o esforço de adequar essa técnica a um conhecimento mais penetrante da realidade. O objetivo foi alcançado mediante a complementação da observação intensiva dos aspectos da situação, que interessavam à sondagem, pelos resultados de questionários e da reconstrução histórica. Quanto aos propósitos gerais do projeto, parece-nos rica de conseqüências metodológicas a diretriz explorada pelos autores de conhecer o “passado” pelo “presente”. Os caracteres das comunidades investigadas traduzem dife-

XX — *Côr e mobilidade social*

rentes estágios de diferenciação e reintegração da sociedade brasileira e, por conseguinte, do sistema de relações sociais no Brasil. A formulação e o aproveitamento dessa idéia abre novas perspectivas quer aos estudos de caso, quer à elaboração comparativa dos resultados que se consigam obter através dêles.

A mesma conclusão pode ser corroborada pelas implicações e contribuições da monografia no plano estritamente empírico. A significação do preparo especializado aqui se revela plenamente. Os autores evitaram a pretensão de reconstruir e de explicar “tudo”, a qual transparece, desordenadamente, em quase tôdas as tentativas precedentes de análise histórico-sociográfica da realidade brasileira. Restringiram-se aos aspectos do sistema de relações raciais e da sociedade global que precisavam ser “conhecidos”, como condição para a escolha dos casos. Mas, êsses aspectos foram reconstruídos e analisados metódicamente, ainda que nos limites de uma sondagem exploratória. Assim se explica o grau de sucesso alcançado pelos autores em dois níveis distintos. De um lado, na compreensão e interpretação de certos fenômenos ainda mal conhecidos na sociedade brasileira — a estrutura da economia colonial; os influxos dessa economia nos processos de crescimento econômico; as conexões existentes entre as bases econômicas do sistema social e a organização das relações raciais; as origens e as funções sociais dos estereótipos raciais; as situações de interêsses e os valores sociais que promovem o solapamento ou o refôrço dos estereótipos raciais; etc. De outro, na maneira de definir e compreender a situação de contacto em têrmos da totalidade das condições, fatores e produtos de um mesmo *continuum* histórico-social: o que permitiu descrever os diversos aspectos dinâmicos do sistema de relações raciais, em sua formação, em sua evolução, em sua inte-

gração atual e nas tendências à reintegração que podem ser percebidas no presente.

A referida conclusão pode ser comprovada, por fim, no plano da contribuição teórica trazida por esta monografia aos estudos sociológicos das relações raciais no Brasil. Entre os sociólogos ainda prevalece a suposição de que o "survey" se alimenta de intentos sociográficos. No entanto, os estudos dos discípulos de Park e de Burgess (para só citar os que aproveitaram explicitamente as perspectivas abertas pela *cientificação* do "survey"), demonstram que essa técnica pode ser associada a intuições teóricas variáveis. No trabalho em aprêço, há dois pontos a considerar-se, de efetiva significação "teórica". Um deles é pacífico: no caso, o levantamento se prende a uma linguagem empírica de definição dos problemas teóricos. Em outras palavras, isso quer dizer que o "survey" representa um instrumento da teoria, fornecendo à inteligência: a) critérios empíricos rigorosos de proposição das hipóteses; b) meios rudimentares de comprovação da plausibilidade e da consistência empíricas das hipóteses aventadas. O outro ponto não é tão pacífico, mas parece igualmente relevante: as evidências empíricas acumuladas, que permitem descrever e interpretar os processos estudados, são naturalmente úteis a investigações ulteriores, de teor comparativo. O fato dessas evidências serem obtidas e comprovadas através dos recursos fornecidos pelo levantamento exploratório deixa de ser importante, passando para primeiro plano as sugestões, conclusões ou hipóteses que constituam o saldo positivo da contribuição teórica específica do próprio levantamento. É certo que, de modo geral, êsse aspecto da contribuição de uma sondagem deve ser visto com reservas. Não devemos ignorar,

XXII — *Côr e mobilidade social*

todavia, que nesta monografia ela cobre uma área da sociedade brasileira quase inexplorada pelos especialistas. Em consequência, confere-nos a possibilidade de saber se certas explicações, obtidas no estudo de outras situações de contacto no Brasil, são válidas para a zona meridional da sociedade brasileira. Acresce que as explanações apresentadas suscitam, aqui ou ali, pistas novas e a formulação de hipóteses dignas de consideração, como o leitor verificará facilmente nas passagens relativas às vinculações entre a organização econômica da sociedade e o sistema de ajustamentos raciais ou às funções dos estereótipos raciais em sucessivos contextos histórico-sociais. No conjunto, pois, a monografia alarga as nossas possibilidades de explicar, sociologicamente, as bases e os produtos socio-dinâmicos das relações raciais na sociedade brasileira.

As mencionadas qualidades da presente contribuição indicam que o cientista social brasileiro já *tem* um padrão de trabalho intelectual e que *é* capaz de aplicá-lo segundo os critérios do saber científico-positivo. Isso parece ser da maior importância para nós, porque o processo de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil pode ser sumariamente descrito, no que *êle* possui de essencial, através de três gerações, que se acham em contacto e em colaboração na vida acadêmica. O fato dos representantes da geração mais nova demonstrarem domínio seguro de seu campo — com as técnicas de investigação e os problemas correspondentes — constitui algo auspicioso, que nos faz confiar no progresso autêntico das ciências sociais em nossas instituições de ensino ou de pesquisa. *Êles* não incorrem nas mesmas limitações dos membros das duas gerações pioneiras, mais ou menos sacrificados pelas contingências seja da improvisação,

seja da precariedade das condições de trabalho científico organizado. Podem tirar maior proveito de suas energias intelectuais e de sua capacidade criadora, tornando-se assim mais aptos para promover a expansão das ciências sociais nas três esferas correlatas do ensino, da pesquisa e da teoria. Os dois autores dêste livro, pelo que podemos presumir, terão com tôda a certeza uma participação construtiva e marcante nesses desenvolvimentos, que nos colocarão entre os grandes centros de investigação científica dos fenômenos sociais.

São Paulo, 12 de dezembro de 1959

FLORESTAN FERNANDES

INTRODUÇÃO

A UNESCO interessou-se últimamente pelo conhecimento da situação de contacto entre negros e brancos no Brasil. Patrocinou, por isso, algumas pesquisas sôbre o problema em nosso país. Considerações diversas levaram essa instituição a concentrar êsses estudos em comunidades localizadas no Brasil norte, nordeste e leste. Na região sul foi efetuada uma investigação na cidade de São Paulo. Associadas com outras que já haviam sido realizadas anteriormente, essas pesquisas permitiram um melhor conhecimento da situação das relações entre negros e brancos no país, no passado e no presente.

Todavia, o estado geral dessas relações na sociedade brasileira não pode ainda ser considerado conhecido. De um lado, faltam-nos dados importantes sôbre o passado, dados êstes que já foram parcial ou totalmente perdidos. Além disso, a situação de contacto no presente não foi investigada segundo um plano ordenado e critérios uniformes. Há trabalhos que se concentram apenas sôbre um dos aspectos do fenômeno. Outros abordam o mesmo aspecto, mas com penetração de análise diversa. Enquanto uma monografia mergulha profundamente no problema, outra permanece na sua superfície. E assim por diante. Até mesmo as pesquisas patrocinadas pela UNESCO padecem dessas falhas.

De outro lado, há áreas do país que estão ainda completamente desconhecidas sob êsse aspecto. Por uma conjugação curiosa de fatores (entre êles poderíamos

XXVI – *Côr e mobilidade social*

incluir também a interferência da ideologia racial do branco) essas áreas foram desprezadas. Uma delas é a que chamaremos Brasil meridional (Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Essa região chamou nossa atenção não apenas porque fôra excluída dos projetos de pesquisa anteriores, mas em consequência de certas peculiaridades de sua formação histórico-social.

Por isso interessamo-nos pelo estudo das relações entre negros e brancos nessa parte do país. Entretanto, como não seria possível, nem necessário, um estudo exaustivo de tôda a área, selecionamos quatro comunidades (Pelotas, Pôrto Alegre, Florianópolis e Curitiba) que oferecem condições para uma análise científica relevante, já que constituem centros de difusão cultural e de dominância econômica e política, além das peculiaridades de sua formação histórica.

Insistindo na significação científica que o estudo dessa região proporciona, cabe lembrar que, quanto à formação histórico-social e econômica, aquêles Estados do sul do país diferem das áreas de povoamento mais antigo, onde as relações raciais já foram estudadas, porque:

- 1) não se desenvolveu nêles, em grande escala, uma exploração de produtos tropicais do tipo colonial⁽¹⁾;
- 2) em consequência, o regime escravocrata teve menor extensão e intensidade do que em outras áreas do país;
- 3) finalmente, a colonização estrangeira (principalmente alemã, italiana e polonesa), nos moldes em que se processou, contribuiu para a elaboração de padrões de convivência racial diversos dos que prevaleceram nas zonas tradicionais⁽²⁾.

Por outro lado, como as comunidades foram selecionadas tendo-se em vista dois fatores básicos — os diferentes graus de industrialização e urbanização, ao lado da existência de situações polares no que se refere ao coeficiente de negros na população⁽³⁾ — torna-se possível a utilização de procedimentos comparativos numa escala ainda não posta em prática nos estudos de relações raciais realizados anteriormente no Brasil.

Neste livro apresentamos os resultados do levantamento realizado em Florianópolis, que até o século passado denominava-se Destêrro.

Florianópolis é uma comunidade cuja base econômica manteve-se quase inalterável desde o século passado até nossos dias. Só recentemente (depois da segunda grande guerra) essa situação começou a modificar-se. A história local nos informa que ela tem sido afetada apenas por alterações superficiais e lentas, as quais nos permitem caracterizá-la, ainda hoje, como uma comunidade dominada por uma economia pobre e não muito diferenciada.

É verdade que o regime de trabalho sofreu uma transformação importante: passou-se do trabalho escravo para o trabalho livre. Mas a instalação do regime de trabalho assalariado afetou parcialmente apenas a estrutura econômica da comunidade, mesmo porque a escravidão em Destêrro não chegou nunca a ser exclusiva e, depois da introdução dos açorianos, nos meados do século XVIII, não foi nem mesmo predominante. A comunidade sempre foi pobre e nela a produção para a exportação era restrita. Sua economia era, pois, local. Assim é que na atualidade a vida econômica e social de Florianópolis ainda gira principalmente em torno da vida político-administrativa, de um comércio local regional restrito e da produção agrícola da Ilha e de uma pequena faixa litorânea do continente. Encontramo-nos diante de uma comunidade rural-urbana⁽⁴⁾, isto é, de

XXVIII – *Côr e mobilidade social*

uma ordem social cujas camadas guardam ainda caracteres do passado.

Em conseqüência, os negros e mulatos encontram-se em posição econômica e social peculiar. Dado o grau de diferenciação da estrutura econômica, os negros e os mulatos encontram possibilidades limitadas de ascensão social e econômica. Como as condições de existência material mantiveram-se relativamente estáveis desde o passado, êles se viram impossibilitados de ascender na escala social em grande número. Pode-se afirmar que os padrões de relações raciais elaborados no passado atuam como fatores negativos no peneiramento dos negros e dos mulatos.

Foram êsses os fatores que nos permitiram surpreendê-los, em 1955, em situação social e econômica que ainda guarda pontos de contacto com a ordem escravocrata. Em conjunto, essa situação mantém diversos caracteres da antiga ordem, o que faz de Florianópolis um importante objeto de estudo. De um lado, porque permite conhecer melhor um estado de acomodação inter-racial peculiar em relação à sociedade brasileira tradicional, dado ser uma área que não se desenvolvera nos moldes da economia colonial. De outro, porque nos dá uma perspectiva para analisar, objetivamente, processos que ocorreram, em situações e condições similares, no passado.

Assim, parte da “população de côr” de Florianópolis encontra-se ainda relativamente à margem, tanto no que diz respeito à estrutura econômica, quanto no que tange à estrutura social, encontrando limitadas oportunidades de classificação econômica e social. Esta situação, aliás, reflete-se na própria distribuição ecológica dos negros, mulatos e brancos. Apenas nas últimas décadas uma grande parte dos negros e mulatos conseguiu modificar os seus padrões de integração à ordem social, vindo a desfrutar de certas possibilidades abertas pela

mudança social e pela ascensão social das camadas populares. Isto explica a inexistência de uma verdadeira e extensa “elite de côr”. Poucos atingiram a classe média até o presente. Veja-se, por exemplo, a freqüência dos “elementos de côr” nas escolas secundárias⁽⁵⁾. E raros alcançaram as profissões liberais.

É evidente que nos processos de peneiramento, de integração e ascensão intervêm padrões de comportamento inter-racial que emergiram no passado. Quando os negros e mulatos, vindos da escravidão, começam a se reintegrar na estrutura econômica e social da comunidade, entram em jôgo fatores negativos que dificultam a aquisição de um novo *status* econômico e social. Aliás, êsse processo é lento até a década de 1930-40, já que a estrutura econômica evoluiu vagarosamente. Com as repercussões da guerra de 1939-45 a comunidade é levada a novos desenvolvimentos, particularmente no plano das atividades comerciais, além de alguns prenúncios de industrialização, o que acelera o ritmo das transformações. Nesse momento, aproveitando as oportunidades abertas, o negro e o mulato procuram conquistar novas posições. Todavia, como afirmamos, as bases fundamentais da vida econômica da comunidade não se alteram profundamente. Mantêm-se os mesmos elementos básicos do passado e as oportunidades ainda são restritas. Por isso, êles não conseguem ascender rapidamente e em grande número. Lutam com dificuldade até mesmo para conquistar melhores posições na camada mais baixa da sociedade.

Em face dessa situação, nosso objetivo consistiu em:

- a) averiguar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no período escravocrata, bem como explicar as condições responsáveis por sua emergência e analisar os seus principais efeitos dinâmicos em têrmos de suas funções, seja no plano da preservação da ordem escravocrata, seja no do ajustamento dos brancos e dos negros

XXX – *Côr e mobilidade social*

numa comunidade pobre, onde a escravidão coexistiu com o trabalho assalariado; b) analisar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no presente em Florianópolis, tendo como objetivo verificar como êles operam no mecanismo de peneiramento, de integração e ascensão sócio-econômica do mulato e do negro; c) verificar se os padrões de relações inter-raciais do presente guardam ligações com a ordem tradicional de acomodação racial. Nesse sentido, procuramos explicar quais as condições que permitiram a preservação desses padrões até o presente e discutir se os efeitos dinâmicos dos padrões de relações raciais no sistema de acomodação inter-racial do presente correspondem aos efeitos desses mesmos padrões no ajustamento de negros e brancos no passado.

Para explicar os problemas que tínhamos em mira fomos obrigados, também, a discutir, mais extensamente que o desejável, o desenvolvimento da economia da Ilha e mesmo do Estado de Santa Catarina. A falta de uma história econômica sistemática dessa região obrigou-nos a isso. Limitamo-nos, entretanto, a analisar os aspectos do desenvolvimento econômico da região que direta ou indiretamente poderiam contribuir para o esclarecimento dos problemas acima enunciados. Não tivemos, por isso, a pretensão de fazer um trabalho completo de reconstrução histórica.

Para realizar a investigação com êsses objetivos julgamos conveniente elaborar duas hipóteses básicas de trabalho. Em primeiro lugar, com relação ao passado, o problema que se colocava era o de saber-se de que forma se inscreviam na organização social de uma comunidade pobre como Destêrro os padrões de relações inter-raciais da sociedade escravocrata brasileira. *Partimos de que os padrões de interação racial que foram elaborados nas áreas da grande propriedade territorial de base escravocrata deveriam, provavelmente, encontrar condições de*

atualização também em Destêrro, mas que deveriam sofrer reelaborações quanto à intensidade de suas manifestações, às formas de exteriorização e quanto às funções que exerciam no sistema de acomodação inter-racial. Deveríamos, pois, esclarecer em que sentido se verificaram essas reelaborações e quais seus efeitos em termos da preservação dos antigos padrões de contacto inter-racial no presente. Para o conhecimento desta situação no presente, julgamos conveniente elaborar uma hipótese destinada a apanhar dois aspectos inter-relacionados e igualmente importantes na análise da situação de contacto: as condições de convivência racial⁽⁶⁾ e as ideologias raciais⁽⁷⁾. Essa hipótese permite a compreensão da amplitude e das funções do preconceito racial na atualidade, podendo ser formulada do seguinte modo: os padrões de comportamento inter-racial na comunidade estudada oscilam em função dos grupos raciais e conforme o grau de convivência exigido pelas situações sociais, isto é, de acôrdo com a posição dos sujeitos na estrutura social. Através dessas flutuações é que se pode examinar as formas de exteriorização, o grau de intensidade e a natureza do "preconceito racial"⁽⁸⁾ existente na sociedade brasileira. Nesse sentido, o preconceito tende a agravar-se nas "áreas de tensão"⁽⁹⁾ da estrutura e organização sociais. Conseqüentemente, o negro, o mulato e o branco reagem de formas diversas, de acôrdo com aquêles níveis e conforme o grau de convivência inter-racial. Esta situação exige, em contraposição à ideologia racial elaborada pelo branco no passado, principalmente, uma ideologia do negro e do mulato, que se constitui sob a pressão das condições atuais de ajustamento inter-racial.

* * *

A investigação sôbre as relações entre negros, mulatos e brancos, em Florianópolis, teve de partir das seguintes condições extra-científicas iniciais: limitado

tempo de permanência na comunidade e recursos materiais escassos. Tendo em vista estas condições é que planejamos a pesquisa. Não poderíamos dominar de forma completa, em duas semanas de permanência no campo, a situação de contacto no presente. E com relação ao passado, não dispusemos de tempo suficiente para levantar nas bibliotecas e arquivos locais material suficientemente amplo, variado e consistente. Resolvemos, por isso, agir conforme o seguinte plano.

Na primeira semana fizemos uma sondagem intensiva da situação de contacto entre negros, mulatos e brancos, por meio da observação direta e entrevistas, principalmente. Feito êsse levantamento inicial, realizamos uma análise preliminar dos dados assim obtidos, para definir empiricamente o fenômeno nos quadros da comunidade investigada, o que nos daria, ao mesmo tempo, a maneira pela qual deveríamos orientar as nossas pesquisas. Depois dessa análise, constatamos que a situação de contacto na comunidade deveria ser investigada através de duas vias principais:

- a) partindo-se do conhecimento do *status* do informante;
- b) através do conhecimento da dinâmica das relações sociais nos círculos de convivência social fundamentais da comunidade: esportes, escola, vizinhança, baile, família e trabalho.

Estas duas vias de investigação, que permitem uma análise estrutural das relações entre negros e brancos, sugeriram-nos os itens principais, a serem focalizados por qualquer das técnicas que empregássemos.

Para o conhecimento da situação de contacto inter-racial no presente, colhemos dados através de: entrevistas, relatos e depoimentos, histórias de clubes, associações e instituições, descrições de bailes, observações

da distribuição ecológica da população de côr, questionário aplicado à população escolar do ensino médio.

Aventamos a possibilidade de aplicar questionários a setores da sociedade local, com o fim principal de multiplicar rapidamente os dados sôbre a situação de contacto no presente. Tínhamos já os itens principais, que deveriam ser focalizados por qualquer questionário que elaborássemos. Não possuíamos, contudo, dados que nos permitissem avaliar a que setor da população poderíamos aplicar um questionário com maiores possibilidades de êxito, tanto do ponto de vista da qualidade como da significação dos resultados que pudéssemos obter. Necessitávamos de dados sôbre aquêles círculos de convivência social já mencionados, mas de um setor da população que pudesse ser considerado resultante de um corte vertical da pirâmide social. Para isso poderíamos aplicar o questionário em membros de famílias residentes em bairros típicos de cada estrato social, ou então nas escolas. A primeira alternativa foi logo posta de lado, quando consideramos os recursos materiais disponíveis para a realização dessa tarefa, além das dificuldades de seleção de uma amostra aceitável de famílias de bairros classificados segundo as camadas sociais predominantes nos mesmos.

Aplicar o questionário nas escolas foi considerada a alternativa aceitável por duas ordens de fatôres. Primeiro, por causa da sua economia. Segundo, porque o conhecimento de alguns caracteres das populações escolares em outras comunidades assegurava-nos que elas se compõem, ainda que em proporções desiguais, de indivíduos pertencentes às diversas camadas sociais.

Restava-nos verificar a que escolares deveríamos aplicar um questionário, que abordaria assuntos tais como baile, casamento, etc. Evidentemente precisaríamos de estudantes que apresentassem um grau de maturidade social tal que fôsse possível tomá-los como membros

XXXIV – *Côr e mobilidade social*

em vias de integração plena ao sistema de *status* e papéis sociais da comunidade, quando não já plenamente integrados. Isto é, que já participassem de outros grupos sociais, além da família, grupos de amizade, etc. Assim é que chegamos à conclusão de que deveríamos apanhar escolares que fôsem pelo menos adolescentes.

Feitas essas ponderações, foi imediata a escolha da população escolar distribuída por todos os cursos normais, colegiais (2.º ciclo) e técnicos de comércio. Êsses indivíduos, conforme supúnhamos e constatamos posteriormente, apresentam idades que se distribuem do seguinte modo:

<i>Idade</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Idade</i>	<i>Freqüência</i>	<i>Idade</i>	<i>Freqüência</i>
14	2	24	5	34	4
15	26	25	6	35	2
16	72	26	6	36	—
17	93	27	6	37	1
18	96	28	3	38	1
19	82	29	6	39	3
20	51	30	—	40	1
21	40	31	4	41	2
22	18	32	1	..	—
23	19	33	1	45	1
TOTAL..... 552 (10)					

O exame das profissões dos pais dos alunos, que constituíram o universo abrangido por nosso questionário, revelou que êles se distribuem do seguinte modo, segundo os estratos sociais principais da comunidade⁽¹¹⁾:

Classe baixa..	118
Classe média.....	193
Classe alta.....	213
Sem declaração..	28
TOTAL.....		552

Essa distribuição dos coeficientes dos pais dos informantes nas diversas classes decorre do fato de termos submetido o questionário somente a alunos do segundo ciclo do curso secundário, o que significa que apanhamos maior parcela daqueles cuja posição social lhes permitia continuar os estudos. Em outros termos, êsses alunos representam a parcela da população de adolescentes que o sistema escolar selecionou.

Conforme dissemos em parágrafo anterior, o questionário somente foi elaborado depois de um levantamento preliminar de dados efetuado *in loco*. A nosso ver, êste já é um fator favorável para uma utilização ampla dos dados obtidos através dessa técnica, pois foram seguidas as pistas levantadas pela sondagem inicial. Além disso, o confronto do material obtido pelas diversas técnicas utilizadas em campo e aquêle reunido por meio do questionário, revela-nos um fato de suma importância para o tratamento do assunto. Verificamos, então, que os dados não se contradizem; pelo contrário, completam-se. Os caracteres da situação de contacto que pudemos apanhar com o questionário foram os mesmos revelados através das entrevistas e outras técnicas. Existe realmente coerência entre todos os dados colhidos no campo, o que reforça a nossa convicção de que o material fornecido pelo questionário pode ser aproveitado para a reconstrução da realidade. Êle serve não só para o alargamento da compreensão do fenômeno investigado, como também para a ampliação do âmbito da análise dos limites da população escolar investigada.

Enfim, o material empírico reunido para a análise das manifestações do preconceito racial em Florianópolis no presente pode ser dividido em dois grupos principais. Êles se referem a:

- I — a) distribuição ecológica da população de cor em relação com a branca;

XXXVI — *Côr e mobilidade social*

- b) convivência entre brancos, negros e mulatos nos bairros, clubes (bailes), cinemas, vizinhanças e família;
 - c) relatos de situações através de entrevistas com membros dos diversos grupos raciais;
- II — a) atitudes e opiniões reveladas em entrevistas;
- b) atitudes e opiniões reveladas por meio do questionário.

Evidentemente, êsses dados permitiriam diversos ângulos de análise. Procedemos, entretanto, a uma discussão estritamente sociológica. Não deixamos de levar em conta, todavia, que, como fatos sociais, êles se encontram em níveis diversos de convencionalização. Conforme procuraremos mostrar, enquanto uns encontram-se elaborados plenamente, outros acham-se ainda em emergência.

Neste trabalho, consideraremos as relações entre negros e brancos tanto a partir da perspectiva dêstes como daqueles. A investigação, tendo sido orientada no sentido de apreender o preconceito como produto social, procurou focalizá-lo dinamicamente, a partir da posição de cada um dos grupos no cosmo social.

O material empírico disponível não apresenta, contudo, o equilíbrio desejável no que diz respeito ao conhecimento dos comportamentos e atitudes de uns e outros. Não dispomos de documentação empíricamente variada e consistente. Algumas vêzes os dados sôbre um mesmo aspecto da realidade são desiguais, sendo mais completos ora sôbre os "indivíduos de côr", ora sôbre os brancos, como se verá. Aí está uma dificuldade insuperável para a análise exaustiva do fenômeno investigado. Ela não pode, contudo, ser transposta por dois motivos: primeiro, por causa da distribuição desigual dos negros e mulatos pelas diversas camadas sociais, o que significa distribuição diversa, conforme os círculos de convi-

vência social; segundo, porque os limites impostos pelas condições materiais da pesquisa não nos possibilitaram contacto íntimo e prolongado com os dois grupos. A documentação se ressentiu disso. A investigação realizada, contudo, permitiu-nos reunir material empírico suficiente para o conhecimento dos aspectos mais relevantes do fenômeno.

Quanto ao material utilizado para a análise dos padrões de contacto no passado e para a caracterização das principais fases do desenvolvimento da estrutura econômica e social de Destêrro e da Ilha, até o presente, baseamo-nos em:

I — Fontes escritas:

1. PRIMÁRIAS: a) jornais; b) documentos oficiais da Câmara e da Presidência da Província (correspondência, atas das sessões, etc.); c) relatórios e falas dos Presidentes da Província; d) levantamentos estatísticos e censos demográficos; e) relatos de viajantes e cronistas.
2. SECUNDÁRIAS: a) monografias de historiadores, geógrafos, economistas, etc.

II — Outras fontes:

1. Questionários e observação direta (para a caracterização da estrutura sócio-econômica do presente).
2. Entrevistas.

Os dados assim obtidos são, entretanto, desiguais, como se verá nos capítulos da primeira parte. Se para a caracterização de alguns momentos da evolução do sistema ocupacional, da estrutura social ou do sistema de acomodação inter-racial vigentes em Destêrro houve material empírico suficiente e consistente, para outras não foi possível a mesma homogeneidade. Além disso, como já dissemos, nossa preocupação nesse trabalho foi antes a de explicar certos processos sociais que nos

interessavam que a de reconstruir sistemáticamente a evolução da estrutura econômica e social da cidade e do sistema de acomodação inter-racial. Dessa forma lançamos mão amplamente das fontes secundárias e de material publicado e restringimos a pesquisa das fontes primárias e de documentos inéditos apenas para os problemas sôbre os quais não dispúnhamos naquelas de elementos suficientes para a análise.

Dividimos a exposição do trabalho em duas partes. A primeira foi subdividida em dois capítulos: "O negro e o desenvolvimento econômico e social de Florianópolis" e "Economia e Estrutura Social: Aspectos do desenvolvimento da situação de contrato". No primeiro capítulo cuidamos de caracterizar as principais fases do desenvolvimento da estrutura econômica da cidade e mostrar as possibilidades que ela abria para o aproveitamento da mão-de-obra escrava e, depois da Abolição, de inclusão dos negros e mulatos no sistema ocupacional da comunidade. No segundo capítulo procuramos mostrar quais os padrões de contacto inter-racial vigentes em Destêrro no período escravocrata e as tendências de mudança porventura existentes depois da Abolição, para compreender, assim, os efeitos dinâmicos do sistema de acomodação racial na integração dos negros e mulatos à estrutura econômica e social de Florianópolis.

Na segunda parte a discussão obedecerá o seguinte desenvolvimento. No capítulo intitulado "Raça e Mobilidade Social" apresentaremos a situação de contacto de acôrdo com as manifestações efetivas do comportamento⁽¹²⁾ dos negros, mulatos e brancos. Examinaremos o problema nos principais círculos de convivência social da comunidade, procurando pôr em evidência os focos de tensão encontrados. Em "A Ideologia Racial do Branco" pretendemos examinar alguns aspectos da ideologia racial de branco, conforme ela se manifesta no presente. No capítulo dedicado à análise da "A

Ideologia Racial do Negro e do Mulato” faremos uma apresentação de diversos elementos das manifestações dessa ideologia.

Finalmente, nas conclusões apresentaremos os resultados a que chegamos, além de algumas implicações das mesmas para a compreensão teórica do preconceito racial como fenômeno social. Em apêndice serão fornecidas as tabelas referidas no texto.

A apresentação do material empírico será feita da maneira que nos pareceu mais adequada ao tratamento do fenômeno investigado. Isto é, faremos, simultaneamente, sua apresentação e discussão. Poderemos assim conduzir com maior segurança a análise e apreender, a cada passo, os aspectos significativos do assunto.

* * *

A pesquisa realizada em Florianópolis, levada a efeito em julho de 1955, não teria chegado a seu termo se não tivéssemos contado com o concurso generoso de pessoas e instituições.

Queremos agradecer especialmente a colaboração prestada pelo professor Florestan Fernandes, que foi decisiva. Orientou-nos na elaboração do trabalho, como tem feito desde nossa vida escolar, fez a leitura crítica dos originais e, como sempre, incentivou-nos e criou as condições intelectuais e materiais que permitiram a realização deste trabalho.

Renato Jardim Moreira trabalhou conosco no planejamento e no levantamento do material empírico, não tendo podido, como era do nosso desejo, colaborar na fase de interpretação e redação da pesquisa. Desta maneira, esta monografia é também fruto de seu esforço.

Ao INEP e ao CAPES, graças ao interesse do Dr. Anísio Teixeira e do Prof. Charles Wagley, devemos a subvenção que nos permitiu a permanência na comuni-

XL — *Côr e mobilidade social*

dade investigada. Não podemos deixar de lembrar aqui o apôio dispensado ao nosso trabalho pelo então diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U.S.P., Professor Eurípedes Simões de Paula. A Carlos Prosperi devemos a maior parte do trabalho de tabulação dos questionários aplicados nas escolas. A Éline Deloudes Zöllner Ianni devemos a cooperação no levantamento das verbalizações de estereótipos.

Numa pesquisa de campo o concurso dos informantes e do grupo investigado é essencial. Nas pessoas dos srs. Tte. Ildefonso Juvenal e João Crisóstomo da Silveira agradecemos a colaboração sempre muito pronta e eficiente do grupo que investigamos, para o qual esperamos que êste trabalho possa ter alguma valia.

Cabe registrar aqui, ainda, que se não fôsse a solícitude e o empênho generoso dos Srs. Desembargador Henrique da Silva Fontes, Dr. Oswaldo R. Cabral e Carlos da Costa Pereira, não teríamos podido, num lapso de tempo relativamente curto, obter os dados que coligimos. O Dr. Cabral cedeu-nos gentilmente o material histórico que dispunha sôbre os negros e escravos em Destêrro. Bôa parte dos dados com que lidamos para a análise das relações raciais no passado são o resultado do trabalho e da inteligência crítica dêste historiador que, num gesto de desapêgo que revela nêle um verdadeiro trabalhador intelectual, pôs seu fichário à nossa inteira disposição. Ao Dr. Fontes e ao Sr. Carlos da Costa Pereira somos devedores de inúmeros obséquios e de informações preciosas sôbre a terra e a gente catarinense, que através dêles aprendemos a admirar.

A primeira parte da presente monografia foi redigida por Fernando Henrique Cardoso, a segunda por Octávio Ianni, a partir de um plano comum.

São Paulo, junho de 1957

~~~~~

**PRIMEIRA PARTE**

*por*

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

~~~~~


CAPÍTULO I

O Negro e o Desenvolvimento Econômico e Social de Florianópolis

1. *Algumas características da colonização portuguesa no Brasil Meridional*

Dois tipos de incentivo impulsionaram a penetração luso-brasileira na direção do sul do continente americano. Por um lado, havia os objetivos da política expansionista da Coroa, que foram assegurados pelo poderio dos fortins e das armas. Por outro, a necessidade de expansão e sobrevivência da economia paulista estritamente relacionada com a possibilidade de prear o gado bravo dos pampas.

Portanto, nesse movimento de expansão obedecia-se a duas ordens de interesse: a necessidade de diferenciação de atividade econômica da Colônia e a política expansionista da Metrópole. Da realização destes interesses desincumbiram-se os portugueses; daqueles, os paulistas. Entretanto, a partir de um dado momento pelo menos, os resultados desses interesses distintos tornam-se coincidentes: os fortins defendem as pradarias que eram o celeiro do gado, e o apresador assegura, com a sua presença, a posse da terra disputada.

Além disso há uma coincidência a ressaltar nos próprios incentivos dessa expansão: o gado (sobretudo o muar e o cavalari) transformou-se em riqueza para os paulistas à medida que a mineração se intensificou

4 — *Côr e mobilidade social*

no planalto central, porque foi aí que se formou o mercado de absorção dêsse bem econômico. Aos portugueses êsse comércio beneficiou porque, sendo-lhes evidentemente essencial a exploração aurífera, a circulação da produção da zona mineradora realizou-se graças ao aproveitamento do gado muar e cavalariço, que permitiu o transporte mais adequado às condições topográficas daquela área, considerando-se o nível de desenvolvimento tecnológico da época.

Dessa forma, desde o início da penetração paulista no Sul, a produção dessa área visou o mercado interno da Colônia. E mesmo mais tarde, na época do charque, o mercado para a produção sulina estava na área colonial (espanhola ou portuguesa). A economia dessa região organizou-se, pois, como uma economia subsidiária da economia pròpriamente colonial, isto é, daquela que visava a exportação para o mercado internacional.

Mas essa particularidade não deve encobrir o fato de que, se é verdade que o "sentido geral da colonização dos trópicos" foi o da exploração dos recursos de um território virgem, em proveito do comércio europeu, é só parcialmente verdadeiro que a colonização do Sul tenha escapado a êste esquema. A colonização nessa região assume formas específicas de desenvolvimento que a irão diferenciar das outras áreas do Brasil. Contudo, essas formas particulares são uma consequência da função econômica que as riquezas dessa área irão desempenhar na organização econômica geral da Colônia.

Sòmente considerando-se a economia sulina como dependente da economia colonial, e por isso mesmo inter-relacionada com ela, poderemos compreender certos aspectos, que nos interessam, do desenvolvimento econômico dessa região.

A explicação da pequena importância do negro na economia do Brasil Meridional, relativamente às outras áreas do país, não pode ser encontrada, senão tendo-se

presente o quadro geral da economia colonial. É sabido que num país colonial, que tem sua economia assentada no aproveitamento da mão-de-obra escrava, os empresários tendem a inverter o capital empatado sob a forma de mão-de-obra escrava no setor da produção em que exista maior margem de diferença entre os recursos já investidos na aquisição, reposição e manutenção dos escravos, por um lado, e o valor do seu produto de trabalho por outro lado. Tal ocorre justamente no setor exportador da economia.

Por isso o escravo negro não exerceu um papel importante na colonização do Brasil Sul. Essa colonização iniciou-se no momento em que a mineração (setor exportador da economia colonial) desenvolvia-se, consumindo grande número de escravos negros. Em consequência, o preço das “peças” era muito alto e a mão-de-obra escrava tornava-se quase antieconômica nas regiões do Brasil que não podiam concorrer no mercado colonial de exportação. Economicamente não se justificaria, portanto, a utilização do negro na exploração das riquezas do Sul (1).

É preciso considerar ainda o tipo de empresário econômico, que atuou nessa área. O paulista da bandeira colonizadora do Sul não representava mais, na nova ordem econômica da Colônia, o papel que o bandeirante apresador de índios ou descobridor de metais exerceu no passado. As minas, que aquêles paulistas descobriram e quiseram explorar, exigiam, por causa da complexidade da natureza do trabalho na mineração, que os mineradores dispusessem de um montante relativamente considerável de recursos econômicos. Por isso, os empresários que operavam com a mineração precisavam possuir alguma escravaria e só conseguiam sucesso apreciável quando essa escravaria era suficientemente numerosa e contava, como indica Antonil, com um mínimo de diferenciação artesanal. Como é sabido, o

6 — *Côr e mobilidade social*

escravo indígena foi deslocado pelo escravo negro do mercado de trabalho colonial da mineração, o que vale dizer que para ser minerador era preciso ser senhor de escravos negros.

Ora, os paulistas, potentados em arcos e flexas, não possuíam escravos negros em abundância, nem condições econômicas para adquiri-los. Por isso, na competição econômica, foram desalojados da área mineradora pelos que puderam inverter grandes recursos na escravaria negra. Coube-lhes a glória das descobertas das minas, não o proveito de explorá-las.

Foram êsses os paulistas colonizadores do Sul: gente de pról, mas sem cabedais, senhores de índios, não de negros, numa época em que as fortunas na Colônia, mesmo fóra da zona do açúcar, já se contavam pelo número dos negros na senzala. Impossibilitados de concorrer favoravelmente na exploração das minas, os paulistas se deslocaram para o Sul, já não à cata do ouro, mas do gado. E assim procedendo, agindo embora no seu estrito interesse de sobrevivência com êxito econômico, deram razões novas à Coroa portuguesa nas suas investidas diplomáticas e militares contra os castelhanos.

Mas a Coroa por sua vez serviu aos paulistas. Já em 1680, os portugueses fundavam um estabelecimento militar (que Oliveira Viana, pensando no gado abundantíssimo da região, chamara de "ponto de pega") nos confins meridionais da porção desse hemisfério que Portugal afirmava legitimamente possuir: defronte a Buenos Aires localizaram a Colônia do Sacramento. Entre a Colônia do Sacramento e a Capitania de São Vicente estava o gado, que seria objeto das razias dos paulistas. Mais tarde, à medida que se processava a penetração dos tropeiros paulistas, novas povoações e fortalezas foram sendo estabelecidas pela Coroa: Laguna, Destêrro, o forte Jesus Maria José; e com elas, a um tempo, preava-se o gado e se conquistava a terra.

À Capitania de Santa Catarina coube um papel decisivo em toda essa penetração. Mas à semelhança dos bandeirantes na mineração, sem as póvoas catarinenses teria sido difícil a penetração luso-brasileira no Sul; por causa dessa penetração, Santa Catarina teve de enfrentar graves problemas: desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais, que a condenaram à estagnação econômica por muito tempo.

Duas das mais importantes bases da penetração no Sul localizaram-se em terras catarinenses: Laguna e Destêrro. Uma e outra bem representam os interesses básicos da ocupação do sul: o econômico e o político-militar. Laguna foi o núcleo paulista por excelência dos caçadores de gado. Destêrro, a fortaleza portuguesa e o ponto de apoio da navegação que demandava o Prata. Ambas serviam na retaguarda de cobertura para a penetração lusitana e paulista.

Em 1725 os lagunenses penetraram pelo sertão nos pampas (a Frota de João Magalhães). Antes, os paulistas já haviam corrido o litoral até à Colônia do Sacramento. Mas só em 1727, com a escalada da Serra do Mar pelo caminho de Araraçuá (Francisco de Sousa e Faria), ficou aberta a grande rota que permitiu o deslocamento regular do gado dos pampas para São Paulo, de onde era redistribuído para a zona da mineração. De todo esse movimento, Laguna foi o centro propulsor.

Destêrro ficou à margem desse processo de integração da economia do gado à vida econômica da Colônia. Mas, desde 1680 ressaltara sua posição estratégica para a conquista portuguesa do Prata: quando parte da flotilha que Jorge Soares Macedo organizou para subir os rios da Prata e Uruguai deu às costas da ilha de Santa Catarina, D. Manoel Lobo, que fôra fundar Sacramento, determinou "que a gente dela (da flotilha) se empregasse em aparelhar e serrar madeiras, preparar cal de ostras e outros materiais de construção, debaixo

8 — *Côr e mobilidade social*

da inspecção do vedor Manoel da Costa Duarte, para dali serem transportados à nova Colônia”(2). Depois do primeiro cêrco espanhol, ainda em 1680, “arrasada a Colônia, foi também abandonada a ilha de Santa Catarina”(3).

Aliás, o afluxo de navegadores desde o primeiro século da descoberta atesta a importância da localização da ilha como ponto estratégico para a penetração marítima no Atlântico Sul. Já no século dezoito, vários navegadores deixaram seu testemunho sôbre a localização favorável da Ilha e Taunay chama particularmente a atenção para a opinião de Shelvocke a êsse respeito(4). Nem terá sido outro o motivo para a alegada pretensão inglêsa à Ilha, ou para que seu porto tivesse sido considerado franco. Além de bem localizada, possuía bons ancoradouros.

Quando Silva Pais conseguiu que Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro fôssem (por provisão de 11-8-1738) separados do govêrno de São Paulo e subordinados diretamente ao do Rio de Janeiro, pensou em melhor aparelhar o extremo sul do Brasil “para servir de ponto de apôio à conquista e, principalmente, à fixação do português à margem esquerda do Prata”(5). Para a realização dêsse desiderato fortificou a ilha de Santa Catarina e providenciou homens para colonizá-la. Nas súplicas de Silva Pais à Coroa, para que fôsse providenciada a remessa de colonos, transparece a intenção do brigadeiro: colonizar porque assim se asseguraria a conquista duplamente, pela posse efetiva da terra e pela possibilidade de recrutamento entre os colonos. Silva Pais procurou demonstrar “a conveniência de serem mandados casais das ilhas e alguns recrutas, o que seria utilíssimo, porque assim se aumentaria a cultura daquelas terras, que eram próprias não só para todos os frutos da América, senão também da Europa, e que dos filhos dos mesmos casais se recru-

tariam o têrço e as tropas que ali assistissem e que seriam mais permanentes que as de fora”(6).

A conquista do Prata e a prêa do gado levaram, pois, portugueses e paulistas a colonizar Santa Catarina. Mas, como dissemos acima, o desenvolvimento da pecuária e as guerras com os espanhóis foram responsáveis também pela relativa estagnação de Santa Catarina durante quase um século.

Depois de assegurada a ligação entre a área do gado e seu mercado, através do caminho de Araranguá, o comércio do gado passou a ser lucrativo. Os lagunenses deslocaram-se para o sul, tornando-se estancieiros e inverna-dores. A partir de 1733 as sesmarias começam a ser requeridas e concedidas em grande escala. Entre os sesmeiros contam-se, naturalmente, os primeiros conquistadores e povoadores: os lagunenses. Com isso, inicia-se o êxodo de Laguna(7). A próspera povoação que em 1713 era uma “grande povoação, com mais de 50 casais fora os escravos com tal quantidade de gado, que não era possível numerar-se, nem extinguir-se”, que exportava carne salgada e peixe sêco para as Vilas do Sul e para a cidade do Rio de Janeiro, entra em decadência(8).

Destêrro não se beneficiou diretamente com o comércio do gado e sofreu as conseqüências da política de recrutamento para a defesa das terras conquistadas. O que Silva Pais pensou ser possível e útil à Coroa, a colonização como base da ocupação produtiva do solo e do recrutamento, mostrou-se na realidade, pelo excessivo rigor dispensado na execução de um dos dois objetivos da colonização e o descaso de outro, irrealizável: o recrutamento intensivo dos agricultores veio a tornar-se, como mostraremos adiante, uma das causas da decadência econômica da ilha de Santa Catarina.

Das condições resultou que o escravo negro, que no início da colonização, pelas razões já apontadas,

teve um papel muito reduzido na atividade econômica de Santa Catarina, constituiu um coeficiente relativamente pequeno da população da Capitania: por causa do pouco desenvolvimento econômico da área no período colonial e nos primeiros cinquenta anos da Independência, não emergiu nenhum setor importante de produção onde fôsse compensadora a inversão de capitais na mão-de-obra escrava, e não houve, por esta mesma razão, a acumulação de riquezas que permitissem a criação de novas fontes de produção.

2. *A mão-de-obra escrava no povoamento da Ilha de Santa Catarina*

Durante os primeiros cinquenta anos da colonização da Ilha de Santa Catarina o aproveitamento do negro como mão-de-obra foi muito reduzido. A atividade econômica da Ilha durante êsse período praticamente restringiu-se aos quadros de uma economia de subsistência. Segundo informações dos viajantes, a troca eventual assumia a forma de escambo (troca de produtos naturais ou de valores permutáveis), o que revela que a economia da Ilha era, pelo menos em parte, uma economia natural.

Sem dúvida, mesmo nos primórdios da ocupação do solo houve a exploração do trabalho escravo. Já com a bandeira de Dias Velho chegaram escravos à Ilha. Paulo José Miguel de Brito, descrevendo-a, afirma que o povoador levava consigo "seus dous filhos José Pires Monteiro, duas filhas, cujos nomes se ignorão, e quinhentos índios domesticados, e além disso dous frades e hum homem casado por nome José Tinoco, sua mulher Ignacia da Costa, e hum filho pequeno chamado José, e duas filhas, huma Ignez da Costa, outra Domingas

da Costa”(9). Esse texto demonstra não só que desde os primeiros povoadores houve trabalho escravo em Santa Catarina, como que os primeiros escravos foram indígenas.

É importante chamar a atenção para a composição racial dessa bandeira porque não deveria diferir muito das demais que se deslocaram no século XVII para a costa catarinense, nem dos grupos de povoadores que foram ter posteriormente à Ilha. O índio foi o elemento humano com que o bandeirante contou no seu deslocamento para o sul.

Para compreender isso é preciso lembrar que “mesmo no começo do século XVIII, o índio ainda era o principal agente do trabalho escravo” em São Paulo(10), onde a população negra manteve-se reduzida até os fins do século XVII(11), bem como que o padrão de composição étnica das bandeiras de apresamento e de descoberta de metais pendia decisivamente para uma participação maior do escravo indígena. O escravo negro só se tornou agente regular de trabalho com a exploração das minas. Ora, os bandeirantes vicentistas, e mais do que eles os grupos de paulistas que os sucederam, foram homens que se deslocaram para o sul porque, como já dissemos, não puderam competir vantajosamente com os “emboabas” na exploração mineradora, pela impossibilidade de dispôr de recursos suficientes para adquirir escravos negros na quantidade necessária àquela exploração. Compreende-se portanto a razão pela qual as bandeiras que foram para a costa catarinense levaram um contingente tão numeroso de escravos indígenas(12).

Isso não exclui, evidentemente, a ida de alguns negros com os paulistas para Santa Catarina naquela época. O próprio Dias Velho deixou na sua herança 25 escravos pretos, segundo se infere do inventário do povoador iniciado em São Paulo a 2-11-1689(13). Embora não haja referências precisas à localização destes

escravos, é provável que ao menos parte dêles tenha ficado em Santa Catarina, mesmo depois da morte desastrosa de Dias Velho.

Os dados disponíveis sôbre a Ilha no século XVII e nos começos do século XVIII são escassos e inseguros. Um ou outro viajante, alguma correspondência oficial e pouca coisa mais são os documentos nos quais temos que nos firmar para tentar reconstruir a atividade e o desenvolvimento econômico da Ilha. Mas, não pode restar dúvidas quanto à participação do negro, se bem que reduzida, na vida de Santa Catarina desde o início da colonização⁽¹⁴⁾. Nem teria sido possível, não fôsse assim, que Frézier, relatando sua estada na Ilha em 1712 escrevesse: "les Habitants qui les occupent sont les Portugais, une partie d'Europeens fugitifs, & quelques Noirs; on y voit au&&i des Indiens qui &e jettent volontairement parmi eux pour les servir, ou qu'ils prennent en guerre"⁽¹⁵⁾. Mas, êsse mesmo texto revela a importância do indígena no povoamento. Aliás, pelas indicações que a documentação disponível fornece, vê-se que até 1730 o desenvolvimento econômico da Ilha foi muito reduzido, não cabendo nem ao indígena um papel definido na estrutura de trabalho dos grupos que a habitavam.

É provável que a escravaria indígena, no início do povoamento, tenha desempenhado um papel importante no desbravamento da Ilha e sobretudo na sua defesa⁽¹⁶⁾. Mas, pouco se pode adiantar quanto ao seu aproveitamento nas atividades de produção.

Essa restringia-se ao consumo e à troca eventual com um ou outro viajante. Frézier relata que na sua passagem por Santa Catarina o que mais interessou aos habitantes da Ilha foi a aguardente e retalhos de fazenda para se vestirem. Em contrapartida os ilhéus forneceram frutas, galinhas e fumo aos franceses, além da lenha para o navio e água. Carne de vaca,

só vinda de Laguna, especialmente para os viajantes. Esse relato evidencia que, de fato, a economia da Ilha era uma economia natural. Além disso, a descrição que Frézier faz do regime alimentar da população mostra que mesmo a coleta possuía grande importância nos hábitos e padrões de consumo.

Anteriormente à época em que Frézier esteve na Ilha, houve maior atividade econômica e então teria sido possível a utilização da mão-de-obra escrava. Pedro Taques afirma que Dias Velho, ao pedir a concessão de uma sesmaria que abrangia parte da Ilha, alegava possuir aí “fazenda de cultura”(17).

Depois da tragédia ocorrida com Dias Velho, entretanto(18), “o povoamento processava-se lenta e intermitentemente, e, só de longe em longe, buscavam pequenos grupos instalar-se nela (na Ilha) ou nas suas proximidades”(19). Durante esse período, tudo indica que, se o papel do escravo indígena na atividade produtiva, por causa das próprias condições da produção econômica, deveria ser pequeno, o do negro provavelmente terá sido ainda menor.

O crescimento demográfico da Ilha nesse período, deveu-se a “sucessivos e logo interrompidos estabelecimentos (que se) bem que precários, sempre deixavam resíduos de povoação; a qual no decurso do tempo crescendo naquele mesmo sítio, em que se fixaram seus primitivos habitantes, mereceu ser em 1726 criada Vila, com a denominação do Destêrro, em razão de ser a Matriz dedicada à Senhora do Destêrro”(20).

Em tôrno dessa mesma Matriz, Manuel Gonçalves de Aguiar encontrou em 1711 agrupados os poucos habitantes da Ilha, avaliados em número de mais ou menos 20(21). Frézier, em 1712 apontava já 147 brancos, além dos negros libertos e escravos indígenas(22). Em 1719 Jorge Shelvocke passou pela Ilha e no relato de viagem que deixou há dados que indicam ter havido uma trans-

formação na sua atividade econômica. O navegador, durante o tempo que permaneceu em Santa Catarina, além de ter utilizado os víveres fornecidos pela população, adquiriu nada menos de 150 alqueires de farinha de pão, 160 alqueires de favas e fumo “em abundância”, pagando suas compras não só em espécie (sal), como em dinheiro⁽²³⁾. Esses dados sugerem que, como acontecia em outras regiões da Colônia, as transações com os navios chegavam a assumir certa importância. Serviam como meio de abastecimento de utilidades desejadas ou escassas e, por fim, favoreciam a lenta formação de uma economia monetária. Indiretamente, e é o que nos interessa de perto, demonstram que as atividades agrícolas podiam ser intensificadas quando se apresentava a ocasião, a ponto de atender alterações consideráveis do ritmo tradicional de consumo. A população, um ano depois, era estimada pelo ouvidor Raphael Pires Pardini, que lá estivera em correição, em 27 casais, com 130 pessoas de confissão.

Além do relato de Frézier e dos dados fornecidos por Jacintho Mattos nada há para comprovar diretamente a participação do negro nesta fase do povoamento da ilha. Porém é de crer-se que, embora reduzida, tivesse sido constante. Os dados de que dispomos relativos ao Continente evidenciam que nas expedições de conquista e penetração o negro esteve presente. Brito Peixoto levou-os para Laguna desde a época da fundação⁽²⁴⁾. Em 1725 na Frota de João Magalhães, “os trinta comandados eram principalmente os seus próprios escravos e os de seu sogro e a maioria homens pardos”⁽²⁵⁾.

Entretanto, dadas as condições econômicas da Ilha e de seus habitantes, durante todo esse período a presença do negro foi ocasional, pois nenhuma atividade regular exigia o aproveitamento da mão-de-obra escrava.

3. *As mudanças na estrutura sócio-econômica e o aproveitamento da mão-de-obra escrava no século XVIII*

A década de 1735-1745 marca uma nova fase na história de Destêrro. A escôlha da Ilha⁽²⁶⁾ para ponto de apôio da penetração lusitana no Sul e sua articulação, como ponto fortificado, com o sistema defensivo colonial provocou uma alteração profunda na pequena vila. Essa decisão desencadeou um conjunto de alterações no modo de vida de Destêrro: por um lado, modificou a base demográfica da ilha e o sistema ocupacional da população, acarretando maior complexidade na teia de relações sociais entre os habitantes; por outro lado, essas modificações se refletiram no plano das relações adaptativas entre o homem e o habitat, e no das relações político-administrativas entre a população como um todo e o sistema colonial.

As atividades relacionadas com as funções de defesa e ataque tiveram, naturalmente, de ser exercidas por militares de carreira. Desde 1737 começaram a ser transferidos contingentes militares para a Ilha⁽²⁷⁾, e com êles deslocaram-se também algumas famílias de oficiais portugueses.

À antiga população de pequenos agricultores e pescadores superpôs-se uma nova camada de habitantes, distinta daquela pelas atividades que exercia, pela posição social que ocupava e pelos valores que orientavam sua concepção de vida. Todavia, mais tarde a estratificação social de Destêrro não poderá ser representada por dois estratos superpostos, o da antiga população e o dos militares e suas famílias. A êstes, como camada dominante, há que acrescentar a burocracia administrativa que começou a existir em Destêrro a partir

da época da criação da Capitania subalterna de Santa Catarina (1738), ligada diretamente ao Rio de Janeiro. Além disso é preciso considerar que ño grupo militar havia uma diferenciação social interna, que a própria hierarquia militar expressa. Com o correr dos anos, além da intensificação das relações entre as camadas inferiores da tropa (soldados e ño graduados), com a população local, o recrutamento da população de agricultores⁽²⁸⁾ fez com que estes, pelo menos parcialmente, viessem a participar do segmento militar. Por outro lado, os oficiais de carreira e a tropa regular ño se radicavam à terra e aos seus costumes, por causa de sua grande mobilidade.

De qualquer maneira, o que importa ressaltar é que, a partir da década de 1730, o processo de diferenciação social da população de Destêrro intensificou-se. Grupos parciais e heterogêneos transformaram a homogênea e pequena vila de agricultores, onde o trabalho escravo, até então, ño encontrara canais regulares de utilização. O relativo isolamento da população quebrava-se: agora, ño só chegavam homens vindos das regiões mais diversas, portadores de valores sociais estranhos à tradição local, como o contacto regular com o mundo exterior tornava-se uma função necessária e normal numa praça forte que era o baluarte avançado do sistema colonial português.

Daí por diante, Destêrro deixa de ser uma típica comunidade rústica, do extremo sul do Brasil colonial. As funções militares que passa a preencher afetam sua estrutura interna, suas relações com as povoações da região circundante e com as outras regiões da Colônia. De um lado ela tornou-se uma espécie de povoação militar, com funções administrativas e políticas próprias, que acarretavam, como vimos, maior complexidade na diferenciação e na organização do sistema comunitário de relações sociais. De outro lado, as formas de domi-

nação tradicional passaram a ser suplementadas e, mesmo, absorvidas por um tipo mais complexo de autoridade, que encontrava sua origem e sua fonte de legitimação fora da estrutura de poder da comunidade. O comandante da tropa, o governador, e mais tarde o juiz-de-fôra, entrosavam-se no sistema de poder da comunidade como autoridades que representavam a dominação colonial, à qual sujeitavam-se os grupos parciais e heterogêneos que compunham a população de Destêrro, que dessa forma ficava sujeita, de maneira imediata, às imposições do estatuto colonial.

Do ponto de vista do desenvolvimento econômico da Ilha estas transformações vão se refletir em duas direções: primeiro, o incremento rápido da população, pela transferência dos militares e suas famílias, acelerou o processo de mudança que o sistema econômico de produção de Destêrro, embora fracamente, já acusava, no sentido da transformação da antiga economia de subsistência numa economia de mercado; em segundo lugar, a Ilha incorporou-se administrativa e politicamente ao regime colonial, passando a sofrer tôdas as limitações impostas à vida econômica pela legislação portuguesa.

A fixação da tropa e das famílias dos oficiais acarretou um aumento da população improdutiva. A população local, reduzida e pobre, tinha escassas possibilidades de produzir o suficiente para suportar essa sobrecarga demográfica. O desequilíbrio econômico resultante só encontraria correção ou no abastecimento da população com recursos importados de outras partes da Colônia, ou pela intensificação da produção interna. Ora, nos quadros da economia colonial dificilmente haveria condições para o abastecimento contínuo e regular da tropa e da população da Ilha com recursos importados. É sabido que a produção de mantimentos, na época colonial, organizava-se nos moldes de uma economia de subsistência, visando diretamente o consumo local, de

modo que o comércio de gêneros tendia a desenvolver-se apenas nas áreas que podiam garantir preços realmente compensadores àquelas utilidades, como se poderia exemplificar com o tráfico nas minas. Por sua vez, o sistema de transportes era muito deficiente. Em consequência, impunha-se a intensificação da capacidade de produção interna.

O aumento da produção pôde ser levado a efeito com relativo êxito, sobretudo a partir da chegada dos imigrantes açorianos. Embora tivessem sido transplantados com o objetivo de povoar e garantir a conquista, êles trouxeram como resultado imediato o desafôgo dos problemas locais de abastecimento. Aliás, Silva Pais não deixou de pensar nêsses problemas quando alegou, nas súplicas ao Rei para que mandasse imigrantes, que através da colonização "se aumentaria a cultura daquelas terras".

Portanto, as funções urbanas (políticas e militares) que passaram a ser exercidas por Destêrro, desde essa época, refletiram-se na estrutura do sistema econômico da Ilha, ampliando sua produção rural e criando um mercado interno consistente. O crescimento da economia rural, por sua vez, intensificou o desenvolvimento da vila num sentido urbano, pois acabou por transformar Destêrro em centro comercial de tôda essa região.

É preciso indicar, contudo, que se realmente já no século XVIII podemos apontar algumas funções urbanas preenchidas por Destêrro, durante êsse século não se pode caracterizar Destêrro como *cidade*, porque a rigor os componentes urbanos da estrutura da povoação são antes potenciais que agentes de urbanização própria-mente dita. Nem mesmo o conceito de *vila-cidade* capta bem a realidade acima descrita. A rigor, tratava-se de uma *povoação militar*⁽²⁹⁾, na qual alguns fatores (políticos, administrativos e militares) agiam no sentido de fortalecer os componentes urbanos da estrutura social,

e onde os componentes rurais dessa mesma estrutura emanavam e se vinculavam a um *mundo rural plebeu*. Para que se possa compreender a especificidade do arranjo dos componentes urbanos e rurais da estrutura social de Destêrro é preciso conhecer, pois, êsse mundo rural.

A colonização açoriana no século XVIII⁽³⁰⁾ foi empreendimento único na Colônia⁽³¹⁾, na medida em que obedeceu a propósitos definidos e deliberados. Os imigrantes foram instalados em pequenos lotes, obedecendo-se a uma política que pretendia favorecer a organização e a exploração fundiária da pequena propriedade. Não nos cabe discutir aqui o processo e os resultados dessa colonização⁽³²⁾. Interessa-nos, entretanto, reter dois aspectos dêsse movimento:

- a) por causa da própria política migratória que se visava, os imigrantes açorianos recrutados eram na sua maioria camponêses pobres. Houve entre êles gente da nobreza das ilhas que a ruína fez buscar outras terras, mas em número pequeno, e êstes vieram sòmente nas primeiras levas⁽³³⁾.
- b) os lotes coloniais além de pequenos foram mal distribuídos: “Nessa Capitania nunca os Governadores consideraram que deviam repartir terras e estabelecer famílias que unicamente na Ilha, não fazendo caso nenhum da terra firme, sendo ela quanto a mim a mais importante. A Ilha a repartiam por tal modo que todos ficavam desacomodados, porque na excepção de alguns poucos, aos mais deram porções de terra muito pequenas, e muitos ficaram sem ter nenhuma”⁽³⁴⁾. Dessa maneira, aos camponêses pobres não foi dado nem o meio primário para que a agricultura se desenvolvesse, e com ela a riqueza: a terra suficiente. Se a isso ajuntarmos tôda sorte de outros fatores adversos (que discutiremos

adiante), compreenderemos fàcilmente que nesse mundo rural, plebeu desde suas origens, não se poderia desenvolver nada semelhante, mesmo embrionariamente, a um “estilo de vida senhorial”.

Daí que os componentes rurais da estrutura social de Destêrro fôssem neutralizados pelos componentes urbanos e que o sistema de atribuição de *status*, o estilo de vida e as formas dominantes de pensar se orientassem muito mais pelos valores dos grupos urbanos (militares, administradores e comerciantes, mais tarde), que os grupos rurais. Em suma, durante o século XVIII não houve condições para se formar um grupo vinculado à vida rural, que fôsse capaz de se opôr ao prestígio e à influência da oficialidade e da burocracia.

Em conexão com essas transformações surgiram novas oportunidades de aproveitamento do negro e do braço escravo na Ilha e em Destêrro. Em primeiro lugar: os governadores militares e os membros graduados do aparelhamento burocrático-militar levaram consigo seus serviçais. Silva Pais já levava desde 1739 “alguma tropa e empregados”⁽³⁵⁾. Entre êles, se não o eram todos, havia a escravaria do serviço doméstico. Êsse procedimento deve ter sido comum durante o século dezoito todo. De qualquer forma, o depoimento do abade Pernetty é conclusivo. De acôrdo com suas informações, por volta de 1763 era freqüente em Destêrro o emprêgo dos escravos nos serviços domésticos⁽³⁶⁾.

Em segundo lugar, na própria tropa havia negros e mulatos. Será difícil aquilatar a importância que êsse fato teve na intensificação dos contactos entre brancos e pretos e nos padrões de relações raciais que se desenvolveram em Destêrro. Isso porque é impossível precisar numericamente o grau de participação do negro nas tropas aquarteladas em Santa Catarina e

porque pouco se pode adiantar, com segurança, a respeito da duração da permanência na Ilha dos soldados negros ou mulatos. Em todo caso, há uma peculiaridade muito importante a ressaltar no tipo de contacto entre êstes soldados e a população branca. Como êles eram livres, deviam merecer dos brancos tratamento diverso daquêle que, segundo a etiqueta, podia ser aplicado aos negros ou mulatos escravos. Em outras palavras, isso significa que o sistema comunitário abrangeu um conjunto regular de situações sociais que favoreceram a formação de novos padrões de ajustamento inter-racial.

Que houve negros e mulatos na tropa não resta dúvida. E mesmo graduados: S. M. Real, respondendo a uma representação dos moradores da Ilha (em 1766), contra os excessivos exercícios militares que lhes eram impostos, ordenou que êstes fôssem executados, quando se tratasse do treino de pequenas esquadras, “por sargentos que não tenham a qualidade de pardos”⁽³⁷⁾. Além disso, nos aprestos para a luta contra os espanhóis, Pombal determinou ao Marquês do Lavradio, então vice-rei, que transportasse “de Pernambuco um batalhão de 600 homens do regimento dos pretos, chamado de *Henrique Dias*, e outro dos pardos daquele paiz, para servirem, ou na dita ilha de Santa Catarina, ou no dito Rio-Grande de São Pedro, onde V. Ex. achar que podem ser mais úteis”⁽³⁸⁾. Quando da capitulação de Destêrro, em 1777, um dêsses regimentos, pelo menos, estava na Ilha⁽³⁹⁾.

Em terceiro lugar: há que acrescentar uma outra via de penetração do elemento negro em Destêrro, no século XVIII, que se não foi importante numêricamente (e ainda uma vez não há documentação para comprovar), importa ressaltar por causa do papel que tal tipo de população pode desempenhar nas avaliações recíprocas dos grupos raciais em contacto. Referimo-nos aos degredados que, em 1778, o Marquês do Lavradio teve a

idéia de deslocar para a área, com o fito de repovoar a capitania. Da Bahia, do Rio, até de Angola, passaram a ser enviados para Santa Catarina “as sobras indesejáveis da sociedade local”⁽⁴⁰⁾. “Inundou-se Destêrro de pardos fôrros demandistas”, “más línguas e desacreditadores de pessoas”, de “cabras” e “brancas” que costumavam enfrentar nos bordéis a soldados e marinheiros, “turbulentos”, “desenquietadores de mulheres casadas”, “criminosos de morte e de furto”⁽⁴¹⁾.

A descrição que don Pernetty fez de Destêrro, quando da sua visita à Ilha em companhia do célebre navegador Bougainville, em 1763, confirma a análise que desenvolvemos, a respeito da participação do negro na vida da vila. Destêrro, diz o abade, “me parut compoSeé d’environt cent cinquante maiSons n’ayant tous que des rez-de-chauSSé; la garnison en occupe une partie; elle eSt habitée en partie par des Blancs, & en partie par des Nègres ou des Mulâtres; au reste on voit dans l’Isle de Sainte Catherine des hommes de toutes Sortes de nuances, depuis le noir juSqu’au blanc. Les Mulâtres font les plus grand nombre des deux sexes, & sont généralement d’une figure laide, & d’un air Sauvage, comme s’ils venoient d’un mélange des BraSiliens & de NegreSSes”⁽⁴²⁾. E, acrescenta Pernetty, “les habitants vivent en général hommes & femmes dans une grande oisivité, & laissent à leur eSlaves le soin du menage, & du peu du travail qui se fait dans le pays”⁽⁴³⁾.

Embora sendo provável que haja exagêro nas observações do abade quanto ao número de mulatos e quanto ao aproveitamento tão generalizado dos escravos, êste testemunho mostra, de qualquer maneira, as modificações ocorridas na composição da população. O negro, o mulato e o cafuso substituíram totalmente o índio, na segunda metade do século dezoito, sendo já numeroso seu contingente na população da vila na década dos 60.

Para que se possa explicar essa transformação não basta considerar os canais de penetração do negro que apontamos acima. É preciso analisar ainda, finalmente, a expansão de alguns setores da economia catarinense que permitiram, dentro de certos limites, o aproveitamento regular do braço escravo na Ilha. Eram três os setores básicos em torno dos quais se organizava a atividade econômica da Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século dezoito: 1) a pesca; 2) a agricultura e a pequena indústria rural; 3) o comércio e o pequeno artesanato urbano. Desses três setores, aquele onde houve maior inversão de capitais, por unidade de produção (em utensílios e mão-de-obra) e maior complexidade na organização do trabalho foi, sem dúvida, o da pesca.

Em toda a zona litorânea de Santa Catarina sempre se praticou a pesca, e essa atividade desempenhou uma função essencial nos quadros da economia de subsistência da região. Esse tipo de pesca continuou naturalmente a existir durante o período que estamos considerando. Contudo, com a progressiva integração de Santa Catarina à economia colonial, a pesca passou de atividade de subsistência a atividade lucrativa, acarretando crescente interesse pela industrialização do peixe. A conservação do peixe pela salga e sua exportação para outras regiões da Colônia, bem como a exploração da pesca da baleia e de alguns dos seus derivados logo se firmaram como um dos primeiros núcleos de expansão da economia catarinense. Mas é o desenvolvimento da pesca da baleia que nos vai interessar especialmente⁽⁴⁴⁾ por duas razões: de um lado, porque foi nessa atividade que se concentraram os maiores capitais utilizados na pesca, inclusive grande número de escravos. De outro, porque se fundou um estabelecimento de pesca desse cetáceo nas costas da própria Ilha de Santa Catarina.

24 — *Côr e mobilidade social*

Desde 1746 houve exploração da baleia na Capitania, com a fundação da armação da Piedade, na terra firme, à entrada da baía norte da Ilha. Em 1772 foi instalada na costa oriental da Ilha a armação da Lagoinha, e durante o século dezoito mais três armações entraram em funcionamento nas costas catarinenses: São João Baptista de Itapocoroy (1778), São Joaquim da Garopaba (1795) e, completando-a, Sant'Ana do Imbituba (1796) (45).

Os dados que dispomos sôbre o número de baleias pescadas em determinados períodos do século dezoito são suficientes para que se possa avaliar a importância dessa atividade:

de 1748 a 1750 . . .	500 baleias (só na armação da Piedade) (46)
de 1765 a 1777 . . .	525 baleias (só na armação da Piedade) (47)
de 1778 a 1790 . . .	houve anos em que mais de 1 000 baleias foram pescadas (48)
de 1793 a 1795 . . .	254 baleias (49)
de 1795 a 1796 . . .	496 baleias (50)

Só no período que vai de 1793 a 1796 as 750 baleias pescadas produziram 11.500 pipas de azeite (cada uma contendo duzentas medidas), cujo valor ascendeu a 360 contos de réis(51).

A exploração da pesca da baleia era feita desde 17-6-1725, através de contratantes que arrematavam em Portugal o direito ao monopólio dessa atividade. Graças a êsse monopólio, os arrematantes adquiriam o privilégio da pesca dos cetáceos em todo o litoral brasileiro. Tal situação só foi alterada em 1796 quando a pesca tornou-se livre inclusive para os estrangeiros(52).

Os contratos eram arrematados (para tóda a Colônia) por um prazo determinado mediante o pagamento de quantias fixadas pela Corôa. O resultado do negócio

foi altamente compensador durante o século dezoito. Basta dizer que só no contrato arrematado por Ignacio Pedro Quintela (de 1765 a 1777) por 80.000 cruzados, a empresa lucrou 4 milhões de cruzados⁽⁵³⁾.

Na pesca da baleia, propriamente, empregavam-se homens livres, "por inspirarem mais confiança"⁽⁵⁴⁾. Dela, que se realizava no período de junho-agosto, quando os cetáceos surgiam nas costas brasileiras, desincumbiam-se geralmente lavradores pobres. Eram pagos na proporção do número de baleias apanhadas, "recebendo as guarnições de todas as embarcações, embora fôsse morto apenas um cetáceo, a mesma somma que recebiam os da lancha que arpoara. Assim, de cada baleia, tocava aos arpoadores 3\$000; aos patrões das barcas de pesca 1\$000; aos das lanchas de socorro, \$800, e aos remadores, na mesma proporção"⁽⁵⁵⁾.

Em terra, depois de pescada a baleia, o trabalho era executado por escravos. Saint-Hilaire afirma que "no fabrico do azeite empregavam-se escravos"⁽⁵⁶⁾. Embora nada escreva sobre quem executava os demais misteres da preparação dos derivados da baleia, infere-se, pela ressalva relativa à pesca por homens livres, que os escravos eram mais intensamente utilizados nas armações. Aliás, por um documento sobre a pesca da baleia em Santa Catarina⁽⁵⁷⁾, fica-se sabendo que, efetivamente, os escravos foram aproveitados em uma série de trabalhos direta ou indiretamente relacionados com a preparação dos subprodutos da baleia e, também, nas atividades de fabricação e conservação dos utensílios e instalações necessárias para a obtenção do azeite.

O número de escravos empregados em cada uma das armações não era pequeno. No período da decadência da pesca existia, em todas elas, 238 escravos, número este que Miguel de Souza Mello e Alvim considerava, na sua memória sobre a pesca da baleia, suficiente para duas armações apenas: "Parece-me por-

tanto que o Estado deve reunir nas duas Armações da Piedade, e da Lagoinha toda a Escravatura, que actualmente somão duzentos e trinta e oito indivíduos de ambos os sexos e todos os mais meios que se acham espalhados por todas as Armaçoens os quaes não sendo bastantes para guarnecer a todas são comtudo suficientes para colocar as duas ditas em estado de trabalharem na Pescaria das Baleias athé agora abandonada”⁽⁵⁸⁾.

Em todo caso o número de escravos na Armação da Lagoinha, que se localizava na própria Ilha, era suficientemente grande para, mesmo no período da decadência da pesca, possibilitar a existência de maior número de negros na freguesia em que se localizava a Armação que nas outras. Como verificou Saint-Hilaire, “Se o número de escravos em Nossa Senhora da Lapa era maior que em outras freguesias, isto se explica pelo fato de existirem na primeira muitos engenhos de açúcar e uma armação, a da Lagoinha”⁽⁵⁹⁾.

Com relação à agricultura, já apontamos as linhas gerais da organização da propriedade rural na Ilha de Santa Catarina no século dezoito. Ela fundava-se na pequena propriedade, operada pelos camponeses livres, donos da terra.

Mas, se é verdade que essa foi a regra geral, também existiu, em Santa Catarina, a propriedade rural média, na qual o proprietário utilizava o braço assalariado e o braço escravo. Mesmo quando da distribuição inicial da terra houve desigualdade de proporções no tamanho dos lotes distribuídos aos colonos. Cabral⁽⁶⁰⁾, comentando uma carta do Marquês do Lavradio, afirma: “Assim, por esta carta, fica-se sabendo que ao lado de pequenos proprietários rurais, com áreas insuficientes para delas tirar talvez o essencial à manutenção da própria família, estabeleceram-se alguns senhores latifundiários, sob o pretexto de que maiores porções de terra exigiam as criações de seus gados. Também o

número de pessoas de família não influíram na distribuição das áreas, havendo gente de prole numerosa com pequenas porções e outra, de poucos membros, melhor aquinhoados”.

Noutra carta, ao governador, diz Lavradio⁽⁶¹⁾: “porém a indigência em que tem deixado viver os mesmos Povos, a ambição com que alguns particulares tem conseguido possuírem consideráveis porções de terra, sem meios nem forças para as cultivarem (...)”. Esse documento confirma, portanto, a existência de proprietários de lotes de terra relativamente grandes. A ambição de alguns particulares a que se refere o marquês exprimiu-se na tendência dos que eram mais poderosos a anexar às suas propriedades as terras dos inúmeros camponeses arruinados. Nem de outra forma comenta Cabral essa carta de Lavradio: “Se, de uma parte, houvera parcialidade na distribuição, em que nobres e ricos foram melhor aquinhoados e os pobres, sem encontrar o amparo necessário, menos favorecidos, de outra não é de duvidar que, com a decadência do pequeno domínio rural, ante a insuficiente produção das glebas insignificantes, fôsem estas sendo absorvidas pelos vizinhos poderosos e latifundiários que surgiam para comprar o pequeno chão, a fim de incorporá-lo ao já possuído”⁽⁶²⁾.

Isso significa que alguns lavradores se arruinaram, enquanto outros encontraram prosperidade na região. Os que prosperaram deveram seu sucesso efêmero especialmente à exploração da mandioca e, em menor escala, da cana de açúcar.

É o que se pode inferir, por exemplo, dos dados que Ayres de Casal fornece sobre a vida econômica da Província em 1796. Havia nessa época:

“Engenhos d’assucar..	. U 003
Engenhocas de moer canas para lambiques.....	U 192

Engenhos de pilar arroz.....	U 004
Moinhos e Atafonas...	U 297
Bolandeiras de mandioca..	U 884
Cortumes de coiro..	U 032" (63)

O trigo, o linho e o algodão também foram cultivados no século dezoito com algum sucesso, tendo havido uma pequena manufatura caseira dessas duas fibras. Mas, a produção decaiu logo e, na Ilha, o cultivo dessas sementes não produziu riqueza considerável. Ao lado desses produtos, formou-se uma indústria extrativa da madeira que chegou a ser explorada com algum êxito.

Em tôdas essas atividades, e mesmo naquelas de menor vulto, o escravo negro foi utilizado em pequena escala. Comentando a transformação da estrutura social de Destêrro no último quartel do século dezoito assevera Cabral que "já se esboçava mesmo o aparecimento dos abastados e endinheirados, gente que ganhava dinheiro no comércio e transporte de gêneros e alguns com a agricultura, principalmente com a mandioca, havendo substituído, nas terras, os descendentes dos açorianos pelos escravos"(64).

A documentação coeva, compulsada por Cabral, confirma essa conclusão. Além disso, pelo número de escravos que, no século dezenove, eram anunciados como *chacareiros*, *roceiros*, etc. comprova-se, indiretamente, o robustecimento da tendência tradicional à utilização de escravos na agricultura catarinense(65).

Através de um protesto dos moradores de Destêrro (em 1793) contra as penas impostas às pessoas que derrubassem árvores de pau-brasil evidencia-se, também, o emprêgo de escravos na exploração da madeira. Os catarinenses temiam, dado que se punia com a morte os transgressores dessa proibição, que os escravos derrubassem essas árvores, como vingança, "pelo intranhável ódio que têm aos seus senhores"(66).

Entretanto, não eram só os agricultores mais abastados que utilizavam o negro no trabalho agrícola. Também os lavradores pobres recorriam ao braço escravo. Saint-Hilaire, explicando o desequilíbrio entre o número de negros e o de negras, adianta que “o homem economiza para poder comprar um negro, e fazendo pacientemente novas economias, prefere comprar outro negro a uma negra, pois sua mulher e filhas poderão substituí-la no serviço doméstico”⁽⁶⁷⁾. Donde se infere que mesmo o agricultor de poucas posses utilizava o braço escravo no trabalho agrícola, e isso será igualmente verdadeiro pelo menos para os últimos vinte e cinco anos do século dezoito. Pois, como escreve o nosso informante, “o desejo de todos os lavradores (...) era obter um número de escravos que satisfizesse simultaneamente a sua vaidade e a sua indolência”⁽⁶⁸⁾.

É verdade, entretanto, que vale também para a agricultura da Ilha durante o século dezoito o que Cazal afirmou sobre a plantação da mandioca e do linho durante o início do século dezenove (1817): era “quasi geralmente executada por homens brancos”⁽⁶⁹⁾. Essa constatação fundamental não é desmentida pelo fato de ter existido, como apontamos, o aproveitamento do braço escravo no campo, porque no conjunto (sobretudo se compararmos o aproveitamento do negro noutras regiões do Brasil) o contingente de trabalhadores escravos na agricultura da Ilha, durante o século dezoito, foi reduzido.

O desenvolvimento da produção agrícola deu origem à criação de outra fonte de riqueza, essa urbana: o comércio. Aliás não só o comércio dos gêneros agrícolas prosperou em Destêro. A concentração da população, no decorrer do século dezoito ⁽⁷⁰⁾ possibilitou o desenvolvimento do pequeno comércio urbano e exigiu a organização do comércio retalhista dos gêneros de primeira necessidade (da carne e da farinha de mandioca, sobretudo).

A intensificação da função comercial de Destêrro, função eminentemente urbana, data do período do govêrno Teixeira Homem (1779-1786), como o depoimento de La Pérouse registra: "Foi no seu govêrno (de Teixeira Homem) que se abriram as primeiras casas commerciaes da capital"⁽⁷¹⁾. Nessa época (1785) Destêrro contava com 3.000 habitantes que viviam em 400 casas. Alguns anos antes (1763), d. Pernetty encontrara na vila, bem menor então, pouquíssimas casas de comércio ou tendas de artesãos: "Dans la Ville, on ne voit pre&que aucunes boutiques de marchands. Je n'y apperçus que celle d'un Seurrier, & une autre d'un Apothicaire"⁽⁷²⁾.

Mas não foi êsse tipo de comércio (e muito menos o pequeno artesanato, que com êle se confundia) que acelerou o processo de diferenciação econômica e social, criando um montante de riqueza suficiente para, num aglomerado humano pobre, fazer com que alguns indivíduos pudessem ser considerados abastados. Seu enriquecimento se deve à exportação da farinha de mandioca e à exploração do comércio de abastecimento urbano da carne e da farinha.

A distribuição dêsses gêneros à população organizara-se em Destêrro como nas demais vilas coloniais. Havia o Açogue da Vila⁽⁷³⁾ e os Armazens Reais⁽⁷⁴⁾, para a redistribuição da farinha. O açogue era arrematado por um concessionário à base do pagamento à Câmara de um impôsto, que incidia sôbre o número de cabeças de gado abatidas. Na concorrência para a arrematação do açogue os vereadores deveriam aceitar, como arrematante, o marchante que oferecesse maiores vantagens à Câmara e ao consumidor, uma vez que se estipulava o quanto do imposto e o preço de revenda da carne ao consumidor. Êsse negócio dava grandes lucros ao arrematante, bastando dizer que em 1769 um marchante confessara ter lucrado 600 mil réis, sendo que

25 anos mais tarde, com essa mesma quantia, seria construído “o mais suntuoso quartel do sul do Brasil!”⁽⁷⁵⁾.

Ao lado da exploração da carne no Açougue havia a venda ilegal do produto, e essa dava lucros ainda maiores: “o que podemos afirmar, baseado na documentação coeva, é que havia ainda o Açougue, (...) e que havia matança neste. Mas, também, que o negócio dos “atravessadores” havia prosperado. Havia capitalistas, gente da administração metida no negócio (ou negociata) e a coisa resumia-se muito simplesmente no seguinte: — às escancaras, faziam passar o gado que iam buscar no Rio Grande para a Ilha e este gado não era abatido no açougue da Vila, mas, clandestinamente, em outros pontos, sendo a carne vendida “à enxerga”, pelas casas, ao preço imposto pelos interessados”⁽⁷⁶⁾. Essa situação irregular permitiu o enriquecimento de alguns destes “capitalistas, gente da administração” e foi, sem dúvida, a melhor fonte de lucros em Destêrro colonial.

Com a farinha acontecia a mesma coisa. Ganhavam os exportadores e ganhavam os atravessadores, sobretudo nas épocas em que havia escassez no mercado, as quais, por razões que explicaremos adiante, eram frequentes.

No fim do século dezoito os negociantes constituíam uma camada influente na sociedade de Destêrro⁽⁷⁷⁾ e nessa época “se esboçava mesmo o aparecimento dos abastados e endinheirados, gente que ganhava dinheiro no comércio e transporte de gêneros e alguns com a agricultura (...)”⁽⁷⁸⁾.

Indiretamente, o desenvolvimento do comércio contribuiu para o aumento da população escrava de Destêrro, à medida que criou homens ricos que, por isso, podiam dispôr de recursos para inverter na escravaria doméstica. Cabral, nomeando os abastados de Destêrro, aponta que “O Capitão José Luiz do Livramento era

afortunado senhor de escravos, numa terra que os contava muito poucos. Num só mês, por ocasião de uma epidemia de varíola, perdeu dez dêles sem que se lhe abalasse a fortuna”(79). E assim havia outros que puderam comprar escravos, para se encarregarem do serviço doméstico(80).

Mas também havia a utilização do braço escravo em atividades diretamente relacionadas com o comércio. As fontes não precisam em que medida e em que tipo de atividade no comércio de gêneros utilizou-se a mão-de-obra escrava. Esclarecem que êles eram empregados no transporte de mercadoria, nas barcas que atravessavam o canal entre a Ilha e o continente(81), mas é provável, à semelhança do que ocorria com o transporte de gêneros, que os escravos também fôssem utilizados nos serviços brutos em geral relacionados com a atividade comercial.

Foi graças ao desenvolvimento dêstes setores da economia (pesca, agricultura, indústria rural, comércio e artesanato urbano) que tanto na Ilha como em Destêrro o número de escravos cresceu durante o século dezoito. Aliás, os dados conhecidos revelam que o crescimento da população foi muito acentuado nesse período: em 1720 o ouvidor Pires Pardinho contara na Ilha e seus arredores 27 casais; La Pérouse, 65 anos mais tarde, avaliou uma população de 3.000 almas só em Destêrro; alguns anos mais tarde, Saint-Hilaire notara que essa área era uma das mais densamente povoadas da Colônia. Infelizmente, não há dados para avaliar o número de negros na população de Destêrro durante essa época. Mas, de qualquer maneira, o incremento da população da Ilha, se bem que tenha significado um aumento relativo e absoluto do elemento negro no conjunto da população (como os testemunhos que apresentamos evidenciam), foi sobretudo um aumento da população branca; branca seria o grosso da tropa e dos

funcionários, brancos eram os açorianos que, em conjunto, formavam a maior parte da população. .

Pela análise que desenvolvemos evidencia-se que houve uma multiplicação dos centros de atividade econômica na Ilha de Santa Catarina no decorrer do século dezoito. Alguns desses centros de atividade permitiram a acumulação de riqueza. Graças a êles, especialmente, e ao conjunto da atividade econômica catarinense é que se manteve ou se ampliou o aproveitamento do trabalho escravo em vários setores do sistema ocupacional da região.

Como o nosso interesse é o de analisar os canais de penetração do escravo e do negro em Santa Catarina, apresentamos os dados relativos ao desenvolvimento econômico da área tendo em vista que a intensificação da atividade econômica resultou num aumento da proporção de negros na população. Não nos preocuparemos com ressaltar que, do ponto de vista econômico, êsse desenvolvimento foi descontínuo, seja no tempo, seja no ritmo de crescimento dos diversos setores da produção, tendo havido períodos de estagnação e mesmo de regressão econômica. Não se pode falar *stricto sensu* num "crescimento econômico" dessa região no século dezoito⁽⁸²⁾.

O aumento físico da produção e o aumento absoluto da população, deveu-se, como ficou dito, à vinda dos imigrantes açorianos. De início, com êsse deslocamento populacional estabeleceu-se um equilíbrio relativo entre a população improdutiva, que crescera aumentando o consumo, e a produção agrícola dos açorianos. Obteve-se uma elevação momentânea da produção e da renda da região.

As fontes indicam o resultado imediato da transferência dos açorianos para Santa Catarina: "Com a colonização açorita e madeirense a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiriço começaram a florescer

vantajosamente e as encostas dos montes e os valles humosos a cobrirem-se de pomares e hortas. Por tôda a parte ouviam-se as pancadas fortes dos machados ferindo o rijo cerne das árvores collossaes, o ruido metálico das enxadas limpando a terra virgem. Apareceram as primeiras attafonas, os engenhos de assucar e farinha.

“As vargeas cobriam-se de canaviaes, e roças de milho; largos trechos da terra iam sendo aproveitados carinhosamente na cultura de legumes e frutas. (.)

“Fundaram-se teares e os primeiros tecidos de linho e algodão começaram a ser usados pela totalidade dos habitantes, chegando mesmo a serem exportados para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul”⁽⁸³⁾.

Mas um conjunto de fatôres negativos interferiu desfavoravelmente no crescimento da economia da Ilha. Verifica-se que o equilíbrio relativo, que se havia alcançado no sistema econômico da região, logo foi rompido, resultando disso que poucos anos depois da chegada dos imigrantes uma grande desorganização econômica reduziu à estagnação alguns setores da produção ou promoveu a regressão e, mesmo, a supressão de certas fontes de riqueza.

Se examinarmos os principais setores da produção da Ilha, durante o século dezoito, veremos que:

1.º) Por volta de 1780 “a pobreza batia a tôdas as portas”⁽⁸⁴⁾ dos lavradores e, mesmo antes (1778), o Marquês do Lavradio lamentava “a indigência que tem deixado viver os mesmos povos”⁽⁸⁵⁾. Em 1790, segundo o testemunho do Conde de Resende, a situação estava pior ainda.

2.º) A pesca da baleia manteve-se, dentro de flutuações previsíveis, num ritmo satisfatório de rentabilidade durante o século, vindo contudo acusar menores resultados gradativamente durante os últimos vinte anos

e, finalmente, a sofrer um colapso total nos primeiros trinta anos do século dezanove.

Em 1790, segundo uma carta do Conde de Resende, a situação piorara sensivelmente⁽⁸⁶⁾.

3.º) O comércio de exportação, à medida em que dependia da agricultura, sofreu os mesmos momentos de crise que aquela, além das perturbações que lhe foram causadas pelos embargos reais, dos quais trataremos adiante.

4.º) O comércio de abastecimento urbano, êste sim, manteve-se como fonte de riqueza ascendente durante o século dezoito. Porém, só se organizou em bases apreciáveis, como vimos, nos últimos vinte anos do século e o setor dêle que mais lucros proporcionou foi o explorado pelos “atravessadores”. Êstes vários núcleos da atividade econômica da Ilha, permitiram a acumulação de alguma riqueza, de que resultou a formação de uma camada de abastados que, do nosso ponto de vista, tem importância porque nela encontravam-se os senhores de escravos.

No conjunto, porém, o crescimento econômico da região (isto é, a diferença entre o incremento relativo da renda e da população) não foi apreciável. Embora sem dados numéricos para uma análise rigorosa dêsse processo, há algumas evidências que nos permitem fazer essa afirmação, como passamos a examinar.

A pesca da baleia, que produziu grandes lucros, era um empreendimento que, do ponto de vista do desenvolvimento da região, exercia influências medíocres. Taunay, resumindo o que pensava La Perouse sobre a pesca da baleia em Sta. Catarina, afirma que os catarinenses nada mais eram senão “espectadores passivos de uma série de operações burocráticas que em nada lhes diminuía a penúria”⁽⁸⁷⁾, apesar dos grandes

lucros que ela produzia. É que o sistema de concessão de monopólio a empresas portuguesas fazia com que o lucro fosse sugado por Portugal. Nem mesmo o imposto (arrematação do contrato) beneficiava diretamente ou proporcionalmente à Capitania, pois era recolhido ao Rio de Janeiro⁽⁸⁸⁾. Assim, a pesca da baleia interessou ao desenvolvimento econômico da região apenas à medida em que abriu possibilidades para o trabalho dos "lavradores pobres", a que já nos referimos, e para o transporte do azeite pela navegação de cabotagem⁽⁸⁹⁾.

Da agricultura, o produto que mais rendeu no século dezoito (aliás o único que foi produzido continuamente durante esse período) foi a mandioca. Mas a economia desse produto padecia de crises periódicas, já porque era produto de exportação para outras partes da Colônia⁽⁹⁰⁾ e, portanto, sua procura dependia do êxito ou do fracasso das safras de outras regiões (pois que a mandioca era plantada em quase toda a Colônia e, como a maior parte dos produtos agrícolas, o sucesso das safras varia com as condições climáticas), já porque havia a prática, por parte da Corôa, de fazer *embargos* da produção de farinha da Ilha para o municio das tropas reais⁽⁹¹⁾. Ora, o gênero embargado não era, ou era muito irregularmente, pago pela Corôa⁽⁹²⁾. Os demais produtos agrícolas tiveram ciclos mais ou menos rápidos de produção e deixaram logo de ser cultivados (algodão, anil, cochonilha, trigo, etc.)⁽⁹³⁾.

O comércio de exportação dependia diretamente da agricultura e com ela sofreu, naturalmente, as consequências dessa desorganização da vida econômica. Dela escaparam, e mesmo se beneficiaram, somente os setores do comércio interno ligados à especulação, os quais, obviamente, não constituem fonte de aumento da produtividade econômica, nem portanto fator de crescimento econômico, quando não há reinvestimento dos lucros.

- Quais, entretanto, as causas dessa desorganização econômica?

Dois autores, sobretudo, preocuparam-se com a explicação dessa situação. Um, Oswaldo Cabral, que embora tivesse elaborado suas interpretações tendo em vista o fracasso agrícola do açoriano, contribuiu para a compreensão do problema geral, uma vez que a agricultura era, no século dezoito, a base da economia da Ilha. Outro, Paulo José Miguel de Brito, apontou já em 1827 alguns fatores importantes para a compreensão do fenômeno, visando explicar a situação econômica global, embora naturalmente de forma muito menos refinada do que Cabral⁽⁹⁴⁾.

Se examinarmos as várias causas apontadas pelos mencionados autores como responsáveis pelo pouco desenvolvimento da economia catarinense durante o século dezoito e no início do século dezenove, chegaremos à conclusão de que (embora eles as situem isoladamente e divirjam bastante quanto ao seu valor explicativo)⁽⁹⁵⁾, a desorganização da economia catarinense se explicaria, fundamentalmente, como consequência de efeitos disnômicos provocados por um conjunto de interesses, pressões e determinações que podem ser sinteticamente definidos pela expressão *estatuto colonial*. Na verdade, trata-se dos efeitos dessa situação político-econômica sobre uma área estrategicamente importante para a defesa do sistema colonial mas que não se organizara economicamente visando a *produção colonial*.

Em outras palavras: já explicamos as razões pelas quais não houve condições no quadro geral da economia colonial para que a economia catarinense se organizasse em função do mercado exportador, isto é, não fosse uma economia propriamente colonial. Juntando-se a isso que a região catarinense (da Ilha) oferecia interesses militares à Corôa compreender-se-á facilmente que uma série de medidas políticas nocivas ao desenvolvimento

econômico da área tivessem sido tomadas, sem que houvesse, por outro lado, pressões impulsionadas por interesses econômicos locais capazes de neutralizar os efeitos dessas medidas.

Assim, desde 1759⁽⁹⁶⁾ o recrutamento militar tirava do campo os homens válidos. Esses recrutamentos foram sucessivos e prolongados, determinando a fuga dos agricultores para outras regiões ou o abandono das terras (e sua venda) pelos milicianos, desorganizando a agricultura. Ao lado disso, os embargos de mercadorias contribuíam mais ainda para debilitar a agricultura.

Se a essa desorganização básica acrescentarmos o fato de que a Corôa deixou de pagar não só os mantimentos que requisitava dos agricultores, mas também o próprio sôlido dos militares⁽⁹⁷⁾, obrigando-os a viver da caridade de seus familiares ou a trabalharem, sem autorização, como artesãos⁽⁹⁸⁾, compreenderemos a extensão dos males que essa situação causava à economia catarinense. Cumpre notar que a população militar da Ilha era proporcionalmente muito grande, pois que Paulo José Miguel de Brito, referindo-se a um período posterior ao século dezoito, afirma que os militares perfaziam dez por cento da população, o que significa uma porcentagem maior ainda quanto à população adulta produtiva⁽⁹⁹⁾. Além desses fatores negativos é preciso considerar outros ligados direta ou indiretamente aos interesses da Corôa. Entre eles contam alguns que são gerais, como a tributação excessiva e irracional, ou a política contra as manufaturas a partir de 1785. E outros que, sendo gerais, afetaram a economia catarinense de modo específico, como a tributação da pesca da baleia pelo Erário Real⁽¹⁰⁰⁾. Em conjunto os efeitos negativos dessas medidas eram maiores em Santa Catarina por causa da falta de vitalidade de sua economia dentro do sistema econômico colonial.

Isso pode ser verificado quando se compara a situação de Santa Catarina com as demais regiões que se inseriram de modo mais completo na estrutura do sistema colonial. Essa comparação mostra que alguns fatores influíram na economia da Colônia como um todo sem produzir efeitos similares. Porém a região de Santa Catarina, como já analisamos, desenvolveu-se economicamente à margem de uma área subsidiária da economia colonial (a sulina), como um ponto de alto interesse estratégico. As medidas colonizadoras da Corôa agiam restritivamente no crescimento da economia da Colônia, mas nas áreas de produção para a exportação operavam forças internas capazes de sobrepujá-las ou de neutralizá-las. Algumas áreas subsidiárias àquelas, possuindo condições para o desenvolvimento de um tipo de economia que era essencial ao mercado interno, da mesma forma, encontravam na sua estrutura interna forças capazes de se ajustarem dinamicamente às situações de crise e superá-las. O mesmo não ocorria nas regiões cuja economia não se baseava em produtos essenciais ao mercado interno ou externo. Essas não poderiam suportar, obviamente, o peso das exigências do estatuto colonial. E menos ainda quando se tratava de áreas de interesse estratégico, como da Ilha de Santa Catarina, por causa das exigências impostas por considerações de ordem militar.

Havia, naturalmente, outro obstáculo econômico básico agindo negativamente sobre o processo de desenvolvimento econômico catarinense: a pequena rentabilidade relativa dos capitais investidos (sobretudo sob a forma de mão-de-obra escrava)⁽¹⁰¹⁾. Essa pequena rentabilidade afetava o desenvolvimento econômico de tôdas as áreas que não puderam organizar-se economicamente para a exportação ou que não se entrosavam com as áreas de economia própria colonial como fornecedores de víveres ou de bens essenciais, pois restringia

o incentivo à inversão. E em Santa Catarina, por causa dos fatores específicos que discutimos acima que e tornavam tão frágil a estrutura de sua economia, o incentivo à inversão era menor ainda.

4. *Desenvolvimento econômico e mudanças estruturais no século XIX*

O quadro da economia catarinense sofreu algumas modificações importantes durante o século dezenove. Dessas modificações algumas significaram somente uma substituição de centros básicos da atividade produtora, com o declínio de alguns ramos da atividade econômica e o desenvolvimento de novos, mas outras tiveram um efeito mais profundo, alterando a estrutura econômico-social da Província e da Ilha.

Na primeira metade do século a pesca da baleia em Santa Catarina sofreu um colapso total. Em 1827 Miguel de Sousa Melo e Alvim escrevia que: "Desde 1825 estava inteiramente paralisada a pesca, que faz o único objecto d'estes estabelecimentos (as Armações), com os quais a Fazenda Pública dispende cada mês a quantia de oitocentos mil reis em pagamentos a empregados, e sustentação da escravatura, sem deles retirar um real de proveito"⁽¹⁰²⁾. Apesar dos esforços e das tentativas de reorganizar a pesca da baleia, nunca mais houve êxito nessa atividade⁽¹⁰³⁾.

Se bem que, como já apontamos anteriormente, a pesca da baleia, proporcionalmente aos lucros que produzia, não resultava num fator de crescimento econômico de Santa Catarina, a sua derrocada implicou em algum prejuízo para a região, já porque afetou a navegação de cabotagem que se encarregava do transporte do azeite⁽¹⁰⁴⁾, já porque a falta de azeite prejudicou as

atividades de preparação de alguns produtos agrícolas de Santa Catarina, como indica o autor citado: "Hé tão bem atendível avexação que experimentam os povos d'esta Província Agrícola com a privação d'azeite para Luzes, objecto de primeira necessidade para o trabalho das Çafras dos Engenhos de Farinha, e de Cana, executado pela maior parte durante a noite"(106).

Explica-se o insucesso da pesca da baleia por um conjunto de fatores, dentre os quais dois foram básicos: a deficiência de técnicas racionais para a disposição das armações e a concorrência de baleeiros estrangeiros, norte-americanos principalmente, que dispunham de muito maiores recursos. Miguel de Sousa Melo e Alvim mostrou claramente, nas suas Memórias, que as armações da costa catarinense dispunham-se em pontos escolhidos de forma irracional, de tal maneira que a perseguição aos cetáceos pelos baleeiros da armação mais meridional (a de Imbituba) compelia-os ao mar alto, deixando as demais armações sem ter baleias para pescar(106). E Boiteux, apoiando-se em dados fornecidos por Pierre Denis e Langsdorff, mostra de que maneira os baleeiros estrangeiros dominaram a pesca dos cetáceos no Atlântico Sul e afugentaram-nos das costas brasileiras(107).

A pesca comum, essa continuou a existir durante o século dezenove e desempenhou um papel de alguma importância. Havia a pesca regular, e a pesca exercida como atividade suplementar, de não pequena importância para a sobrevivência dos moradores pobres do litoral. Em 1855 calculava-se que enquanto a pesca regular rendeu 20:000\$000, a pesca dos habitantes do litoral deveria ter rendido o equivalente à importância de 40:000\$000(108). O doutor J. J. Coutinho, num dos seus relatórios à Assembléia Provincial, dizia que além dos pescadores regulares, "como é notório, empregão-se por dia quase todos os habitantes da costa e rios, tirando disso uma grande parte da sua subsis-

tência”⁽¹⁰⁹⁾. Essa pesca representou, para o lavrador arruinado da área litorânea de Sta. Catarina, um recurso para a sobrevivência e, do ponto de vista econômico, significou a persistência da economia de subsistência durante o século dezenove.

Com relação à agricultura, a comparação entre três quadros estatísticos relativos à exportação anual da Província em 1810, 1820 e 1850-1865, respectivamente, mostra em que sentido se processou o desenvolvimento da economia local:

Quadro relativo à exportação da Província de Santa Catarina ⁽¹¹⁰⁾

PRODUTOS	QUANTIDADE			
	1810	1820	1850	1865
Farinha de Mandioca.....	71.847 alq.	100.000 alq.	204.166 alq.	515.945 alq.
Feijão.....	6.872 ”	—	8.800 ”	32.103 ”
Milho.....	1.702 ”	—	19.550 ”	187.669 ”
Fava.....	45 ”	—	8.818 ”	14.683 ”
Trigo.....	1.793 ”	—	—	—
Cevada.....	11 ”	—	—	—
Amendoim.....	240 ”	—	9.580 alq.	14,428 alq.
Algodão.....	832 arr.	—	—	—
Açúcar.....	1.224 ”	poucas arr.	—	—
Tabaco.....	128 ”	—	—	—
Linho Cânhamo..	5 ”	—	—	—
Linho Comum...	5.352 ”	—	—	—
Café.....	13.208 ”	400-500 arr.	681 arr.	—
Arroz.....	36.632 ”	—	14.651 ”	15.264 arr.
Goma.....	44 ”	—	1.951 alq.	695 alq.
Gravatá.....	29 ”	—	—	—
Cebolas.....	9.212 restear	“muito pouco”	—	—
Alhos.....	9.654 ”	” ”	—	—
Polvilho.....	—	” ”	—	—
Batatas inglesas..	—	—	2.908	—

Se bem que a falta de referência a certos produtos em 1820, 1850 e 1865 não indique, necessariamente, ausência de produção deles (os quadros de onde tiramos êsses dados computam apenas a exportação dos principais produtos), a análise comparativa dessas tabelas

indica claramente que, da mesma forma que no século anterior, apenas um produto manteve-se em constante e considerável ascensão na economia agrícola da Província: a farinha de mandioca. Exceto êsse produto, só o milho (e êsse apenas depois de 1860, como os dados expostos sugerem) aparece como produto novo de exportação considerável, e, com importância muito menor, o feijão, que sempre foi cultivado.

Se completarmos o quadro acima com o da exportação dos produtos obtidos pela indústria rural (exceto farinha), teremos⁽¹¹¹⁾:

PRODUTOS	QUANTIDADE				
	1810	1820	1839	1850	1858
Aguardente	25.287 medidas	1.000 pipas	6.750 canadas	15.181 canadas	30.806 canadas
Melado	7.407 medidas	—	7.850 medidas	36.748 medidas	44.012 medidas
Tecidos de Linho	—	400-500 m	—	—	—
Riscados	—	400 m	—	—	—

É evidente que os produtos da cana foram favorecidos por progressivo aumento. Em compensação, a pequena indústria de tecidos desmantelou-se.

Em suma, a agricultura catarinense no século dezanove continuou a organizar-se em tórno dos produtos que Aires de Casal apontava (com exceção do linho) como aquêles cultivados no início do século: mandioca, principalmente, milho, arroz, café, legumes, cana-de-açúcar e algum algodão “que não he de boa qualidade”⁽¹¹²⁾. Dêsses, o produto básico apresentava os inconvenientes já expostos: seu mercado para exportação era favorável somente quando-havia escassez nos centros consumidores da Colônia (e do Império) provocada por algum distúrbio ocasional nos centros produtores mais importantes. Assim, em 1880 o dr. Antonio

de Almeida Oliveira se queixava de que “a classe agrícola (se limita) a produzir um effeito (a farinha) que encontra similar em tôda a parte e devido as leis da concorrência não compensa os esforços do lavrador senão em quadras anormais (...)”⁽¹¹³⁾. E nessas quadras anormais exportava-se tanta farinha que havia escassez no mercado interno da Província, sobretudo em Des-têrro e na Ilha, que era centro consumidor e produtor⁽¹¹⁴⁾.

A farinha de Sta. Catarina não se impunha noutros períodos que não os de escassez nos grandes centros consumidores porque não estava em condições de concorrer, favoravelmente, com os demais centros produtores. Parece que sua má qualidade conta entre as razões que explicam êsse fato. Em 1886, outro presidente da Província, o dr. Francisco José da Rocha, depois de afirmar que a cultura da Província consistia na da mandioca, ainda reclamava da qualidade da mesma⁽¹¹⁵⁾. Já Miguel Brito afirmara, em 1816, que “na preparação da farinha de mandiôca tambem há pouca perfeição, do que resulta ordinariamente ser grossa, e pouco torrada”⁽¹¹⁶⁾. Essa situação permaneceu mais ou menos inalterada até a metade do século, quando várias tentativas foram feitas para melhorar o padrão técnico da fabricação da farinha, através de um engenho de torrar que ficou conhecido como “invento Carvalho”. Porém, a introdução dessas melhorias foi lenta, de forma que não foi possível alterar a posição desfavorável da farinha catarinense nos mercados de exportação durante o século XIX.

O único produto agrícola que, no século dezenove, chegou a disputar a primazia absoluta da mandioca, na economia agrária catarinense, foi a cana-de-açúcar. Essa, como já expusemos, alcançou bons resultados no século XVIII. Araujo Brusque afirma que sua cultura começou em 1779 e que houve época em que havia,

em tôda a Província, 288 engenhos de açúcar, mas que já em 1797 êsse número descera para 256⁽¹¹⁷⁾. As fontes permitem-nos assegurar que nos primeiros trinta anos do século dezenove a produção do melado e da aguardente manteve-se, embora não na mesma escala do século XVIII. Em todo o caso, a produção da Ilha não era pequena, pois em 1817 só nessa região produziram-se 400 pipas de aguardente por ano⁽¹¹⁸⁾.

A partir da década de 40 a lavoura da cana estendeu-se, havendo um renascimento da produção da aguardente, do açúcar e do melado. Êsse desenvolvimento foi bastante intenso, pois em 1840 um presidente de Província destaca, em seu relatório anual, que a cana-de-açúcar era a planta "a que mais se dão os nossos lavradores"⁽¹¹⁹⁾, o que indica que, nesse período, a cana teria ultrapassado o cultivo da mandioca. Entretanto, os dados que dispomos permitem constatar que o desenvolvimento da cultura da cana nessa época foi muito oscilante, havendo anos de maior e de menor plantio e produção⁽¹²⁰⁾. A partir da década de 50, a tendência à queda da exportação de seus derivados acentua-se progressivamente, embora de modo flutuante. A irregularidade na produção dos derivados da cana, que até onde os dados disponíveis permitem verificar foi constante, explica-se pelo processo alternativo de cultura da cana e da mandioca (adotado principalmente pelos pequenos agricultores), o qual se impunha como recurso contra a flutuação dos preços no mercado exportador. Nos períodos em que, pelas razões já explicadas, havia falta da farinha de mandioca, o agricultor substituiu a plantação da cana pela da mandioca, e vice-versa⁽¹²¹⁾.

A produção agrícola catarinense não poderia concentrar-se em torno da cana e seus derivados, porque essa, como a farinha, não apresentava as condições necessárias para a concorrência no mercado exportador.

Ela não era um produto exclusivo da região, nem a terra e os métodos de obtenção dos derivados apresentavam os requisitos de qualidade para enfrentar a concorrência dos produtos das outras regiões. Saint-Hilaire notara que a cana catarinense era menos doce do que as da região essencialmente produtora de açúcar do Império e por isso seu principal derivado era a aguardente⁽¹²²⁾.

Mas não só o solo era responsável pela má qualidade dos subprodutos da cana. A deficiência técnica e a mentalidade tradicionalista do agricultor catarinense contribuíam também para isso. Em 1816, Paulo José Miguel de Brito descrevia o seguinte quadro da preparação dos derivados da cana: “No que respeita ao açúcar, também no país não o preparão bem, hé pouco batido, e mal barreado, e por isso humidece facilmente; fabrica-se pouco, e pela maior parte reduzem o sumo da cana a água-ardente, que em geral hé boa, e tem exportação: não há na capitania engenhos, mas sim pequenos engenhocas”⁽¹²³⁾.

Quase no fim do século, a técnica de obtenção do açúcar catarinense continuava extremamente rudimentar. Francisco José da Rocha, presidente da Província, dizia no seu relatório de 1886 que o fabrico de “açúcar ainda consiste em moendas de madeira movidas por animais! Isto significa — perda de elementos, produção mínima, qualidade baixa!”⁽¹²⁴⁾

Por volta de 1850, houve tentativas de melhoria da técnica do plantio, da difusão de sementes selecionadas enviadas pela côrte, e da instalação de alambiques⁽¹²⁵⁾. Entretanto, a rotina e as pragas dificultavam muito a renovação da agricultura da cana⁽¹²⁶⁾ e essa continuou a se pautar pelos velhos padrões técnicos. Daí, a “produção mínima” e a “baixa qualidade” a que se refere a informação transcrita.

O plantio do algodão e do linho, bem como a fiação de tecidos dessas fibras, decaiu quase completamente no século dezenove, como indicam os dados expostos. Aliás, o linho e o algodão nunca desempenharam papel importante na economia exportadora catarinense. Entretanto, como indústria doméstica que era, a fabricação dos tecidos dessas fibras desempenhava um papel importante no nível de vida dos agricultores ilhéus. Saint-Hilaire descreveu o vestuário relativamente rico das camponesas de Sta. Catarina, atribuindo-o ao fato de que elas trabalhavam nos seus teares, ganhando com isso algum dinheiro⁽¹²⁷⁾.

Em 1820, quando da viagem do naturalista, ainda havia intensa atividade na tecelagem: "A qualquer hora do dia que se passe pelas suas casas (das camponesas) houve-se baterem o algodão. Elas fiam e tecem"⁽¹²⁸⁾. Cazal e Jozé de Brito também atestam a existência da atividade regular de tecelagem no início do século. Entretanto, já em 1849 dizia o Dr. Severo Amorim do Vale: "O linho, e o algodão outr'ora florescente, por todos os logares entre nós, e que offerencia um trabalho lucroso, não só às famílias dos lavradores, como a outras muitas, com os excelentes tecidos, que fabricavão, e de que se fazia tôda a vestimenta caseira, e roupas de camas, tem quase desaparecido: um, ou outro lavrador, conserva ainda como por um costume, algumas pequenas plantações d'esses arbustos; em uma, ou outra casa dos sítios, se sente, por acaso, as batidas do tear"⁽¹²⁹⁾.

Em 1853, o presidente da Província, confirmando essa decadência, dizia que a atividade de tecelagem era executada apenas por "solitários teares de tecidos grossos"⁽¹³⁰⁾. Porém, os teares continuaram a existir dispersos e com produção intermitente, pois em 1873 ainda apareciam no mercado tecidos de linho⁽¹³¹⁾ e em 1874 a Câmara Municipal de Destêrro respondia a um ofício

do presidente da Província, dizendo que "é geralmente sabido e Vossa Excelência talvez não ignore que da freguesia da Lagôa saem interessantes pessos de tecidos, com toalhas, guardanapos & que sendo daqui remetidos para o Rio de Janeiro como presentes, são ali em extremo apreciados"(132). Nesse ofício, a Câmara propunha medidas de incentivo à produção dêsses tecidos.

Entretanto, as condições econômicas eram adversas ao renascimento dessa indústria. A fibra do algodão catarinense não era de boa qualidade(133), e a técnica do plantio rudimentar(134). Com a importação dos tecidos norte-americanos, o produto de Santa Catarina acabou sendo eliminado do mercado brasileiro. Mesmo em Destêrro, apesar das fontes revelarem que se considerava o tecido catarinense mais durável, o baixo preço do tecido estrangeiro atraía o consumidor local. Nessas condições, as atividades agrícolas ou industriais, relacionadas com o linho ou com o algodão, só tinham que declinar e perder a significação econômica anterior(135). Essas condições econômicas persistiram, impedindo um novo surto de plantio e tecelagem do linho ou do algodão(136).

Os demais produtos agrícolas não chegaram a se desenvolver consideravelmente na Ilha. Havia café, havia laranja, ambos de boa qualidade(137), mas a produção quase não excedia o consumo local. O trigo, ainda no começo do século dezenove, era cultivado, mas em Laguna e Tubarão, nunca na Ilha, e logo entrou em decadência, apesar dos esforços da Sociedade Auxiliadora da Indústria, que procurou fomentar essa plantação depois de 1850(138).

A descrição que vimos fazendo do desenvolvimento da economia catarinense no século XIX indica que, apesar dos períodos de relativo crescimento da produção, de modo geral nenhuma fonte estável de riqueza encontrou condições de desenvolvimento. Entretanto, reco-

nhecemos que esse quadro é incompleto. Em particular, com relação à agricultura, os produtos analisados revelam a tendência ao incremento da exportação a partir de 1850, aproximadamente. Doutro lado, as fontes mencionam a preocupação constante pela importação e aplicação de técnicas agrícolas mais eficientes.

A partir desse período há que considerar ainda um processo socio-econômico que repercutiu intensa e favoravelmente no quadro geral da economia catarinense. Trata-se da imigração estrangeira, cuja composição se alterou substancialmente e cujo volume sofreu mudanças igualmente consideráveis. Essas alterações demográficas fizeram-se sentir, de forma imediata, no rápido desenvolvimento dos chamados "núcleos coloniais"⁽¹³⁹⁾.

Através dos relatórios dos presidentes da Província nota-se, claramente, que as esperanças de todos voltaram-se para o crescimento desses núcleos. A colonização estrangeira em Sta. Catarina datava já de 1829. Porém, somente a partir da segunda metade do século os núcleos coloniais começaram a pesar na balança da economia catarinense, mas ainda assim alguns fatores contrariavam semelhante desenvolvimento⁽¹⁴⁰⁾. De qualquer maneira, vários núcleos prosperaram. A produção agrícola cresceu e, em torno desses núcleos, formou-se uma pequena atividade industrial. Importa mencionar, especialmente, a indústria de laticínios e a do aproveitamento da madeira.

A madeira, que já desempenhara um papel importante na economia colonial catarinense, desde o começo do século decaíra completamente⁽¹⁴¹⁾. Por volta de 1840, a exploração madeireira recomeçou, sendo que em 1843, seguramente, já se exportava madeira para Montevideo⁽¹⁴²⁾. Araujo Brusque dizia em 1860 que em "todos os municípios da Província existem mais ou menos engenhos de serrar, que trabalham com alguma regularidade e fornecem a madeira que se exporta"⁽¹⁴³⁾.

Mas com a madeira, como com as demais atividades da produção catarinense, a “imperfeição do sistema (de exploração) e o pouco esmêro com que é apanhada”⁽¹⁴⁴⁾ impediam que o produto fosse explorado com maior sucesso. De qualquer forma, por essa época a exportação da madeira passara a crescer com continuidade:

TRIÊNIOS (148)	DÚZIAS DE TÁBUAS	DÚZIAS DE PRANCHETAS	RIPAS
1850-53	19.677	1.157	258.437
1853-56	20.904	1.209	259.669
1856-59	21.446	1.311	378.368

Em 1886, o presidente da Província julgava que o que “há em abundância, especialmente nos núcleos, ou nas proximidades dos núcleos, são os engenhos de serra, aos quais, no geral, as mattas do Estado prestam a melhor contribuição”⁽¹⁴⁶⁾.

Além do desenvolvimento da economia dos núcleos coloniais, é preciso considerar, ainda, que houve outro centro impulsionador da atividade econômica catarinense no século dezenove: a criação do gado, na zona do planalto, encabeçada por Lages. Sabe-se que já no início da segunda metade do século ela alcançara expressão considerável⁽¹⁴⁷⁾. Entretanto, a falta de comunicações com a zona litorânea impossibilitava as relações econômicas entre as duas áreas.

No planalto também houve alguma tentativa de explorar a erva-mate. A importância dessa atividade, durante o século dezenove, foi praticamente nula, tendo-se em vista os problemas que nos interessam: o aproveitamento da mão-de-obra escrava e o desenvolvimento

econômico da área litorânea da Província⁽¹⁴⁸⁾. Ao contrário, a atividade de criação possibilitou uma concentração relativamente importante de escravos em Lages e na zona de sua influência.

Por fim, é preciso mencionar outro foco importante de desenvolvimento econômico em Sta. Catarina no século XIX: como a exportação dos produtos agrícolas e dos da indústria extrativa tomara algum impulso, também o transporte marítimo se desenvolveu. Van Lede calculava, em 1843, um movimento diário de dois a três navios em Destêrro. Navios êsses que iam até Montevideo e Buenos Ayres, levando lenha, madeira, milho, farinha de mandioca e laranjas de Sta. Catarina⁽¹⁴⁹⁾. Havia, inclusive, algum comércio com os Estados Unidos e a Sardenha⁽¹⁵⁰⁾.

A exportação dos produtos catarinenses para os portos do Império fazia com que houvesse também movimento marítimo entre Destêrro e os portos de São Paulo, Santos, Rio, Bahia e Pernambuco⁽¹⁵¹⁾.

O aumento do movimento de navios, como consequência da expansão dos centros consumidores dos produtos de exportação de S. Catarina, foi considerável⁽¹⁵²⁾. Êsses navios no comêço do século pertenciam a armadores de fóra da Província⁽¹⁵³⁾. Mais tarde essa situação modificou-se e não só havia armadores catarinenses, como essa atividade tornou-se fonte de enriquecimento para os que a ela se dedicavam.

Do exposto pode-se inferir que durante o século dezenove, mais exatamente a partir da sua segunda metade, a economia catarinense apresentava sinais indicativos do início de um processo de transformação econômica no sentido da sua integração na economia capitalista de mercado. A articulação da produção dessa área com os mercados consumidores, seja dentro do Império (o gado, e as madeiras, significativamente, e a aguar-

dente e a mandioca intermitentemente), seja nos países platinos (a madeira sobretudo), assim como o papel que os núcleos coloniais passaram a exercer na economia catarinense, tenderam a desencadear um conjunto de alterações na estrutura e no ritmo de desenvolvimento da economia local. É de resto sabido que a intensificação do fluxo de trocas entre uma área economicamente atrasada e centros economicamente desenvolvidos, dentro de certas condições, provoca um aumento da renda real per capita, o qual exprime o aumento da produtividade de algum dos fatores da produção (normalmente, nesses casos, a mão-de-obra). A longo prazo, ela também concorre para produzir alterações na estrutura econômica da região por causa da diversificação da procura a que o aumento da renda real dá lugar e, obviamente, da ampliação dos incentivos para a inversão em setores novos da produção. Na base desse processo de crescimento econômico está a condição de que as trocas proporcionem a possibilidade, ainda que rudimentar, da acumulação de capital. Ora, em Sta. Catarina, isso se deu sobretudo nas áreas de colonização e nos setores comerciais da economia, inclusive o dos armadores, que faziam o comércio de serviços da Província.

Evidentemente, não seria legítimo pretender que as modificações ocorridas na segunda metade do século dezenove, em Sta. Catarina, significassem que realmente essa área, a partir de então, esteja se transformando sob o impacto de forças econômicas capazes de desencadear um processo capitalista de desenvolvimento econômico. Não resta dúvida que, de modo geral, e particularmente na zona litorânea da Província, os fatores básicos da produção continuaram a combinar-se como no passado, de forma que sua produtividade era muito pequena, mesmo quando comparada com a de outras áreas do Império.

Entretanto, em que pese a tecnologia rudimentar utilizada e o aproveitamento desigual e irracional do excesso de braços existente⁽¹⁵⁴⁾, havia alguns indícios da emergência de núcleos dinâmicos na vida econômica catarinense, como vimos acima. A antiga economia estacionária começava a transformar-se e com ela a mentalidade rotineira dos empreendedores.

É preciso considerar aqui que o regime colonial fôra extinto e que, portanto, os efeitos negativos que tal ordem acarretava na economia catarinense, foram pouco a pouco cessando de manifestar-se. Claro que, mesmo essa transformação, não foi tão rápida como se pensa. Mas, já na segunda metade do século, os fatores que apontamos como responsáveis pela estagnação econômica de Sta. Catarina deixavam de atuar.

Considerando-se, porém, a área que diretamente nos interessa, os efeitos dessas transformações foram indiretos. Os centros que se beneficiaram diretamente com as modificações ocorridas neste período foram Lages, na área de criação do planalto, e os núcleos coloniais em processo de formação urbana, como Joinville e Blumenau.

A Destêrro, contudo, o desenvolvimento das demais áreas da Província beneficiou à medida em que sua posição como núcleo administrativo e comercial canalizava para a cidade uma parte dos benefícios da atividade econômica geral.

Basta pensar na descrição de Bougainville, sôbre a povoação no século dezoito, já citada, e na de Saint-Hilaire, cinquenta e poucos anos depois: “as casas, edificadas de tijolo ou de pedra, caiadas e cobertas de telhas, são em sua maior parte bem conservadas e maiores que as das villas do interior, existindo muitas de um andar, envidraçadas ou construídas com muito gôsto. Estive na residência dos principais habitantes da cidade e as

encontrei bem mobiladas”(155). “Destêrro, cidade marítima e comercial, não é deserta como as villas e povoações do interior”(156). “A partir do Rio de Janeiro, em nenhuma outra parte, exceptuando São Paulo, vi lojas tão bem sortidas e em tão grande número como em Sta. Catarina. Os negociantes fazem as suas compras na capital do Brasil e a rapidez da viagem permitte-lhes ter nos seus estabelecimentos mercadorias sempre novas”(157).

As descrições de Destêrro feitas por vários viajantes nos permitem acompanhar as transformações pelas quais a vila passou na primeira metade do século dezanove. De povoação sem nenhuma importância no século dezoito, já no início do século subsequente era descrita por Ayres do Casal, com algum exagêro, como “considerável, populoza e abastada”(158) onde, entretanto, as ruas eram “quazi geralmente tortuozas” e as casas de pedra ou madeira. Nesta época só avultavam os quarteis e as igrejas.

Langsdorff(159) considerou Destêrro “o principal povoado desta Ilha”, dizendo que contava entre 400 e 500 casas, as ruas eram “na maioria regulares” e “Nas numerosas lojas se encontrava quasi toda a sorte de mercadorias européias que contribuem para o sustento e a descência da vida”, se bem que caras.

Cabral, no seu excelente *Nossa Senhora do Destêrro — Casas-Sobrados-Chacaras* comenta os depoimentos de Lesson e Duperrey sôbre as construções em Destêrro no primeiro quartel do século, dizendo, muito acertadamente, que “estes depoimentos revelam uma ascensão. Ascensão econômica da gente de Destêrro, que se traduzia na aparência externa e na melhoria interna das suas habitações”. “Evidentemente, já havia uma classe abastada, e até mesmo rica, na vila, embora a pobreza ainda não tivesse *obstenado* aquelas casinhas de braça

e meia de frente, pois elas permaneceram em certos bairros até os nossos dias”(160).

Entretanto, é preciso não exagerar. Já mostramos que, realmente, à medida que nos aproximamos do período em que o estatuto colonial se desagrega houve setores da economia de Sta. Catarina que intensificaram sua atividade e que permitiram a formação das fortunas locais. Mas, na primeira metade do século, esse desenvolvimento foi pequeno, e em que pese o entusiasmo de um ou outro viajante, é preciso ponderar que o crescimento de Destêrro, à medida em que podemos tomá-lo como um índice da prosperidade de Sta. Catarina, confirma essa constatação. Cabral afirma, comentando os dados que coligiu sobre o crescimento urbano de Destêrro: “Apesar de tudo, a julgar-se pelo número de construções, o desenvolvimento da cidade foi extraordinariamente lento, pois, contando em 1832 com oitocentos e cinquenta e dois fogos, três décadas mais tarde não conseguira dobrar o número”(161). “Em 1866, isto é, trinta e poucos anos depois, as edificações existentes em igual perímetro não excediam a 1350”(162).

Já desde o fim da década de vinte os sobrados apareceram na paisagem urbana de Destêrro. Mas poucos, pertencentes ao reduzido número de comerciantes “abastados” da cidade. No conjunto, a paisagem urbana e a atividade econômica de Destêrro estariam, nesse período, segundo pensamos, mais propriamente retratadas por Robert Avé-Lallemant: “Entre os seus seis a sete mil habitantes não se desenvolveu nenhum ramo especial de atividade, pelo que a cidade não alcançou significação alguma. Todos os edifícios e o comércio têm um desenvolvimento uniforme, sem mostrar nenhum lado brilhante. Não faltam grandes casas, mas faltam, ao meu ver, grandes lojas e armazens: (...). Falta inteiramente, aqui, o verniz de certa elegância e a aparência de prosperidade. Não há ruas principais, mas

apenas travessas; uma velha cadeia, um velho palácio do Presidente, uma antiga agência dos correios, um novo mercado de peixe, um teatro feio e velho e algumas igrejas sofríveis são os edifícios principais da cidade”(163) além da Misericórdia inconclusa.

A segunda metade do século marcará um novo surto na geografia urbana de Destêrro. Cabral confirma isso, dizendo que no lustro seguinte a 1866 “temos a registrar um período mais intenso no movimento das construções”(164). Em 1871 havia 1542 edificações em Destêrro, das quais, 151 sobrados e 31 assobradadas(165). Mais um lustro, comenta Cabral, e a cidade teria 1775 edifícios, dos quais 153 eram sobrados(166).

Já mostramos que, desde os fins do século dezoito, o comércio de abastecimento urbano desenvolvera-se em Destêrro, tornando-se fonte de enriquecimento para os que a êle se dedicaram. Essa atividade, mesmo no período colonial do século dezenove, confundia-se com a especulação feita pelos “atravessadores” da farinha, da carne, etc. No início do século, a luta travada pelos juizes-de-fôra contra os atravessadores, na tentativa de organizar o comércio local de fôrma a que à população não coubesse sempre onus demasiadamente pesado do enriquecimento dos comerciantes(167), indica o início de um período em que o poder público central passa a exercer um papel bem definido como veículo de difusão de certas normas e valores sociais urbanos e burocratizados, contrariando os valores, os interesses e as normas locais e rotineiras de organização da vida econômica.

A partir daí prevalece em Destêrro um tipo de organização econômica de comércio em que os padrões e as exigências legais se tornam cada vez mais difundidos e controlados pela comunidade, através de fiscais que exercem em nome da Câmara e do povo a vigilância necessária sôbre o comércio e a indústria.

O comércio de abastecimento urbano desenvolveu-se continuamente, acompanhando o crescimento da população. A êle na segunda metade do século acrescentou-se o comércio de mercadorias em geral e o de exportação.

A atividade comercial, então, era verdadeiramente intensa. A essa função urbana, sem dúvida a principal de Destêrro, correspondia nas décadas de 70 e 80 uma área determinada da geografia da cidade. Nela havia, inclusive, especialização ecológica: "a rua Augusta é a rua dos armadores, das casas dedicadas ao comércio de ferragens, de artigos marítimos, dos representantes de gêneros de importação. Era movimentada e cheirava a alcatrão. A do Príncipe era a do comércio varejista — situação que perdura ainda em nossos dias"⁽¹⁶⁸⁾.

As atividades culturais também iam marcando o cosmos urbano, de forma a indicar que é neste período (segunda metade do século e especialmente depois da década de setenta) que podemos qualificar com propriedade Destêrro como vila-cidade⁽¹⁶⁹⁾. Vila-cidade em que, contrastando com a antiga povoação militar, as funções militares deixam de desempenhar o papel fundamental que desempenhavam há um século ou menos atrás, e onde as atividades administrativas e comerciais a tôdas as outras sobrepujam.

Por isso mesmo, "a elevação social se verificou em função do comércio principalmente. Terra servida por longa costa, de portos magníficos, chave do Brasil meridional, ponto de escala obrigatória de tudo o que demandava o Prata — foram os armadores que possuíam verdadeiras frotas de veleiros mercantes, foram os importadores e distribuidores das mercadorias que vinham diretamente do Rio de Janeiro ou do estrangeiro, principalmente de Portugal e da Inglaterra, aqueles que formaram a aristocracia desterrense."⁽¹⁷⁰⁾

Ao lado do comércio, desenvolvia-se também em Destêrro a atividade artesanal, que supria as necessidades locais. A partir de 1860, mais ou menos, algumas oficinas já se atribuíam o nome de “fábricas”, como se depreende de alguns anúncios dos jornais da época:

“Fábrica Catarinense de Charutos — 124 — rua do Príncipe, 124 — Precisa-se de oficiais charuteiros, paga-se bem. Quem estiver habilitado dirija-se a mesma para tratar”.⁽¹⁷¹⁾ E essa não era a única “fábrica” de charutos. Havia ainda a de Germano Lindermann na rua do Vinagre⁽¹⁷²⁾ e mais outra na rua do Senado⁽¹⁷³⁾.

Desde 1860 havia uma refinaria de açúcar na rua do Livramento⁽¹⁷⁴⁾ e no dia 7 de março de 1875 inaugurou-se na Prainha uma “fábrica de sabão”, à qual seguiram-se outras⁽¹⁷⁵⁾. Além dessas “fábricas” havia outras de tijólos, mais antigas, pois a olaria era uma atividade tradicional em Destêrro⁽¹⁷⁶⁾.

A intensificação da atividade artesanal, na segunda metade do século, foi uma conseqüência normal da concentração de população numa área urbana, criando certas necessidades de consumo, que puderam ser satisfeitas através da exploração dos recursos econômicos locais. Não indicava portanto, como o futuro provou, que houvesse qualquer fatôr econômico em Destêrro propício à eclosão de uma área industrial. De resto, esta atividade nunca foi realmente grande.

A análise que desenvolvemos sôbre a economia agrária da Província é válida, nas linhas gerais, para a área rural do município de Destêrro. Esta beneficiou-se dos momentos em que a conjuntura econômica do Império era favorável aos produtos catarinenses, principalmente à farinha e à cana, que também eram cultivados na Ilha. Sofreu, por sua vez, tôdas as vicissi-

tudes decorrentes da situação da economia agrária geral da Província. Da mesma forma no que concerne às atividades de transformação, como a preparação do azeite e a fiação do algodão e do linho, cuja história, em Destêrro, repete a da Província.

É preciso lembrar que os fatores que influíram favoravelmente na segunda metade do século dezenove na economia catarinense não aproveitaram à economia rural da Ilha. Essa teve ainda alguns agravantes específicos, que a prejudicaram mais do que às outras regiões da Província. No início do século, estando a população da Ilha sob o controle imediato e direto dos agentes reais, era natural que sobre ela recaíssem mais intensamente as exigências da Corôa: os embargos, os recrutamentos, os desmandos. Por isso a desorganização econômica aí foi particularmente mais intensa do que nas outras partes da Província⁽¹⁷⁷⁾. Acresce que, como já descrevemos, os colonos açorianos concentraram-se na Ilha em pequenas propriedades. Essas propriedades se foram repartindo mais e mais pela herança. Se alguns colonos puderam comprar os lotes vizinhos, e, assim, tornarem-se agricultores médios, à maioria a diminuição da extensão da propriedade levou à ruína ou ao abandono do campo. Não podemos nos esquecer que as práticas agrícolas rotineiras implicavam, para que a produção não diminuísse, na necessidade constante de abandonar as terras “cansadas” em busca de terras “novas”. Este “*systema agricola*” tão profligado já na época por Brito, Pizarro, Aubé, e sobretudo Saint-Hilaire, era o usual na Ilha, como este autor provou sobejamente. Havendo limitações na possibilidade de disposição de terra, pois que a Ilha estava sendo desbravada desde o século dezoito e nela o solo não era propício à agricultura em tôdas as áreas igualmente⁽¹⁷⁸⁾, o tipo de

exploração agrícola empregado fazia com que os agricultores abandonassem as terras, ou nelas tivessem de viver na miséria, pois que cada ano a produção diminuía⁽¹⁷⁹⁾.

A descrição de Saint-Hilaire sôbre a vida rural da Ilha é bastante conclusiva a êsse respeito. Ao lado dos agricultores mais ou menos prósperos, como os dos sítios que o naturalista descreve, havia a massa de camponêses arruinados, de forma que “a ilha de Santa Catharina (...) cada vez mais se empobrece, visto a sua população augmentar incessantemente; as terras vão diminuindo a sua produção, devido ao rotineiro systema agrícola seguido tanto nessa como nas demais regiões do Brasil, e, finalmente, o dinheiro proveniente da exportação logo se consome na aquisição de objetos de luxo que vem de fora e se renovam continuamente, ou na compra de escravos que também se importam, e, na maioria, não se multiplicam”⁽¹⁸⁰⁾.

Essa situação persistia no início da segunda metade do século, como se pode inferir do depoimento de Araujo Brusque: “Contemplai, senhores, a pequena lavoura nesta ilha. Os habitantes occupão como descendentes os mesmos lotes de terras que forão distribuidos aos primeiros casaes povoadores desta região, e que estão hoje sub-divididos em pequenos retalhos.

“Desde então sempre a enxada roçou a superficie do terreno e sempre a terra produziu; mas não dissimulo que a diminuição das colheitas tem pouco a pouco limitado os recursos destes lavradores.

“A excepção de alguns alqueires de farinha, pouco ou nada trazem ao mercado desta cidade, que está sendo alimentado pela produção das colonias situadas no município de São José”⁽¹⁸¹⁾.

Tão pouco compensadora era a atividade agrícola, nas condições que se apresentavam ao agricultor da

Ilha, que a população voltava-se para a franja litorânea, onde a pesca abundante lhe garantia a subsistência e o excedente necessário para a sobrevivência: “A população que habita agglomerada em pequenos grupos no litoral, vivendo principalmente da pesca não se sujeita ao diuturno serviço da lavoura, recusa a oferta do trabalho e reluta em deixar a rede de pescaria pelo arado”(182).

Para que se compreenda esta situação criticada por Araujo Brusque é preciso convir que na Ilha sempre houve a coexistência do trabalho livre com o escravo(183) e que êste implicava na degradação social daquêle. O agricultor pobre, não podendo comprar escravos, preferia tornar-se embarcado(184) a arruinar-se e degradar-se no trabalho agrícola. Ou então refluía ao litoral ou à cidade, evitando trabalhar ao lado do escravo em terra alheia, como assalariado agrícola.

O colono alemão de São José, do continente em geral, produzia noutras condições econômicas. Ádvena e proprietário, não participava do mesmo mundo do agricultor ilhéu, no qual as implicações da concepção “senhoreal” do trabalho e a falta de terras(185) eram componentes constantes da vida rural. Por isso, em pouco tempo substituiria o açoriano na produção dos gêneros de consumo local. Já em 1858 Lallemand notava o comércio entre os colonos do continente e a população de Destêrro(186). Por certo, parte do abastecimento urbano continuou nas mãos dos descendentes dos açorianos(187). Mas as condições da concorrência pendiam favoravelmente para o agricultor do continente.

Chama a atenção, contrastando com o que vimos dizendo, o fato de que os viajantes (Saint-Hilaire, Aubé, Lallemand) descreviam sempre sítios onde havia laranja, café e bananas em abundância. Porém, êstes, dos arredores da cidade, pertenciam aos lavradores mais prósperos, ou então se tratava de chácaras de recreio de

comerciantes abastados. Note-se que as plantações nestas chácaras, que encantavam os viajantes pela sua excelência ou abundância, não produziam nenhum gênero importante de exportação. Tinham, pois, reduzida significação econômica.

Está claro que os agricultores da Ilha que possuíam maiores extensões de terra e escravos, escaparam às limitações apontadas. Contudo, êles não podiam fugir aos efeitos negativos que pesavam sôbre a economia da Província em geral, já analisados pormenorizadamente acima. Os raros momentos que lhes foram favoráveis não chegaram a criar riquezas bastante sólidas para suportar os anos de crise.

Vale para o século dezenove, pois, a afirmação que fizemos sôbre as possibilidades de disposição de riqueza, poder e prestígio dos agricultores do século dezoito; no mundo rural da Ilha não emergiu nenhuma fonte regular de riqueza capaz de elevar os colonos à condição de *senhores*, na ordem estamental do Império. O mundo rural da Ilha continuou, no geral, sendo pobre e plebeu.

Da análise que desenvolvemos ressalta que na Ilha de Santa Catarina, as atividades urbanas tiveram maiores estímulos para se ampliarem do que as rurais. Entretanto, ainda uma vez é preciso insistir que êsse desenvolvimento foi muito relativo e que a população da Ilha, como a da Província, continuou na sua imensa maioria dedicando-se às fainas agrícolas, sujeitando-se, portanto, a níveis de vida muito baixos. Infelizmente não possuímos dados estatísticos que nos permitam a análise diacrônica do que afirmamos. Se considerarmos porém os depoimentos existentes sôbre a Província e a Ilha (alguns dos quais transcrevemos), e mais os quadros estatísticos que se seguem, cremos ter fornecido evidências suficientes para as generalizações que fizemos.

População da Província de Santa Catarina em 1866

ESPECIFICAÇÃO	N.º INDIVÍDUOS
<i>Segundo a condição:</i>	
1) livres.....	104.459
2) escravos.....	14.722
<i>Segundo a renda: em mil réis/ano</i>	
de 100 a 500.....	17.235
de 500 a 1.000.....	1.624
de 1.000 a 2.000.....	657
de 2.000 a 4.000.....	61
de 4.000 a 10.000.....	39
de 10.000 a 20.000.....	4
<i>Segundo atividade econômica:</i>	
empregados públicos.....	362
comerciantes.....	1.114
proprietários.....	105
lavradores.....	22.700
artistas.....	1.220

FONTE: "Mapa da População da Província de Santa Catarina no Ano de 1866", segundo o *Relatório* apresentado à Assembléia Provincial de Santa Catarina pelo presidente Adolpho de Barros Cavalcanti Lacerda no ano de 1867.

Mapa relativo aos tipos de ocupação da Ilha de Santa Catarina,

Fonte: Recence

NACIONALIDADE	CONDIÇÃO	SEXO	ESTADO CIVIL	PROFISSÕES LIBERAIS																			
				Religioso e Juristas																			
				Seculares	Re-gula-res		Juizes	Advogados	Notários e escrivães		Procuradores	Oficiais de justiça	Médicos	Cirurgiões	Farmacêuticos	Parteiros	Professores e h. de letras	Empregados Públicos	Artistas	Militares	Marítimos	Pesadores	Capitalistas e proprietários
					Homens	Mulheres																	
BRASILEIROS	Livres	Masc. . .	Solteiro . .	6		1	2	5	1		1	7		7	60	55	275	163	58	5			
			Casado . .			3	5	5	2	1	7	3	8		13	46	61	162	65	103	16		
			Viuvo....					1			1					8	9	8	6	9	3		
		Fem. . .	Solteira . .		1									1	3		15				21		
			Casada . .											2	9		3				8		
			Viuva....											2	4		2				34		
	Escravos	Livres	Masc. . .	Solteiro . .			1							2		13	3	17	2	8			
				Casado . .						1					3		11	3	23	3	2		
			Viuvo....			1								1		1				4			
		Fem. . .	Solteira . .		9																6		
			Casada . .																		1		
			Viuvo....																		2		
			Homens . .													21		35	25				
	Mulheres.																						
				6	10	4	9	11	3	2	8	4	15	5	42	114	191	451	309	204	96		

segundo a nacionalidade, a condição, o sexo e o estado civil
amento de 1872

PROP. IND. E COMÉR.		PROFISSÕES MANUAIS OU MECÂNICAS											PROFISSÕES AGRÍCOLAS					
Manufatureiros e fabricantes Comerciantes, guarda livros e caixeiros		Operários											Lavradores	Criadores	Criados e Jornaleros	Serviços Domésticos	Sem profissão	
Costureiras		em metais	em madeiras	em tecidos	de edificações	de couros e peles	em tinturaria	de vestuário	de chapéus	de calçados	Canteiros, mineiros, calafates, cavoqueiros							
10	286	—	11	59	—	55	22	8	41	—	10	6	2.173	25	179	159	3.773	
6	182	—	21	63	—	57	16	1	44	—	15	5	1.491	3	86	87	342	
—	19	—	—	7	—	8	1	—	14	—	2	1	167	1	8	35	22	
1	2	433	—	—	163	—	—	4	—	—	—	—	265	—	94	2.810	3.808	
1	2	247	—	—	78	—	—	—	—	—	—	—	107	—	5	1.842	626	
2	2	59	—	—	40	—	—	1	—	—	—	—	104	—	10	386	144	
32	29	—	3	5	—	6	1	—	9	—	—	3	55	—	17	13	64	
30	9	—	4	6	—	7	3	—	1	—	—	3	25	—	2	8	4	
—	7	—	—	2	—	—	—	—	2	—	—	3	2	—	4	—	3	
4	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	26	58	25	
5	—	13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	—	23	18	28	
1	1	13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	5	1	
—	2	—	—	40	—	56	—	—	3	6	17	15	699	—	82	161	381	
—	—	57	—	—	46	—	—	—	—	—	—	—	26	—	25	915	332	
92	541	822	39	182	288	189	43	14	114	6	44	36	5.126	29	570	6.497	9.533	

Mapa relativo aos tipos de ocupação existentes na Ilha de Santa Catarina, segundo a distribuição espacial da população pelas paróquias.

Fonte: Recenseamento de 1872

		ILHA	N. S. DO DES-TERRO	N. S. DAS NECESSIDADES DE S. ANTONIO	N. S. DA LAPA DO RIBEIRÃO	N.S. CONCEIÇÃO DE LAGOA	S. JOÃO BATISTA DO RIO VERMELHO	SANTIS. TRINDADE DE TRAS DO MORRO	S. FRANCISCO DE PAULA DE CANAVIEIRAS	
PROFISSÕES LIBERAIS	RELIGIOSOS REGULARES	Seculares.....	6	2	1	1	1	1	—	
		Homens.....	—	—	—	—	—	—	—	
		Mulheres.....	10	10	—	—	—	—	—	
	JURISTAS	Juízes.....	4	4	—	—	—	—	—	
		Advogados.....	9	9	—	—	—	—	—	
		Notários e escrivães.....	11	7	2	1	—	—	1	
		Procuradores.....	3	1	—	1	—	—	1	
		Oficiais de Justiça.....	2	1	—	—	—	1	—	
		Médicos.....	8	7	1	—	—	—	—	
		Cirurgiões.....	4	3	1	—	—	—	—	
		Farmacêuticos.....	15	14	1	—	—	—	—	
		Parteiros.....	5	1	—	—	—	—	2	2
		Professores e h. de letras...	42	29	1	2	—	3	5	2
		Empregados Públicos.....	114	106	5	—	1	—	2	—
		Artistas.....	191	164	7	2	3	9	4	4

PROFIS. INDUST. COMÉRCIO	Militares.....	451	437	5	2	2	—	5	—
	Marítimos.....	309	248	11	3	—	3	9	35
	Pescadores.....	204	57	61	66	—	7	11	2
	Capitalistas e proprietários..	96	92	—	—	—	—	4	—
	Manufatureiro e fabricantes.	92	90	2	—	—	—	—	—
	Comerciantes, guarda livros e caixeiros.....	541	404	33	28	6	8	34	28
PROFISSÕES MANUAIS OU MECÂNICAS	Costureiras.....	812	200	18	37	108	385	16	58
	Canteiros, min. calaf. cavoq.	39	30	2	—	2	—	1	—
	em metais.....	182	35	1	1	—	—	1	1
	em madeiras.....	288	103	28	22	5	—	15	15
	em tecidos.....	189	3	5	8	124	145	43	—
	de edificações.....	43	147	11	11	—	—	7	2
	em couro e peles.....	14	42	—	—	—	—	—	1
	em tinturaria.....	114	10	4	—	—	—	—	—
	de vestuários.....	6	106	—	1	1	4	1	1
	de chapéus.....	44	6	—	—	—	—	—	—
	de calçados.....	26	36	4	—	2	—	4	4
	PROF. AGRÍ. COLAS	Lavradores.....	5.126	124	786	843	1.309	604	641
criadores.....		29	—	1	—	—	—	—	28
PROP. ASSALARIADAS	criados e jornaleiros.....	570	376	16	—	15	5	11	141
	serviço doméstico.....	6.497	2.181	1.205	1.180	887	92	660	292
	sem profissão.....	9.533	3.528	792	774	706	501	813	2.419

5. O negro na estrutura ocupacional da comunidade

Importa analisar, agora, como as transformações ocorridas no século dezenove, que implicaram numa complicação crescente da atividade econômica, se refletiram na organização do mercado de trabalho da Ilha e de Destêrro, ampliando os canais de penetração do negro e as suas possibilidades de integração na estrutura econômica rural ou urbana da região. Pela análise que desenvolvemos acima, verifica-se que nesse período o desenvolvimento econômico de Destêrro foi de molde a produzir relativa diferenciação na estrutura ocupacional da cidade. Os quadros das páginas 64-5 demonstram tal fato de forma eloqüente. Por outro lado, parece que a diferenciação da estrutura agrária da Ilha foi menos acentuada. Em determinados momentos, a intensificação da atividade dos setores tradicionais da economia agrícola permitiu um incremento da produção mas êle foi obtido principalmente por meio do aproveitamento mais extenso da mão-de-obra. Para completar a análise desenvolvida, resta-nos verificar que papel a mão-de-obra escrava desempenhou nêsse processo.

Os dados disponíveis mostram que a mão-de-obra escrava foi utilizada nos vários setôres em que se diversificou a atividade econômica da região. Em nenhum, porém, a participação do escravo foi decisiva ou chegou a superar a mão-de-obra assalariada ou independente, excetuando-se o trabalho nas armações. Mas estas deixaram de existir na primeira metade do século, não tendo podido por isso atrair escravos em número apreciável.

Quantitativamente, o setôr agrícola da economia foi o que mais absorveu a mão-de-obra escrava. Pode parecer contraditória essa afirmação em face da análise

que desenvolvemos, onde se demonstra a carência de recursos do agricultor ilhéu, e suas dificuldades crônicas. Entretanto, é preciso considerar, por um lado, que a plantação da mandioca e da cana foi feita também por agricultores médios, que utilizavam a mão-de-obra escrava; e, por outro lado, que na Ilha mesmo o agricultor pobre comprava escravos. Como já salientamos⁽¹⁸⁸⁾ Saint-Hilaire reúne indicações que comprovam êsse fato. Os lavradores pobres poupavam para adquirir escravos que trabalhassem na lavoura, deixando às mulheres todo o pêso do serviço doméstico. Da mesma forma que em outras regiões do país, a posse de escravos constituía um elemento importante na classificação dos homens livres e na determinação de sua posição social. É muito provável, portanto, que considerações psico-sociais se relacionem diretamente com os sacrifícios feitos pelos pequenos lavradores. Todavia, não podemos perder de vista a significação econômica da posse de escravos. Em uma sociedade na qual os “trabalhos mecânicos” eram degradados pela escravidão, os serviços brutos dependiam largamente da mão-de-obra escrava. Langsdorff deu-se conta desses aspectos do problema ao escrever no início do século XIX que a riqueza dos agricultores da Ilha contava-se pelo número de escravos que êles possuissem e que aos escravos cabia “o amanho do solo e toda a sorte dos mais rudes trabalhos”⁽¹⁸⁹⁾. Essa situação peculiar mostra-nos como a relação senhor-escravo podia contar como critério de avaliação social mesmo nas regiões do país onde a exploração econômica da mão-de-obra escrava era das mais acanhadas.

Dessa maneira, a existência de um número razoável de escravos na agricultura da Ilha não significa que a economia agrícola fosse próspera. O senhor de escravaria numerosa nunca encontrou lugar na estrutura social da Ilha. Aliás, pelo fato de que não havia con-

centração de escravos por unidade de produção na agricultura, aos viajantes e aos cronistas a importância desse tipo de mão-de-obra passou quase despercebido. Casal afirma, por exemplo, que a agricultura era "quasi geralmente executada por homens brancos". Saint-Hilaire, ao analisar a "camada inferior" da Ilha, composta de brancos, escreveu: "Como os negros são raros, sobretudo no campo, e a população branca é pobre e numerosíssima, esta não acha que seja desonra cultivar a terra com suas próprias mãos, e são os brancos quem no Destêrro exercem todos os mistêres"⁽¹⁹⁰⁾. Miguel de Brito, por sua vez, analisando as possibilidades de expansão da população da Ilha, esclarece que discutia somente a população "que inclúe os brancos de ambos os sexos; e exclúe a escravatura, porque esta população hé adventícia, precária, e menos prolífica"⁽¹⁹¹⁾.

Mas é provável que no fim da primeira e início da segunda metade do século tenha aumentado o número de escravos ocupados na agricultura. Com a intensificação da exploração da cana-de-açúcar, os agricultores médios, que possuíam mais escravos, puderam prosperar em suas empresas agrícolas. Isso torna compreensível a afirmação de Aubé, ao tratar da utilização do escravo na plantação da cana, de que haveria "proprietários que possúem grandes plantações e um número considerável de escravos"⁽¹⁹²⁾.

Vale notar que o testemunho de Aubé difere do de Saint-Hilaire quanto à importância da utilização do escravo como mão-de-obra em comparação com a mão-de-obra livre. Como escreve, "é somente pelo número de escravos, que são os únicos trabalhadores, que o proprietário avalia a sua produção"⁽¹⁹³⁾. A nosso ver, a diversidade do testemunho não significa que a informação de um ou de outro autor seja menos exata. É preciso considerar que entre a viagem do primeiro e a do segundo medeia um quarto de século. Nêsse ínterim,

a economia agrária da Ilha sofreu algumas modificações no sentido do aumento da produção da cana e da mandioca. Doutro lado, é bastante provável que Aubé, por causa do tipo de análise que desenvolveu, estivesse preocupado com o trabalho nas plantações mais importantes da Ilha, aquelas justamente onde o número de escravos era maior. Nessas, por certo, os escravos seriam os *únicos trabalhadores*.

Que continuaram a existir, paralelamente, o trabalhador agrícola independente e o assalariado não resta dúvida. Saint-Hilaire comenta o fato de que até mesmo soldados da guarnição da Ilha, quando de sua estada, “tôdas as vêzes que (...) obtinham licença, alugavam-se aos lavradores” (194). Os dados que possuímos sobre a estrutura ocupacional da região (conforme o quadro da pág. 64) mostram que, mais tarde (1872), ainda coexistiam o agricultor independente e o *jornaleiro* assalariado.

A avaliação do número de escravos utilizados na lavoura torna-se difícil porque há uma lacuna na documentação estatística até o censo de 1872. Através de evidências indiretas podemos verificar que durante todo este período houve procura de escravos para a agricultura. A análise dos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos é conclusiva a êsse respeito. Elaboramos, através da compilação dos anúncios aparecidos nos principais jornais de Destêrro, de 1855 a 1865, o seguinte quadro sobre o mercado de mão-de-obra escrava, onde se verifica ter havido oferta e procura de cativos para as atividades rurais:

Anúncios de compra, venda e aluguel de escravos em Destêrro entre 1855-1865 (198), segundo o ramo de atividade

Atividades rurais...	...	21
Serviço doméstico...		71
Atividades urbanas..		28
Outras atividades..	2
<i>Total Geral</i>	<u>122</u>

72 — Côr e mobilidade social

ATIVIDADES URBANAS:			
Florista	1	Marceneiro.....	4
Costura.....	5	Alfaiate.....	2
.....	1	1
Quitandas.....	2	Funileiro.....	1
Pedreiro.....	3	Boleiro.....	1
Carpinteiro.....	3	Correio.....	1
Tanoeiro.....	1		
Sapateiro.....	2	OUTRAS ATIVIDADES:	
Iluminador.....	1	Tocador de viola.....	1
Distr. de água.....	1	Marinheiro..	1

Em 1872 a mão-de-obra escrava distribuía-se da seguinte maneira no sistema de ocupações da Ilha e de Destêrro:

Atividades econômicas dos escravos existentes em Destêrro em 1872 (196)

OCUPAÇÕES	ILHA		DESTÊRRO		ILHA exceto Destêrro	
	masc.	fem.	masc.	fem.	masc.	fem.
Artistas.....	21	—	21	—	—	—
Marítimos.....	35	—	35	—	—	—
Pescadores.....	25	—	24	—	1	—
Comerciantes.....	2	—	2	—	—	—
Operários em madeiras	40	—	37	—	3	—
Operários de edificação	56	—	48	—	8	—
Operários de vestuário	3	—	3	—	—	—
Operários de chapéus.	6	—	6	—	—	—
Operários de calçados.	17	—	17	—	—	—
Canteiros.....	15	—	15	—	—	—
Operários em tecidos.	—	46	—	46	—	—
Costureiras.....	—	57	—	21	—	36
Criados e Jornaleiros..	82	25	76	23	6	2
Domésticos.....	161	915	109	445	52	470
Lavradores.....	699	26	—	—	699	26
Sem profissão.....	381	332	121	121	260	211

Vale notar que na paróquia de N. S. do Destêrro, que era a área mais urbanizada da Ilha, não foi computado um escravo sequer dedicado às atividades rurais, e que, por outro lado, os escravos que possuíam qualificações artesanais concentravam-se quase todos em Destêrro.

Nessa época, na Ilha, excetuando-se Destêrro, a mão-de-obra escrava estava inteiramente concentrada nas atividades rurais ou nos serviços domésticos, que em conjunto, se excetuarmos o número daquêles sem profissão, representava 95, 70% do total de escravos. Se computarmos os dados incluindo Destêrro, teremos a seguinte distribuição:

Atividades rurais + Serviços Domésticos: 181 escravos (80,73%)

Outras atividades, exclusive sem profissão: 430 escravos (19,27%)

Entretanto, apesar de que em Destêrro concentrava-se o maior número dos escravos que possuíam alguma qualificação profissional, êsses eram muito pouco numerosos em 1872. Proporcionalmente ao número de brancos que exerciam profissões artesanais ou urbanas das quais participavam também escravos, seu número era muito reduzido, como se vê pelo quadro da página seguinte (187).

É preciso convir que êsses dados se referem a um período em que a ordem escravocrata já estava abalada e que, portanto, é provável que muitos dos antigos escravos explorados pelos senhores nos trabalhos urbanos tivessem sido libertos. A documentação disponível, porém, não nos permite avaliar numéricamente a participação dos escravos no sistema artesanal urbano antes de 1872, nem calcular o número de negros ou mulatos fôrros que nêsse ano exerciam atividades urbanas.

**Relação entre o número de escravos e pessoas livres na
Estrutura Ocupacional de Destêrro**

O C U P A Ç Ã O	TOTAL	ESCRAVOS	% DE ESCRAVOS
Artistas.....	164	21	12,8
Marítimos..	248	35	14,1
Pescadores.....	57	24	42,1
Comerciantes.....	404	2	0,5
Costureiras.....	200	21	10,5
Canteiros.....	30	15	50,0
Operários em madeiras.....	103	37	35,9
Operários em edificações.....	147	48	32,6
Operários de vestuários.....	106	3	2,8
Operários de chapéus.....	6	6	100,0
Operários de calçados.....	36	17	47,2
Criados e jornaleiros.....	376	99	26,3
Domésticos.....	2.181	554	25,4
Lavradores.....	124	—	—
Sem profissão.....	3.528	242	6,9

De qualquer maneira, as fontes permitem constatar que houve aproveitamento regular da mão-de-obra escrava nas atividades pròpriamente urbanas desde a primeira metade do século. Como nenhum autor cita, de forma especial, a participação do negro nelas, é provável que em nenhum período ela tivesse sido realmente grande.

Na primeira metade do século há registros nos livros da câmara de vereadores de pedidos de proprietários de escravos para que êstes fossem licenciados para vender *quitandas* ou *fazendas*(198). Normalmente, a Câmara concedia autorização, desde que os senhores se sujeitassem "a responder por alguma trapaça que possa fazer o dito escravo a que comumente são inclinados os pretos e pretas que lidam em quitandas"(199). Tam-

bém no mercado local havia bancas sob a guarda de escravos, como se comprova pelo seguinte ofício de 5-4-1831, endereçado ao presidente da Província pela câmara de Destêrro, no qual se pedia a demolição das “barraquinhas”:

Reconhecendo a C. M. damno publico resultado das barracas por conta da Fazenda Nacional alugadas a pessoas immorais e *athé* escravos e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo o gênero de prostituições” (...) (200).

Quanto à participação de cativos no sistema artesanal da cidade⁽²⁰¹⁾, além dos anúncios aparecidos nos jornais, há a observação de Miguel de Brito, que mostra ter havido já no primeiro quartel do século, escravos devotados a êsse tipo de ocupação:

“Dos escravos pouco se pode dizer, porque a sua desgraçada condição os inibe do gozo dos direitos sociais, e por conseguinte do que delles se deriva: são aptos para toda a qualidade de trabalho braçal e maquinal, e também se encontram alguns com habilidades para os officios mecânicos, mormente os criolos” (202).

Desde essa época, pelo testemunho do mesmo autôr, sabe-se que havia negros e mulatos fôrros, que exerciam “officios mecânicos”. Note-se que Miguel de Brito analisa separadamente a “classe dos habitantes de côr” e a dos escravos, e entre aquêles faz menção especial aos mulatos: “A classe dos habitantes de côr hé geralmente inclinada a toda a qualidade de indústrias, e aos officios mecânicos: os mulatos são dotados de muita habilidade e viveza, qualidades geralmente inherentes a esta casta de gente, em consequência do cruzamento das raças de que procedem”. E Southey se refere ao

fato de que os escravos que possuíam habilidades nas “artes mecânicas” custavam mais caro⁽²⁰³⁾.

Confirmando êsse depoimento sôbre a participação de fôrros nas atividades artesanais há a licença concedida pela Câmara, em 3-11-1831, a Manoel Joaquim, fôrro, para a abertura de uma tenda de sapateiro: “Responde que sendo tão útil o aumento da indústria no Brasil, parece-me justo dar-se a licença que pede, visto ser êle pardo fôrro a querer viver de meios honestos”⁽²⁰⁴⁾. Na iluminação pública urbana empregava-se também a mão-de-obra escrava⁽²⁰⁵⁾, e por vêzes havia pela cidade escravos vendedores de pescado, pois as Posturas Municipais permitiam que essa atividade fôsse exercida pelos cativos⁽²⁰⁶⁾. Da mesma forma, na marinhagem os escravos foram largamente utilizados, sobretudo para a navegação costeira de grande cabotagem, como se vê pelo quadro abaixo⁽²⁰⁷⁾:

Relação do pessoal ocupado nos serviços de pesca e navegação

	1855		1856		1857	
	Livres	Es- cravos	Livres	Es- cravos	Livres	Es- cravos
Pesca.....	51	13	54	16	54	16
Tráfego do Pôrto.....	—	—	202	10	216	5
Naveg. Costeira.....	562	315	325	324	341	350

Entretanto, em nenhuma outra atividade os escravos foram mais largamente aproveitados que nos serviços domésticos⁽²⁰⁸⁾. Cidade pobre, centro de uma região em que o desenvolvimento econômico durante o período escravocrata foi pequeno, a escravidão em Des-

têrro e na Ilha foi sobretudo doméstica. Possuíam escravos os funcionários públicos, civis ou militares, os comerciantes, os lavradores, enfim, "a população abastada", que tinha recursos suficientes para manter um, dois ou três negros na cozinha, na copa e na arrumação, ou então algum moléque esperto para entregar encomendas e dar recados, ao lado das indefectíveis mucamas e mães pretas do Brasil escravocrata. Os dados são expressivos a êsse respeito. Havia em 1872 o seguinte número de escravos ocupados no serviço doméstico:

	ILHA	DESTÊRRO	ILHA EXCETO DESTÊRRO
Homens.....	161	109	52
Mulheres.....	915	445	470
TOTAL.....	1.076	554	522

Nenhum outro tipo de atividade, nem a lavoura, absorvia nêsse período mão-de-obra escrava mais numerosa, conforme se pode verificar pelo quadro da página 72.

Foram êstes os setores de atividade que permitiram, e alguns exigiram, a existência de negros em Destêrro e o aproveitamento regular da mão-de-obra escrava. O ritmo de desenvolvimento econômico dêsses diversos setores de atividade, já analisados, nos permite compreender a razão da participação relativamente pequena do negro no coeficiente total da população da cidade e da Ilha, que se traduz pelos números que passamos a analisar.

6. *Branços e negros na população catarinense*

Apesar de que desde o início do povoamento da Ilha existiram negros na população catarinense, essa participação sempre foi relativamente pequena. Isso se explica pela própria organização e pelo ritmo de desenvolvimento da economia da região. As estatísticas disponíveis, com tôda a sua precariedade, permitem que se verifique a participação do contingente de negros na população da Ilha e da Província durante o século dezanove.

Os dados fornecidos por Paulo Jozé Miguel de Brito, relativos a 1810, acusam uma população total de 5.250 almas na Paróquia de N. S. do Destêrro, dos quais 3.384 são brancos, 1.966 negros, incluindo-se nestes 1.689 escravos e 277 libertos. Na Ilha tôda viviam 12.471 pessoas, sendo 8.842 livres, 3.313 escravas e 316 libertas. Se compararmos êsses dados com os da população do Município de São Paulo em 1815, a diferença da importância relativa do negro na população das duas cidades na mesma época ressaltará como se vê pelo quadro da página seguinte⁽²⁰⁹⁾.

Infelizmente os dados sôbre a composição etnca da população catarinense durante êste período são insatisfatórios e nem sequer fazem menção dos *pardos*, os quais, provâvelmente, seriam contados como negros. Mesmo assim, podemos servir-nos daqueles dados para caracterizar a participação do elemento negro na população catarinense, desde que os consideremos como aproximações, imperfeitas, da realidade.

No conjunto da população da Ilha, o escravo não representava mais do que 29,1% em 1810. Convém notar que a porcentagem do Distrito de N. S. do Destêrro é maior (35,5%), e que êsse Distrito apresentava, já nessa época, área e população urbanas maiores que

Quadro comparativo entre a população de São Paulo e da Ilha de Santa Catarina

CÔR	SÃO PAULO (1815)				DESTÊRRO (1810)				ILHA SANTA CATARINA (1810)			
	Livres	Es- cravos	Total	%	Livres	Es- cravos	Total	%	Livres	Es- cravos	Total	%
Branços . . .	12.274	—	12.274	48,4	3.384	—	3.384	64,4	8.842	—	8.842	70,9
Pardos	6.239	1.582	7.821	30,8	—	—	—	—	—	—	—	—
Negros	845	4.373	5.218	20,6	177	1.689	1.866	35,5	316	3.313	3.629	29,1
TOTAL . . .	19.358	5.955	25.313	99,8	3.561	1.689	5.250	99,9	9.158	3.313	12.471	100

os demais distritos da Ilha. Isso se explica, como vimos, pela utilização intensa do negro nos serviços domésticos urbanos.

No mesmo período a Província tôda contava com uma população de 30.339 pessoas (²¹⁰), das quais 23.680 livres, 651 libertas e 7.203 escravas. Isto é, a população escrava atingia apenas 23,7% do total, e a população negra (se à escrava juntarmos a liberta) atingiria pouco mais. As duas principais vilas da "terra firme", Laguna e São Francisco, contavam com um número menor ainda de escravos e negros do que Destêrro. Os dados referentes a Laguna, fornecidos por Jozé de Brito são incongruentes, mas mesmo assim servem para mostrar o número relativamente pequeno de negros na população: haveria 2.251 homens brancos, 2.669 mulheres brancas, 86 libertos de ambos os sexos, 887 homens e 490 mulheres escravas(²¹¹). São Francisco tinha uma população de 3.953 pessoas livres, 212 libertas e 623 escravas.

Segundo Saint-Hilaire, a proporção do negro na população seria, em 1820, de um negro para cinco brancos; e, em 1840, de 1 para 4,47 brancos. Na população negra, o número de homens superava o de mulheres, o que se explica por causa da necessidade de braços para a lavoura, como mostramos(²¹²), e o de mulatos seria ainda menor que o de negros(²¹³).

No decorrer do século dezenove a população escrava da Ilha e da freguesia de Destêrro decresceu continuamente em proporção com a população total. Porém, numêricamente manteve-se mais ou menos constante até a década de 70, quando a desagregação da ordem escravocrata se acentuou e as manumissões e evasões alteraram êsse quadro. Daí em diante tornou-se impossível manter o mecanismo de reposição dos escravos da lavoura e outros serviços, o qual compensava o pequeno crescimento vegetativo da população escrava. Êsse cresci-

mento, já tão reduzido em geral por causa da alta taxa de mortalidade entre os escravos, deveria ser menor ainda em Santa Catarina em razão do desequilíbrio demográfico, já apontado e explicado, que se revela na desproporção existente entre o número de escravos do sexo masculino e os do sexo feminino.

Não dispomos de dados demográficos relativos à primeira metade do século, além dos indicados acima; mas podemos acompanhar a curtos intervalos de tempo as alterações populacionais da Ilha e a participação do elemento servil nelas, desde a segunda metade do século até à extinção da escravatura. O quadro abaixo resume êste desenvolvimento:

A N O	POPULAÇÃO DA ILHA DE SANTA CATARINA		PORCENTAGEM (Pop. Escrava)
	Escrava	Total	
1810.....	3.313	12.471	26,56 (214)
1854.....	3.692	19.913	18,54 (218)
1856.....	3.978	20.916	19,01 (218)
1859.....	3.697	19.945	18,03 (217)
1864.....	3.842	21.136	18,17 (218)
1866.....	3.416	21.099	16,19 (219)
1872.....	3.359	24.174	13,89
1872.....	3.431	26.311	13,04 (220)
1883.....	1.319	—	— (221)
1885.....	408	—	— (222)

Com pequenas oscilações, pois, a curva do crescimento relativo da população escrava foi, no conjunto, continuamente decrescente no século dezenove, apesar de que, em números absolutos, o contingente de escravos manteve-se constante.

O mesmo se verifica com relação à Província. Entretanto, numéricamente a população escrava da Província cresceu continuamente, durante os primeiros cinqüenta anos do século, atingindo pontos máximos na década de 1850 a 1860. Convém ponderar que, se de um modo geral as estatísticas do passado são falhas, particularmente os dados para a população da Província de Santa Catarina, apresentados nos relatórios de 1855-56-58, pelo presidente J. J. Coutinho, parecem pecar pela imprecisão quando cotejados com os dados que Araujo Brusque fornece para o ano de 1859, êstes bem mais seguros, que apontam um número menor de escravos. De qualquer maneira, parece que, neste decênio, a população escrava foi mais numerosa em Santa Catarina que em qualquer outro período do século dezenove.

Compreende-se o aumento do número de escravos nessa época. Como já mostramos, foi nela que a economia catarinense experimentou novo surto de crescimento econômico. Não houve, porém, condições para que dêle resultasse um incremento realmente considerável da população escrava da Província. As razões são óbvias: a) a economia catarinense desenvolveu-se depois da introdução do imigrante; b) nesta época a carência de braços nas áreas em expansão econômica (nas chamadas "Províncias Negreiras": Rio de Janeiro, Minas e São Paulo), começava a acentuar-se por causa do término do tráfico negreiro. Os efeitos dessa situação foram logo sentidos em Santa Catarina. Já em 1852 proibia-se, através da lei provincial n.º 340, a saída de escravos que não estivessem acompanhados por seus senhores, sob pena do pagamento de um tributo de 30\$000. De pouco adiantaram tais medidas. No período de 50-65 aparecem nos jornais notícias de senhores que tentaram fazer passar escravos para fóra da Província⁽²²³⁾, bem como anúncios de compra de escravos para serem remetidos para o Rio⁽²²⁴⁾. Os relatórios dos presidentes da

Província⁽²²⁵⁾ também dão conta, indiretamente, pela arrecadação crescente do imposto pago por escravos saídos de Santa Catarina, da evasão da população escrava. Em 1861, o *Argos* publicava um comentário expressivo sobre a diminuição do número de escravos na Província: "Os poucos escravos que nela existem depois da elevação quase fabulosa de seu valor, muitos têm saído para outras partes, não poucos têm morrido e outros envelhecido, de modo que pode-se dizer sem receio de errar, que o número de escravos de 1850 para cá está reduzido a $\frac{1}{3}$. No fim do decênio que decorre, talvez não haja a sexta parte em estado de servir"⁽²²⁶⁾.

Apesar de que, segundo êsse documento, em 1861 o preço do escravo era "fabuloso", a elevação continuou, alcançando porém níveis bem mais baixos do que aquêles de São Paulo ou do Rio de Janeiro, de tal fórmula que o incentivo para o comerciante de escravos comprá-los em Santa Catarina e remetê-los para os grandes centros consumidores era constante. Não obtivemos dados seguros a respeito. Mas, em 1874, calculava-se que o valôr de *uma peça* variava entre quatrocentos e seiscentos mil réis⁽²²⁷⁾. Mesmo se tomarmos o maior valôr, que conseguimos registrar, 700 a 800\$000 em 1853⁽²²⁸⁾, a margem de lucro na venda dos escravos catarinenses em São Paulo ou no Rio seria grande, pois em São Paulo, nos meados do século, "o preço de um escravo oscilava entre um e dois contos de réis"⁽²²⁹⁾.

Por todos êsses motivos, não havia condições para persistência do regime escravocrata. A partir de 1872, começa o decréscimo do número absoluto e relativo dos escravos da Província. Êle foi, porém, menos acentuado que o ocorrido na Ilha de Santa Catarina. O quadro seguinte nos dá conta de como se operaram as transformações:

População da Província de Santa Catarina

ANO	POPULAÇÃO		PORCENTAGEM (Pop. Escrava)
	<i>Escrava</i>	<i>Total</i>	
1810.....	7.203	30.309	23,07 (280)
1812.....	7.578	33.049	22,09 (281)
1813.....	7.478	32.949	22,70 (282)
1819.....	9.172	44.031	20,80 (283)
1838.....	13.658	63.624	21,46 (284)
1839.....	14.062	65.578	21,44 (285)
1840.....	12.511	66.218	18,80 (286)
1842.....	12.580	67.218	18,70 (287)
1844.....	14.358	72.814	19,75 (288)
1854.....	14.195	101.559	13,97 (289)
1855.....	17.119	105.604	16,21 (290)
1856.....	18.187	111.109	16,36 (291)
1857..	18.408	122.833	14,98 (292)
1858.....	19.131	127.786	14,90 (293)
1859.....	16.316	114.597	14,23 (294)
1864.....	16.320	133.738	12,20 (295)
1866.....	14.722	119.181	12,35 (296)
1872.....	14.984	159.802	9,39 (297)
1884.....	8.261	—	— (298)
1885.....	8.249	—	— (299)
1886.....	8.240	—	— (300)
1887.....	4.927	—	— (281)

Seria difícil proceder a uma análise comparativa rigorosa da população escrava das principais cidades catarienses no decorrer do século dezenove. Ela possuiria, porém, reduzido valôr heurístico. Além de sòmente dispormos de dados para o período posterior a 1856, acresce que, quando pretendemos isolar o município para unidade de análise, quase desaparecem as possibilidades de aproveitamento preciso das estimativas de população, já tão inseguras em geral durante o século dezenove. O desdobramento contínuo de áreas municipais, que passam a formar municípios à parte, e a variação no cômputo da população das freguesias, ora num ora noutro município, ou sua simples supressão dos totais municipais, constituem um entrave intransponível para semelhante análise.

Com relação a Destêrro as perspectivas são melhores, porque se localiza numa ilha cuja área total sempre pertenceu ao têrmo da vila da capital e só recentemente (252) o município estendeu-se, incorporando a parte do continente fronteira à Ilha, denominada Estreito. No entanto, mesmo em Destêrro, surgem algumas dificuldades na análise da população por freguesias e distritos, como veremos adiante. Levando em conta as limitações apontadas, é possível ter uma idéia aproximada da população escrava nos principais municípios catarienses através do seguinte quadro, que conseguimos elaborar:

População escrava em relação à população total da

FREGUESIAS	1810 (253)			1856 (254)			1860 (255)		
	Es- crava	Total	%	Es- crava	Total	%	Es- crava	Total	%
Capital....	3.313	12.471	26,56	3.978	20.916	19,01	3.597	19.945	18,0
S. Francisco	623	4.788	13,02	2.736	14.552	18,80	3.948	17.476	22,5
Laguna....	1.377	6.383	21,54	3.684	25.221	14,60	3.310	33.542	9,8
S. José....	—	2.808	—	2.831	17.234	16,42	2.225	15.699	14,1

Se tomarmos os dados do relatório Brusque, um dos melhores levantamentos da época, teremos o seguinte cômputo da população de tôda a Província, em 1860, incluindo-se a população escrava:

População da Província, em 1860

MUNICÍPIOS	LIVRES	LIBERTOS	ESCRAVOS	TOTAL
Capital.....	15.552	796	3.597	19.945
São José.....	12.996	478	2.225	15.699
S. Francisco.....	12.394	1.134	3.948	17.476
Laguna.....	23.994	6.148	3.310	33.452
São Miguel.....	7.376	1.326	963	9.665
Pôrto Belo.....	11.003	340	1.197	12.540
Lages.....	4.630	114	1.076	5.820

Vê-se, pois, que na Capital e seu têrmo o número de escravos quase sempre foi maior e mais constante que nos outros municípios, até 1872. Entretanto, a população de côr de cidades como São Francisco e

principais freguesias da Província de Santa Catarina

1864 (256)			1866 (257)			1872 (258)		
Es- crava	Total	%	Es- crava	Total	%	Es- crava	Total	%
3.842	21.136	18,18	3.416	21.099	16,19	3.359	24.144	13,91
2.071	15.415	13,44	937	14.622	6,41	1.583	13.366	11,84
3.427	39.788	8,61	3.228	23.408	13,79	2.737	18.698	14,64
2.303	17.918	12,85	2.319	20.602	11,26	2.492	24.897	10,0

Laguna era maior do que a de Destêrro, porque nelas o número de libertos era grande. Compreende-se o pequeno número de manumissões e a pequena variação no total de escravos da Capital e seu têrmo por causa dos padrões de contacto inter-racial existentes e pela própria natureza do trabalho desempenhado pela mão-de-obra escrava na zona urbana (serviços domésticos), e na zona rural por causa do tipo de organização econômica vigente. Ao contrário do que ocorria noutras áreas do país, a situação de contacto inter-racial de Destêrro não favorecia particularmente os escravos domésticos, como veremos adiante. Dessa forma eles não se beneficiavam dos favores e do *paternalismo* dos proprietários no que se refere às alforrias. E, por outro lado, as necessidades de escravos para o serviço doméstico eram mais ou menos constantes, variando apenas em função do crescimento da população abastada da cidade, que foi relativamente pequeno. Quanto aos escravos da lavoura, é preciso considerar que a manumissão de um escravo que fôsse trazia conseqüências imediatas e ruinosas para o pequeno lavrador que operava numa economia acanhada e com traços tão acentuados de economia de tipo familiar como a da Ilha de Santa

Catarina. De outro lado, fazia-se reposição das “peças” que morriam ou se tornavam inúteis para o trabalho, por mais caras que estivessem, mesmo com sacrifício dos padrões de consumo dos próprios lavradores. Isso se explica porque havia fortes incentivos de ordem econômica para tal comportamento, uma vez que para o pequeno proprietário era essencial o trabalho do seu ou dos seus poucos escravos na manutenção do ritmo da produção que já era, em regra, tão pequeno que oscilava em tórno do mínimo necessário para a sobrevivência da família com decôro. Além de que a posse de escravos “satisfazia a vaidade” dos lavradores, isto é, deveria ser um atributo fundamental para a classificação social do pequeno proprietário como *senhor*. Assim, havia estímulos psico-sociais que impulsionavam o lavrador a substituir seus escravos, por maiores que fôsem os sacrifícios que tivessem que ser feitos.

A partir de 1872, podemos acompanhar o processo de desagregação da ordem escravocrata pela diminuição constante da matrícula de escravos nas principais cidades e respectivos municípios, como se vê pelo seguinte quadro:

Escravos Matriculados

MUNICÍPIOS	1871 (259)	1884 (260)	1885 (261)	1887 (262)
Capital.....	3.031	927	408	408
S. Francisco (263).	1.655	471	524	272
São José.....	2.258	1.120	816	816
Laguna.....	3.573	1.908	858	858
Lages.....	1.657	1.198	736	736
Itajaf.....	831	—	346	—
Tijucas Grandes..	1.104	—	422	—
Biguassú.....	1.052	—	248	—
Tubarão.....	9	—	469	—

Verifica-se que a desagregação do regime servil foi muito rápida. A discrepância no ritmo da diminuição do número de escravos que se nota com relação a Lages e Tubarão se explica por tratar-se de zonas cuja integração na vida econômica da Província era recente e que estavam em franca expansão econômica, o que já não acontecia com as “zonas velhas” do litoral. Além disso, em Lages havia a exploração em grande escala do gado, e essa dependia da mão-de-obra escrava. Note-se que a diminuição do número de escravos em Destêrro foi acentuadíssima, podendo-se dizer que no período de 14 anos que vai de 1871 a 1885 a escravidão estava quase extinta. Compreende-se êsse fato quando se sabe, como veremos adiante, que nas áreas urbanas a intensidade da propaganda abolicionista foi maior e que o escravo urbano, doméstico por excelência, não fazia parte da engrenagem básica da economia da Província, ao contrário do escravo de Lages, por exemplo. Infelizmente as fontes não mencionam a distribuição espacial dos escravos matriculados na Ilha e assim não podemos comprovar diretamente esta hipótese. Entretanto, na análise que fazemos adiante sobre o movimento abolicionista verifica-se que realmente a pressão dos *clubes* abolicionistas fazia-se sentir de maneira imediata na zona urbana da Ilha, à semelhança do que aconteceu em outras áreas do Brasil, como em Porto Alegre, onde as manumissões eram obtidas rua por rua da cidade.

Na Ilha de Santa Catarina a população escrava distribuía-se pelas diversas freguesias como se vê no quadro seguinte:

Evolução da população da Ilha

FREGUESIAS	1810 (264)			1855 (265)			1856 (266)			1866 (267)			1872 (268)		
	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%	Escrava	Total	%
Capital.....	1.689	5.250	32,17	1.436	5.611	25,59	1.351	5.614	24,06	1.263	6.474	19,50	1.622	9.108	17,80
Sto. Antônio.....	602	3.347	17,98	554	3.033	18,26	580	3.196	18,14	394	2.666	14,77	405	3.006	13,47
Ribeirão.....	423	1.144	37,97	640	2.651	24,14	686	2.923	23,46	519	2.712	19,13	275	2.997	9,17
Lagôa.....	599	2.370	25,27	118	2.888	4,08	394	2.877	13,66	479	3.025	16,49	441	3.300	13,36
Rio Vermelho.....	—	—	—	345	1.644	20,98	366	1.930	18,96	241	1.656	14,55	186	1.768	10,40
Canavieiras.....	—	—	—	347	2.275	15,25	331	2.338	14,16	323	2.641	12,23	385	3.854	9,98
Trindade.....	—	—	—	252	1.811	13,91	270	2.038	13,24	197	1.925	10,23	117	2.292	5,10

Por êste quadro verifica-se que a maior parte dos escravos da Ilha de Santa Catarina concentravam-se na freguesia da Capital, o que é facilmente compreensível quando temos presente a intensidade da exploração do braço escravo nos serviços domésticos. Apenas uma freguesia apresentava, em algumas estatísticas, maior taxa de escravos na população do que Destêrro: a freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão. Êste fato se explica pela existência de uma armação, a da Lagoinha, nessa área. Tanto assim que os dados de 1810, quando ainda havia pesca da baleia, acusam uma diferença expressiva a favor de Ribeirão quanto à proporção de escravos das duas freguesias. Note-se, entretanto, que essa diferença era apenas quanto ao número relativo de escravos, pois que, em números absolutos, a freguesia da Capital sempre teve mais escravos do que qualquer outra.

Quanto à distribuição da população segundo a côr, pudemos estabelecer os seguintes quadros:

QUADRO I

Evolução da população de Santa Catarina (Província e Estado),
segundo a côr

CÔR	1864 (269)	1866 (270)	1872 (271)	1890 (272)	1940 (278)	1950 (274)
Branços.....	108.951	96.055	125.942	240.587	1.112.809	1.476.267
Pretos.....	24.787*	12.902	14.374	13.625	61.382	56.948
Pardos.....	—	10.224	19.486	29.557	3.956	23.769
Amarelos...	—	—	—	—	40	51
s/declaração..	—	—	—	—	153	3.469
TOTAL..	133.738	119.183	159.802	283.769	1.178.320	1.560.451

* Inclusive os pardos.

QUADRO II

Evolução porcentual da população de Santa Catarina,
segundo a côr

côr	1864	1866	1872	1890	1940	1950
Branços	81,47	80,61	78,82	84,78	94,44	94,61
Pretos .	18,53	10,82	8,99	4,80	5,21	3,65
Pardos .	—	8,57	12,19	10,42	0,34	1,52
Amarelos	—	—	—	—	0,0	0,00
s/decl. .	—	—	—	—	0,01	0,22
TOTAL	100	100	100	100	100	100

QUADRO III

Evolução da população do município da capital (Destêro-Florianópolis), segundo a cor

CÔR	1864	%	1866	%	1872	%	1890	%	1940	%	1950	%
Branços.....	19.913	75,29	16.016	75,91	19.275	73,26	24.718	81,03	42.128	90,07	61.221	90,52
Pretos.....	5.223	24,71	3.177	15,06	3.853	14,64	2.061	6,78	4.475	9,57	5.027	7,43
Pardos.....	—	—	1.906	9,03	3.066	11,65	—	—	167	0,36	1.249	1,85
Amarelos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—
Caboclos.....	—	—	—	—	117	0,44	124	0,41	—	—	—	—
Mestiços.....	—	—	—	—	—	—	3.489	11,48	—	—	—	—
s/declaração.....	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	130	0,19
TOTAL.....	21.136	100	21.099	100	26.311	99,99	30.392	100	46.771	100	67.630	99,99

QUADRO IV

FREGUESIAS	1866			1872				1890			
	Branços	Pretos	Pardos	Branços	Pretos	Pardos	Caboclos	Branços	Pretos	Mestiços	Caboclos
Destêro.....	4.361	1.275	838	5.884	1.910	1.296	18	8.153	928	1.957	53
Lagôa.....	2.353	426	246	2.545	420	333	2	3.002	360	403	2
Santo Antônio.....	2.084	369	213	2.323	331	320	32	2.738	149	301	—
Ribeirão.....	2.083	501	128	2.373	400	224	—	3.208	195	247	4
Rio Vermelho.....	1.286	200	170	1.394	214	157	3	1.789	157	206	7
Canavieiras.....	2.238	225	178	2.756	404	632	62	3.039	98	247	1
Trindade.....	1.611	181	133	2.025	155	112	—	2.809	175	173	12

Os dados que acabamos de expôr indicam que a variação porcentual do contingente negro da população da Ilha e da Província apresenta a tendência constante de diminuição da população de negros (e mulatos) na população total. No conjunto, comparativamente, o crescimento da população branca e o da negra foi de tal ordem que “de 1872 a 1940 os brancos aumentaram de 784%, os negros de 327% e os “outros” diminuíram de 79%. Considerando-se os pretos e pardos em conjunto verifica-se um aumento de 93%, que se deve considerar modesto no quadro nacional e que fica muito inferior ao dos brancos”⁽²⁷⁵⁾.

Seria desnecessário atentar para o significado desse desenvolvimento demográfico. Êle se explicaria, por um lado, pela introdução de imigrantes e pela taxa maior de crescimento da população branca (relacionada, por sua vez, com a existência de melhores condições materiais de vida). Por outro lado, o contingente de negros na população não cresceu em ritmo mais acentuado porque o incentivo à importação de escravos era pequeno, em razão das peculiaridades da exploração econômica catarinense no quadro geral da economia brasileira. O aumento vegetativo da população negra, no passado, não podia ser considerável porque a taxa de mortalidade era alta, dadas as condições desfavoráveis de existência. Depois da Abolição, não tendo havido melhoria real nas condições de vida, como discutiremos adiante, e não havendo nenhum deslocamento apreciável da mão-de-obra negra para Santa Catarina, persistiram as condições que restringiam o crescimento da população negra. Isso significa que a análise dos padrões de contacto inter-racial que faremos nas partes subsequentes dêste trabalho, refere-se a uma área onde há outra condição estrutural que intervém nos ajustamentos inter-raciais de forma atípica com relação às áreas do Brasil nas quais a análise das relações entre negros e

brancos já foi feita: a pequena proporção da população negra no cômputo geral dos habitantes. Se bem que, sob este ponto de vista, a área estudada não possa ser comparada com outras comunidades do próprio Estado de Santa Catarina, ou da região sul em geral, a diferença da proporção de negros na população catarinense é flagrante, com relação às áreas onde houve exploração de produtos tipicamente coloniais. Dessa forma, quando do *survey* sobre as relações inter-raciais preocupamo-nos com os efeitos dessa variável, em termos do fenômeno da *visibilidade social* (ver adiante o capítulo *Raça e Mobilidade Social*.) Os resultados das análises sobre as condições de contacto inter-racial a que chegamos poderão, também, ser examinados considerando-se essa característica do universo estudado, o que fizemos apenas parcialmente, neste trabalho, porque resolvemos aguardar o resultado da análise do material colhido em Curitiba, onde a população negra é bem menor ainda, para, então, em termos comparativos, explorar sistematicamente o problema.

Convém ponderar nessa análise demográfica, finalmente, que o processo imigratório ao qual nos temos referido (de alemães e italianos) não se dirigiu diretamente para a comunidade que estudamos. Se bem que tenha havido deslocamento de estrangeiros da zona de colonização para Florianópolis, como veremos adiante, e que o exame dos quadros censitários mostre que a oscilação do contingente de estrangeiros na população do município é sensível às flutuações gerais da entrada de imigrantes no Estado, no conjunto da população o número de estrangeiros de Florianópolis nunca foi muito grande.

**População de Florianópolis,
segundo a nacionalidade**

CENSOS DE:	NATURALIDADE	
	<i>Brasileiros</i>	<i>Estrangeiros</i>
1890	16.594	344
1920	40.252	1.024
1940	46.082	688
1950	66.913	715

Por isso, Florianópolis é tida por seus habitantes como uma cidade luso-brasileira, e na sua paisagem urbana, como nos seus costumes, a influência dos grupos imigrados não se faz notar de forma especial.

7. *Mudança econômica e reintegração do sistema ocupacional*

Resta-nos, agora, analisar as mudanças verificadas na organização econômica da cidade e as conseqüentes mudanças verificadas depois da Abolição na posição do grupo negro em face do grupo branco na estrutura ocupacional da comunidade. A partir de 1888 foi legalmente concedido ao negro a condição de homem livre. Isso lhe deu a possibilidade de competir com o branco no mercado de trabalho e de desfrutar, pelo menos formalmente, das oportunidades asseguradas pelo regime de livre iniciativa e de livre concorrência. Como os aspectos dinâmicos da ascensão social dos negros serão discutidos

nos próximos capítulos, examinaremos aqui apenas as condições e os fatores de estrutura econômica que regularam os processos de integração social do negro à nova ordem social em formação.

As grandes linhas do desenvolvimento econômico de S. Catarina no século dezenove não sofreram alterações marcantes durante o início do século vinte. O processo de industrialização incipiente de algumas áreas de colonização intensificou-se; a economia extrativa, tanto do mate como a de produtos minerais (por exemplo, a do carvão que começou a desenvolver-se no século vinte) permitiu também que novas áreas do Estado fossem exploradas vantajosamente do ponto de vista econômico; a pecuária do planalto continuou em expansão. Através desses ramos de atividade, setores apreciáveis do interior do Estado integraram-se na economia do país. Em muitos deles, cuja penetração econômica, em regra, se fez através dos vales dos rios que correm perpendicularmente ao litoral, o surto de desenvolvimento econômico assumiu aspectos de *pioneirismo*, atingindo ritmo realmente acelerado (27^o).

A região litorânea do Estado reagiu e se beneficiou de forma desigual em face desse processo de desenvolvimento, relativamente rápido, e de integração econômica das áreas do hinterland catarinense ao mercado dos grandes centros econômicos do Brasil. Enquanto certos núcleos de população, como Itajaí, por causa mesmo da sua localização geográfica, transformaram-se em pontos de concentração e redistribuição da produção catarinense e integraram-se aos novos focos de atividade econômica do Estado, beneficiando-se com o crescimento econômico das zonas prósperas, outros ficaram inteiramente à margem desse processo. É o caso de inúmeras cidades e vilas, como São José, Palhoça etc. que tendo desempenhado no passado importantes funções na economia da Província, no presente poderiam ser encaradas como

idades mortas. O contraste entre as áreas prósperas do interior e as áreas pobres do litoral catarinense é flagrante.

Florianópolis não está situada geograficamente em posição estratégica favorável, com relação aos novos núcleos dinâmicos da economia catarinense do século vinte. Acresce que até a década de 1920, quando foi ligada ao continente por uma ponte, sofria ainda tôdas as desvantagens econômicas de seu isolamento, por ser uma cidade localizada numa ilha. Entretanto, fatores extra-econômicos fizeram com que, indiretamente, a cidade se beneficiasse do desenvolvimento econômico geral do Estado. É que, como sede político-administrativa de Santa Catarina, absorve uma porção dos recursos econômicos e financeiros do Estado. Doutro lado, graças à sua condição de *capital*, conta com oportunidades seguras de desenvolvimento. No passado, como já vimos, um conjunto de fatores políticos, militares e também econômicos, operaram no sentido de assegurar a Destêrro a função de centro administrativo da Capitania e da Província. Embora das transformações ocorridas na estrutura econômica de Santa Catarina e no seu sistema de articulações políticas e econômicas com o Brasil tenha resultado que alguns dos fatores favoráveis para que Florianópolis fôsse o centro administrativo e político do Estado não mais operem na atualidade, todo um conjunto de pressões, valôres e interêsses que se ligam à tradição, ao passado, e mesmo a considerações judiciosas sôbre o papel que Florianópolis poderá vir a exercer na vida econômica futura do Estado (²⁷⁷), tem impedido os movimentos tendentes a mudança de sede do govêrno catarinense.

Como capital que é do Estado resulta, de maneira imediata, que o centro do aparelho burocrático estatal, com tôdas as conseqüências políticas dêsse fato, localiza-se em Florianópolis. Somando-se à burocracia estadual

há que contar os setôres da burocracia federal, notadamente das forças armadas, que costumeira ou necessariamente se localizam na sede da administração e da política estadual. Disso decorre todo um conjunto de possibilidades e necessidades econômicas: à medida que cresce o aparelho burocrático (que por sua vez se relaciona com o crescimento econômico geral do estado), aumenta a população da cidade e com esta as necessidades econômicas a serem satisfeitas. Todo um mercado de serviços e de produção de bens de consumo perecíveis, que não podem ser supridos pelas áreas contíguas à capital, se desenvolveu ou se expandiu.

Além disso, parte das rendas estaduais é carregada para Florianópolis, seja por causa da centralização da arrecadação, seja através dos salários do funcionalismo, cujos cargos mais altamente remunerados são lotados na capital.

Por fim, dadas as ligações estreitas entre a administração pública e a economia privada no Brasil, frequentemente os grandes industriais, comerciantes e agricultores do interior transferem-se para as capitais, onde têm interesses a tratar com as autoridades governamentais. E não raro tornam-se empreendedores na comunidade para onde se transferem, invertendo nela o capital acumulado noutras áreas.

Êsses fatores todos, em medida desigual, operaram em Florianópolis, atenuando os efeitos negativos que o deslocamento do eixo econômico do Estado para outras áreas poderia ter acarretado à economia da cidade.

Os resultados dos censos permitem-nos analisar o referido desenvolvimento econômico do município nas suas grandes linhas.

A economia agrária, em 1920, organizava-se, como no passado, à base da pequena propriedade rural, gerida diretamente pelo proprietário. Dos 147 estabelecimentos,

rurais, então registrados, apenas 7 eram dirigidos por administradores e interessados, não havendo no município a exploração através de arrendatários. A extensão dessas propriedades pôde ser descrita pela seguinte tabela (278):

**Extensão da propriedade territorial no
mun. de Florianópolis**

N.º DE PROPRIEDADES	EXTENSÃO EM ha.	ÁREA MÉDIA DA PROPRIEDADE
131	41	13 ha.
14	41 a 100	57 ha.
1	201 a 400	338 ha.
1	1.001 a 2.000	2.000 ha.

FONTE: Recenseamento 1920, vol. 3, *Agricultura*, págs. 190, 191.

É preciso notar que, nesses estabelecimentos rurais, em conjunto, as matas cobriam 61,5% da superfície e que, embora não haja dados a respeito, certamente a área cultivada correspondia a uma parte bem menor do que a das áreas sem matas. Dentre tôdas as propriedades, só quatro pertenciam a pessoas nascidas fora do Brasil. As demais, provàvelmente, continuavam nas mãos dos descendentes dos açorianos.

Em 1940 foram recenseados 1049 estabelecimentos rurais. Dêsses, 658 exploravam a agricultura, 391 a agro-pecuária e nenhum a pecuária. De acôrdo com a classificação do censo, todos exploravam essas modalidades de produção em *pequena escala*. As propriedades rurais nos vinte anos que medeiam os censos de 1920 e 1940, sofreram transformações sensíveis quanto à sua

extensão média. Em 1940 a distribuição da área ocupada por estabelecimentos agro-pecuários era a seguinte (279):

Área ocupada pelos estabelecimentos agro-pecuários
no mun. de Florianópolis (1940)

	Á R E A	N.º DE ESTABELECIMENTOS
Sibb. Central	- de 1 ha.	164
	de 1 a 2 ha.	238
	de 2 a 5 ha.	323
	de 5 a 10 ha.	153
	de 10 a 20 ha.	143
	de 20 a 50 ha.	27
	de 50 a 100 ha.	1

FONTE: Recenseamento de 1940, pág. 280.

No conjunto a área coberta por estes estabelecimentos era de 1569 ha., utilizados da seguinte maneira (280):

Lavouras permanentes.....	1.005 ha.
Lavouras temporárias.....	1.231 ha.
Pastagens.....	533 ha.
Matas.....	867 ha.
Áreas não exploradas.....	1.225 ha.
Área improdutiva.....	308 ha.

Dêsse quadro se infere que do total de 5.169 ha., 2.769 eram explorados economicamente, enquanto que 2.400 ha., por razões diversas, não estavam sendo explorados.

Com relação à forma de gestão econômica dos estabelecimentos rurais do município de Florianópolis, em 1940, as seguintes tabelas são elucidativas (281):

FORMA DE GESTÃO	N.º DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA CORRESPONDENTE EM ha	VALOR DA PRODUÇÃO EM Cr\$ 1.000,00
direta (pelo proprietário)....	924	4.546	2.106
indireta (p/administração)....	118	610	216
indireta (p/arrendamento)...	7	13	7

Êsses estabelecimentos continuavam a pertencer, em sua grande maioria, a brasileiros (282):

Propriedade rural no mun. de Florianópolis segundo a nacionalidade (1940)

PROPRIEDADE DO IMÓVEL	N.º ESTABELECIMENTOS
de brasileiro nato.....	977
de brasileiro naturalizado...	1
de estrangeiro...	52
em condomínio....	10
de pessoa jurídica.....	4
não declarada.. . . .	5

Nessas propriedades trabalhavam apenas 5.341 pessoas, sendo que do *peçoal permanente*, faziam parte da família do responsável:

Homens adultos... ..	2.138
Mulheres adultas	1.873
Homens menores de 15 anos.....	576
Mulheres menores de 15 anos.....	459
TOTAL.....	5.046

Eram colonos ou empregados (pessoal permanente)
(283):

Homens adultos... ..	120
Mulheres adultas.....	41
Homens menores de 15 anos.....	16
Mulheres menores de 15 anos.....	9
TOTAL.....	<hr/> 186

Êsses dados significam que a exploração agrícola continuava repousando na pequena propriedade, administrada por gestão direta, com traços preponderantes de economia de tipo doméstico.

Os dados do censo de 1950 indicam uma ligeira transformação no sentido da diminuição da área cultivada e paralelamente, do aumento da área reservada às pastagens. Por outro lado, nota-se que se operou um aumento da extensão de algumas propriedades, havendo já algumas cuja área variava de 100 a 500 ha. Mas, por causa de incongruência que há entre os dados do censo de 1950 e de 1940, é difícil precisar-se se êsse aumento da área de algumas propriedades deve-se à incorporação das glebas de um proprietário às de outro, ou ao cômputo de áreas não registradas no censo anterior (284). De qualquer maneira, as transformações por que teria passado a economia agrária de Florianópolis são irrelevantes do nosso ponto de vista. Basta olhar para os quadros relativos à estrutura sócio-econômica do mundo agrário do município, para que se verifique que, no essencial, a economia rural continua a desenvolver-se nos moldes tradicionais, com exceção, talvez, de uma propriedade que explora em grande escala (segundo os critérios do censo) a pecuária. Os dados abaixo confirmam a veracidade dessas afirmações (285):

PROPRIEDADE DO IMÓVEL	N.º ESTABELECIMENTOS	ÁREA EM ha.
Individual.....	930	7.033
Condomínio e sociedade de pessoas.....	90	646
Instituição Pia ou religiosa ...	1	56
Entidade Pública.....	10	518

CONDIÇÃO DO RESPONSÁVEL	N.º ESTABELECIMENTOS	ÁREA EM ha.
Proprietário.....	969	7.099
Arrendatário.....	5	45
Ocupante.....	6	9
Administrador.....	53	1.107

EXTENSÃO DA PROPRIEDADE	N.º DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA TOTAL OCUPADA (ha.)
- 1 ha.....	60	35
1 ... - 2 ha.....	35	167
2 ... - 5 ha.....	345	1.099
5 ... - 10 ha.....	264	1.860
10 ... - 20 ha.....	124	1.737
20 ... - 50 ha.....	56	1.517
50 ... - 100 ha.....	13	824
100 ... - 200 ha.....	2	262
200 ... - 500 ha.....	2	700

Forma de utilização da terra:

Lavouras permanentes.....	450 ha.
Lavouras temporárias.....	688 ha.
Matas naturais.....	1.602 ha.
Matas reflorestadas.....	101 ha.
Pastagens naturais.....	1.269 ha.
Pastagens artificiais.....	83 ha.
Terras incultas..	3.409 ha.

POSIÇÃO NA ESTRUTURA OCUPACIONAL AGRÁRIA	N.º PESSOAS		
	Homens	Mulheres	Total
Responsável e membros não remunerados da família..	1.747	1.237	2.984
Empregados em trabalhos permanentes.....	118	26	144
Empregados em trabalhos temporários..	290	286	576
Parceiros.....	220	188	408
TOTAL.....	2.375	1.737	4.112

Paralelamente ao pequeno ritmo de transformação da estrutura agrária catarinense é preciso considerar que os produtos, que aparecem na lista dos principais produzidos pelo município em 1950, são os mesmos que sempre constituíram o cerne da economia agrária da Ilha: mandioca (e aipim), cana-de-açúcar, laranja e banana, entre os mais importantes. A eles seguem-se outros, que sempre foram plantados em pequena escala, como se pode ver pelo quadro da página seguinte (286):

Produção agrícola do mun. de Florianópolis (1949 e 1950)

PRODUTO	QUANTIDADE	N.º DE ESTAB. QUE PRODUZEM
Banana..	84.587 cachos	428 (ano de 1949)
Café....	642 ton.	907 (" " ")
Laranja.....	13.505 "	344 (" " ")
Cana.....	1.408 "	124 (" " 1950)
Feijão.....	89 "	286 (" " ")
Cebôlas.....	232 "	—
Aipim.....	2.935 "	638 (ano de 1950)
Mandioca..	3.058 "	256 (" " ")

Os derivados da cana eram produzidos em 96 estabelecimentos em 1950, os quais vendiam 984 toneladas de aguardente e 3 de açúcar, enquanto que da mandioca se produzia 1.505 toneladas de farinha (287).

Na Ilha havia em 1950 (288):

- 2.591 — bovinos, criados em 534 estabelecimentos
- 46 — equinos em 21 estabelecimentos
- 35 — ovinos em 3 estabelecimentos
- 60 — caprinos em 22 estabelecimentos
- 557 — suínos em 160 estabelecimentos
- 24.469 aves (das quais 23.219 galinhas) em 880 estabelecimentos

Em 453 dos estabelecimentos da Ilha produzia-se leite vacum, num total de 4.280 hl. (289).

O desenvolvimento industrial do município foi, comparando-se com outras áreas do Brasil e mesmo com as das cidades da zona de colonização de Santa Catarina, muito pequeno. A industrialização de produtos agro-pecuários e a transformação do artesanato doméstico em atividade industrial nas áreas de colonização do Estado processaram-se com notável rapidez. Basta dizer que, segundo o censo de 1920, 93,1% do capital

investido na indústria em Santa Catarina o foi entre 1890 e 1920 (290), período que coincide com o do desenvolvimento da área da colonização estrangeira.

Se tomarmos o Estado todo, podemos examinar seu crescimento industrial através dos seguintes dados (291):

Evolução dos principais elementos da economia industrial do Estado de Santa Catarina

	1907	1920	1940	1950
N.º de estabelecimentos	171	791	2.847	5.089
Capital empregado (em milhares de Cr\$)...	9.174	33.295	292.627	—
Número de operários	2.068	5.297	21.015	44.526
Valor da produção (em milhares de Cr\$)...	13.799	60.171	310.236	2.655.824

Dêsse total, havia em Florianópolis:

	1920	1940	1950
N.º de estabelecimentos	38	58	87
Pessoal ocupado (292)..	—	693	1.648 (1.419 operários)
Valor da produção (em mil Cr\$).....	—	8.942	60.709

É preciso considerar que foram modificados os critérios adotados para a classificação dos estabelecimentos como *industriais* nos referidos censos. Assim, com referência aos censos de 1907 e 1920, grande parte das empresas ditas industriais seriam melhor qualificadas como *serviços*. Além disso, os limites entre as

atividades industriais e as artesanais são relativamente permeáveis. Entretanto, essas e outras deficiências dos censos são irrelevantes, do ponto de vista da análise que desejamos fazer. Os resultados dos levantamentos, com tôdas as suas limitações, mostram a precariedade da estrutura industrial do município de Florianópolis.

Graças à relação das indústrias localizadas em Florianópolis, que o censo de 1920 fornece, e ao "Cadastro das principais indústrias de cinco ou mais operários", elaborado pelo Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina (293), foi-nos possível obter os quadros que apresentamos abaixo e que contêm indicações sôbre a origem nacional presumível dos proprietários de indústrias em Florianópolis (294):

**Nacionalidade presumível dos proprietários
de indústria em Florianópolis (1920)**

TIPO DE INDÚSTRIA	NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO				
	<i>Bras.- Port.</i>	<i>Alemã</i>	<i>Italia- na</i>	<i>Outras</i>	<i>Total</i>
Texteis.....	—	1	—	1	2
Metalúrgicas.....	1	1	—	—	2
Cerâmicas.....	1	1	—	—	2
Químicas e análogos....	—	3	1	—	4
Alimentação.....	6	2	2	2	12
Vestuário-toucadador....	2	3	6	1	12
Mobiliário.....	—	3	—	—	3
Artigos de couro.....	1	—	—	—	1
TOTAL.....	11	14	9	4	38

Em 1954, havia 14 firmas cujos nomes dos proprietários indicam origem provável brasileira ou portuguesa, 15 alemãs, 5 italianas, 1 cujo proprietário é de outra nacionalidade e 8 cujos proprietários não são identifi-

cáveis, quanto à sua nacionalidade presumível, ou são sociedades anônimas. Se analisarmos a frequência das firmas de Florianópolis, segundo a origem nacional provável de seus proprietários, por ramo de atividade, teremos:

Nacionalidade presumível dos proprietários
de indústria em Florianópolis (1954)

RAMO DE ATIVIDADE	NACIONALIDADE DO PROPRIETÁRIO				
	Bras.- Port.	Alemã	Italia- na	Outras	Não Ident.
Minerais n/metálicos...	—	—	1	—	—
Metalúrgicas.....	—	2	—	—	1
Mecânicas.....	—	1	—	—	1
Material elétrico.....	—	—	1	—	—
Madeira.....	—	2	1	—	—
Mobiliário.....	4	1	1	—	—
Couros e peles.....	—	—	—	1	—
Texteis.....	—	1	—	—	1
Alimentação.....	5	4	1	—	1
Gráfica.....	2	3	—	—	3
Vestuário-calçado e arte- fatos de tecidos n/es- pecificados.....	2	—	—	—	1
Outras.....	1	1	—	—	—
TOTAL.....	14	15	5	1	8

Vê-se, através desses dados, que a participação dos estrangeiros e seus descendentes, na “estrutura industrial” de Florianópolis é considerável. Isso indica que a ascensão dos grupos de imigrantes e a intercomunicação entre a área do município de Florianópolis e a zona de colonização têm se acentuado continuamente. Confirma-se, por outro lado, o que afirmamos acima sobre as vantagens que Florianópolis auferiu, indiretamente, com o desenvolvimento econômico do Estado.

Entretanto, o desenvolvimento industrial da cidade foi acanhado. Basta verificar os dados expostos, os quais mostram que a maior parte das indústrias de mais de cinco operários ocupa-se de atividades que no Brasil são tipicamente artesanais, ou então trata-se de atividades que atendem ao consumo de produtos alimentares (295). Excetuando-se três ou quatro firmas, que operam no campo da indústria têxtil ou da indústria metalúrgica e mecânica, as demais, rigorosamente, não deveriam ser qualificadas como fábricas.

Da mesma forma, a atividade comercial (296) não obteve desenvolvimento acentuado. Parece que este setor da atividade econômica, embora os dados disponíveis não nos permitam uma análise diacrônica, encontrou melhores condições de prosperidade que os demais ramos da economia urbana do município. A esse respeito, os dados relativos a 1950 são deveras expressivos:

RAMO DE ATIVIDADE	ESTA- BELECI- MENTOS	PESSOAL OCUPADO		
		Admin.	Empreg.	Total
Comércio varejista (297).....	561	568	821	1.388
Comércio atacadista (298).....	98	123	538	661

A julgar-se pelos resultados da análise precedente, guardando-se as necessárias proporções, parece que a afirmação de Lallemant, de que em Florianópolis "não se desenvolvera nenhum ramo especial de atividade, pelo que a cidade não alcançou significação alguma (...)", é válida até a década de 50 (299). Precisa-se tomar em conta, não obstante, que vários setores da economia da cidade estavam em condições de suportar profundas transformações. A partir de 1940, mais ou menos, e principalmente depois do fim da guerra mundial, o ritmo

de desenvolvimento de Florianópolis se acentuou, como conseqüência do desenvolvimento geral do Estado. Está claro que permanece a característica de cidade essencialmente administrativa, e que êsse desenvolvimento prende-se às funções político-administrativas da cidade. Os dados sôbre as atividades da população de Florianópolis, fornecidos pelos censos de 1940 e 1950, revelam duas tendências dominantes: 1.º) a expansão da estrutura ocupacional da cidade; 2.º) o crescimento relativo das profissões urbanas em relação às rurais. Ambas as tendências são evidentes no seguinte quadro (300):

População de Florianópolis, segundo o ramo de atividade (1940 e 1950)

ATIVIDADE PRINCIPAL (maiores de dez anos)	N.º DE PESSOAS OCUPADAS	
	1940	1950
Agricultura, pecuária, silvicultura	3.770	1.321
Indústrias extrativas	1.214	1.565
Indústrias de transformação	2.360	2.963
Comércio de mercadorias	1.518	2.321
Comércio de imóveis e valores, mobiliário, crédito, seguros e capitalização	111	296
Transportes e comunicações	801	1.674
Administração, ensino público e justiça . .	1.294	1.488
Defesa nacional e segurança pública	1.156	1.634
Profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada	402	145
Serviços e atividades sociais	1.635	5.279*
Atividades domésticas e escolares	18.624	24.800
Inativos, atividades mal definidas, não de- claradas, ou não compreendidas nos de- mais ramos	2.109	4.503
TOTAL	—	49.985

(*) As ocupações relacionadas com o ensino público e particular ou com o culto foram classificadas como *profissões liberais*, no censo de 1940, e como *serviços sociais*, no de 1950.

De qualquer forma, porém, o desenvolvimento econômico e o crescimento urbano atuais de Florianópolis não foram suficientes para alterar a estrutura econômica anterior. Ela continua a ser um núcleo administrativo, no qual se desenvolvem os serviços econômicos e as atividades artesanais e semi-industriais necessários à manutenção e à satisfação das necessidades imediatas da população urbana. Por isso, a cidade conta com algum desenvolvimento comercial e com uma indústria pouco diferenciada e possui fontes próprias de abastecimento agrícola, assegurado pela pequena agricultura que serve ao consumo urbano local. Em pequena escala, apenas, exporta alguns produtos para outras áreas. Como a concentração de população no município foi relativamente grande (67.630 habitantes, em 1950) surgiram condições favoráveis ao desenvolvimento de certos serviços ou atividades urbanas. Assim por exemplo, em Florianópolis se organizou um complexo sistema educacional, composto de escolas de nível primário, secundário, técnico-profissional e superior. Por aí se vê que a evolução da cidade tende a processar-se de modo a intensificar as funções urbanas, que lhe são asseguradas pela posição que ela ocupa no sistema político-administrativo do Estado.

No novo sistema de ocupações de Florianópolis, entretanto, o negro continua a ocupar uma posição sensivelmente análoga à que desfrutava no passado. Dessa forma, ainda é, como no passado, o principal agente dos serviços braçais e domésticos. Os efeitos da Abolição não alteraram substancialmente, portanto, a posição relativa das duas raças no sistema ocupacional da cidade, permanecendo o trabalhador negro nos setores mal remunerados e de baixo prestígio social, como se pode verificar pelo quadro das páginas 114-115. (301)

Os dados dêsse quadro revelam que os negros e seus descendentes mestiços distribuem-se na estrutura

ocupacional da cidade sem que se distingam especialmente como um grupo numericamente importante. Apenas em dois ramos de atividade se pode falar na concentração de negros e mulatos: na prestação de serviços (no que se refere aos indivíduos de sexo feminino), e na indústria de transformações (no que diz respeito aos de sexo masculino). Mesmo aí, contudo, o número de brancos é bem maior que o de negros. E nestes, como nos demais ramos em que a estrutura ocupacional da cidade se diversificou, os negros ocupam posições de “empregados”.

Isso significa que ainda hoje as oportunidades ocupacionais da mão-de-obra negra se concentram em torno de atividades nas quais os escravos se especializaram (serviços domésticos e atividades braçais em geral), o que confirma nossa interpretação de que a posição do grupo negro na estrutura profissional do presente é bastante similar à do passado.

Mesmo considerando a ascensão social de indivíduos isolados no grupo negro, podemos verificar que ela tem sido pouco frequente e irregular. O quadro das pgs. 114-115, por exemplo, sugere que apenas poucos indivíduos negros ou mulatos ocupam posições de “empregadores”, ou trabalham “por conta própria”. Nesses dados, certamente, não estão incluídos os indivíduos que, mais ou menos remotamente, tiveram ancestrais do grupo negro, mas que se julgam e são considerados pela comunidade como brancos. Porém, ainda que quiséssemos considerar (se isso fôsse possível) tais indivíduos como prova de que as transformações que se operaram na estrutura econômica da cidade permitiram a inclusão dos negros nas posições privilegiadas do sistema ocupacional de Florianópolis, seu número seria muito reduzido, por causa do rigor com que ainda hoje procura-se controlar a chamada “pureza racial”.

Prestação de serviços												
empregado.....	923	1.015	1.938	85	405	490	9	49	58	2	5	7
empregador.....	99	16	115	—	—	—	1	—	1	—	—	—
conta própria.....	312	326	638	24	73	107	9	15	24	—	—	—
ignorado.....	5	3	8	1	—	1	—	—	—	—	—	—
sem remuneração.....	29	24	53	—	4	4	—	—	—	—	—	—
Transportes, comunicações, arma- zenagem												
empregado.....	1.184	126	1.310	108	2	110	15	4	19	2	—	2
empregador.....	22	—	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—
conta própria.....	181	—	181	21	—	21	3	—	3	—	—	—
ignorado.....	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
sem remuneração.....	5	—	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Profissões liberais												
empregado.....	18	20	38	—	—	—	—	—	—	—	—	—
empregador.....	7	—	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—
conta própria.....	80	13	93	1	1	2	—	—	—	—	—	—
ignorado.....	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
sem remuneração.....	2	2	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Atividades sociais												
empregado.....	772	745	1.517	36	35	71	8	14	22	1	3	4
empregador.....	2	1	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—
conta própria.....	3	15	18	—	2	2	—	—	—	—	—	—
sem remuneração.....	45	160	205	—	1	1	—	—	—	—	—	—
Administração pública												
empregado.....	1.136	295	1.431	36	1	37	14	4	18	2	—	2
Defesa Nacional e Segurança Pú- blica												
empregado.....	1.438	9	1.447	141	2	143	43	—	43	1	—	1
Atividades mal definidas												
empregado.....	41	4	45	9	—	9	—	—	—	—	—	—
conta própria.....	5	1	6	3	1	4	—	—	—	—	—	—
ignorado.....	23	6	29	—	1	1	—	—	—	2	—	—
Atividades não profissionais e sem remuneração.....	3.719	18.938	22.657	268	1.373	1.641	54	391	445	9	46	55

Na estrutura agrária do município o número de negros e pardos, segundo o censo, é bastante reduzido. Essa verificação sugere que houve evasão dos trabalhadores negros do campo para a cidade, ou para outras regiões, pois que no passado o número de negros que se ocupavam da lavoura era maior do que aquêles dos que trabalhavam na cidade, conforme se pode verificar pelo quadro da página 70. Essa evasão deveu-se, em parte, ao afluxo de negros catarinenses para as chamadas "Províncias Negreiras", quando do período de expansão da lavoura cafeeira, como já apontamos. Por outro lado, o deslocamento de negros da área rural depois da Abolição deve ter sido lento, pois que as fontes não mencionam especialmente o fato.

Verifica-se, também, que entre os negros e pardos que se dedicam à agricultura e à pecuária o número dos que trabalham "por conta própria" é grande, e o dos que são "empregadores" é muito reduzido. Provavelmente, depois da Abolição, os libertos e seus descendentes tiveram oportunidades para apropriarem-se do solo, e a maioria dos que não se beneficiaram dessa possibilidade migrou. Como não estendemos nosso *survey* à área rural do município de Florianópolis, e as fontes históricas não analisam o problema, não podemos explicar de forma mais completa êsse processo sugerido pelos dados do censo. De qualquer forma, dado que apenas 2 indivíduos do grupo negro se inserem no sistema ocupacional agrário como "empregadores", pode-se afirmar que os membros do grupo negro que conseguiram fixar-se na estrutura rural da Ilha, apropriando-se de terras ou arrendando-as, não encontraram até hoje meios para se projetarem como agricultores. São, na sua grande maioria, trabalhadores "por conta própria", isto é, utilizam a própria força de trabalho (e a de seus familiares) para obter os recursos necessários à vida.

As informações que obtivemos, através da observação direta e de entrevistas, confirmam plenamente os resultados da análise dos dados do censo. Assim, é grande o número de negros e mestiços, sobretudo do sexo feminino, que se empregam como cozinheiros, arrumadeiras, copeiros, e demais misteres domésticos. Da mesma forma com relação aos trabalhos braçais em geral. Na estiva, por exemplo, segundo estimativas de nossos informantes, o número de pessoas do grupo negro tenderia a ser equivalente ao número de brancos, enquanto que de modo geral há mais brancos do que negros por "unidade de trabalho" nos diversos ramos de atividade econômica da cidade.

Ainda hoje, como no período escravocrata, os negros participam do sistema artesanal de Florianópolis. Não podemos estimar com segurança em que proporção isto ocorre, pois que os dados do censo não fornecem indicações precisas. Em todo caso, os dados recolhidos através dos nossos informantes nos permitem supor que a participação dos negros e seus descendentes mestiços seja relativamente importante. Esta relativa importância das ocupações artesanais e semiqualficadas no grupo negro pode ser avaliada através do quadro da página seguinte, referente às ocupações dos sócios da mais importante associação recreativa do grupo negro de Florianópolis: a "*União Recreativa 25 de Dezembro*" (302).

Por outro lado, o número de mulatos e negros existentes nas camadas intermediárias da população é reduzidíssimo. Na maioria das vezes exercem ocupações ligadas à burocracia municipal, estadual ou federal, quando não se trata de portadores de diploma de grau médio (normalistas ou contadores, por exemplo). Os profissionais liberais do grupo negro são tão poucos que poderiam ser nomeados.

Ocupação dos sócios da "U. R. 25 de Dezembro"

OCUPAÇÃO	N.º DE ASSO- CIADOS	OCUPAÇÃO	N.º DE ASSO- CIADOS
Açougueiros.....	1	Lustradores.....	1
Armadores.....	2	Marceneiros.....	3
Artilheiros.....	1	Mecânicos.....	3
Alfaiates.....	4	Militares.....	7
Balconistas.....	1	Mineiros.....	1
Barbeiros.....	1	Motoristas.....	3
Cantor.....	1	Músicos.....	4
Capataz.....	1	Oper. de máquinas.	2
Carpinteiros.....	2	Operários.....	26
Classif. de madeiras..	1	Pedreiros.....	3
Comerciários.....	4	Pintores.....	15
Costureiras.....	8	Professôres.....	3
Cozinheiras.....	5	Serv. de pedreiro..	4
Domésticas.....	53	Sorveteiros.....	1
Eletricistas.....	2	Sapateiros.....	1
Estudantes.....	8	Tintureiros.....	2
Estivadores.....	8	Torneiros.....	1
Funcionários.....	8	Tratoristas.....	1
Garçons.....	1	Vulcanizadores.....	1
Gráficos.....	3	S/declaração.....	20

Finalmente, é preciso considerar que, em pequena escala, existem negros ocupando posições que exigem alguma especialização profissional. O número destes é, certamente, pequeno, e trata-se de ocorrência recente. O que significa, segundo cremos, que as mudanças pelas quais a estrutura econômica da cidade passa começam a abrir novas possibilidades de aproveitamento da mão-de-obra negra e, o que é mais importante, de qualificação profissional. Tal processo, entretanto, é incipiente. Os dados disponíveis não nos permitem maiores considerações a êsse respeito, e não são de molde a alterar a afirmação de que até hoje, de modo geral, as posições ocupadas pelos negros na estrutura ocupacional de Florianópolis são, relativamente, similares às do passado.

A análise dos questionários aplicados nas escolas de segundo ciclo de Florianópolis confirma nossa interpretação a respeito da posição do negro na estrutura ocupacional da cidade. Em primeiro lugar, o número de estudantes negros e mulatos que responderam aos questionários nessas escolas (isto é, que frequentavam as escolas) é muito reduzido: apenas 23, que correspondem a 5% da população escolar pesquisada, o que pode ser considerado uma ilustração significativa de que a sociedade local não proporciona oportunidades regulares de ascensão social e especialização profissional ao grupo negro. Tanto mais que dentre as escolas da cidade existe uma de nível profissional, onde estudam apenas três jovens do grupo negro. Em segundo lugar, pela análise da distribuição das ocupações dos pais dos estudantes do grupo negro confirma-se o que afirmamos acima: começam a surgir melhores possibilidades de ajustamento dos negros ao sistema de classes em formação. O número, por mais reduzido que seja, de filhos de operários, artesãos ou empregados públicos, civis e militares (provavelmente de categoria modesta), que presentemente frequentam cursos de nível médio evidencia êsse processo:

**Relação das ocupações declaradas dos pais de
alunos do grupo negro**

Comercário.....	2	Negociante.....	1
Estivador.....	2	Oficial do exército..	1
Funcionário..	5	Operário.....	4
Lavrador.....	1	Padeiro.....	1
Marceneiro.....	1	Pedreiro.....	1
Militar.....	3	Não declarada.....	1

Em conclusão, parece-nos que o ritmo de mudança da sociedade global, em Florianópolis, não ofereceu muitas oportunidades de ascensão social aos elementos egressos da escravidão ou das camadas sociais depen-

dentes. As mudanças recentes apenas afetaram as condições nas quais êles prestam, regularmente, os seus serviços. Tornando-se trabalhadores livres e assalariados, nem por isso conseguiram até recentemente, em escala apreciável, novas oportunidades de especialização e classificação social. No presente, a aceleração do ritmo de mudança econômica parece tender a favorecer o aproveitamento mais amplo dos negros no sistema ocupacional da cidade, abrindo, dessa forma, maiores possibilidades de ascensão social. Tal processo, entretanto, ainda é incipiente, e, no conjunto, a posição do grupo negro na estrutura profissional da cidade apresenta traços de muita similaridade com a do passado.

CAPÍTULO II

Economia e Estrutura Social: Aspectos do desenvolvimento da situação de contacto

A análise que desenvolvemos, no capítulo precedente, do sistema econômico de Florianópolis e da posição que o grupo negro assume nêle, permite que se evidencie em que sentido se promoveu e tende a promover-se o ajustamento dos brancos e dos negros e seus descendentes mestiços à situação de contacto inter-racial proporcionada pela organização da sociedade investigada. No presente capítulo serão estudados alguns processos sociais através dos quais os referidos ajustamentos assumiam valor social e eram controlados socialmente. O material que dispomos para tal fim é, relativamente, pobre. Permite-nos, todavia, selecionar e analisar alguns problemas que merecem atenção por causa da sua provável relevância para a compreensão dos padrões de contacto inter-racial, e suas principais funções sociais, vigentes na sociedade brasileira do passado. Discutiremos, entretanto, apenas os processos sociais mais importantes que interferiram, em Desterro, no ajustamento dos negros e dos brancos à sociedade escravocrata.

Procuraremos evidenciar, também, em que sentido os referidos ajustamentos tenderam a modificar-se depois da abolição, e quais os processos sociais que atuaram na reelaboração do sistema de relações sociais, que se verificou em consequência das mudanças econômicas pelas quais a cidade passou. Em outras palavras, o

objeto do presente capítulo é a análise dos principais aspectos do sistema de acomodação inter-racial em Florianópolis, no período escravocrata e quando da emergência da sociedade de classes.

Nêsse capítulo não precisamos retomar a análise das formas e da natureza do preconceito e da discriminação raciais como se manifestaram socialmente no Brasil, tão ampla e sòlidamente discutidos por Florestan Fernandes (1), nem, tampouco, insistir sôbre o significado da côr da péle na classificação social das pessoas no sistema escravocrata e no sistema de classes sociais em formação, também analisados por Roger Bastide e pelo referido autor. Preocupar-nos-emos apenas com a descrição das formas de manifestação da discriminação racial e com a análise de suas funções numa sociedade do tipo da de Destêrro, tal como a caracterizamos no capítulo precedente: uma comunidade pobre onde, por isso, a escravidão não foi extensa e houve coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo.

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a discriminação racial, pelo fato mesmo de ser inerente à organização da sociedade escravocrata, manifestava-se plenamente em Destêrro, tanto sob a forma de discriminação econômica, quanto sob a forma de discriminação política e legal, ou de discriminação social (2). Em tôdas essas formas, a discriminação racial se exercia, primeira e naturalmente, na pessoa do *escravo*; mas ela se estendia aos *negros* em geral, como procuraremos evidenciar neste capítulo.

A discriminação legal e política, vigente em Destêrro, não diferia da existente nas outras áreas do Império. Isso porque a condição de escravo era definida de maneira uniforme em tôdas as áreas do Brasil pelo chamado *Código Negro*, e em Destêrro, as condições de existência social não eram de molde a amenizar a vida dos *escravos*. Apesar do predomínio da pequena propriedade,

o contacto mais íntimo entre o senhor e o escravo em nada contribuiu para suavizar a dura condição do cativo, consagrada pela lei.

Quanto à discriminação econômica, os dados são suficientes para esclarecer que, pelo menos em dois aspectos, ela era exercida de forma plena: a) nas condições de existência material do escravo e b) nas possibilidades de inserção dos escravos e dos negros e mulatos fôrros e seus descendentes no sistema ocupacional da cidade.

As condições de vida material do escravo em Destêrro eram as piores possíveis. Dom Pernetty, numa descrição que Taunay considera algo exagerada (3), mas que nos pareceu fidedigna, diz que em 1763 os escravos viviam semi-nús e na "sua maioria só se cobriam com uma espécie de simples xale em tórno dos ombros. Raros os que usavam camisa e véstia". Quando libertos, podiam trajar roupa e manto, como os brancos. A situação dos escravos de sexo feminino não era diferente: "As negras escravas andavam nuas, a não ser quanto a uma espécie de faixa, larga que lhes ia da cinta aos joelhos" (4). O abade distingue o modo de trajar dos escravos daquêle dos mulatos livres. Êstes, "andavam descalços e de cabeça ao vento, com as gafbrinas imensas, muito desgrenhadas. Como trajes usavam camisa, calça e, às vêzes, pala à moda espanhola. Os menos pobres sustentavam uma espécie de cartola muito alta, com abas enormes, horizontais, de suas dez polegadas". (5). É verdade que, numa comunidade pobre como era Destêrro no século dezoito, as mulheres pobres, de "peles alvíssimas", vestiam-se pobremente também, o que contrastava com o traje do governador, da oficialidade e dos soldados, que se vestiam à francesa. No início do século dezenove (1822), Lesson descrevia as condições de vida material dos escravos dizendo: "Pertencendo a senhores pouco abastados andavam mal alimentados e mal vestidos. Apresentavam aspecto de profunda

miséria e completo embrutecimento" (6), o que mostra não ter havido melhora essencial nas condições de vida dos escravos (7). Aliás Southey confirma êsse depoimento, quando assevera: "O escravo negro nada mais trazia senão um par de calças curtas, a negra uma saia até meia perna, às vêzes com uma camisa velha, ou algum trapo prêso aos ombros, e caídos sôbre o peito" (8). Em 1851 vestiam apenas calças de riscados (tecido da terra) e camisa de algodão, segundo o noticiário do *Novo Iris* (17-1-1851). O aspecto de miséria e embrutecimento dos escravos revela-nos ainda a precariedade da dieta alimentar que lhes era imposta, tão escassa que mesmo nas reuniões festivas, que vez por outra realizavam nas *Vendas* da cidade, se restringia ao peixe sêco e à aguardente. (9)

Sôbre o tipo de ocupação exercida pelos escravos os dados que apresentamos são suficientes para mostrar que, em Santa Catarina, como no resto do Império, êles se dedicaram, essencialmente, ao trabalho braçal, para o qual, no dizer de Miguel de Brito, eram *aptos* (10). Em um ponto, apenas, a posição do escravo na estrutura ocupacional de Santa Catarina diferia, entretanto, da posição do escravo no resto do império. É que o trabalho braçal não lhe era exclusivo como já mostramos. Porém, se na lavoura o açoriano também trabalhava, no serviço doméstico (pelo menos até o terceiro quartel do Século XIX) os misteres mais árduos e degradantes eram exercidos pelos escravos (11). E em Destêrro havia alguns fatores, que discutiremos adiante, que reduziam os efeitos favoráveis à amenização das relações senhor-escravo que se verificava em geral nas zonas urbanas do Império e no atinente aos escravos domésticos.

Os libertos, geralmente mulatos como o demonstram as estatísticas e o depoimento dos cronistas e viajantes, a crêr-se na descrição de seus vestimentos e nas afir-

mações de Brito (12), situavam-se em posição um pouco superior à dos escravos em geral, como artifices. É verdade que também o artesanato não era exclusivamente exercido pelos escravos e por libertos, pois que, como vimos, até os soldados dedicavam-se a êle, para compensar a falta de pagamento do sôlido. Além disso, sabe-se que o número de brancos era superior ao de negros nessas atividades. Dessa situação peculiar de coexistência de trabalho livre e trabalho escravo numa comunidade pobre de um império essencialmente escravocrata resultou que os padrões senhoriais de vida ociosa, vigentes para a população branca, e que sem dúvida operavam com certa eficácia também em Des-têrro, não encontravam condições reais que: 1) servissem de apôio às racionalizações, selecionadas pelos brancos, para justificar, éticamente, a escravidão e a exploração do escravo como *coisa* e fôrça bruta, apta exclusivamente para o trabalho braçal (13), por que o branco também trabalhava manualmente. De tal forma que Saint-Hilaire se referia à *classe popular* dizendo que essa "se compõe de brancos, e a gente da camada verdadeiramente inferior tem costumes mais ou menos tão baixos como os homens de igual esphera social nos países povoados pela raça caucásica", (14) o que distanciava pouco, pelos hábitos, os escravos dos trabalhadores brancos pobres; e 2) que por causa da disponibilidade real de meios de vida, permitisse desviar da produção o tempo e as energias de parte da população, como no caso dos fazendeiros de café e dos senhores de engenho, sem que com isso houvesse o risco da ruína. (15)

No que diz respeito à discriminação social, os dados disponíveis obrigam-nos a discutir apenas alguns dos seus aspectos. Êles são suficientes, contudo, para caracterizá-la em face da situação vigente noutras áreas do Brasil. Em primeiro lugar, tôdas as restrições legais relativas às possibilidades de acesso a determinadas

carreiras, eram vedadas aos escravos, graças à sua incapacidade civil. E assim também com relação a todos os demais impedimentos legais estipulados pelo *Código Negro*. A êsses somavam-se as discriminações estabelecidas pelas posturas municipais, como por exemplo a que proibia a existência nas casas comerciais de caixeiros e administradores cativos, a proibição de alugar casas aos escravos etc. (16)

Em segundo lugar, numa comunidade pequena e pouco diferenciada como Destêrro, onde portanto o contrôle social direto exercido através de grupos primários era de fundamental importância, havia condições para que as regras de exclusão do escravo de certos círculos de convivência social do branco se mantivessem rigidamente e fossem estendidas aos que, pela côr, pudessem ser identificados como escravos ou descendentes de escravos, ainda que libertos. O contrôle da "pureza racial" dos membros de uma comunidade como Destêrro era relativamente fácil. E o fato de um escravo se ter tornado liberto não apagava da memória coletiva a nódoa da antiga condição, que deveria pesar ainda sobre seus descendentes. (17)

Até mesmo quando os negros acompanhavam os seus senhores *na condição de escravos* a tais círculos de convivência que lhes eram vedados, as normas rígidas de exclusão eram postas em funcionamento: "Não poderão passar da primeira porta do edifício os criados e escravos que acompanharem os sócios ao baile; e aí poderão aguardar a sua volta". (18)

As regras de exclusão do escravo e do negro se formalizavam em Posturas e Ordens da Chefatura de Polícia, principalmente quando se tratava de regular o comportamento dos habitantes da cidade em situações que poderiam favorecer a intensificação do contacto inter-racial e o abrandamento dos padrões discriminatórios e anti-igualitários. O carnaval, por exemplo, era

proibido para os escravos e para a plebe (isto é, para os libertos também), sob pena de cadeia. (19)

Aliás, as medidas discriminatórias não se circunscreviam à imposição de barreiras entre o senhor e o escravo, o branco e o negro, quanto às possibilidades de convivência inter-racial. Atingiam também a liberdade de convivência intra-racial do grupo negro. Assim, os escravos que fossem encontrados jogando nas ruas e praças seriam punidos, com vinte e quatro horas de cadeia (20); os que fossem surpreendidos dizendo “feitiçarias ou bangalez” seriam considerados e punidos como perturbadores do sossego público (21); bem como ficavam proibidas as danças e os folguedos para os escravos e os libertos. A referência textual aos libertos, nessa Postura, é significativa como testemunho da transformação da discriminação exercida sobre os escravos em discriminação exercida sobre o negro liberto, ex-escravo: “São proibidos daqui em diante os ajuntamentos de escravos ou libertos, para formar danças ou batuque, ficando inteiramente proibidos os referentes ajuntamentos de supostos Reinados Africanos que pelas festas costumam fazer, encomodando aos Povos e prejudicando os seus Senhores com semelhantes funções e todos os que contrariarem serão multados em 4\$000, sendo liberto — e não tendo com que pagar terá de 4 a 8 dias de Cadeia, e sendo cativo e achando-se sem licença de seu Senhor será castigado conforme a Lei e o Senhor que der licença pagará a mesma multa de 4\$000 para as despesas municipais”. (22)

É verdade que tais posturas raramente eram obedecidas ao pé da letra. Sem embargo disso, havia oposição latente na comunidade a êsses festejos, e sempre que possível êles eram impedidos.

As medidas discriminatórias atingiam também a liberdade de locomoção e disposição do tempo pelos escravos. Êstes não podiam reunir-se (23), não podiam

sentar-se às portas das casas de negócio, devendo nelas permanecer o tempo suficiente para fazerem as compras de seus senhores; não podiam permanecer na rua depois do anoitecer, mesmo que estivessem vendendo as quitandas de que lhes encarregavam os senhores; a essas regras só faziam exceção àqueles que vendessem, em barracas, "comidas feitas", pois êstes tinham permissão de ficar na rua até o "toque de recolher" (24) etc. Dessa forma elaboraram-se normas que disciplinavam a rotina diária do escravo e limitavam sua possibilidade de livre disposição do corpo, do ócio, do espaço físico, etc. Criava-se na cidade uma regulamentação compatível com a vida urbana que disciplinava o labor e os lazeres dos escravos, como uma espécie de contrapartida da disciplina do eito, em que o toque do sino da fazenda senhorial era substituído pelo toque de recolher de uma cidade militarizada.

Em terceiro lugar, aos escravos não eram dadas as condições mínimas necessárias para que a vida sexual e a procriação ficassem ao abrigo dos efeitos disnômicos que a ordem escravocrata acarretava, nesses setores da vida social. O matrimônio e a família, em geral, não eram instituições reguladoras da atividade sexual e procriadora do escravo. Daí que a "moral das senzalas" encontrasse plena vigência numa comunidade que não conhecia a senzala no sentido a ela atribuído nos domínios senhoriais (25). Saint-Hilaire notou, quando de sua viagem, que além da existência da disparidade já referida por nós entre o número de escravos de sexo masculino (predominantes) e os de sexo feminino, "os escravos não se casavam". Anos mais tarde, na época da publicação de seu relato, dizia: "parece que atualmente não é tão grande a diferença entre o número de escravos e o de negras; mas, os casamentos de escravos continuam a ser tão raros como outrora. De 2.535 escravos existentes em 1841 na Ilha de Santa Catarina,

unicamente 10 eram casados, não sendo um só da cidade de Santa Catharina, cuja população negra era de 1.019 almas" (26). Dessa situação resultava, na opinião do naturalista, "que ali não existia muita moralidade" (27). Como prova disso, Saint-Hilaire mostra que em toda a Província não existia se não 246 mulheres escravas casadas, e, sem embargo, nasceram 417 filhos de escravas, apesar de que o abôrto era praticado usualmente. As estatísticas que discriminam o estado civil da população escrava confirmam a declaração de Saint-Hilaire. No relatório apresentado à Assembléia, em 1886, pelo presidente da Província (28), vê-se que havia: em Destêrro: 405 escravos solteiros, 2 casados, um viuvo. Na Província: 487 escravos solteiros, 45 casados, 6 viuvos.

Daí a "relaxação dos costumes", a prática pública de "atos imorais" pelos escravos, a prostituição até mesmo nas "barraquinhas do mercado" (29) etc. Note-se que a concupiscência sexual do branco fomentava o desregramento a que o escravo era obrigado em sua vida sexual. Langsdorff, tratando da extensão do contágio venéreo na população desterreense, apresentava como uma de suas causas o fato de que: "a precocidade e o instinto sexual impelia crianças de 12 a 13 anos ao conúbio de escravas e de outras criaturas dissolutas, que lhes transmitiam o terrível contágio" (30). Além disso, o número crescente de mulatos, apontado páginas atrás, indica que o intercurso sexual do branco com o negro existia em Destêrro da mesma forma que nas outras áreas do Império, assumindo proporções e efeitos similares ao de outras regiões do país.

Ao lado do quadro de desregramento existente nas populações escrava e independente da Ilha, (31) e que era imposta pelo próprio desinterêsse que os senhores manifestavam na realização de uniões mais ou menos estáveis entre os escravos, é preciso atentar ainda para o fato de que as relações sexuais dos escravos não só

deixavam de encontrar meios normais e regulares de atualização, em termos da cultura cristã vigente no grupo branco, como também que as relações de mães e filhos eram solapadas (em Destêrro como no resto do país), pela mercantilização do homem escravo. As conveniências pecuniárias, lá como alhures, regulavam a permanência ou separação da escrava e seus filhos (32). Quando no período de expansão da economia cafeeira a valorização dos escravos foi grande noutras partes do Império, os senhores de Destêrro não hesitaram em auferir lucros com a mercadoria-homem. A evasão de escravos da Província foi enorme, como já apontamos. E, então, a tragédia humana da mercadoria que se valorizava não foi objeto de consideração pelos proprietários.

O *Conservador*, jornal local, comentando a tentativa de suicídio de um escravo que fôra embarcado para o Rio, pensando, como afirmava seu senhor, que ia para Canavieiras, dizia: "A lei de emancipação deveria ser mais benévola em fâvor dêsses infelizes; às vêzes o amor à ganância para obter-se na Côrte um alto preço faz desprezar e entorpecer os sentimentos de humanidade, obrigando-se assim a esta classe desfavorecida a abandonar afeições caras e até o amor do torrão em que nasceram que pode ser nela um sentimento mui natural". (33)

Em quarto lugar, a assimetria nos padrões de comportamento social e de contacto inter-racial dos senhores, melhor, do homem branco livre e dos escravos, era intensa. O que se disse sôbre a relação senhor-escravo, branco-negro, em São Paulo, vale para Santa Catarina: "Nas relações sociais, o escravo estava para o senhor ou os familiares e dependentes brancos dêle, na mesma posição que uma "coisa" está para o seu "dono". (...). A uma desigualdade tão fundamental, tinha que corresponder, forçosamente, um tratamento

assimétrico. De um lado, estavam os que podiam “mandar” e “conceder”; de outro, os que deviam “obedecer” e “consentir” (34). Que em Destêrro, e na Ilha, havia a relação proprietário-coisa entre os senhores e os escravos a discussão acima demonstra. Que em Santa Catarina essa desigualdade fundamental entre os escravos e a “camada senhorial” (que na Ilha, como mostramos, não existiu nos têrmos típicos da situação brasileira, a ponto de ser mais exato dizer-se camada de pequenos proprietários de escravos) se transformou em desigualdade branco-escravo, e, depois, branco-negro, parte da documentação que expusemos sugere. Incidentes, não diríamos corriqueiros, mas frequentes, demonstram que o branco, mesmo pobre, se arrogava o direito de tratar o escravo alheio em têrmos da relação proprietário-coisa. A descrição de um destes incidentes é sugestiva: “Ontem de manhã um carvoeiro da canhoneira Maracanã, espancou gravemente um escravo do senhor Manoel Joaquim da Costa Cardoso, deixando-o por morto com uma grande brecha na cabeça e recolheu-se a bordo do seu navio (...)” (35). Da mesma forma, o administrador do mercado, em 1872, dava chibatadas nos escravos que, devidamente licenciados, vendiam pão para provento de seus senhores (36). E os brancos se achavam igualmente no direito de estender aos libertos, aos negros, pois, “os direitos” que se arrogavam com relação aos escravos: “O *Argos* de 19/4/1860 aponta o fato de uma preta fôrra ter sido surrada na Santa Casa, adiantando que êsse procedimento era corriqueiro no Hospital (37). A crônica de um incidente ocorrido entre um menino branco e um menino mulato ilustra, em grau extremo, a assimetria de tratamento social vigente em Destêrro: um mulatinho escravo brincava com uma pandorga, quando chegou um menino querendo o brinquedo. O menino escravo não quis cedê-lo, resultando disso que o branco

espancou-o, no que foi revidado com um empurrão. O pai do menino branco, que estava perto, não hesitou em surrar o moleque pela ousadia demonstrada. Não contente com isso, o pai branco puniu exemplarmente o escravo insólito: no dia seguinte, mandou um miliciano esperar que o mulatinho saísse com sua pandorga, para então detê-lo e levá-lo ao quartel de polícia, onde lhe foi aplicada “formidável tunda de vara”. (38) O chocante da situação, mesmo em se tratando de relações entre homens livres e homens escravos, está no fato de que a rigidez na expectativa dos comportamentos e nas sanções aplicadas à sua quebra, se verificou, no caso vertente, numa situação social em que estavam envolvidos menores, com relação aos quais os padrões de contacto entre brancos e negros operavam, na sociedade escravocrata, com menor intensidade. Mas por isso mesmo, o exemplo ilustra bem até que ponto o branco esperava submissão do escravo aos seus caprichos, e que a isso o compeliaria, pela violência se necessário, quando por qualquer motivo não houvesse, como contrapartida, a aceitação tácita e efetiva pelo escravo do seu *direito à dominação*.

As expectativas de comportamento do senhor e do escravo (e, em sentido mais amplo: do branco e do negro) deveriam, pois, ajustar-se mediante um sistema de direitos e de deveres que estipulava, de forma irrevogável, as obrigações de um e de outro nas diferentes situações sociais de vida. Entretanto, nem sempre os escravos agiam de modo a corresponder às suas obrigações, como estas eram entendidas pelos brancos. A tentativa de suicídio do negro enganado pelo senhor, a que nos referimos atrás, demonstra isso. Aliás, os suicídios que ocorriam em elevada frequência entre os escravos, como o noticiário dos jornais atesta, demonstram que os mecanismos de socialização vigentes não eram suficientemente eficazes para fazer com que os escravos

reagissem automaticamente a tôdas as situações conforme as expectativas dos brancos, e que sòmente um sistema rígido de contròles e sanções sociais poderia contrabalançar os efeitos negativos, para a ordem social, que tal situação acarretava. (39) Mas, dêsse desajustamento latente entre as expectativas de comportamento do branco e do escravo, não resultava apenas o apêlo ao suicídio. No passado, pode-se registrar várias formas de reação contra os senhores em Destêrro. A mais comum era a fuga, de que dão notícias os jornais e as medidas policiais tomadas contra os fugitivos. Parece mesmo ter havido quilombos em terras catarinenses no início do Século XIX (40). Menos freqüente, embora tentado algumas vêzes, havia o recurso à violência contra os senhores, também como consequência de expectativas frustradas. (41)

Em quinto lugar, é preciso ressaltar que a violência, a repressão e a coerção apontadas como as principais formas do contròle social do comportamento do escravo noutras áreas do Brasil (42) encontravam igualmente, em Destêrro, onde a escravidão foi essencialmente doméstica e os senhores possuíam poucos escravos, a mesma espécie de aplicações, como o recurso mais eficaz para a manutenção da ordem estabelecida. A documentação que apresentamos demonstra tal fato de forma eloqüente. Existia a coerção, a repressão, e a violência legal, seja a exercida pelos senhores, seja a exercida pelas autoridades policiais. Para isso havia, naturalmente, o *tronco da Câmara* (43). Além dessa é preciso considerar-se o tipo de punição que ultrapassava, em violência, os limites do que era estabelecido pela lei ou pelo consenso da população branca. Poucos exemplos bastam para comprovar empiricamente essas informações. Por um lado, havia as penalidades impostas por avisos da chefatura de polícia ou por disposições legais (várias das quais já referidas por nós) a que os escravos estavam sujeitos

em circunstâncias diversas e que deveriam ser cumpridas na cadeia. Era comum os senhores entregarem seus escravos à polícia, para que fossem punidos (44). Por outro lado, vigorava também a “justiça pelas próprias mãos” a que os senhores se entregavam. Além dos casos já referidos, citemos mais dois, ambos extremos: Sob o título de “Procedimentos escandalosos”, conta o *Argos* (45) — “Mora no sobrado de propriedade do Senhor Costa Melo, na rua do Príncipe, uma senhora um pouco deshumana (sic.) para com os seus desgraçados captivos, maxime uma crioula. Esta pobre criatura hé martirizada com castigos sucessivos a toda hora do dia e da noite, a ponto de incomodar os vizinhos em horas remotas. Todos os extremos são perniciosos”. Noutro jornal, o *Mensageiro* (46), aparece a notícia de uma senhora, Dona Francisca Leopoldina da Silva, que respondeu juri por ter matado, sob espancamento, duas escravas. O juri absolveu-a (47).

Êsses dois casos são significativos também para ilustrar os limites usualmente impostos aos senhores na repressão dos comportamentos indesejáveis dos escravos (“todos os extremos são perniciosos”), e a solidariedade existente entre os proprietários de escravos: o senhor homicida é absolvido por um juri de proprietários. (48)

Pela descrição que fizemos da discriminação que se exercia com relação aos escravos e aos negros em Destêrro, podem arguir-nos de subjetividade e parcialidade. Talvez, interessados em aferir os efeitos do sistema escravocrata no plano das inter-relações raciais nos tivéssemos orientado por uma perspectiva de análise que retém apenas as formas discriminatórias de comportamento. Por outro lado, o fato mesmo de que utilizamos largamente documentação dos jornais da época, pode condenar-nos a uma visão unilateral do problema: seriam objeto de noticiário os fatos não rotineiros, a sensação. Todavia, êsse risco foi assumido com plena

consciência. Por vêzes os casos acima referidos correspondem a situações extremas, mas por isso mesmo revelam certos aspectos da realidade que de outra forma ficariam obscurecidos. Além disso, sempre que possível fornecemos meios para que o leitor possa controlar a generalidade presumível de uma forma de comportamento. Por fim, sabemos perfeitamente que em Destêrro, nem sempre a discriminação econômica, legal e social, bem como seu suporte mais eficaz — a violência — se inseriram nos mores da comunidade com a mesma intensidade. A partir de determinado período, certos padrões discriminatórios, perfeitamente válidos em termos da moral senhorial, passaram a ser postos em dúvida e criticados. Os textos que trouxemos à discussão servem, freqüentemente, para mostrar isso: parte das ocorrências registradas pelos jornais o foram como protesto. É que também em Destêrro, à medida em que se pode falar da sua urbanização incipiente (históricamente localizada por nós no período posterior a 1870) desenvolveram-se novas condições de existência, de tal sorte que a instituição da escravidão pôde cair criticamente no nível da consciência social da comunidade. Porém, mais do que por causa da emergência de novas condições de vida que pusessem em jôgo a eficácia da instituição da escravidão e que permitissem sua crítica por grupos sociais não comprometidos com ela (artesãos, bacharéis, pequenos funcionários etc.), foi como consequência da campanha abolicionista, que surgiu, cresceu, e atuou noutras áreas do país, que se processou a reação anti-escravagista em Destêrro.

A análise da luta travada pelos jornais da cidade em tórno do problema da abolição permite verificar até que ponto isto é verdadeiro (49). O que não significa, evidentemente, que tóda luta contra a escravidão e sua crítica tivessem assumido em Destêrro o caráter de repercussão local de um acontecimento nacional. Havia,

na própria dinâmica da vida urbana, elementos que impeliam a isso. Além de que, havia em Santa Catarina, como já indicamos, forte pressão de "opinião pública" a favor da imigração estrangeira, porque o trabalho livre vinha obtendo êxitos. E os catarinenses sabiam, por experiência própria, que a escravidão amortecia os efeitos favoráveis e o ritmo da imigração. Foi sob êsse fundamento, por exemplo, que Taunay, conservador, apoiou o projeto de 1885 sôbre os escravos, apresentado pelo gabinete liberal de Dantas. (50)

A reação à escravidão foi feita com amplo apêlo à argumentação humanitária. Além disso, na sua crítica, argumentos do tipo "a escravidão é uma nódoa para o Brasil diante do concôrto das nações civilizadas" eram freqüentemente usados. Não implicou, pois, uma redefinição do negro aos olhos do branco, e aquêle se tornou antes objeto de comiseração, do que ser humano ao qual se devesse fornecer os meios para reparar a espoliação social e econômica de que fôra vítima na escravidão. Não surgiu nenhum grupo de brancos ou de negros (51) que tivesse feito uma crítica mais profunda da escravidão e que propusesse medidas mais radicais na solução do problema do escravo, em têrmos do homem negro.

Por outro lado, a análise desenvolvida no capítulo precedente, como indicamos, demonstra que as condições estruturais da economia de Florianópolis e os processos sociais e econômicos que operaram nessa área não encontraram estímulos, depois da Abolição, para se organizar de forma a propiciar um surto acentuado de crescimento econômico. Em consequência, as transformações pelas quais passou a estrutura social da cidade com a abolição da escravatura, no sentido da ordenação das posições e das relações sociais em têrmos do sistema de classes, assumiram um ritmo lento, contribuindo muito pouco para alterar a posição ocupada

pelas antigas camadas sociais, em que se estratificava a sociedade de castas do passado. Se formalmente o negro liberto passou a inscrever-se no sistema de classes como *cidadão*, lado a lado dos demais cidadãos de outros grupos raciais que compartilhassem com êle, em termos das suas posições no mercado, as mesmas oportunidades e limitações de participação no sistema social da produção, com tôdas as conseqüências resultantes disso, realmente, dessa possibilidade meramente formal não resultou nenhuma ascensão social do grupo negro. É verdade que tal situação foi geral no Brasil. Entretanto, em várias outras regiões do país o processô de urbanização e industrialização acelerou a desagregação da antiga ordem estamental e abriu possibilidades reais de ascensão social para as camadas que se localizavam na base da pirâmide social, como os negros, enquanto em Florianópolis só nos últimos vinte anos as condições econômicas e sociais começaram a alterar-se de forma a permitir, no futuro, um processo semelhante.

A Abolição em Florianópolis não acarretou, por outro lado, a desorganização imediata da vida econômica do ex-escravo: o artesão, possuindo qualificação profissional, continuou a dispôr dos meios indispensáveis à vida; o escravo doméstico manteve-se como criado doméstico; o do campo, como jornaleiro (52). Não houve, pois, de maneira imediata, nenhum fator que contribuisse para alterar as avaliações sociais dos negros, mantidas pelos brancos. À medida que êstes transferiram para o *negro* avaliações desfavoráveis elaboradas para justificar a escravidão, estas não deixaram de existir depois da Abolição. Acresce que em Destêrro o número de libertos nunca foi muito grande e que nem mesmo o mulato claro teve condições de integrar-se no grupo branco como um igual, já porque as possibilidades de mobilidade vertical eram restritas, já porque o contrôle da pureza racial era grande (53).

Por isso, as condições que poderiam, como noutras áreas do Império, ter agido no sentido de atenuar as avaliações sociais negativas que o branco fazia do negro, não encontraram condições de atualização. A rejeição social do mestiço e do liberto dos círculos de convivência do branco, e as avaliações que êsses faziam daquêles em têrmos da personalidade-status do escravo, encontravam justificativas nas condições de interação social para que sua intensidade fosse equivalente à da rejeição social do escravo negro.

Os comentários de Saint-Hilaire sôbre a violência da reação de um negro fôrro à sua possível identificação como escravo comprova essa análise: "Ninguém se iguala em orgulho a êsse homem, e ninguém, aliás, se iguala nesse ponto aos negros libertos. Como a sua côr pode induzir qualquer pessoa a tomal-os por escravos, elles só pensam nos meios de desfazer o engano e recusam a fazer diversos serviços que não repugnaria a nenhum branco razoável executal-os" (54). Essa disposição subjetiva do liberto de reagir às avaliações sumárias do branco, não encontrando apoio em diferenças reais na posição ocupada pelo escravo e na ocupada pelo liberto na estrutura sócio-econômica da cidade, podia levar, entretanto, quando muito, a formas insolentes de comportamento, que seriam verberadas, e cotejadas negativamente, pelo branco, com o comportamento do *bom negro*, escravo e submisso, ou então levar à tendência de restringir-se as áreas de interação entre o negro livre e o branco, como forma de evitar situações equívocas. Nunca, porém, à redefinição das concepções do branco sôbre o negro, já que, para tanto, faltava exatamente o móvel maior: a mudança efetiva de posição social do ex-escravo.

É provável que tenha havido, no grupo negro, tentativas de reagir criticamente à situação de contacto então vigente. A existência de "sociedades bailantes"

na década de 1920, permite essa suposição. O rigor da etiqueta dessas sociedades, que nos foi descrito por um velho do grupo negro, indica que houve esforços no sentido de reagir às avaliações desfavoráveis do branco. Simbolicamente, a casaca de baile e o “mestre de salão” deveriam assumir, aos olhos do grupo negro, um significado bem mais profundo do que à primeira vista pode parecer. Era a tentativa de mostrar à “sociedade dos brancos” que o refinamento nas maneiras, a vida de família e a distinção social não eram apanágio de um grupo racial; e também que os negros já não eram mais escravos, podendo comportar-se como quaisquer outros cidadãos, como *iguais* . . . Aos olhos do branco, entretanto, pareceria ridículo que seus criados procurassem ostentar, pernósticamente; o que resultava numa reafirmação de suas avaliações negativas.

Como as condições de existência material do grupo negro não melhoraram, não houve recursos para que essas sociedades bailantes pudessem manter-se. Assim, seus efeitos, em termos de uma possível redefinição subjetiva da auto-concepção dos negros, não puderam fazer-se sentir de modo mais profundo. Hoje, apenas os velhos do grupo rememoram, muito ajudados pela imaginação, o seu “período áureo”.

Houve, também, tentativas de despertar entre os negros de Florianópolis a “consciência de raça”, como pré-requisito para atitudes reivindicatórias. Mas êsses esforços, que foram recentes, não encontraram apóio na “população de côr”. Além disso, tratava-se de movimentos de âmbito nacional que se ramificaram localmente, empolgando poucos indivíduos, que logo desistiram do empreendimento, dado o desinterêsse da maior parte dos negros. (55) Em Florianópolis não houve, pois, condições para que se desenvolvesse nenhum movimento que pretendesse reagir contra a discriminação racial, e que pudesse, dessa forma, interferir criticamente

nas auto-avaliações dos negros. Nem mesmo a “lei Afonso Arinos” é sequer conhecida pela maioria dos elementos do grupo negro.

Em têrmos da análise que fizemos no capítulo precedente, compreende-se que numa sociedade que guarda tantos traços de similaridade com o passado, no que diz respeito às posições recíprocas de brancos e negros na estrutura social, dificilmente haveria, como é óbvio, condições para tentativas deliberadas de alteração do sistema de acomodação racial vigente. Existiram e existem reações. Porém, elas são esparsas e assumem freqüentemente o caráter de lamentações, que são racionalizadas (por exemplo: a discriminação seria produto da falta de educação, e só existiria por parte dos brancos ignorantes e mal educados), e suportadas com resignação. Determinados processos de socialização e de contrôle social operam no sentido de acomodar os negros ao sistema de relações raciais vigente (como veremos no próximo capítulo), bastando pensar, por exemplo, que o ideal, afirmado verbalmente por brancos e por negros da comunidade, da “igualdade racial brasileira” e a “moral cristã”, de resignação, age como poderoso elemento de acomodação, permitindo certa euforia subjetiva do negro com relação à situação de contacto vigente.

É preciso ponderar, finalmente, que a diversificação do sistema ocupacional de Florianópolis possibilitou alguma diferenciação social interna no grupo negro, como vimos. Por isso, embora a discriminação e as avaliações desfavoráveis mantidas pelos brancos atinjam os negros em geral, é preciso considerar que há alguma oscilação na atitude dos brancos diante de negros que pertencem a camadas diversas. Baseando-nos no *survey* que realizamos, poderíamos distinguir quatro sub-grupos principais de negros, do ponto de vista da sua integração à comunidade, da sua organização interna, da consciência

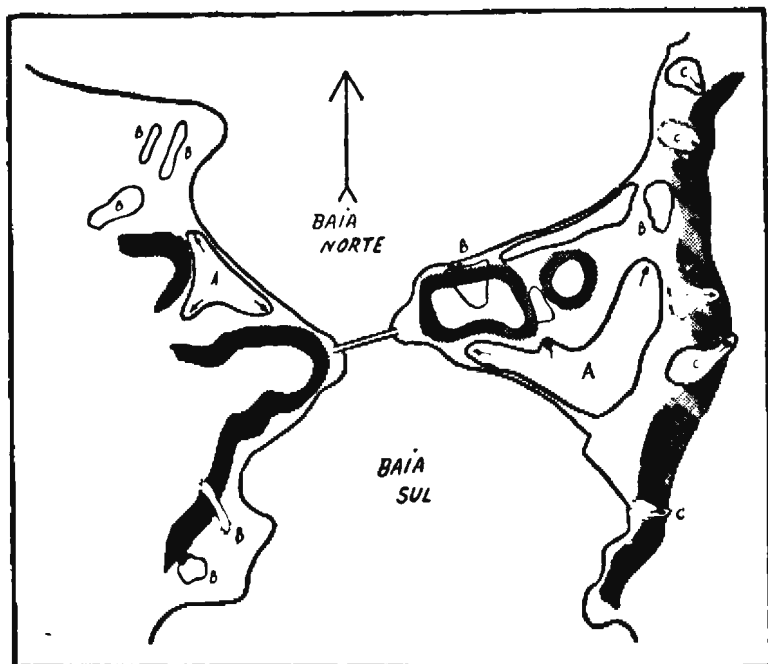
de sua posição como grupo e do grau de solidariedade intra-grupal desenvolvido, se bem que êsses quatro sub-grupos não se situem, pròpriamente, em quatro estratos sócio-econômicos da estrutura social local. As atitudes dos brancos e as dos próprios negros no processo da interação racial flutuam, de certa maneira, em função dessas camadas, como veremos nos próximos capítulos.

Em primeiro lugar, há os que ascenderam socialmente, ocupando no presente posições correspondentes às dos indivíduos que pertencem às camadas intermediárias da população: são professores, (predominantemente do sexo feminino), indivíduos portadores de diplomas de grau médio ou superior, empregados no comércio, funcionários públicos civís ou militares, funcionários autárquicos ou de emprêsas mistas, etc. Entre êles existe latente um processo de tomada de consciência de sua posição na sociedade como e enquanto grupo de côr. Em virtude de sua posição na estrutura ocupacional precisam conviver com os brancos mais intensamente e, em várias circunstâncias, em posições sociais simétricas. Apesar de se beneficiarem dessa possibilidade, sentem as restrições impostas pela barreira da côr. Doutro lado, suas condições materiais e culturais de existência distanciam-nos do resto da população negra. Por isso, tendem a isolar-se socialmente da população negra e dos demais grupos da comunidade. A flutuação, nos membros dêste grupo, da consciência de sua posição e da orientação da sua lealdade em têrmos do grupo branco ou do grupo negro é muito grande (56).

Em segundo lugar, há os que se inscrevem no sistema artesanal e semi-industrial do município, constituindo a *élite* da população trabalhadora negra. Êsse grupo tanto numérica quanto socialmente desempenha um importante papel na população negra. São os descen-

dentes dos antigos escravos dos serviços ou das “profissões mecânicas”, que conseguiram permanecer nas mesmas posições ocupadas pelos seus ancestrais no sistema ocupacional da comunidade. Formam a camada mais estável da população negra e em termos da comunidade global, fazem parte dos “antigos habitantes”. Isso se evidencia, ainda hoje, pela localização de suas habitações, na Ilha e não no Estreito. Muitos dos indivíduos desse grupo mantêm relações de compadrio, como afilhados ou protegidos, com membros do grupo branco. É entre esses indivíduos, em grande parte por causa de suas relações com os brancos e das facilidades que eles têm para se colocar em posições relativamente boas na estrutura ocupacional da cidade, principalmente no funcionalismo, que são selecionados os membros da camada ou grupo a que nos referimos acima. Este setor mais antigo da população negra, depois da Abolição, pôde organizar grupos de parentesco mais ou menos estáveis graças à instituição do matrimônio, e foi dele que surgiram as primeiras associações recreativas que mencionamos. Atualmente, a atividade associativa organizada do grupo negro encontra nesses elementos, embora com apóio mais ou menos à distância dos que atingiram as camadas intermediárias da população, seus principais agentes.

Em terceiro lugar, há o grupo daqueles que, ádvenas ou descendentes da antiga população escrava, inscrevem-se na estrutura ocupacional da cidade nas atividades que pressupõem a utilização da fôrça física, nas quais frequentemente ocupam as posições pior remuneradas ou mais árduas e desagradáveis. Entre eles também se incluem os que se dedicam a atividades socialmente desprestigiadas e desqualificadas econômica e socialmente, como por exemplo as empregadas domésticas e os trabalhadores braçais em geral. O critério para distinguir os indivíduos do segundo dos do terceiro grupo



MAPA 2 — Florianópolis

"A cidade cresceu nos vales (A). A valorização dos terrenos leva parte da população a morar em pontos mais distantes (B). As classes mais pobres são obrigadas a localizar-se nas ladeiras dos morros (C)".

FONTE: *Florianópolis, Plano Diretor*, por EDVALDO PAIVA, DEMÉTRIO RIBEIRO e EDGAR GRAEF, edição da Prefeitura Municipal, Florianópolis, 1952, pág. 15.

não pode ser meramente o tipo de ocupação. É preciso considerar os demais fatores discutidos quando caracterizamos o segundo grupo: pertencer ou não a famílias organizadas, manter ou não ligações com os descendentes

dos antigos proprietários de escravos, ou com brancos das camadas superiores e intermediárias da população, etc. Dessa forma, os limites entre os dois grupos são relativamente permeáveis, assim como os limites entre este terceiro grupo e aqueles indivíduos que, não obtendo posições definidas no sistema ocupacional do município, vivem "de expediente", numa situação de dependência e de sub-emprego crônico, bem como os desocupados. Na sua grande maioria, os membros deste terceiro grupo vivem nos morros que cercam a área da cidade que se localiza na Ilha, ou então na área sub-urbana do Estreito.

Por fim, há os negros recém-vindos das demais áreas do Estado ou de outras regiões e que, embora na maioria dos casos participem do sistema ocupacional da cidade como trabalhadores não qualificados e, em menor escala, como trabalhadores semi-qualificados ou artesãos, ainda não se integraram na população negra local. Eles não participam de sua vida associativa nem mantêm relações de amizade ou mesmo de vizinhança, com os membros daquela população, pois que se localizam geralmente no Estreito, e não na Ilha, como a maior parte da população negra antiga.

Note-se que em todos esses grupos é possível reconhecer tanto indivíduos que fenotipicamente poderiam ser classificados como *negros*, quanto aqueles que o seriam melhor como *mulatos*. Excetuando-se os indivíduos pertencentes ao primeiro grupo, que atingiram os estratos intermediários da estrutura social de Florianópolis, pois entre eles o número de mulatos, sem ser exclusivo, é predominante (por razões que serão analisadas nos próximos capítulos), seria difícil estabelecer qualquer tendência quanto à predominância de indivíduos fenotipicamente *negros* ou *mulatos* nos demais sub-grupos em que se poderia dividir a população negra da

cidade. Isto significa que não existiria estratificação “intra-racial” no grupo negro. Com relação à posição do “grupo negro” na comunidade de Florianópolis, dado que sua ascensão social como um todo, e sua diferenciação interna, são incipientes no município, não há diferenças essenciais nas posições sociais ocupadas pelos “mulatos” ou pelos “negros”, que se distribuem de forma mais ou menos indiscriminada na estrutura ocupacional da cidade.

Esta tentativa de classificação da “população de côr” de Florianópolis é precária por duas razões principais. Primeiro, porque se baseia na observação direta e em entrevistas feitas num *survey* que implicou num contacto pouco prolongado. Segundo, porque o processo de mudança social encontra no presente, como acentuamos, condições para desenvolver-se num ritmo mais intenso que no passado. Isto se reflete na população negra, pois favorece a alteração de posição do grupo negro na comunidade e tende a acentuar cada vez mais, as diferenças de posição social entre os indivíduos do grupo de côr. Será mesmo difícil prever se no futuro a expressão “grupo de côr” terá algum sentido operacional nas análises sociológicas que se desejar fazer na comunidade. É possível, por outro lado, que os fatores irracionais que se prendem às avaliações sociais em termos da côr tendam a interferir no processo de formação do sistema de classes sociais de forma mais incisiva que no presente, à medida em que êste se desenvolver. Assim como é possível que a tendência incipiente que poderia ser apontada na seleção dos “menos escuros” nas camadas intermediárias da população se acentue, dando lugar a que aos grupos socialmente estratificados da população negra venham a corresponder variações de coloração da pele. Tanto mais que o *ideal de branquidade* encontra plena vigência em Florianópolis, como veremos nos próximos capítulos e os membros do grupo

de côr que ascendem socialmente têm maiores oportunidades para atingir êsse desiderato, na escolha do próprio cônjuge ou na de seus filhos, por causa de suas posições sócio-econômicas mais vantajosas. Então, ascensão social e branqueamento talvez possam vir a ser processos que correm paralelos.

* * *

Forçados a ater-nos ao material empírico disponível e a descrever sumariamente algumas situações sociais a partir das quais se pode inferir as condições e padrões que regulavam a interação de brancos e negros no passado, em Destêrro, cremos, entretanto, poder ressaltar certas hipóteses, que possuem interêsse para a compreensão da situação de contacto inter-racial do presente, e mesmo para a análise dos contactos inter-raciais na sociedade brasileira em geral.

Em primeiro lugar, parece-nos que a discussão feita é suficiente para mostrar que, nos pontos abordados, há similitude entre os padrões de contacto inter-racial e as formas de comportamento social vigentes em Santa Catarina e aquelas que operavam em São Paulo, descritos por Roger Bastide e Florestan Fernandes. A exposição que fizemos procurou, intencionalmente, ressaltar tal fato, e o cotejo com a obra dêsses autores pode confirmar essas afirmações. Isso nos faria supor a existência de determinados padrões gerais de contacto inter-racial aos quais corresponderiam formas similares de comportamento social, se não em todo o Brasil, ao menos em boa parte dêle (57). Somos tentados a essa generalização tanto mais quando sabemos, como temos insistido, que as diferenças estruturais entre as duas áreas que estamos comparando eram grandes.

Como explicar isso? Ainda em termos de aproximação, gostaríamos de sugerir, que, em primeiro lugar, apesar das diferenças das formas de exploração econômica vigentes das duas áreas (grande propriedade e muitos escravos — pequena propriedade e poucos escravos), a escravidão era uma instituição que vigorava em todo o Brasil; em segundo lugar, alguns padrões de comportamento e as racionalizações a respeito da legitimidade da escravidão foram obviamente elaborados nas áreas de grande propriedade e grande densidade de população negra, e dessas difundidas para as outras áreas. Basta a leitura dos editoriais dos jornais de Destêrro sôbre a Abolição para que se perceba tal fato: a atitude anti-abolicionista era defendida através de uma argumentação que tendia a mostrar que a libertação dos escravos traria a ruína econômica, e isso, numa região onde a economia não repousava essencialmente no braço escravo (58). Pensava-se em Destêrro como e em têrmos do Rio de Janeiro. O ideal de ociosidade acima descrito, da mesma forma, não se justificaria em têrmos das condições reais de existência social dos brancos da Ilha, e assim por diante. A explicação, pois, da existência de padrões de comportamento gerais para a sociedade brasileira no atinente aos contactos interraciais dependeria de uma análise mais ampla a respeito da similitude de estilos de vida, modos de pensar, sentir e agir na sociedade brasileira, através da influência de certas áreas do país sôbre outras, notadamente das regiões que, em determinados períodos, beneficiaram-se diretamente com o desenvolvimento econômico da Colônia e do Império, e, especialmente, da influência exercida pela Côrte, como sede central do govêrno, e da administração, sôbre o resto do país (59).

Em segundo lugar, é importante notar que esta similitude de padrões de relações raciais e consequentemente a similitude das formas de comportamento social

por êles orientados, se verificou em áreas cujas diferenças estruturais e de grau de desenvolvimento econômico eram acentuadas. Se a vigência de alguns padrões similares de contacto inter-racial pode ser explicada pela hipótese de terem sido elaborados numa das áreas e transferidos para outra, é preciso discutir se as funções que preenchiam eram semelhantes. Em outras palavras, se causalmente poderíamos compreender a emergência de determinados tipos de contacto inter-racial similares em termos de que havia algumas condições gerais nas duas áreas em questão (que a própria existência da escravidão implicava), e que, apesar da variação de outras condições específicas, haveria determinados processos sociais que permitiam a difusão de padrões de comportamento elaborados numa área para outra área, funcionalmente haveria similaridade entre as formas de interação racial vigentes nas duas áreas?

Aqui, comparando-se as duas situações em questão, deveremos procurar isolar no que é específico à situação que ora nos interessa (Santa Catarina) os fatores que permitirão explicar nela o funcionamento do sistema de contacto inter-racial. Além disso, se havia básicamente similaridade nos padrões de contacto, havia também diferenças, e essas, como as funções sociais dos padrões de contacto e das formas de comportamento inter-racial vigentes, devem ser explicadas em termos dos fatores que variam tópicamente na comparação das duas séries de eventos com que estamos lidando.

Não precisamos insistir na significação empírica dos dados selecionados para caracterizar a situação de contacto vigente em Destêrro. A todo instante procuramos mostrar o flagrante contraste entre as avaliações do escravo e do negro em termos do branco e a posição de ambos no processo social de produção; entre a avaliação negativa da vida laboriosa que os brancos partilhavam e sua necessidade de produzir de *motu proprio*

os meios de sobrevivência; entre as expectativas de comportamentos assimétricos do branco pobre e do negro e suas condições similares de vida, e assim por diante. Ora, numa situação de contacto inter-racial desse tipo, havia incentivos poderosos para que as polarizações negativas, que na sociedade escravocrata se concentravam no escravo, fossem transferidas plenamente para o negro.

Se é verdade que a *côr* e as *diferenças raciais* tornaram-se elementos funcionalmente significativos e operantes por causa da elaboração social que sofreram nas áreas de grande propriedade escravocrata (60), e que a discriminação racial não se praticava “por causa de *prevenções* ou *ojerizas inevitavelmente* ou *voluntariamente* associadas à diferenças raciais (. . .)” (61), e que sua explicação estaria antes na existência da *dominação senhorial* de uma raça sobre outra, à qual correspondia uma estratificação social em castas que produzia desigualdade de direitos e de deveres que se traduziam em medidas discriminatórias (62), não deixa de ser verdade que, numa região como essa de Santa Catarina que estamos analisando, não havendo o suporte material da dominação senhorial e existindo a estratificação social em castas, a dominação senhorial confundia-se ainda mais que noutras áreas com a dominação racial: não era ao senhor que o escravo devia obrigações sem contrapartida de direitos, era ao branco que o negro as devia.

Nem mesmo o abrandamento da desigualdade entre o senhor e o escravo, que o patriarcalismo tradicional permitia, poderia haver em Destêrro: faltava a diferença real nas posições recíprocas do branco e do negro no sistema social da produção, para permitir que o paternalismo não fosse confundido com *igualitarismo*, e que dele não adviesse perda de status. Daí que numa

cidade onde a escravidão era essencialmente doméstica vigorasse uma disciplina de vida para os escravos tão rigorosa quanto a que descrevemos, e que a violência fosse utilizada tão amplamente como recurso para acomodação do negro à ordem social escravocrata. Essa situação contrasta com a descrição da vida dos escravos domésticos e urbanos apresentada pelos cronistas ou comentaristas de outras regiões do Brasil. Na cidade, com relação aos escravos domésticos, haveria maior suavidade que na vida dos escravos do campo, mais liberdade e menos castigos, o que não poderia ocorrer plenamente em Destêro, pelas razões que sugerimos. Não havendo por outro lado, condições para que o mestiço viesse a fazer parte da família tradicional, ou ascendesse socialmente, como mostramos, a rejeição violenta do branco se exercia sôbre todo aquêle que tivesse *mistura* no sangue. "Escapou de branco, é negro", como diz o ditado que ainda hoje serve, mais freqüentemente, para a identificação sócio-racial do mulato em termos do branco.

A rigor, numa comunidade como a que descrevemos, o preconceito de côr e a discriminação racial além de se completarem como processos sociais de preservação da ordem social escravocrata (à medida em que essa vigorava em Destêro) (63), preenchiam ainda outra função social importante, que se relaciona com e históricamente emergiu da situação de contacto inter-racial na sociedade escravocrata brasileira: por causa da inconsistência das condições para a exploração escravocrata e da coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo, deparamos em Destêro com uma situação em que a côr da péle e as marcas raciais foram selecionadas como elementos capazes de "expressar", mais do que uma desigualdade social, uma *desigualdade natural* entre negros e brancos. Essa desigualdade significaria "a supremacia

das raças brancas, a inferioridade das raças negras e o direito natural dos membros daquelas violarem o seu próprio código ético, para explorar outros seres humanos" (64). E através dela se legitimava o direito à discriminação e à espoliação, mesmo quando juridicamente não houvesse entre os brancos e os negros uma relação senhorial de domínio.

Foi por isso que, numa comunidade onde o mundo rural era *plebeu* e onde não emergiu nenhuma fonte de riqueza urbana capaz de permitir, em grande escala, um estilo de vida senhorial, as relações entre os brancos, mesmo pobres, e os negros, mesmo livres, se processavam em termos das relações entre dominadores e dominados, senhores e escravos.

Compreende-se, pois, que mesmo depois da Abolição não houvesse impulsos suficientemente vigorosos para alterar o sistema de acomodação inter-racial vigente. Os libertos e seus descendentes continuaram sendo negros, isto é, *naturalmente inferiores*. Tanto mais que a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar, como antes, os serviços para os quais eles eram *naturalmente aptos*: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado. Numa situação social como essa existem, obviamente, muitos estímulos para a preservação da antiga ideologia racial dos brancos.

A polarização das justificativas das avaliações desfavoráveis dos brancos sobre os escravos em torno de características físicas permitiu que, mesmo alterando-se, com a Abolição, as condições sociais responsáveis pela emergência da discriminação racial, essa, e as principais racionalizações que a justificavam, se mantivessem quase inalteráveis na sociedade de classes em formação. Por outro lado, como a intensidade da rejeição social do negro era grande e as transformações na estrutura ocupa-

cional, e conseqüentemente no sistema global de posições sociais, foram relativamente pequenas até há mais ou menos vinte anos, os padrões de contacto inter-racial elaborados no passado puderam preservar-se. Isso equivale a dizer que mesmo com a emergência do sistema de classes sociais em Florianópolis, fatores irracionais ligados a *diferenças raciais* continuaram a operar no processo de classificação social vigente na comunidade, e por êsse meio, manteve-se a exploração social, sob fundamento supra-econômico, de um "grupo racial" sôbre outro: dos *brancos* sôbre os *negros*.



SEGUNDA PARTE

por

OCTÁVIO IANNI





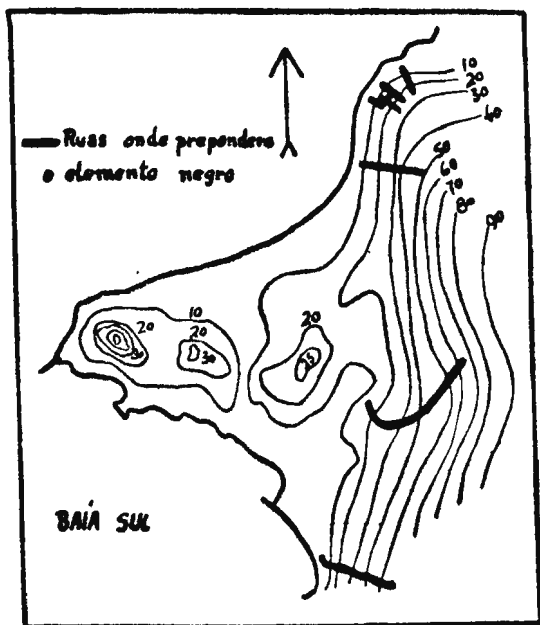
CAPÍTULO III

Raça e Mobilidade Social

A distribuição ecológica das populações negras de Florianópolis não deve ser encarada como tendo sido produzida pela situação de contacto racial da comunidade. É verdade que há fatores que levam a uma interpretação oposta, isto é, que permitem considerar a presente dispersão dos grupos raciais pelo espaço urbano como ligada ao preconceito de cor. Mas esses fatores não são suficientemente consistentes para explicar sozinho a situação atual das relações raciais. Na verdade, essa distribuição dos negros e brancos sofreu e sofre a influência direta das condições econômicas de cada camada social. Entretanto, não podemos perder de vista um aspecto importante da presente distribuição ecológica dos grupos. Ela atua como um fator ativo em alguns estágios do desenvolvimento do processo que estamos analisando. O que é, até certo momento, produto do processo de urbanização, passa a ser condição de um outro processo social. Neste caso, o preconceito de cor. Por isso, alguns aspectos do preconceito serão melhor apreendidos quando estudarmos a inserção dos grupos raciais no espaço geográfico.

Como ocorre geralmente nas comunidades brasileiras em fase de urbanização, em Florianópolis também se encontram grupos residenciais das camadas mais pobres localizados na periferia do núcleo urbano. É nessa periferia que se encontram as áreas de menor valor econômico. No caso de Florianópolis, a maioria dos

bairros pobres encontram-se nas encostas das elevações, que são, por enquanto, os limites naturais do aglomerado urbano. É nesses bairros ou “morros” (1), localizados nas encostas das montanhas, que se encontra a grande maioria da população negra e mulata de Florianópolis. No Estreito (2), aglomerado que se localiza em uma área geográficamente menos acidentada, êsses indivíduos se encontram do mesmo modo nas áreas de menor valor econômico, e mais afastadas do núcleo (Mapa 2, pág. 143).



MAPA 3

FONTE: “Florianópolis, ensaio de geografia urbana”, por WILMAR DIAS, in *Boletim Geográfico*, edição do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, n.º 2, ano I, Florianópolis, julho de 1947, págs. 36-37.

Vejamos, contudo, o que nos diz Wilmar Dias, num trabalho pioneiro sobre a geografia humana da cidade. “Os desmates progressivamente operados nos morros para fins de saneamento deixaram livre à ocupação pelas classes pobres, considerável quantidade de terra e determinaram o nascimento, morro acima, de novos bairros residenciais” (3). “Construindo a bel prazer, na terra gratuita do Govêrno, ou na terra baratíssima dos particulares, as classes desafortunadas fôram se aglomerando ao longo dos caminhos coleantes, sem obediência a norma alguma, transformando, em pouco tempo, as encostas mais suaves dos morros em uma série de favelas” (4). “São essas favelas, na sua maior parte, ocupadas pelo elemento negro (5) que, dadas as condições de extremo pauperismo em que vive, não mais pode manter-se na área peninsular super-valorizada da cidade. E’ esse mesmo elemento (o negro) que assinala, pelas suas concentrações, o limite máximo da expansão da cidade (6). As mais recentes concentrações, os Morros de Nova Descoberta, Abissínia, Baco-Baco e Inferninho, localizam-se já em áreas muito afastadas do centro e tôdas além dos limites urbanos fixados em 1943. E, dentro do perímetro actual, os Morros de Xapecó, Caixa d’Água, Nova Trento, Elias Paulo e Mocotó, onde a população negra predomina, localizam-se exatamente na área periférica, espalhando-se mesmo para além dela” (7).

Fica, assim, bem clara uma das conseqüências do desenvolvimento de Florianópolis: à medida que se desenvolve o núcleo urbano, à medida que se valorizam áreas comerciais ou residenciais, mais são afastadas do centro as populações negras, juntamente com o restante das camadas pobres.

Do que ficou exposto podemos concluir que não são todos os brancos que se encontram na mesma proximidade física dos negros e mulatos. O contacto que tivemos com a comunidade nos permite assegurar que o

grau de contiguidade entre os grupos raciais diminui à medida que caminhamos dos morros para o núcleo urbano, o que equivale dizer: à medida que subimos na escala social. É o que nos revelam, ainda que parcialmente, também os dados referentes à frequência de negros e mulatos na vizinhança dos colegas que responderam ao nosso questionário. Tomando-se as respostas dêles segundo as classes sociais a que pertencem os pais ⁽⁸⁾, obtivemos as respostas ⁽⁹⁾ abaixo. À pergunta: “onde encontra preto ou mulato?” responderam que encontram na vizinhança os seguintes:

N E G R O			M U L A T O		
<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>	<i>Baixa</i>	<i>Média</i>	<i>Alta</i>
67	53	53	65	56	57

Mas, qual seria o padrão de contacto racial no plano vicinal? As observações realizadas por nós *in loco* e os outros dados colhidos permitem-nos assegurar que as relações entre negros, mulatos e brancos, enquanto vizinhos, não são indiferenciadas no que diz respeito à côr. De um modo geral, os brancos distinguem — social e culturalmente — os vizinhos negros e mulatos dos próprios brancos. Inversamente, os negros e mulatos diferenciam-se dos brancos nos mesmos planos. É clara a dicotomia existente. Ela sòmente não se manifesta em certas camadas sociais porque estas não convivem no mesmo espaço geográfico. Conforme dissemos, à medida que subimos na escala social, reduz-se rapidamente o coeficiente de indivíduos “de côr”. É esta circunstância que explica o fato de certos indivíduos não manifestarem discriminação diante de vizinhos. Contudo, a despeito disso, os que moram em áreas onde

não se encontram negros e mulatos residindo apresentam atitudes que revelam maior intensidade de rejeição dos negros e mulatos enquanto vizinhos. Vejamos as respostas de dois grupos brancos distintos: um deles, composto de indivíduos residentes no melhor bairro residencial e, outro, dos residentes nos morros. Perguntamos se gostariam de ter negros ou mulatos como vizinhos. Responderam “não” os seguintes:

	NEGRO	MULATO
1) Residentes em Praia de Fora	33	31
2) Residentes nos Morros	23	18
3) Total dos estudantes brancos	34	26

Como se vê, contrariamente ao que pudéssemos supor, os indivíduos que menos convivem com os negros e mulatos, no que diz respeito à vizinhança, são justamente os que mais os rejeitam para vizinhos. Por outro lado, justamente os brancos que os têm mais próximos de si são os que apresentam menor coeficiente de rejeição. Note-se, contudo, que os brancos que não são vizinhos de negros ou mulatos (grupo 1) estão mais próximos da média geral da comunidade (grupo 3), que aqueles residentes nos morros (grupo 2), onde reside a maioria dos negros e mulatos da comunidade.

Êsses dados, entretanto, levam-nos a outro aspecto do problema. Pode-se lembrar que eles permitem levantar a hipótese de que o fenômeno, que está sendo apresentado como preconceito de cor, poderia ser considerado também em termos de preconceito de classe. Conforme vimos, os brancos que têm vizinhos negros e mulatos pertencentes à mesma camada social que eles

próprios, apresentam menor resistência à sua vizinhança que aquêles de outras camadas, particularmente as mais elevadas. Talvez êstes brancos de camadas elevadas reagissem do mesmo modo também em face dos brancos pobres. Não o negamos. Há evidências nesse sentido. Contudo, existe certo grau de rejeição também no interior de grupos residentes na mesma área residencial, o que é, de per si, significativo. Deixaremos, todavia, êste problema para ser melhor examinado à medida que progredirmos em nossa discussão.

A situação de contacto racial, considerada do ponto de vista da distribuição das populações negras e brancas pelos bairros de Florianópolis, leva-nos ainda a algumas observações a respeito das atitudes recíprocas dos membros da comunidade.

Vejam, em primeiro lugar, como se manifestam os brancos. Dêstes podemos destacar três grupos. Um dêles afirma que há brancos e negros no bairro e que as relações entre êles são harmoniosas. Fazem, inclusive, considerações sôbre o inter-casamento, considerando-o fato normal e habitual. Outro grupo de brancos nega a existência de negros e mulatos no local, alegando que êsses elementos se encontram em outras áreas, geralmente distantes, às vêzes no extremo oposto do bairro onde reside o informante. As áreas mencionadas são consideradas pelo grupo como de menor valor econômico que aquela onde vive. Finalmente, um terceiro grupo assegura que o lugar está "cheio de negros e mulatos". Lamenta-se, afirmando que êles são vizinhos desagradáveis, habitualmente "amigados". Procuram evitar intimidade com vizinhos negros ou mulatos, não trocando visitas com êles.

Os dois últimos grupos são nítidamente preconceituosos, ainda que reagindo diversamente, conforme a experiência social de cada um. Note-se, contudo, que os indivíduos pertencentes a cada um dêsses grupos

não se encontram reunidos social e ecológicamente, mas dispersos pelos diversos bairros da comunidade. Êles se caracterizam pela unidade de atitudes.

Também os negros e mulatos apresentam uma relativa uniformidade de atitudes. Dispersos pela comunidade, conforme descrevemos em parágrafos anteriores, êles reagem de dois modos em face dos seus vizinhos brancos. Em primeiro lugar, encontram-se aquêles que demonstram a existência de relações harmoniosas entre brancos e negros em geral. Trata-se de um grupo não muito extenso que afirma inclusive a existência de casais mistos, constituídos legalmente. Êste grupo se compõe principalmente de mulatos. Em segundo lugar, encontram-se aquêles que revelam ressentimento diante dos brancos seus vizinhos, dada a hostilidade com que são tratados, quando entram em jôgo os padrões de convivência vicinal. Êstes indivíduos não são visitados pelos brancos, nem os visitam. Compõe-se êste grupo principalmente de negros e menor número de mulatos.

Uma análise sociológica do preconceito racial, no entanto, não pode desprezar o fato fundamental de que uma comunidade se compõe de indivíduos de sexos diversos, o que se exprime, naturalmente, em seus padrões sócio-culturais. A distinção dos sexos, de fundamental importância para o conhecimento de determinados fenômenos sociais, é de alguma relevância para a devida compreensão do preconceito de cor em Florianópolis. Não pretendemos, com isso, afirmar que o sexo, isoladamente, considerado biologicamente, tenha valor explicativo. Êle se distingue em consequência da constelação de valores sociais e culturais que o cercam.

A primeira observação que podemos fazer em face da dicotomia dos sexos diz respeito às mulheres brancas. Elas tendem a apelar, mais a miúdo, a padrões ideais de comportamento inter-racial, particularmente àqueles

que possuem conotação ético-religiosa. Isto, contudo, não impede que revelem, através das próprias palavras, a contradição entre aquêles padrões e o seu comportamento efetivo. Vejamos o que declara uma jovem. “A questão das raças — diz ela — continua sendo um problema atual para o qual ainda não se achou solução. Minha opinião será sempre que os pretos e mulatos constituam uma sociedade separada da dos brancos, mas que haja fraternidade e amor entre êles”. É evidente, nessas declarações, a contradição apontada. Outra jovem, contudo, revela menos abertamente a incoerência quando afirma: “Perante Deus todos somos iguais e considero uma ignorância nossa termos o preto como algo diferente”. Há aquelas, ainda, que manifestam abertamente sua rejeição do negro e do mulato: “Muitas vêzes existem pretos superiores aos brancos, mas são raros. Temos o nosso poeta Cruz e Sousa que é superior a muitos brancos, mas eu preferiria casar com um branco menos inteligente do que com um prêto sábio”.

O fato das mulheres brancas apelarem muitas vêzes a padrões ético-religiosos, para definirem verbalmente suas posições em face dos negros e mulatos, não significa que os homens brancos, por sua vez, também não o façam. Parece-nos, contudo, que o indivíduo do sexo masculino apela menos para aquêles padrões. Lança mão de outros recursos para definir suas atitudes. Veja-se, por exemplo, o que declara um comerciante: “Por uma questão de princípio, não gostaria de ter um negro ou mulata na família, mas aceitaria se assim acontecesse”. Outro branco apela para razões prosaicas, afirmando: “. . . não pude dizer tudo o que sinto dos pretos e mulatos; mas os pretos e mulatos são muito mascarados e fazem-se de muito importantes, coisa que êles não são e nunca chegarão a ser”. Encontramos, entretanto, também aquêles que, como algumas mulheres

brancas, apresentaram atitudes segregacionistas. “Minha observação principal é que os pretos deviam andar separados dos brancos e vice-versa”, diz um jovem branco. Esta mesma posição é revelada por outros, inclusive alguns que lembram o exemplo dos Estados Unidos. “Seria de acôrdo que no Brasil fosse feito como na América do Norte. Não querendo voltar à escravidão, mas sim fazer a divisão, separar. Porque uma separação daria mais oportunidade aos brancos e mais ainda aos pretos, para poderem êles mostrar suas possíveis qualidades”.

Apesar da relativa semelhança das atitudes dos indivíduos brancos de ambos os sexos, verificamos, entretanto, que elas não são idênticas. Provavelmente estamos em face de gradações, apenas, das mesmas atitudes. Vejamos, todavia, como se manifestaram os colegiais interrogados sôbre a sua convivência com negros e mulatos. Perguntamos quais não gostariam de encontrar prêto ou mulato nas situações sociais abaixo mencionadas. Responderam “não”:

	NEGRO		MULATO	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
1) Escola.....	19	18	15	13
2) Vizinhança.....	35	33	28	24
3) Baile.....	71	81	57	70
4) Família.....	87	91	83	90

Além da distinção que ambos os grupos fazem entre o prêto e o mulato, aspecto que será analisado adiante, observa-se maior rejeição na escola e vizinhança por

parte dos indivíduos do sexo masculino. Por outro lado, no baile e na família as moças apresentam maior resistência. Note-se, ainda, que as diferenças percentuais entre os dois grupos em 1 e 2 são menores que aquelas apresentadas em 3 e 4. Outro aspecto relevante desses dados diz respeito aos tipos de relações características de cada círculo de convivência mencionado. Enquanto que na escola e entre os vizinhos é mais fácil manter relações formais com os negros e mulatos, no baile e na família predominam relações simpáticas. Evidentemente é a facilidade de criação de intimidade que leva o sexo feminino a rejeitar mais intensamente que o masculino aos negros e mulatos nesses dois círculos.

Em suma, constatamos na comunidade estudada uma atitude diferencial dos indivíduos do sexo masculino e feminino em face dos negros e mulatos. Esta situação provavelmente se deve à experiência social diferente do homem e da mulher na comunidade em foco. Apesar de que não podemos falar em heranças de uma sociedade patriarcal, conforme os modelos apresentados por Gilberto Freyre e Antônio Cândido (10), a comunidade estudada não foge a uma divisão sexual do trabalho, que opera desde o passado e conduz a experiências sociais diversas. É isto que, a nosso ver, explica parcialmente aquelas discrepâncias de atitudes. Novos aspectos dessas diferenças serão, entretanto, discutidos adiante, quando analisarmos a situação de contacto no baile e no interior da família. Mas, antes de passarmos adiante, vejamos como se manifestam o homem e a mulher negros e mulatos.

Sabemos que as relações recíprocas dos brancos, negros e mulatos no presente se devem, além da interferência de outros fatores, aos padrões de relações raciais herdados do passado e ao grau de convivência existente na atualidade. Todavia, enquanto que entre os

brancos operam, principalmente, aquêles padrões herdados do passado, entre os negros e mulatos atua, em maior escala, o grau de convivência social. Isto não significa que não entrem em jôgo muitos outros fatôres. Apontamos sômente os que nos parecem principais. Assim, o grau de convivência diverso do homem e da mulher “de côr” com os brancos explicaria o comportamento e atitudes diferenciais daqueles. Portanto, a premissa de nossa discussão das atitudes do homem e da mulher brancos é válida para o homem e a mulher negros e mulatos. Ainda que não se expliquem pelos mesmos fatôres, a experiência social diversa dos negros e mulatos conduz a atitudes diferentes.

As considerações apresentadas permitem-nos levar a análise um passo adiante. Devido aos caracteres da situação de contacto vigente em Florianópolis, qualquer estudo das relações entre as raças deve levar em conta o fato de que o grupo negro e mulato, dado o seu número e dadas as condições em que se encontra, define os seus objetivos em termos de ajustamento integrativo ao grupo branco. É neste sentido que devemos compreender as atitudes diversas de homens e mulheres negros e mulatos. Sob alguns aspectos, essas atitudes são homogêneas. Sob outros, contudo, elas sofrem a influência direta da condição biológica do indivíduo. Por isso, em algumas situações específicas o ajustamento do homem é diverso daquele da mulher. Uma mulata bem clara, que se apresenta como branca, revela um aspecto peculiar das relações raciais vigentes na comunidade quando afirma: “não casamos com um homem apenas por ser branco e sim porque se o ama. E tanto poderíamos amar o branco, o preto ou um mulato. Ama-se o seu caráter, não a pele”. O homem, contudo, apesar de considerar importante o problema do inter-casamento, tende a concentrar suas preocupações em tórno dos problemas econômicos, particularmente o profissional.

Preocupa-se principalmente com as barreiras que enfrenta, ao pretender ingressar numa carreira ou mudar de profissão.

Há outros aspectos, ainda, que devem preocupar os investigadores das relações raciais. Um dêles diz respeito à evolução do preconceito através da idade. Não sòmente porque êle não é um fenômeno cristalizado, mas também porque os indivíduos se ajustam às situações sociais de acôrdo com a densidade da própria experiência social acumulada. Esta experiência não atua por causa da sua densidade, mas em consequência de sua natureza. E é esta que varia com a idade. O acúmulo de experiência social transforma a natureza do seu conteúdo.

Mas, como age o acêrvo de experiências sociais sôbre as atitudes e o comportamento inter-raciais? Naturalmente, em função de um conjunto de fatôres, particularmente em consequência do caráter das próprias relações com outros grupos e devido a padrões de comportamento inter-raciais herdados do passado. Assim, temos dois grupos principais de fatôres a distinguir: um dêles está ligado ao acúmulo de experiência social, principalmente aquela ligada às relações de raças; o outro, depende dos padrões sócio-culturais, herdados do passado. Sòmente considerando as manifestações do preconceito através dessa perspectiva podemos compreender e explicar algumas diferenças de atitudes entre grupos de idade.

Para levar a efeito uma análise nesse sentido, isolamos três conjuntos de respostas, agrupadas segundo a idade dos informantes. Obtivemos um grupo de 15 (inclusive) a 18 anos de idade, outro de 18 (inclusive) a 21 e um terceiro de 21 (inclusive) a 25 anos, os quais chamaremos A, B e C, respectivamente. Perguntamos se gostariam ou não de ter relações com negros e mulatos nas situações abaixo mencionadas. Responderam "não" os seguintes:

	NEGRO			MULATO		
	A	B	C	A	B	C
Escola.....	17	22	17	13	15	15
Vizinhança..	33	36	32	27	26	24
Cinema..	39	31	27	28	21	22
Baile..	81	78	60	70	65	48
Famflia..	93	89	84	91	87	81

Êsses dados revelam claramente o grau de rejeição do negro e do mulato nas diversas situações sociais. A pequena flutuação revelada pelos três grupos de brancos em face dos colegas “de côr” na escola e na vizinhança deixa de existir quando os indivíduos se consideram em face dos mesmos no cinema, no baile e na própria família. Nestes três círculos de convivência social, justamente o grupo dos indivíduos mais jovens (grupo A, de 15 a 18 anos) é o mais preconceituoso, tanto no que tange aos negros como no que se refere aos mulatos. E note-se que o grupo dos mais velhos é justamente o que apresenta menor intensidade de rejeição. A que se devem essas diferenças de atitudes?

Uma explicação superficial poderia considerar as discrepâncias das respostas dos três grupos como produto de uma dissimulação progressiva, conforme avança a idade. Assim, os indivíduos mais jovens, do grupo A, seriam mais espontâneos e menos dissimuladores. Sabemos, contudo, que a família é o principal núcleo de socialização do indivíduo, sendo através dela que são transmitidos os padrões de convivência inter-racial. Poderíamos,

pois, explicar as atitudes dos adolescentes de 15 a 18 anos de idade como fortemente influenciados pelos padrões vigentes no meio doméstico. Por outro lado, as atitudes menos preconceituosas dos outros grupos mais velhos pode ser devida ao maior afastamento do indivíduo do núcleo familiar. À medida que o indivíduo se torna adulto, mais êle se integra em outros grupos sociais diversos do doméstico.

A análise desenvolvida até êste ponto abordou a situação de contacto racial em Florianópolis sob o ângulo da morfologia social. Examinemos agora o problema sob outros aspectos.

Uma das principais preocupações dos negros e mulatos, particularmente os chefes de família e aquêles que estão ingressando na classe média, diz respeito à luta pela elevação intelectual, como técnica segura de ascensão social e integração em grupos brancos. Para êles, "o elemento de côr" somente poderá ter a sua carreira facilitada, "impondo-se pela cultura". Assim, o preconceito tenderá a "desaparecer com o esforço do preto em mostrar sua capacidade de desenvolvimento cultural nas mesmas proporções que o branco".

Mas não depende apenas dos negros e mulatos a eliminação das barreiras raciais, dizem êles próprios. Existe um fator que prejudica as atitudes dos brancos, acrescentam. É a sua ignorância. Enquanto os indivíduos de côr devem instruir-se para estarem em condições de exercer os papéis que os brancos guardam para si, o branco, por sua vez, terá tanto mais reservas a fazer àqueles quanto mais ignorante fôr. "Os preconceitos de raças vão de baixo para cima, pois quanto mais atrasado o meio, maior é o preconceito", afirma um mulato da classe média, sintetizando a opinião de muitos outros.

Essa atitude dos negros e mulatos coloca-nos diante do seguinte problema: haveria relação entre o grau de

instrução do branco e a intensidade do preconceito? Deixando de lado as discussões já realizadas sôbre o assunto por sociólogos e psicólogos sociais (11), vejamos qual é a situação do problema em Florianópolis.

Antes de mais nada, consideremos a escola, que aparece como um dos círculos de convivência social onde é dos menores o índice de rejeição do negro e do mulato (12).

Voltemos agora ao nosso problema central e vejamos como se manifestam os mesmos colegiais, mas agora considerados segundo os diversos cursos pelos quais se distribuem. Tomemos inicialmente as respostas das alunas de um estabelecimento oficial de ensino (13) e vejamos como respondem à pergunta: "marque com um X os lugares nos quais você "não" gostaria de encontrar preto e mulato". Responderam "não":

	NEGRO		MULATO	
	Colegial	Normal	Colegial	Normal
Escola	28	8	17	3
Vizinhança	33	22	28	11
Cinema	17	27	17	19
Baile.....	78	73	78	67
Família	94	100	89	97

Como se verifica por êsses dados, a flutuação das respostas é grande, não permitindo uma conclusão definitiva por enquanto. Os dados ora refletem maior rejeição por parte das alunas que frequentam o curso colegial, ora daquelas que se encontram no curso normal.

Vejam, contudo, como se manifestam, em face da mesma pergunta, as alunas de uma escola religiosa (14). Responderam “não”:

	NEGRO		MULATO	
	<i>Colegial</i>	<i>Normal</i>	<i>Colegial</i>	<i>Normal</i>
Escola.....	4	14	13	11
Vizinhança.....	22	32	13	26
Cinema.....	30	32	26	23
Baile.....	78	86	78	73
Família.....	96	92	96	91

No que se refere ao negro, os dados desta tabela indicam maior rejeição do grupo que se encontra fazendo o curso normal, apesar da inversão que se verifica quando é focalizada a família do estudante. A despeito desta discrepância final, pode-se afirmar que as alunas do curso colegial apresentam menor intensidade de rejeição dos negros. Sim, apenas dos negros, já que os mulatos são considerados de forma diversa. Em face destes, elas não apresentam a mesma reação, pois neste caso verifica-se uma flutuação de respostas que não nos permite assegurar que as mesmas alunas estejam reagindo do mesmo modo. Ficamos, portanto, impossibilitados de concluir sobre uma possível interferência do tipo de instrução no preconceito.

Pode-se objetar, entretanto, que a relativa coerência das respostas apresentadas pelas alunas seria devida à circunstância delas estarem frequentando a mesma escola, e provavelmente, pertencerem à mesma camada

social. A convivência no mesmo estabelecimento de ensino e a filiação a camadas sociais semelhantes seriam, portanto, responsáveis pela congruência das respostas de um e outro grupo.

Vejamos, pois, como se manifestam alunas pertencentes a cursos diversos, mas de escolas também diferentes. Comparemos as respostas dadas à mesma questão. Tomaremos aquelas das alunas do curso colegial do estabelecimento oficial de ensino e as daquelas do curso normal da escola religiosa. Teremos:

	NEGRO		MULATO	
	Colegial (oficial)	Normal (religiosa)	Colegial (oficial)	Normal (religiosa)
Escola.....	28	14	17	11
Vizinhança.....	33	32	28	26
Cinema.....	17	32	17	23
Baile.....	78	86	78	73
Família.....	94	92	89	91

Ainda agora continuamos na mesma situação. A oscilação das respostas não nos permite apanhar um sentido único e bem definido nas suas atitudes. Poderíamos concluir que o tipo de instrução parece não afetar a intensidade do preconceito.

Resta-nos, contudo, uma objeção à discussão apresentada. Não seriam semelhantes os currículos dos cursos colegial e normal? Talvez fosse possível alegar que esses currículos, ainda que diferentes, não conduzem a conhecimentos diversos a respeito da constituição

biológica, capacidades psico-motoras e intelectuais dos grupos raciais. A nosso ver, esta objeção não tem fundamento. Os cursos comparados por nós não são apenas diferentes em seus currículos, como apresentam possibilidades diversas de conhecimento dos grupos raciais. Eles não contêm as mesmas disciplinas.

Entretanto, se quisermos ampliar as nossas informações sôbre o fenômeno investigado, podemos encarar as manifestações dos escolares submetidos ao questionário sob outro ângulo. Comparemos as respostas dos indivíduos do sexo masculino, que se encontram no curso colegial, mas pertencentes a estabelecimentos de ensino diversos. Consideremos as manifestações dos alunos da escola oficial já mencionada e daqueles de um outro estabelecimento religioso de ensino⁽¹⁵⁾. Submetidos à mesma pergunta do parágrafo anterior, responderam "não":

	NEGRO		MULATO	
	<i>Religioso</i>	<i>Oficial</i>	<i>Religioso</i>	<i>Oficial</i>
Escola.....	20	12	20	8
Vizinhança.....	36	32	33	16
Cinema.....	39	30	28	18
Baile.....	89	64	70	42
Família.....	82	98	82	90

Encontramos agora discrepâncias que podem ser consideradas significativas. Tanto no que se refere ao negro, como no que diz respeito ao mulato, as respostas refletem um sentido homogêneo nas atitudes dos alunos do curso colegial. É verdade que se verifica uma inver-

são nas manifestações sôbre a família. Entretanto, em face dos outros círculos de convivência social, êsses indivíduos reagem de modo semelhante. A identidade do curso, pois, não eliminou as diferenças de atitudes. A nosso ver, resta-nos a seguinte alternativa: as diferenças apontadas se devem ou à orientação geral do estabelecimento de ensino, ou às condições sociais diversas das famílias dos alunos de um e outro estabelecimento? Inclina-mo-nos pela segunda explicação, pois tudo indica que os fatores relevantes, no caso, operam no meio social inclusivo, do qual a escola seria uma simples expressão. Pretendemos, aliás, retomar êste aspecto do problema mais adiante.

Antes, todavia, vejamos como se apresenta a situação de contacto inter-racial sob outros ângulos de análise.

Os mulatos que conseguiram galgar posições na sociedade local tendem a considerar o preconceito como sendo produto da ignorância. Para êles, quanto mais baixa a camada social a que pertence o branco, mais preconceituoso êste. Esta opinião, entretanto, não reflete a realidade. É verdade que alguns indivíduos que sobem "sentem" menos intensamente a discriminação dos brancos. Mas isto provávelmente não decorre da diminuição das barreiras. Deve-se ao aumento da capacidade de ajustamento do mulato às situações sociais em que se encontram também brancos, o que lhe dá a impressão de que o preconceito diminuiu. Aliás, considerando-se o material empírico disponível, quanto mais elevada a classe a que pertence o branco, mais preconceituoso parece ser êste. Exatamente o oposto do que afirmam os mulatos e negros que sobem, o que sômente pode ser explicado pelo refinamento da sua capacidade de ajustamento a situações novas.

As nossas observações realizadas *in loco*, as declarações dos negros e mulatos, as entrevistas com êstes e os brancos, a distribuição percentual dos negros e

mulatos segundo as profissões, e outros dados levam-nos a admitir que as barreiras opostas à integração e ascensão do “elemento de côr” são universais na comunidade, variando, contudo, a sua rigidez conforme as implicações sociais das situações. Apesar de que muitos brancos declarassem que aos negros e mulatos não se impunham restrições à sua admissão em muitos empregos, a totalidade dêstes afirma que a conquista de um emprêgo sempre põe em jôgo a côr do candidato, seja negro ou mulato. “Quando o ingresso é um favor (isto é, não “feito por concurso”) então há o limite da côr”. Isto para os mulatos claros que começam a ingressar na classe média, pois a racionalização das atividades burocráticas tem sido uma válvula, que facilita o ingresso do indivíduo de acôrdo com a capacidade profissional, passando para o segundo lugar os seus caracteres somáticos. O concurso, entretanto, sòmente aumenta as oportunidades do negro ou mulato quando a função que êle vai exercer é considerada “compatível”. Caso contrário, isto é, quando o emprêgo diz respeito a uma atividade que exige o que os brancos chamam de “representação”, então o negro ou mulato é eliminado a despeito do concurso.

Quando se trata de ocupações que não apresentam a alternativa do concurso, como no caso das atividades comerciais, tais como a de balconista, a resistência é muito grande. Não há negros ou mulatos trabalhando nos balcões das casas comerciais mais importantes de Florianópolis. “Estão sempre lá atrás, lá pela cozinha, ou trabalhando no pesado”. O balcão exige “apresentação”, “o que uma pessoa de côr não pode ter”, diz-nos um comerciante. E um negro declara: “Trabalho para preto é muito difícil. Principalmente em lojas, escritórios. Êles (os brancos) falam que não tem vaga. Serviço de preto é só ser operário mesmo”.

Realmente, do ponto de vista das possibilidades de ascensão profissional, “é difícil a vida para uma pessoa de côr” em Florianópolis. Eles se concentram nas atividades menos qualificadas, econômica e socialmente. A grande maioria da “população de côr” dedica-se a atividades braçais. “É difícil encontrar uma repartição, uma loja com pessoa de côr. Geralmente não se encontra”. Encontram-se principalmente na estiva, nos transportes de carga, entre a marinhagem e outras atividades menos remuneradoras. No funcionalismo público começam a ingressar, principalmente através de padrinhos políticos, mas também através de cargos menos qualificados.

O alemão (1^o), contudo, trata os negros e os mulatos com maior cordialidade. Alguns chegam a confundir esse tratamento afável com maior intimidade que aquela dispensada pelos brancos de origem lusa. Entretanto, aquele que possui maior discernimento nota que o indivíduo de descendência alemã trata-o bem, cordialmente, enquanto colega de trabalho, empregado ou subordinado em alguma função. O negro ou o mulato diz que sente que é encarado com maior dignidade que pelos outros brancos, mas percebe, também, que as barreiras implícitas nesse tratamento são bem mais rígidas, ainda que dissimuladas. Saindo das relações no plano profissional, o alemão “não toma conhecimento do homem de côr”. Trata-o com gentileza, mas à distância. O tratamento é especial, “no sentido de agradar quando precisam”, afirma um mulato da classe média.

As mulheres negras e mulatas se concentram ainda nas atividades domésticas. Um levantamento das profissões dos sócios de um clube de negros e mulatos revela-nos apenas uma mulata classificada como balconista. Observamos, entretanto, oito costureiras e três professoras do ensino primário, além de algumas estudantes. Aí temos um indício seguro de alguns dos canais de ascensão, que procuram habitualmente.

A descrição esquemática da distribuição dos negros e mulatos na estrutura econômica da comunidade levamos a mais uma observação sobre o problema investigado. Pode ser formulada do seguinte modo: o "elemento de côr", em Florianópolis, distribui-se de forma não proporcional aos brancos no conjunto das atividades disponíveis. Consequentemente, o grau de convivência entre brancos, negros e mulatos varia conforme subimos na estrutura sócio-econômica. A quase totalidade dos negros e mulatos encontra-se ainda concentrada na camada baixa da população. Uma pequena parcela começa a penetrar na classe média, particularmente os mulatos. E somente alguns, também mulatos, estão atingindo as profissões liberais.

Podemos, pois, assegurar que o grau de convivência entre os brancos e os negros e mulatos varia conforme a camada social. Ou melhor, que a intensidade dos contactos entre uns e outros diminui à medida que passamos da classe baixa para a elevada. Êste fato, contudo, afetaria as atitudes e o comportamento dos brancos? Haveria alguma relação entre o status sócio-econômico do branco e o tipo do preconceito?

Para responder essas questões, procuramos organizar as respostas dos alunos submetidos ao questionário, segundo a profissão do pai. Sabemos que a profissão de um indivíduo não é suficiente para a caracterização de sua posição na estrutura social e econômica. Com reservas, contudo, utilizaremos êsses dados para focalizar mais uma face do problema que estamos investigando. Em face dos nossos objetivos neste trabalho, esta abordagem pode ser efetuada, ao menos como uma aproximação diferente das realizadas até aqui. Vejamos, pois, como se manifestaram os alunos, cujos pais foram considerados por nós como pertencentes às três classes principais da sociedade local: baixa, média e alta. Pedi-

mos que marcassem com um “X” os lugares nos quais não gostariam de encontrar negro ou mulato. Responderam negativamente:

	NEGRO			MULATO		
	baixa	média	alta	baixa	média	alta
Escola.....	14	21	19	10	16	15
Vizinhança.....	28	33	37	19	26	30
Cinema.....	26	36	31	21	26	22
Baile.....	66	74	83	55	63	70
Família.....	86	91	89	80	90	88

O que afirmamos em parágrafo anterior é evidente nestes algarismos. Contrariamente ao que afirmam os negros e mulatos o preconceito é menos intenso na classe baixa da população. As observações que pudemos fazer nos diversos círculos de convivência social, as entrevistas realizadas com indivíduos pertencentes às três classes mencionadas e as manifestações reveladas pelos questionários são congruentes neste ponto. Todavia, resta-nos uma observação a fazer. Apesar de não serem muito diferentes, as frequências relativas que se encontram na tabela supra revelam maior intensidade de rejeição por parte das pessoas pertencentes à classe média do que por aquêles pertencentes à alta. A nosso ver, isto se deve ao fato de que, enquanto os brancos e negros da classe baixa convivem em múltiplas situações sociais desde o passado, o que explicaria padrões de comportamento rotinizados, os brancos da classe média não desfrutam da mesma perspectiva de avaliação criada pela referida situação de contacto. Conforme já foi apontado por nós em parágrafo anterior, as posições

sociais e econômicas da classe média sòmente no presente estão sendo alcançadas pelo esforço ascensional da população "de côr". É o que revelam os dados da tabela anterior. Além da interferência do preconceito, as diferenças de atitudes nas diversas classes sociais explicam-se pela sua conjugação com atitudes associadas ao preconceito de classe em formação. Em parte, aquelas discrepâncias de atitudes podem ser devidas a diferentes condições de existência social. Entretanto, o preconceito racial não se confunde com o de classe. Se se confundisse, não teríamos as atitudes e comportamentos discriminatórios entre indivíduos pertencentes à mesma classe. Dizemos isto porque na comunidade estudada a grande maioria dos negros e mulatos se encontra na classe baixa, o que significa que se acha nas mesmas condições de existência social de outros brancos. Entretanto, como já mostramos, o preconceito é encontrado também aí.

Se nos aproximarmos um pouco mais do fenômeno que estamos investigando, todavia, veremos mais claro.

As expectativas de comportamento do branco orientam-se no sentido de que o negro e o mulato devem colaborar para a harmonia das relações raciais. Esta harmonia, aliás, depende daqueles e não do branco, afirmam êstes. O branco admite, formalmente, a presença dos negros e mulatos em certos círculos de convivência. Alguns chegam a agir no sentido de que êles participem do grupo. Mas, por outro lado, esperam que êles próprios evitem isso, a fim de que situações desagradáveis não ocorram. É o que se verifica nos clubes recreativos dos brancos, particularmente nos seus bailes. Explica-se assim o elevado coeficiente de rejeição revelado pelo questionário submetido aos alunos do ensino secundário. Conforme veremos na tabela IX, no Apêndice, entre os diversos círculos de convivência social mencionados, apenas em face da família a rejeição do negro e do mulato pelo branco é maior que no baile.

A situação é diversa no que se refere às sociedades recreativas dos negros e mulatos. Antes, contudo, de apresentarmos a situação de contacto nesse setor, do ponto de vista do indivíduo de côr, vejamos alguns aspectos de sua situação no passado recente.

Antes mesmo do término da escravidão os negros e mulatos libertos tinham as suas “sociedades dançantes” e beneficentes. Com a abolição elas se reorganizaram. Algumas foram extintas e outras foram criadas. Através dos depoimentos de negros velhos pode-se reconstruir uma série ininterrupta de clubes de negros e mulatos, a partir do término do regime escravagista. Quando examinamos a composição racial dêsses clubes, evidencia-se a seguinte peculiaridade: houve clubes de negros e mulatos, mas também apenas de negros ou somente de mulatos. Não encontramos referência a clube misto de mulatos, negros e brancos que tivesse existido no passado. Menciona-se o caso de um, localizado num “morro”, o “Aimoré Recreativo Esporte Clube”, que tinha membros brancos, mulatos e negros. Mas não teve vida longa. Em poucos mêses verificou-se uma cisão entre seus sócios. Ela decorre de um conjunto de fatores, entre os quais destacaremos alguns ligados aos bailes, que se realizavam periódicamente. Um dêles diz respeito à constante negativa de moças brancas de dançarem com negros ou mulatos. Êste fato se repetia em bailes sucessivos. Em consequência, os diretores (brancos) do clube resolveram estabelecer dias distintos para os bailes em que os negros e mulatos deveriam dançar. Estas medidas foram consideradas por êles como discriminatórias, o que os levou a se retirarem daquele clube e fundarem outro, exclusivo de negros e mulatos. Êstes eventos, que se verificaram em 1933, estão ainda presentes na memória da população do morro, onde, ainda em 1955, encontramos dois clubes funcionando, um de

brancos e outro de indivíduos de côr, respectivamente “Concórdia” e “25 de Dezembro”. São os sucessores do primitivo clube misto.

Êsse clube de negros e mulatos, aliás, é um dos melhor organizados da comunidade, entre aquêles de “elementos de côr”. Mantém as mesmas normas rígidas estabelecidas na década de 30, quando foi fundado. Não aceita brancos como sócios; apenas visitantes, que são autorizados a fazer gastos no bar, mas não a dançar. Sòmente a branca casada com negro ou mulato pode dançar livremente. Um branco, casado com mulher “de côr”, não pode, já que lhe é vedado tornar-se sócio. Outra situação em que o branco pode dançar é aquela ligada a uma festividade especial, promovida por um ou outro sócio, quando é êste o responsável pelo baile, tendo seus próprios convidados, brancos ou negros e mulatos.

No passado, entretanto, a discriminação nas sociedades recreativas era maior. Citam-se casos de clubes de negros que não aceitavam mulatos, em represália àqueles que eram exclusivos de mulatos, como o “Grêmio da Mocidade”, que funcionou em tórno de 1910-17. Houve até exclusivos de mulatos claros, como o “24 de Maio”, que funcionou no princípio do século.

Como vemos, a discriminação racial penetrou até mesmo o grupo “de côr”. Também êles foram envolvidos nesse processo social iniciado no passado. Contudo, nas sociedades recreativas existentes na atualidade já não se verificam distinções entre negros e mulatos. Geralmente participam igualmente de tôdas as atividades dos clubes, inclusive dos postos de diretoria.

No presente, entretanto, mantêm-se separadas as sociedades recreativas dos brancos e dos negros e mulatos. São raros os clubes que têm freqüência mista, no quadro de sócios ou nos bailes. Geralmente, os bailes onde se encontram uns e outros são bailes pagos, o que

possibilita o ingresso indiscriminado. Tais clubes, aliás, o são apenas nominal e legalmente. De fato, são emprêsas que comercializam a dança. Contudo, os bailes de sociedades recreativas organizadas somente são frequentados por seus sócios, brancos ou negros e mulatos. Não conhecemos uma sociedade em que houvessem sócios dos dois grupos nas mesmas proporções. Alguns clubes têm uns poucos sócios mulatos claros.

É ilustrativo o exame das expectativas de comportamento de um jovem branco da classe média ou alta em face de bailes de negros e mulatos e dos próprios brancos. Quando os bailes são pagos, entram em jôgo padrões de comportamento diversos daqueles que atuam nos não pagos, isto é, naqueles do próprio grupo branco. Um baile pago é aquêle onde êle vai para divertir-se, desfrutar situações favoráveis, particularmente aquelas ligadas à vida sexual. Geralmente um branco da classe média que vai a um baile de negros e mulatos pretende encontrar facilidades para encontros amorosos. Neste caso, não se preocupa se a parceira é branca, negra ou mulata. Prefere, contudo, a mulata. Êsse mesmo jovem branco, que frequenta um clube de negros e mulatos com êsses objetivos, comporta-se de modo diverso, quando se encontra em bailes do seu próprio clube. Enquanto que naquele caso as suas expectativas orientavam-se num sentido, quando frequenta o clube do seu grupo manifesta-se segundo outros valores. Neste caso considera que está frequentando uma “reunião social”, onde levaria sua noiva, a irmã, a esposa ou a mãe. Agora leva em conta outros *mores*.

A análise da situação de contacto no baile leva-nos a uma reflexão que nos parece esclarecedora de alguns dos seus aspectos. De tôdas as situações analisadas, o baile apresenta-se como o foco de maior resistência à entrada do negro e do mulato. No caso da comunidade

que estamos estudando, o fenômeno ocorre tanto nas camadas elevadas da população como nas médias e baixas. Mas, por que?

Numa sociedade tradicionalista, o baile pode ser um prolongamento de círculos sociais exclusivos. Liga-se tangencialmente à família e ao prestígio social das camadas a que serve. Daí as razões de ordem social mais profundas, através das quais atitudes e emoções são reguladas e dirigidas socialmente. As condições de aceitação em um clube, como sócio, estão ligadas principalmente ao status sócio-econômico do indivíduo. Por isso as barreiras são rígidas nesse círculo de convivência social.

Mas, o que explicaria as relações dos padrões de comportamento, no plano dos atributos morais fundamentais da comunidade, e a rejeição do negro ou mulato? Antes de respondermos esta pergunta, vejamos como se manifesta uma das formas de segregação no baile.

Os dados disponíveis mostram que a mulher branca rejeita sistematicamente o negro ou mulato ao ser convidada para dançar. Vejamos por que se verifica isso. Uma explicação superficial diria que a mulher branca não tem simpatia por êles. É o que afirmam geralmente, tanto elas como êles. Mas, estamos aqui na superfície do fenômeno. O que realmente ocorre é o seguinte: quando a branca é convidada por um negro para dançar, sente-se logo em evidência, tanto aos olhos das mulheres como dos homens brancos presentes. Nesse momento entram em jôgo atitudes e padrões que a desprestigiam no consenso do grupo, porque teria de dançar com indivíduo cujos atributos são considerados negativos. Enquanto que um negro ou mulato se sentirá elevado, como membro do grupo negro, ao dançar com uma branca, esta, por seu lado, sentir-se-ia diminuída no consenso dos brancos.

Há ainda um outro aspecto do fenômeno que pode ser ressaltado. Trata-se de uma nuance da explicação dada acima. Para os indivíduos brancos do sexo masculino, quando uma branca dança com um negro torna-se, automaticamente, uma candidata à miscigenação. Transforma-se em objeto da cobiça de um “negro”, o que a desvaloriza em face das expectativas de seu próprio grupo. Este aspecto do problema, entretanto, será analisado adiante, dada a sua importância para a compreensão do preconceito no interior da família.

Analisar o ideal de branqueamento é focalizar um dos padrões fundamentais envolvidos na constituição das famílias de negros e mulatos. “Branquear” é uma aspiração “universal”. Negros, mulatos escuros e mulatos claros — todos querem branquear. Por isso constata-se ali um fato significativo para o entendimento dessa questão: são raros os “casais de côr” cujos cônjuges apresentam a mesma tonalidade de côr da pele. Esta é sempre diversa porque homens e mulheres desejam clarear. O simples casamento com um indivíduo mais claro já satisfaz o mais escuro. Este se sente como se tivesse branqueado um pouco, apenas casando-se com o mais claro. Outra peculiaridade deste fenômeno é o branqueamento efetivo através da prole. Ter descendentes mais claros é motivo de orgulho. O indivíduo passa a ser mais considerado no próprio grupo. Casá-los com outros ainda mais brancos, ou menos negros, é o maior objetivo dos pais. Parece-lhes que, assim, se realiza sua integração no grupo branco.

Por outro lado, os padrões de comportamento inter-racial do branco se orientam no sentido oposto. O seu ideal é a não “contaminação”. Quando um branco se encontra diante da alternativa de casar-se ou não com um negro ou mulato, o que conta fundamentalmente é a côr. Este é o critério decisivo no seu julgamento.

Aliás, no seio da família a situação de contacto é definida em termos positivos. O branco espera que o negro ou mulato não se torne íntimo de sua família. Mantém com êle relações amistosas (e o negro deve compreender que são apenas relações amistosas), que às vèzes são de amizade, com alguma carga afetiva. Trata-se de um recurso destinado a elidir a existência de barreiras, e a não desprestigiar frontalmente os padrões igualitaristas da comunidade. É uma forma de realizar os sentimentos afetivos sem afetar profundamente as atitudes convencionais. Efetivamente, o branco mantém com aquêles relações de amizade, mas formalmente, com uma inclinação paternalista, o que tolhe as ações e a espontaneidade dêles. Com êstes padrões de etiqueta social, o branco elimina os negros e mulatos do seu círculo de convivência social mais íntimo: a família. É assim que êle consegue dissimular as barreiras rígidas, impostas àqueles.

Para compreendermos melhor o elevado índice de rejeição no seio da família, vejamos como se manifestam os indivíduos, que responderam ao questionário, no que diz respeito ao casamento. Perguntamos se aprovariam ou não o casamento do amigo ou amiga, irmão, irmã e do próprio informante com negro e mulato. Responderam do seguinte modo:

	NEGRO	MULATO
Não gostariam que o(a) amigo(a) casasse com.....	35	29
Não gostariam que o irmão casasse com.....	74	70
Não gostariam que a irmã casasse com.....	76	72
Ego não gostaria de casar-se com.....	89	87

Nota-se claramente a progressiva rejeição, tanto do negro como do mulato, à medida que as manifestações se aproximam do mundo social do próprio informante. Contudo, a discriminação na família seria da mesma intensidade em tôdas as classes sociais? Vejamos como se manifestam os estudantes classificados através das profissões dos pais.

	NEGRO			MULATO		
	<i>baixa</i>	<i>média</i>	<i>alta</i>	<i>baixa</i>	<i>média</i>	<i>alta</i>
Não gostariam que o(a) amigo(a) casasse com	30	39	34	25	33	29
Não gostariam que o irmão casasse com...	63	76	80	60	71	76
Não gostariam que a irmã casasse com...	64	78	82	61	73	77
Ego não gostaria de casar com.....	86	91	89	80	90	88

Como vemos, ainda neste ponto as diferenças entre as atitudes das três classes são marcantes. A nosso ver, elas se explicam pelas mesmas razões já apontadas em parágrafo anterior, tanto no que se refere à classe baixa, como à alta e à média.

Existem duas ordens de fatores sociais que podem explicar as atitudes de “defesa” da família em face das possibilidades de contactos ou de miscigenação. São dois planos diversos da mesma instituição que podem ser apanhados através dessa explicação. Por um lado, temos a família como uma instituição cujos padrões de comportamento foram elaborados no passado colonial e escravocrata e que continua, no presente, exercendo o peneiramento dos negros e brancos que pretendam ascender por seu intermédio. Neste sentido, o papel

que ela exercia no passado, no que diz respeito às relações do branco com o negro e o mulato, continua vigente na atualidade, o que significa que ela continua relativamente impenetrável ao "indivíduo de côr". No passado escravocrata ela era um fator de preservação da ordem social e econômica, já que era um núcleo de atribuição de status. Mantinha-se, por isso, fechada às tentativas de penetração dos negros e mulatos, que pertenciam a outra casta (17).

Por outro lado, uma ordem diversa de fatores deve ser levada em conta. Sabemos que, na sociedade brasileira, a mulher é considerada, em determinadas condições, um dos seus mais importantes elementos. Sob certos aspectos, ela é encarada como o mais importante. No plano dos indivíduos como valores da comunidade, a mulher é superestimada, tomando, mesmo, a significação de um símbolo. Um dos motivos por que é considerada de tal modo é o fato de ser reconhecida como a fonte de perpetuação do grupo. Estamos, por conseguinte, diante do outro fator que explicaria o elevado índice de rejeição do negro e do mulato na família. O grupo branco não aceita a idéia da mestiçagem com o negro através da mulher branca. Aceita-a quando a mulher é "de côr", mas extra-conjugalmente. Aprovar aquela alternativa seria colocar um dos mais "puros" membros do grupo, um tabu, em contacto com indivíduos não considerados do mesmo nível social e econômico, nem com os mesmos atributos morais (18).

Não seria difícil encontrarmos pontos de contacto entre as duas explicações dadas acima. É certo que para o grupo branco, assim como para toda comunidade, a mulher é um dos valores fundamentais da família. Contudo, quando ela é considerada em face do negro ou mulato, entram em jôgo não somente as atitudes que visam preservá-la como um valor, mas também aquelas que se destinam a afastar o "indivíduo

de côr” de uma instituição fundamental e altamente valorizada do grupo, instituição esta que ainda é um dos principais focos de atribuição de status.

O que ficou dito até agora permite-nos fazer uma distinção nítida entre o comportamento inter-racial no plano dos grupos primários, onde as relações simpáticas e afetivas predominam, daquele dos grupos secundários, onde as relações são formais, de caráter categórico. Enquanto no primeiro caso o preconceito se manifesta aberta ou veladamente, mas através de um comportamento efetivo, no segundo caso o preconceito é dissimulado por um padrão de etiqueta, que elimina a necessidade de declará-lo ou de manifestá-lo. Do ponto de vista do branco, elide-se o problema. Mas o indivíduo de côr sente a dissimulação.

O leitor deve ter notado que durante todo o desenvolver desta exposição mencionamos sempre *negro* e *mulato*, procurando distinguir um do outro em múltiplas situações. Não o fizemos senão com um objetivo: apresentar mais um aspecto do fenômeno que está sendo discutido. O material empírico disponível nos levou a essa distinção.

Não é sòmente o branco que distingue o mulato do negro em muitas situações sociais. Os próprios “indivíduos de côr” distinguem-se no mesmo sentido. Vejamos como isso ocorre. Já mostramos que a estrutura econômica e social da comunidade no presente apresenta maiores possibilidades de mobilidade horizontal e vertical. Assim, são relativamente comuns as ocasiões em que o branco abre oportunidades de integração ou ascensão a êles. Entretanto, são mais comuns as exceções feitas aos mulatos claros. É o que se verifica nos escritórios, em grupos de amizade, em grupos de trabalho e até mesmo nos bailes. Não se comporta do mesmo modo em face do negro o branco que trata o mulato dessa maneira. Por outro lado, atua no mesmo sentido de

diferenciar uns e outros elementos de côr a “emulação” encontrada no interior do grupo. Essa competição é produto da polarização exercida pelos valores “brancos”. Apenas o mito da branquidade seria suficiente para criar entre êles próprios alguma discriminação, o que redundaria conseqüentemente, em avaliações recíprocas positivas e negativas, como se verifica na ideologia racial do branco.

Todavia, o branco é o autor da distinção apontada. É êle que a usa, e segundo seus fins. Além de outros fatôres, que poderiam explicar a emergência dessa dicotomia, julgamos especialmente um dêles importante para sua efetivação. Trata-se da necessidade que o grupo branco tem de manter alguns padrões de comportamento inter-racial que estão plenamente incorporados à sociedade brasileira. O principal dêles é o mito da democracia racial. É em seu benefício que o peneiramento dos mais claros é menos rigoroso. Êste mito permite ao branco justificar a integração dos elementos considerados “apresentáveis” — justamente os mais claros.

Esta situação, contudo, não afeta alguns padrões de etiqueta encontrados no presente e herdados do passado. Os negros e mulatos ainda se comportam diversamente nas relações com os brancos de nível social mais elevado. Geralmente o negro é respeitoso e reservado, não revelando expansões. O mulato, entretanto, manifesta-se de outra maneira. Habitualmente é atencioso e afável. Êsse padrão, todavia, não se altera grandemente quando surpreendemos os negros e mulatos em interação com brancos do mesmo nível social. Mantém-se a mesma reserva do negro e a afabilidade do mulato. Não se trata, pois, de um padrão de etiqueta ligado às camadas sociais. Isto não significa, contudo, que não o tenham sido no passado, quando as relações escravo-senhor apresentavam-se em termos assimétricos.

Alguns aspectos da situação de contacto encontrada em Florianópolis permitem falar em indícios de segregação (1⁹). As barreiras opostas aos negros e mulatos em determinadas situações são instrumentos de segregação. Entretanto, raramente ela é aberta, ostensiva. Como tôda manifestação preconceituosa, a segregação é velada na sociedade local. É o que se verificava numa escola religiosa, no passado, e que se manifesta ainda no presente, através de técnicas mais elaboradas. Há hotéis que não aceitam hóspedes negros, a não ser que se apresentem “condignamente”. Um dêles exhibe um menor negro, uniformizado, nas suas dependências. A direção considera-o uma mascote. Diversos informantes mencionam o caso de um clube, que não permitiu que esportistas negros, vindos de uma cidade do nordeste brasileiro, tomassem refeição em seu restaurante. Êste fato era sempre rememorado, quando as entrevistas tocavam no problema das barreiras, que os clubes habitualmente opõem aos negros e mulatos.

A segregação espacial, descrita no princípio dêste capítulo, pode ser explicada em termos das condições econômicas das populações negras da comunidade. Conforme dissemos, se a atual distribuição das populações negras pode ser considerada como decorrente da evolução de suas condições econômicas, ela não permanece adstrita a êsse significado. Ela é encarada, tanto por uns como por outros, como uma das manifestações de preconceito racial, o que, por si, transforma o significado social da presente distribuição da população local pelo espaço urbano.

A situação de contacto racial apresentada neste capítulo leva-nos ainda a algumas reflexões. Apresentamos diversas situações típicas de interação entre negros, mulatos e brancos. Tomamos alguns grupos sociais fundamentais, tanto primários como secundários, e descrevemos alguns tipos de relações raciais que nêles se

verificam. Em face dessas relações, uma constatação de interesse se impõe. Diz respeito à oposição que marca as relações entre os negros e mulatos e os brancos. Se não em tôdas as situações apresentadas, em algumas delas o problema se coloca sempre em termos claros: de um lado, os negros e mulatos encontram barreiras ao tentar ingressar nos grupos dos brancos; por outro lado, êstes também deparam com barreiras ao procurar penetrar nos grupos dos negros e mulatos.

É o que se verifica em muitas situações sociais: em hotéis, nos clubes, em alguns locais de trabalho e na família. Por isso, podemos assegurar que em determinados setores da sociedade local as relações raciais refletem uma verdadeira dicotomia. A dualidade manifesta na côr da pele tornou-se o símbolo de padrões morais diversos, capacidade intelectual diferente, etc., conforme veremos a seguir. Ela se transforma, pois, em uma dicotomia social. É o que se manifesta claramente nas ideologias, tanto do branco como dos negros e mulatos. Na do branco, essa dualidade se apresenta plenamente. Na ideologia racial do negro e mulato, quando não é também revelada, essa dicotomia se apresenta subjacente.

CAPÍTULO IV

A Ideologia Racial do Branco

O questionário aplicado aos alunos das escolas secundárias da comunidade somente foi elaborado depois de uma sondagem inicial realizada *in loco*. Para melhor compreensão da importância dos dados que vamos analisar a seguir, lembramos que aquela sondagem nos forneceu também verbalizações de estereótipos, as quais serviram de pista para a investigação deles entre os estudantes. Depois de considerações estratégicas a respeito da forma mais adequada a esse levantamento, resolvemos incluir no referido questionário duas perguntas abertas, redigidas nos seguintes termos: "Dê as principais qualidades do preto, do mulato e do branco" e "Dê os principais defeitos do preto, do mulato e do branco". Para as respostas referentes a cada grupo racial, deixamos em branco seis linhas (três para cada questão), a fim de que o informante enumerasse um, dois ou três atributos favoráveis e desfavoráveis. Incluímos o branco para assegurar maior objetividade e espontaneidade nas respostas. Não nos restringindo aos negros e mulatos, presumivelmente evitaríamos uma fonte de perturbações. Além disso, estávamos fornecendo um elemento comparativo, o que poderia facilitar a indicação de avaliações que tomassem como referência as situações concretas de ajustamento inter-racial.

Posteriormente fizemos um cotejamento dos estereótipos obtidos através da sondagem inicial e através do questionário. Constatamos que estávamos seguindo o caminho certo. Obtivemos resultados positivos, que

nos permitiram usar as verbalizações expressas nos questionários como indicações seguras dos estereótipos correntes na comunidade.

O relacionamento das expressões colhidas através do questionário permitiu-nos encontrar algumas das mais comuns verbalizações de estereótipos sôbre negros e mulatos correntes na comunidade. Reunimos também, nas mesmas tabelas, os atributos conferidos aos brancos. Eles serão utilizados na análise que vamos fazer neste capítulo, aumentando assim o seu rigor, tanto no que se refere aos tipos, como no que diz respeito ao significado social dos estereótipos. Apesar de não ser nosso objetivo discutir, neste trabalho, as auto-avaliações que os brancos fazem de si próprios, elas nos servirão para melhor compreender as funções e significados dos estereótipos, elaborados e utilizados pelos brancos. Terão, sem dúvida, um caráter heurístico. Vejamos um exemplo.

Não é raro aparecerem atributos conferidos sômente aos brancos. Alguns informantes dizem que o branco é “asseado”, “limpo”, “higiênico”. Mas não afirmam o mesmo do negro ou do mulato. Pelo contrário, afirmam o oposto. Dizem que o negro é “sujo”, “mal cheiroso”, “anti-higiênico”. Evidentemente aquêles adjetivos conferidos ao branco, quando êste é encarado juntamente com o mulato e o negro, operam no sentido de reforçar a função do estereótipo.

Aliás, os estereótipos obtidos através das declarações dos estudantes, que responderam ao questionário, não revelam opiniões eventuais sôbre os indivíduos “de côr”, isto é, opiniões relacionadas com experiências particulares de cada um. Muitas vêzes são opiniões incorporadas mediante socialização, mesmo nas experiências sociais concretas de cada um. O estereótipo do negro como “trabalhador” ou “farrista” não decorre, evidentemente, da experiência dos jovens dos dois sexos. Mas, são “uni-

versais” na comunidade. Os estudantes os incorporaram porque lhes foram transmitidos, mas não porque tenham participado da sua elaboração. Aliás, podemos estender à comunidade estudada por nós a constatação de Hartley e Hartley: “As atitudes com respeito aos negros não são mais determinadas principalmente pelo contacto com êles, mas pelo contacto com as atitudes dominantes sôbre os mesmos” (1).

Isto não significa, contudo, que a experiência social do indivíduo não conta, ou deve ser considerada de menor importância. O confronto entre as freqüências das verbalizações de estereótipos negativos e positivos a respeito do mulato revela que êles são mencionados menor número de vêzes, em ambos os grupos. Isto pode ser devido a diversos fatôres. Podemos afirmar, no entanto, que um fator importante a considerar seria a baixa visibilidade do mulato, no mundo social do branco, e as conseqüências que daí advêm. Neste caso, essa visibilidade seria responsável pelas flutuações das respostas fornecidas pelos informantes. Estas considerações são válidas tanto no que diz respeito aos estudantes como no que se refere à comunidade.

Não são poucos os questionários preenchidos que terminam com a observação seguinte: deixo de responder os itens 8 e 9 porque os brancos, mulatos e negros “têm os mesmos defeitos e qualidades”. Ou então: deixo de responder êsses itens porque os brancos, negros e mulatos “são todos filhos de Deus”. Ou ainda: “não convivo com elementos de côr, motivo por que não posso fazer juízos sôbre êles”. Entretanto, a grande maioria dêsses informantes são contrários ao casamento de amigos, irmãos ou irmãs com negros ou mulatos. No caso do próprio informante, a rejeição do casamento é universal.

Constata-se, pois, um conflito entre as declarações apresentadas num mesmo questionário. Trata-se de uma duplicidade de atitudes. De um lado, o informante

apresenta opinião desfavorável ao negro ou mulato, rejeitando-os para o casamento. Por outro, o mesmo indivíduo diz que não é contra êles, pois “todos são iguais”, “filhos de Deus”, etc. As afirmações de que todos os membros da comunidade “são filhos de Deus”, ou de que o entrevistado não convive com negros e mulatos não devem ser entendidas como atitudes favoráveis ou neutras. São focos de polarizações diferentes, que denotam, aliás, inconsistências culturais.

Devemos encarar as manifestações dos informantes, comuns, aliás, como função da situação em que se coloca o indivíduo em face do negro e do mulato. Assim, aquela contradição aparente dilui-se. Ela pode ser encarada como uma das formas assumidas pela dissimulação habitual que um setor da população realiza diante do problema do preconceito. O que ocorre, na verdade, é o seguinte: num momento o entrevistado é colocado diante de uma questão clara: “você gostaria de casar-se com prêto, mulato ou branco?”, que exige resposta monossilábica: sim ou não. No final do questionário, entretanto, damos aos indivíduos oportunidade de redigir observações ou comentários estritamente pessoais, sem qualquer interferência perturbadora ou sugestão de perguntas. É neste momento que se manifesta a opinião aparentemente contraditória. Isto é, o indivíduo deixa de lado seu comportamento efetivo, ou os *folkways* relativos ao comportamento inter-racial, para manifestar somente os padrões ideais de comportamento, fazendo um esforço no sentido de apresentar-se conforme os *mores* da comunidade. Enfim, a pessoa não define seu comportamento em termos de normas e valores socialmente aceitáveis; apenas aplica um duplo sistema de referência na avaliação de um mesmo grupo de pessoas.

Entretanto, essa contradição inicial é logo suplantada pelas evidências do material empírico disponível. Verifica-se desde o princípio que os dados orientam-se

no sentido da supervalorização do branco em confronto com o negro e o mulato. É este um caráter permanente do fenômeno social investigado. Estamos, deste modo em face de um outro aspecto da ideologia racial do branco. Sempre que possível, o branco superestima-se, subestimando explícita ou implicitamente o negro e o mulato. Verificaremos isto adiante, ao longo da análise das verbalizações dos estereótipos.

Antes mesmo de pedir quais são as qualidades e defeitos principais dos negros e mulatos, o questionário oferece ao informante branco a oportunidade de manifestar auto-avaliações estéticas, ao mesmo tempo que apanha o preconceito estético relativo aos negros e mulatos. Vejamos como se manifestam êles.

O questionário inclui uma pergunta sobre os caracteres físicos dos negros, mulatos e brancos. Pedem-se, nela, os caracteres desses indivíduos quanto ao formato do nariz, aos tipos de lábios e cabelos, e também quanto à cor da pele (2). Pois bem, nas respostas a essas questões os colegas revelaram uma extrema valorização dos caracteres somáticos dos brancos, em detrimento daqueles dos negros e mulatos. Por exemplo, há os que julgam a pele do branco “cor de leite”, ou “branca roseada” e até “vermelha”, enquanto que a do mulato é classificada como “fula”, “marrom” ou “café”, e a do preto chamam “escura”, “café”, “negra”. Outros afirmam que os brancos têm “lábios bem moldados” ou “delicados”, enquanto que os negros os têm “grotescos” ou “grosseiros”. Há aqueles que alegam que o cabelo do branco é “ligeiramente ondulado”, enquanto que o do negro e do mulato é “encarapinhado”. Também o nariz não escapa ao mesmo sistema de classificação assimétrica. O do branco é considerado “fino”, “afilado”, “natural”, e até “normal”, em contraposição ao do negro, que é sempre “chato” e ao do mulato, que geralmente é “achatado”.

Como se nota pelos dados fornecidos acima, é bastante elaborada a distinção plástica que os brancos fazem entre os caracteres físicos dos negros, mulatos e brancos. Quisemos, por isso, verificar que atributos físicos atraem maior atenção dos brancos, já que se trata de algo importante para a compreensão das relações raciais. A fim de reunirmos um conjunto significativo de manifestações sôbre o assunto, julgamos necessário incluir um item (3) com duas perguntas referentes aos caracteres físicos que distinguiriam o branco, o mulato e o negro, um do outro.

A primeira pergunta pedia ao informante que registrasse os caracteres físicos que, a seu ver, distinguem "o branco do mulato". Obtivemos 1.027 respostas. Dêste total, 43% das declarações mostram que a "côr da pele" é o mais importante elemento distintivo do mulato em face do branco. Em segundo lugar vem o cabelo, com 38% das respostas. O nariz e os lábios vêm depois, com 12% e 7%, respectivamente.

A segunda pergunta pedia que registrassem os caracteres físicos que distinguem "o mulato do prêto". Obtivemos 954 respostas, similares àquelas. A "côr da pele" distingue, para 49% dêles, o mulato do prêto. Outros 31% afirmam que é o cabelo que os distingue. Em seguida vêm o nariz e os lábios com 11% e 9%, respectivamente. Notamos, neste caso, que o cabelo aparece com menor coeficiente.

Do que ficou exposto acima, verifica-se que o critério estético é utilizado pelo branco para a definição de um grupo em face do outro e de si próprio. A predominância da "côr da pele" como elemento que distingue uns e outros revela a utilização de um fator plástico na interação entre os indivíduos. Trata-se de um elemento susceptível de múltiplas nuances. Todavia, é o mais visível para o branco. Em situações dramáticas, quando o branco entra em conflito com um negro ou mulato,

seja por que motivo fôr, a côr assume uma importância simbólica para aquêle. É nesses momentos que o branco usa a expressão *negro*, com conotação pejorativa, dirigida a negros ou mulatos, indistintamente. A ofensa será tanto maior quanto mais claro se considera o indivíduo, que vê assim sua “origem” posta em evidência.

Ainda neste setor da ideologia racial do branco encontramos uma disposição generalizada na população da comunidade: um esforço contínuo para manter marcante a linha de côr. Já mostramos acima como o branco tende a definir o elemento da outra raça, inicialmente, pela coloração da pele. Vejamos agora outros elementos que contribuem para revelar a importância atribuída à côr como meio de caracterização do negro ou do mulato.

Os ditados correntes na comunidade afirmam que todos os indivíduos não brancos devem ser considerados negros. O consenso considera-os assim. São comuns ditos populares tais como: “Escapou de branco, negro é”, “Mulato: prêto disfarçado”, “Pai de côr, filho fica”, etc. É, portanto, peculiar a situação do mulato nesse contexto.

Sôbre a posição intermediária incerta do mulato, encontramos depoimentos esclarecedores, que caracterizam perfeitamente o esforço desenvolvido pelo branco no sentido de localizar e definir o mulato na trama das relações sociais. Neste ponto, aliás, os próprios negros encontram-se conjugados com os brancos. Conforme veremos no quinto capítulo, os negros também colaboram com os brancos no sentido de fazer face ao esforço ascensional e de branqueamento do mulato. Uma negra residente num dos “morros” da cidade afirma que “mulato claro não quer ser prêto”. E acrescenta: “O diabo é o mulato; quando põe colarinho, gravata e calça bota, não há quem segure”, quer logo passar por branco e até “entrar no Lyra” (4). Eles “são um pe-

rigo, sempre passam por debaixo do pano”, conclui a mulher. Manifestações como estas são comuns entre os negros. Trata-se de um componente de sua ideologia racial, que atua segundo os interesses ou as expectativas do branco. Aliás, nas afirmações que acabamos de transcrever, encontramos dois aspectos relevantes: de um lado, a tendência característica de identificar e definir o mulato. De outro lado, verificamos que o negro, procurando ver sempre no mulato, que ascende socialmente ou que “branqueia”, um trãnsfuga, colabora com os objetivos manifestos ou subjacentes da ideologia racial do branco, dificultando a ascensão do mestiço. Voltaremos a êste assunto no capítulo seguinte.

Em conseqüência, o esforço comum dos brancos e negros, no sentido de barrar o mulato, adquire aspectos inesperados. Há aquêles que julgam o mulato um produto híbrido, que sintetiza os defeitos das duas raças acasaladas, não sendo portador de nenhuma das qualidades delas. Para êles o mulato “é um problema das leis da hereditariedade. Os gens maus do branco e do negro é que se transmitem. É uma questão de biologia e ninguém escapa a leis naturais”, assegura-nos um diretor de estabelecimento de ensino. Há ainda aquêles que lastimam o fato de que os mulatos são “mestiços”, “meio termo”, que não podem ser classificados como brancos, nem como negros, mas que muitas vêzes pretendem “fazer-se de brancos”, imitando-os. Evidencia-se, nessas declarações, uma predisposição permanente e polimorfa que atua no sentido de limitar as possibilidades de ascensão social do mulato.

Um branco, generalizando deficiências bio-genéticas atribuídas geralmente aos “indivíduos de côr”, afirma que os negros são sempre menos produtivos economicamente, talvez devido a fatôres biológicos ligados à “raça”. Outros vão ao extremo de julgar que os negros devem ser identificados com o macaco (6).

Na empresa que fornece energia elétrica para a cidade um chefe de secção afirma que o negro tem menor resistência que o branco ao choque elétrico. Ele sucumbiria a uma carga menor.

Ainda no mesmo plano do esforço pela demarcação rigorosa da linha de cor, podemos examinar o que se convencionou chamar a valorização sexual da mulher “de cor” na sociedade brasileira. São inúmeras as declarações dos brancos do sexo masculino sobre qualidades sexuais da mulata e da negra. A grande maioria dos brancos adultos afirma que teve ou tem relações extra-conjugais com elas, principalmente os solteiros da classe média e baixa. Às vezes, alegam predicados mágicos do aparelho sexual feminino, tais como a propriedade de curar certas doenças venéreas nos homens. Ou então, a “maior sexualidade” da negra ou mulata. Trata-se, evidentemente, de uma manifestação peculiar do preconceito. O exame dos comportamentos e atitudes relativos à questão revela-nos que, subjacente à valorização sexual da mulher negra ou mulata, encontra-se uma forma de discriminação. Trata-se de uma sub-avaliação da mesma como ser humano, pois, segundo os padrões sócio-culturais da comunidade, a mulher negra ou mulata é inferior. O depoimento de um médico, aliás, põe a descoberto esse aspecto do problema. Ele preconiza a extinção do meretrício da cidade, alegando que as negras e mulatas, particularmente as empregadas domésticas, poderiam preencher o mesmo papel, sem os riscos habituais. Assim, o problema das relações sexuais para os solteiros se resolveria através de uma das formas possíveis e aprovadas de dissimulação em face dos *mores* da comunidade.

Vemos aí, claramente, duas funções principais exercidas pela valorização sexual da mulher “de cor”. De um lado, encontra-se o problema das relações sexuais dos solteiros do sexo masculino, que a comunidade deve

resolver de algum modo; e resolve, de fato, valorizando a mulata. De outro lado, temos o preconceito contra os negros e mulatos, que neste caso aparece levado a extremos, já que redonda numa sub-avaliação da mulher negra ou mulata em face dos padrões morais cristãos, vigentes na comunidade.

A totalidade dos estudantes brancos (552), submetidos ao questionário, forneceu-nos um conjunto de 4.931 "qualidades" e "defeitos" atribuídos a negros, mulatos e brancos. Distribuíram-se, percentualmente, do seguinte modo:

Q U A D R O I

GRUPO	ATRIBUTOS
Negro.....	40
Mulato.....	28
Branco.....	32

Êsses atributos foram relacionados um a um e classificados inicialmente em dois grupos principais: o dos favoráveis e outro com os desfavoráveis aos negros, mulatos e brancos. Distribuíram-se, também percentualmente, do seguinte modo:

Q U A D R O II

GRUPO	ATRIBUTOS FAVORÁVEIS
Negro.....	35
Mulato.....	22
Branco.....	43

Q U A D R O III

GRUPO	ATRIBUTOS DESFAVORÁVEIS
Negro.....	46
Mulato.....	34
Branco.....	20

Antes de prosseguirmos a apresentação dos dados, vamos reter algumas constatações, que êles nos oferecem, as quais refletem o sentido geral da ideologia racial do branco. Os atributos colhidos através do questionário confirmam o que foi verificado por meio da sondagem inicial, efetuada na comunidade. A tendência dos brancos de avaliar negativamente, no conjunto, os negros e os mulatos é confirmada aqui. Ao mesmo tempo, aproveitam a oportunidade para manifestar auto-consideração enorme. O exame do quadro III mostra que os negros e os mulatos são apresentados desfavoravelmente em 80% dos atributos, enquanto que somente 20% são dados aos brancos. Note-se, contudo, que os negros são colocados no extremo da escala dos valores sociais da comunidade. O mulato encontra aí uma posição intermediária. Simetricamente, aos brancos sòzinhos são atribuídos a maioria dos atributos favoráveis (43% conforme o quadro II). Evidencia-se, dêsse modo, a supervalorização de si próprios em confronto com a extrema avaliação negativa dos negros e mulatos.

Outro aspecto relevante a ser registrado é a posição do negro e do mulato em face dos atributos favoráveis. Neste caso, os negros obtêm maior coeficiente. Enquanto que, no que se refere aos atributos desfavoráveis, êles são colocados em primeiro lugar, como os mais atingidos, no que diz respeito aos favoráveis são os mulatos que entram com menor coeficiente. Os estudantes colocaram êstes em segundo pôsto, quanto aos defeitos que lhes atribuem, deixando os negros como os mais atingidos. Mas levaram aquêles para o último lugar no que concerne aos atributos favoráveis, dando-lhes um mínimo de qualificativos positivos. A uma análise superficial essa situação pode parecer contraditória. Na verdade, não o é. É possível adiantar, neste ponto, que a ideologia racial do branco ainda não se redefiniu totalmente em face do mulato. Como vimos, êle se encontra

em ascensão, o que seria responsável pelas flutuações apontadas, pois entram em jôgo, aí, a lealdade dêle ao grupo dos negros e dos brancos. Assim, êsse aspecto da ideologia racial do branco reflete uma situação de fato, já apontada no capítulo anterior.

Aprofundemo-nos, contudo, um pouco mais na análise do material disponível. Vejamos o que revela quanto a outros aspectos.

A análise das verbalizações de estereótipos, correntes na comunidade, indica-nos alguns aspectos importantes da situação de contacto racial na comunidade. Ainda que lidando com material empírico relacionado com a ideologia racial do branco, verificamos que as verbalizações obtidas refletem alguns aspectos reais da situação (6). Pode-se, evidentemente, afirmar que os estereótipos não operam plenamente nos contextos sociais. Mas, essa é uma questão que não precisa ser discutida aqui. O que nos interessa, por enquanto, é que a ideologia racial do branco orienta, presumivelmente, as suas ações sociais. Neste sentido, o estudo dos estereótipos apresenta-se como um elemento seguro de penetração em níveis da realidade social. A simples universalidade dos mesmos na comunidade já é indício de que são instrumentos da interação entre os indivíduos de grupos raciais diversos (7).

Uma contribuição importante trazida pelo conhecimento das verbalizações dos estereótipos diz respeito ao seguinte fato: o branco sempre coloca o negro e o mulato no extremo mais baixo de qualquer escala de valores sociais. Os estereótipos apresentam sistematicamente o seguinte quadro: de um lado, uma extrema desvalorização do negro e do mulato; de outro, uma supervalorização do branco. Aliás, a avaliação do branco, efetuada em face daqueles, aumenta o contraste, colocando êste sempre em posição desfavorável, o que reflete a dualidade de que falávamos em parágrafo anterior.

Tomemos ao acaso exemplos de verbalizações de estereótipos obtidos por meio do questionário.

Para o branco, os negros e mulatos geralmente são “anti-higiênicos”. Enquanto que êles são considerados “sujos” e “mal cheirosos” em 73% e 27% das verbalizações, respectivamente, sômente o branco é dado como “limpo” e “asseado” pelos que se manifestaram sôbre êstes atributos. Temos, assim, um exemplo marcante do caráter geral da ideologia racial do branco: os grupos raciais são colocados em polos extremos.

Vejamus outro caso, em que êsse aspecto do fenômeno se apresenta com as mesmas peculiaridades. Enquanto 66% das verbalizações apresentam o próprio branco como o indivíduo mais “inteligente” e “estudioso” da comunidade, apenas 17% negros e 17% mulatos são dados com os mesmos atributos. É dêste modo que o branco se considera a si próprio e ao “indivíduo de côr” no que diz respeito aos atributos relativos às faculdades intelectuais. Aliás, com referência a êsse estereótipo a opinião do branco não fica nesse ponto. Outros dados permitem-nos avaliar como são consideradas profundas as diferenças que separam intelectualmente uns e outros. Um total de 59% das verbalizações dão o negro como “boçal” e “ignorante”, enquanto que outros 33% apresentam o mulato do mesmo modo. Vemos, dessa maneira, que o branco, quando encara certos valores sócio-culturais que a comunidade atribui habitualmente aos indivíduos, não reconhece os “indivíduos de côr” com as mesmas possibilidades.

Às vêzes, alguns atributos revelam uma imagem negativa do branco. Êste é o caso quando êles são dados como “orgulhosos” e “vaidosos” pela maioria dos informantes. Mas, será mesmo um estereótipo negativo, que se manifesta nesses atributos? A nosso ver, não. E isto será tanto mais evidente se consideramos que os negros e mulatos são dados como “submissos” e “hu-

mildes”, com 68% e 30% das respostas, respectivamente. Êsses atributos são, evidentemente, contrapartida dos que são dados aos brancos. O seu cotejamento permite colocá-los no seu contexto exato.

Se tomarmos um outro par de verbalizações, aquelas referentes ao comportamento religioso dos membros da comunidade, vemos que os negros e mulatos, novamente, são colocados em situação inferior. Para os brancos, somente aquêles são “macumbeiros”. Entretanto, “religiosos” são principalmente os próprios brancos, que aparecem com 52% das respostas. Evidencia-se, assim, a forma pela qual os brancos distribuem os atributos morais pelos membros da comunidade.

A despeito de encontrarem-se em posição relativamente privilegiada, no conjunto dos estereótipos correntes na cidade, em face dos negros, os mulatos em alguns casos são colocados em inferioridade. Quando os informantes visam classificar os membros da comunidade segundo o comportamento revelado nas relações econômicas ou nas atividades profissionais, cerca de 37% dêles afirmam que o mulato é “falso” e “desonesto”.

Outro estereótipo conhecido em tôda comunidade apresenta os negros e mulatos como “malandros” e “farristas”, isto é, indivíduos dados à vida boêmia e desorganizada. Neste caso, aliás, também é reduzida a diferença entre as freqüências das verbalizações atribuídas aos negros e mulatos. Pode-se dizer que, sob certos aspectos, êles são considerados da mesma forma. Assim é que 39% dos qualificativos referentes àquele estereótipo são atribuídos ao negro, ao passo que 35% o são ao mulato.

Verifica-se, entretanto, uma alteração dessa situação quando se trata do estereótipo revelado pelas verbalizações “sambista” e “batuqueiro”. Neste caso o negro é colocado em evidência, com 63% das respostas. Para o branco o sambista não é um indivíduo com virtudes

musicais ou coreográficas, mas uma pessoa dada a práticas artísticas menos importantes. Aliás, êste estereótipo conserva uma conotação em parte já redefinida na comunidade. Pois, qualificar um negro ou um mulato de sambista ou batuqueiro é identificá-lo com descendente de escravo (8).

A ideologia racial do branco apresenta múltiplas faces e visa facilitar o seu ajustamento às situações sociais surgidas, habitualmente, nas suas relações com os negros e mulatos. Por isso, ela apresenta êsses indivíduos como sendo os próprios responsáveis pelas posições inferiores ou desvalorizadas que ocupam na comunidade. Assim, a presente distribuição de status, segundo os grupos raciais, não se deve à predominância econômica e social do branco, mas à livre concorrência de todos os indivíduos. Em consequência, deve-se procurar nos próprios negros e mulatos a causa do seu insucesso na "luta pela vida". Seu intenso "complexo de inferioridade", em particular, seria responsável pela atual situação.

O caráter das avaliações dos negros e mulatos pelos brancos mantém-se o mesmo, seja qual for o estereótipo ou conjunto de estereótipos que estejamos estudando. Não há discrepâncias que afetem o sentido único da ideologia racial do branco de Florianópolis. As oscilações que os dados revelam não chegam a interferir na orientação definida, que a mesma oferece. Não há momentos neutros nesse setor da realidade social. Tudo se encontra organizado de modo a oferecer ao branco um máximo de segurança e domínio em suas ações.

Dentro dêsse quadro geral, somente um elemento perturba o equilíbrio geral das relações raciais: o mulato. Quando os brancos ou os negros se referem ao mulato, verificam-se amplas oscilações nas respostas. Não há uniformidade de julgamento a respeito do mestiço. Sob alguns aspectos, êle é qualificado favorável-

mente, tanto por brancos como por negros. Sob outros, êle se encontra sob a ação dos grupos negro e branco ao mesmo tempo. Isto é sintoma evidente de que estamos diante de situações não totalmente reguladas pelos padrões tradicionais. Os padrões que regulam as relações entre o negro e o branco, de um lado, e o mulato, de outro, ainda não se recompuseram totalmente, depois de ultrapassada a situação de contacto vigente no passado. Isto decorre de duas ordens de fatores. Em primeiro lugar, os padrões sócio-culturais, que apresentavam o mulato, mesmo o livre, como um indivíduo ligado ao regime escravocrata, estão ultrapassados pela evolução do estatuto jurídico dos indivíduos. Em segundo lugar, porque os mestiços têm tomado a vanguarda das "populações de côr", procurando ingressar em novos setores da estrutura social. Assim se esclarece a relativa desorientação da ideologia racial do branco em face do mulato. É o que explica a aparente incongruência dos atributos dados a êsses elementos na tabela I (º), onde o mulato se mantém numa posição intermediária, e a tabela II, onde êle passa para o ponto mais baixo da escala. Enquanto que nos estereótipos negativos o negro ocupa a posição menos favorável, entre os positivos é o mulato que passa para essa situação.

Conforme afirmamos no início dêste capítulo, os dados obtidos pela observação direta ou por entrevistas permitem a classificação dos estereótipos em dois grupos principais: favoráveis e desfavoráveis. Poderíamos evidentemente tecer considerações sôbre um ou outro e apresentá-lo ora sob um, ora sob outro rótulo. Não o faremos, contudo. A investigação realizada na comunidade torna irrelevante uma discussão dêsse tipo, conforme veremos a seguir.

Um dos estereótipos mais difundidos na comunidade apresenta o "elemento de côr" como "trabalhador". As nossas investigações permitiram verificar que êsse

atributo diz respeito às atividades psico-motoras. Quando o branco afirma que o negro é trabalhador, pretende incluí-lo entre aqueles que se dedicam eficientemente ao trabalho braçal. Note-se: eficiência no trabalho braçal. Ainda que se alegue que o negro não é considerado como dedicado às atividades intelectuais, mas apenas “trabalhador”, ainda assim podemos encarar o estereótipo como positivo. Se não, vejamos.

A análise sociológica dos estereótipos revela-nos que êsses elementos da ideologia racial do branco atingem diversos setores dos padrões sócio-culturais da comunidade. Observamos que êles se concentram em tórno de núcleos distintos de valores comunitários. Esta constatação levou-nos a organizar grupos de estereótipos, a fim de verificarmos como eram focalizados o negro, o mulato e o branco, quando se tomavam alguns valores fundamentais da comunidade. Os principais focos selecionados foram aqueles que dizem respeito aos valores morais, aos intelectuais e àqueles concernentes às atividades psico-motoras dos membros de uma comunidade. Construímos, assim, uma nova perspectiva para análise sociológica da ideologia racial. Confirma-se, entretanto, a nossa verificação já apontada em parágrafos anteriores: o sentido geral da ideologia racial do branco visa colocar sempre o negro e o mulato em posição desfavorável no cosmo social.

Vejamos alguns aspectos particulares dessa ordenação, conforme apresentada na tabela III, onde os estereótipos favoráveis são classificados segundo o critério mencionado. Nessa tabela, verificamos que os brancos aparecem em 50% das respostas; avaliam-se favoravelmente a si próprios, tanto em face do negro como do mulato. É verdade que a análise dos atributos relativos às atividades psico-motoras dão ao negro supremacia sobre o branco, onde aqueles aparecem com 47% das respostas. Mas esta é uma avaliação positiva, que

deve ser entendida em seus devidos t ermos. Ela reflete a valorização corrente na comunidade ao negro como o indivíduo que se ajusta melhor ao trabalho físico, braçal e ao futebol. Essa definição, contudo, é a contrapartida da sub-avaliação que o branco dispensa ao negro e ao mulato quanto aos atributos intelectuais, onde êles próprios aparecem em 66% das respostas.

Aliás, a nova ordenação das verbalizações dos estereótipos permite-nos esclarecer um aspecto concreto da situação de contacto racial existente na comunidade. Verificamos que, no que diz respeito a estereótipos favoráveis (tabela III), os negros e mulatos s mente aparecem em posição privilegiada no grupo referente aos atributos relativos às atividades psico-motoras, que o consenso dá como atributos de menor significação social, quando comparados com os morais e intelectuais.

Quanto ao mulato, a tabela III continua a manifestar o que já apontamos noutra passagem da análise.  les são mencionados no conjunto dos estereótipos favoráveis em 20% das respostas, enquanto que o negro e o branco aparecem com 30% e 50%, respectivamente. Temos, pois, novamente o mesmo fenômeno assinalado precedentemente.

Essa configuração altera-se, contudo, quando passamos   análise dos estereótipos desfavoráveis (tabela IV), agrupados segundo o critério já mencionado. Neste caso, a relação   constante em todos os focos de valores sócio-culturais. Temos sempre a seguinte escala de avaliações: em situação privilegiada, com um total de apenas 15% das respostas, vem o branco. Em seguida temos o mulato, com 30% e, finalmente, o negro, com 55% dos atributos negativos atribuidos aos três grupos.

Dadas as condições de existência inter-racial, descritas nos capítulos precedentes, podemos afirmar que os padrões de ajustamento do branco àquelas condições

revelam a sua posição na estrutura social e o modo pelo qual ela permite participar dos valores da comunidade. Essa situação se reflete na ideologia racial dos grupos em contacto. Por isso, a ideologia do branco apresenta diversas polarizações em face do “elemento de côr”. Elas não são exclusivas mas, ao contrário contêm elementos comuns, conforme veremos. Vejamos as três principais:

a) Aquela que se caracteriza pela tendência à dissimulação da existência do preconceito contra o negro e o mulato. Compreende indivíduos situados nas camadas sociais mais elevadas da comunidade, os quais mantêm poucas ou nenhuma relações com os negros e mulatos no presente. São intelectuais, membros das profissões liberais e descendentes de famílias tradicionais. Essa tendência se liga ao paternalismo vigente na sociedade inclusiva herdado do passado escravocrata.

b) Outra, que se distingue por uma tendência a enfrentar o problema do preconceito abertamente, discutindo-o, sem hostilidade e constatando os fatos consumados, sôbre os quais nada se pode fazer. Compreende indivíduos de tôdas as camadas. É a maior corrente de opinião. A facilidade e liberdade com que os brancos debatem a questão do preconceito contra os negros e mulatos, estejam ou não presentes, é um aspecto significativo da etiqueta das relações raciais em Florianópolis. Poderíamos explicar êsse comportamento do seguinte modo: de um lado, devido à ocorrência de um tipo de ajustamento inter-racial definido em moldes tradicionais, o que se deve à evolução lenta da estrutura sócio-econômica. De outro lado, e associado com êsse aspecto, podemos acrescentar os caracteres próprios de uma comunidade ainda altamente integrada, o que explicaria a prevalência do contacto pleno das personalidades, além da sobrevivência de outros padrões comunitários.

c) Uma terceira orientação apresenta o problema das relações entre negros, mulatos e brancos em estado de tensão. Compreende indivíduos da classe média e reflete as situações, nas relações inter-raciais, que não podem ser reguladas pelos padrões tradicionais. Êste grupo está cada vez mais freqüentemente em contacto com negros e mulatos e verifica que êles tendem a não se comportar da mesma forma que no passado. A antiga ideologia racial não previa a abertura de novos canais de ascensão social. Êsse grupo de brancos considera-se o mais diretamente atingido pelas novas condições de ajustamento inter-racial, as quais estão permitindo a ascensão do "indivíduo de côr". Daí o maior rigor na rejeição, evidenciada por êle.

Enfim, outros aspectos da ideologia racial do branco podem ser apontados aqui. São de caráter geral, ligando-se tanto a essa ideologia, como um todo, como às polarizações apontadas. O material empírico disponível dá a conhecer a posição do negro e do mulato no mundo sócio-cultural descrito. Êles são apresentados, sistematicamente, como portadores de menor número de atributos considerados favoráveis, no consenso da comunidade, o que se reflete nas oportunidades que o branco oferece ao negro e mulato. Esta situação revela, claramente, o grau do preconceito e também a posição privilegiada que as condições de coexistência racial oferecem ao branco. Êsse é o caráter fundamental da ideologia racial do branco.

Acreditamos, também, que a análise desenvolvida mostra outro aspecto relevante da ideologia racial do branco. Ela atua no sentido de promover ou facilitar o ajustamento e o predomínio dos brancos às situações sociais em que se apresentam também negros e mulatos, seja quando consideramos os círculos de convivência social, seja no que diz respeito aos níveis da estrutura social.

CAPÍTULO V

A Ideologia Racial do Negro e do Mulato

É visível o reflexo das condições de acomodação inter-racial nas concepções que os negros e mulatos fazem dos brancos e de si próprios. A situação descrita no primeiro capítulo mostra-nos que o “elemento de côr” se encontra em situação peculiar em face do branco. Essa situação especial é responsável pela auto-concepção de status e papéis sociais dos negros e mulatos. Mais do que os outros membros da comunidade, êles têm consciência aguda do seu corpo e da sua personalidade. Dada a posição dêles na trama das relações sociais, são fortemente influenciados e marcados pelo tratamento recebido e pela concepção que os brancos formam a seu respeito. Assim, o comportamento dêstes, quando em interação com os negros e mulatos, leva-os a uma definição mental da sua própria situação no mundo sócio-cultural. Em parte é esta definição que vamos analisar a seguir ⁽¹⁾.

Como não pudemos apanhar tôda ideologia do “elemento de côr” da comunidade, apresentaremos apenas os elementos que puderam ser investigados durante a nossa permanência ali.

O aspecto mais visível da ideologia racial do negro e do mulato refere-se ao *branqueamento*. Branquear é o ideal permanente dêles. Todos querem “clarear”, “melhorar a raça”, “enxertar”, etc. A mulata não quer nunca ser confundida com a negra. Quando vai casar-se, declara no cartório: “de côr mista”; e estará provavelmente casando-se com um branco ou uma pessoa mais

clara que ela. O negro, quando pobre, aceita casar-se com negra, mas “quando é doutor, quer uma branca para esposa”. “Se eu fosse mais clarinho e tivesse instrução estaria no Lyra”, afirma um mulato. Quando é boa sua posição social, “nem brasileira quer mais”, quer loira ou estrangeira. Aliás, o mulato geralmente admite ser chamado “mulato” ou “moreno”, mas nunca quer ser confundido com um “prêto” e muito menos com um “negro”. O negro, por sua vez, admite ser chamado “prêto”, “de côr”, mas jamais “negro”. Um mulato que ascendeu na escala social conta-nos que, em certa fase aguda da sua luta pela ascensão social, julgava preferível ser chamado de “filho da puta” em vez de “negro”.

O ideal de branqueamento, levando a tais limites as aspirações dos negros e mulatos, provoca, evidentemente, alguns desequilíbrios no seio do grupo. As possibilidades de branqueamento não são do domínio dos “indivíduos de côr”. São reguladas pelas condições de acomodação inter-racial. Mas, como os brancos exercem maior influência, como camada dominante, os negros e mulatos são ressentidos. Por isso sempre afirmam que nas veias do branco corre o “sangue da raça negra”, insinuando que a miscigenação é extensa e vem do passado. Trata-se de uma tentativa de racionalizar a situação. As dificuldades para o branqueamento rápido levam a essa denúncia da origem mista do branco.

Estamos, pois, diante de um produto peculiar da situação de contacto investigada: os negros e mulatos avaliam negativamente a própria côr, no que correspondem às avaliações do branco. O preconceito estético foi, portanto, incorporado por êles.

A nosso ver, o ideal de branqueamento, manifesto por todo grupo, não é apenas produto do preconceito estético, mas, principalmente, resultado de uma profunda atuação, na consciência dêles, das condições efe-

tivas de contacto. Neste sentido, o ideal de branquidade não diz respeito apenas aos caracteres somáticos do indivíduo, mas, em primeiro lugar, às condições sociais que negros e mulatos aspiram. O que o negro deseja é o “branqueamento social”. Assim, às atitudes desfavoráveis do branco, o negro e o mulato se ajustam através do símbolo comum aos dois grupos: a *côr*. Essa é uma das conseqüências subjetivas do preconceito de *côr*, visto em termos da reação das personalidades afetadas, direta ou indiretamente, por suas manifestações.

Esse aspecto da ideologia do negro e do mulato assume, aliás, formas diversas. Uma delas já foi apresentada. Outra maneira de manifestar-se é revelada pelos negros e mulatos da classe média contra os da classe baixa. Um mulato que se encontra em posição social elevada informa que “o *prêto* não gosta de servir ao *prêto* como *êle*”. Por isso, continua, “tenho preferido criadas de *côr* branca”. Essa atitude se mantém também com respeito a certos círculos de convivência, como os clubes de negros, que o informante citado não frequenta. “Os clubes de pretos são frequentados por elementos não selecionados e de escassa cultura”.

Na mesma ordem de problemas encontra-se a questão do preconceito do mulato contra o negro, que é outra conseqüência subjetiva do preconceito de *côr* visto em termos das personalidades atingidas direta ou indiretamente. Isto, aliás, já se nota nas citações feitas acima. O mulato mantém, geralmente, atitudes reservadas com relação ao negro, principalmente quando se encontra ascendendo na escala social. Essa reserva se revela não apenas na omissão de bailes ou reuniões com outros “indivíduos de *côr*”, mas, também, em contactos sociais informais.

Outra gradação do fenômeno, que vimos analisando, diz respeito ao *puritanismo* de alguns negros e mulatos, principalmente *dêstes*, quando se encontram em ascensão.

Mas, o que é êsse puritanismo? Trata-se de um modo de ser e comportar-se asceticamente, com relação a algumas das solicitações habituais da vida social. Não é exclusivo dos negros. A comunidade, habitualmente, conta com tais indivíduos; são pessoas que personificam alguns ideais considerados elevados pela consciência coletiva. No caso do "indivíduo de côr", entretanto, o puritanismo é uma técnica de ascensão social. "Não há nenhuma pessoa aqui em Florianópolis que possa dar uma má informação de mim", diz um mulato nessas condições. Outro afirma que o "elemento de côr" somente pode subir "pelo procedimento". O mulato puritano, pois, é aquêle que procura identificar-se com alguns ideais considerados elevados pela comunidade: não bebe, não joga, combate a vida boêmia, é rigorosamente honesto e cumpridor dos seus deveres, mantém a família "organizada", etc. Note-se que êsses padrões de comportamento justificam também o afastamento do convívio com indivíduos de camadas mais baixas, brancos, negros ou mulatos.

A situação de contacto racial em Florianópolis, conforme foi apresentada no capítulo III, revela-nos que as ações dos "indivíduos de côr", com referência aos brancos, se orientam em dois sentidos: integração e ascensão sociais. Êstes dois processos exigem esforços especiais, conforme o grupo ou instituição visados. Para isso, êles desenvolvem técnicas especiais, destinadas a facilitar a sua aceitação nas novas situações. Essas técnicas visam promover o ajustamento a níveis sociais em que deverão ser aceitos com a aquiescência do branco. Elas traduzem formas de comportamento elaboradas pelo "grupo de côr", particularmente os mulatos, com aquêles objetivos. Às vêzes, essas técnicas assumem caracteres próprios ligados aos interêsses particulares do negro ou mulato, ou seja, à integração ou ascensão sociais. Outras vêzes, mantendo fundamentalmente

esses objetivos, destinam-se principalmente a atuar sobre o comportamento do branco, ou sobre alguns aspectos da sua ideologia. Estas duas alternativas, entretanto, encontram-se operando em tôdas as técnicas de ascensão habitualmente manipuladas, diferindo apenas em gradação.

Outro aspecto relevante dessas técnicas de ascensão social diz respeito às suas ligações com os padrões sócio-culturais da comunidade. Geralmente elas se estruturam em função de *mores* comunitários, o que significa que serão consideradas legítimas pela consciência coletiva. Estarão dêsse modo, conformes a objetivos finais do "indivíduo de côr".

Um mulato que se encontra na classe média e desenvolvendo esforços no sentido de adquirir uma profissão liberal, afirma que, no Brasil, "os preconceitos de raças vão de baixo para cima, pois quanto mais atrasado o meio, maior é o preconceito". Do mesmo modo pensam outros. Para êles o preconceito de côr é função do grau de instrução. Quanto mais preconceituoso o branco, mais ignorante; e vice-versa. "O preconceito racial é mais acentuado nos meios onde predomina a ignorância", afirma outro mulato. Por outro lado, a aquisição de instrução é considerada a maneira mais eficiente, e sancionada pelos *mores* da comunidade, de ascender socialmente. Muitos já se convenceram disso. Por diversas vêzes ouvimos velhos negros e mulatos manifestarem o desejo de que seus filhos frequentassem escolas a fim de subirem. Para êles os negros poderiam ajudar a transformação da presente situação "deixando de lado muitos preconceitos e mostrando que são uma raça igual física e intelectualmente, aprimorando a sua cultura e desenvolvendo mais as artes". Não são raros, por conseguinte, os mulatos que julgam que a presente situação de contacto sômente poderá ser alterada com os esforços do próprio "indivíduo de côr". Como se trata

de pessoas que se consideram bem sucedidas (algumas estão satisfeitas com as conquistas já realizadas), compreendem e definem a situação do grupo negro principalmente em termos da própria experiência. Estes indivíduos, portanto, julgam que a situação presente deveria ser melhorada, “mas isto depende tão só e exclusivamente dos próprios pretos. Cada um deve vencer pelo seu valor próprio, através de cursos, concursos e carreiras”.

Para alguns mulatos a profissão decorre do grau de instrução, sendo também uma via legítima e eficiente de ascensão na escala econômica e social. Quanto maior o grau de instrução requerido por uma profissão, mais elevado valor social e econômico terá ela. Por isso já se nota o esforço de alguns mulatos no sentido de atingir as profissões liberais. Conforme dissemos anteriormente, são raros os mulatos claros que atingiram essas ocupações. Mas existe já, no consenso do “grupo de côr”, a convicção de que alguns tipos de ocupações facilitam a ascensão social e econômica ou permitem a infiltração em grupos mais fechados de brancos de camadas mais elevadas.

Apresentar-se trajado conforme os padrões do vestuário de uma determinada classe social é essencial à aceitação pelos brancos dessa classe. Um mulato claro bem vestido e que saiba comportar-se “pode entrar até no Lyra”, afirmam os mulatos da classe média. Por isso é que alguns admitem que a “convivência com brancos” também facilita a realização de alguns objetivos relativos à ascensão social. Há mulatos que afirmam, categoricamente, que gostariam de conviver de preferência “com brancos”.

Ligar-se a partidos ou facções políticas é um modo de agir que facilita a convivência com brancos de camadas sociais mais elevadas, o que redundará em oportunidades de ascensão profissional. “Eu fui o orador mais impor-

tante da Convenção da UDN”, afirma um dos mulatos ligados a êsse partido político. Isto não significa, contudo, que se pense em organizações políticas de indivíduos de côr. Êles próprios repelem essa idéia. “O eleitorado negro deve escolher os candidatos pelos seus méritos e não pela côr. Sou contra a formação de frentes ou mesmo quistos raciais”. Essas são, aliás, as linhas gerais do pensamento do “grupo de côr”, principalmente daquela parte composta de mulatos que ingressaram ou estão ingressando na classe média. Para êles a atividade política, enquanto “indivíduos de côr”, não visa aos mesmos fins que os outros grupos. Trata-se de uma técnica de infiltração. “Tenho altas relações com tôdas as pessoas de influência, principalmente nos meios culturais e políticos”, afirma um mulato que está ingressando numa profissão liberal e que utiliza conscientemente o apadrinhamento político.

Há indivíduos que manifestam algumas atitudes que podem ser consideradas indícios de uma mentalidade de poupança no “grupo de côr”. Existem aquêles que conquistam posições na estrutura econômica, sem ter progredido social ou intelectualmente. Talvez se trate de indivíduos cujos comportamentos seriam explicáveis em termos da relativa mobilidade vertical que começa a ser possível na estrutura econômica da comunidade. Entretanto, essa mobilidade significa, para os próprios sujeitos, a ascensão de um negro ou mulato, antes de tudo. Êles vêem a própria ascensão econômica como uma vitória de um membro do seu grupo racial. É esta a repercussão do fáto na ideologia do próprio grupo.

Mas não se interrompe aí a série de técnicas manipuladas pelo negro ou mulato. “Um dos fatores impressionantes no alevantamento do homem de côr é o esporte”, afirma um mulato. Através do esporte o “indivíduo de côr” pode mostrar que possui iguais, se não melhores,

condições físicas. Mas o esporte mais aberto a eles é o futebol. É através desta modalidade que eles conseguem atingir novas posições na comunidade. Os clubes náuticos, onde se pratica o remo, não contam com negros ou mulatos escuros em seus quadros sociais e esportivos. Eles dizem que os brancos consideram o remo um esporte elegante e de brancos.

Encontra-se na comunidade um grupo de indivíduos da população negra e mestiça que apresenta uma consciência particular da situação de contacto. Têm consciência aguda e altamente ressentida das manifestações do preconceito, o que os leva a defenderem algumas medidas segregacionistas. A maioria deles pertence às gerações mais velhas, o que nos sugere que essa posição peculiar em face da questão se liga também a experiências dramáticas do passado. Esses elementos se encontram ainda na classe baixa da sociedade local. A análise da situação desse grupo, em face de outros da população negra e mestiça, revela-nos mais um aspecto importante do fenômeno investigado: trata-se de pessoas cuja maioria é de indivíduos fenotipicamente negros. Subjacente à consciência peculiar que possuem do problema do preconceito, encontra-se o baixo nível econômico e social, a côr (os mais velhos são fenotipicamente negros) e o maior acervo de experiências de um passado diverso, quando a situação de contacto não oferecia aos "indivíduos de côr" senão algumas possibilidades de integração na ordem econômica e social.

Para o branco, chamar o "indivíduo de côr" de "negro" é ofendê-lo. E para este, ser chamado desse modo, é ser de fato profundamente injuriado. O ultraje será tanto maior quanto mais claro for o indivíduo e mais alto tiver ascendido na escala social. Um mulato, que se considera bem sucedido socialmente, mas que enfrentou barreiras difíceis, pois seu pai pertencia à classe baixa, afirma que se lembra nitidamente quando

foi insultado por um branco; era jovem. “Não mexe aí, seu negro”, dissera-lhe. Assegura que nunca se sentiu tão profundamente ofendido. “Foi uma ofensa pavorosa”, acrescenta.

Do mesmo modo que este, outros elementos da ideologia racial do branco têm sua contrapartida na ideologia racial do negro e do mulato.

Quando o branco quer referir-se a um trabalho mal feito, a uma tarefa executada imperfeitamente, diz que se trata de “serviço de negro” e pede: “faça serviço de branco”. Por outro lado, quando o próprio negro quer referir-se a uma tarefa bem executada, afirma que se trata de um “serviço de branco”. Realmente, a análise global dos estereótipos mencionados pelos mulatos (quadros I-A, II-A e III-A) revela que eles manifestam verbalizações que colocam o branco em situação privilegiada. Ainda que não seja com grande diferença, os brancos são avaliados favoravelmente, em confronto com os negros e os próprios mulatos. Vemos, assim, que a ideologia racial do branco penetra a consciência do “grupo de cor”, particularmente o mulato, cujos estereótipos colhemos. Vejamos alguns exemplos.

O exame dos estereótipos revelados por vinte colegas submetidos ao questionário revela-nos que 36% dos atributos negativos e positivos foram dados aos negros (quadro I-A). Se considerarmos os atributos quanto à sua conotação valorativa, veremos que 30% dos favoráveis foram dados aos negros, 33% aos mulatos e 37% aos brancos (quadro II-A). Por outro lado, se tomarmos aqueles desfavoráveis, veremos que o branco é considerado como portador de menor número deles; 44% são dados aos negros, 30% aos mulatos e 26% aos brancos (quadro III-A). Como veremos, mesmo os negros e mulatos tendem a considerar o branco como portador de maior número de atributos favoráveis, o que vem confirmar o que já dissemos em parágrafo

QUADRO I-A

GRUPO	ATRIBUTOS
Negro	36
Mulato	32
Branco	32

QUADRO II-A

GRUPO	ATRIBUTOS FAVORÁVEIS
Negro	30
Mulato	33
Branco	37

QUADRO III-A

GRUPO	ATRIBUTOS DESFAVORÁVEIS
Negro	44
Mulato	30
Branco	26

anterior: a situação de contacto racial na comunidade estudada revela nítida dicotomia social, refletindo-se esta na ideologia dos dois grupos.

Mesmo o "indivíduo de côr" considera a si próprio "trabalhador braçal" mais frequentemente que ao branco. "Inteligente", contudo, é principalmente o branco, a quem são dadas 41% das respostas, ao passo que 21% são conferidas aos negros e as restantes aos mulatos. A desproporção é ainda mais elevada quando se trata do atributo "religioso". Neste caso, 66% das respostas são dadas aos brancos, enquanto que as restantes dividem-se, igualmente, pelos negros e mulatos (tabela VI).

Se quisermos examinar os atributos desfavoráveis, contudo, veremos que os vinte estudantes “de côr” apresentam as mesmas atitudes que os brancos. A tendência geral é para considerar o negro como o portador de maior quantidade de atributos negativos, ao passo que o branco é colocado em posição privilegiada. 50%, por exemplo, afirma que o negro é “malandro”. Do mesmo modo êle é considerado “falso” por 67% dos informantes (conforme tabela V).

Nessas verbalizações, entretanto, a posição do mulato aparece de forma diversa daquela apresentada pelas manifestações dos brancos (2). Veja-se, por exemplo, a porcentagem de indivíduos que dão o mulato como “falso” e “desonesto”. Enquanto que 37% dos brancos o define desse modo, somente 11% dos mulatos afirma a mesma coisa. Aliás, a maioria dos mulatos atribui esse caráter ao negro, conforme vemos na tabela V. Outro estereótipo que se coloca quase que do mesmo modo é o de “malandro”. Enquanto que 35% dos brancos dá o mulato como tal, somente 19% dos mulatos afirma a mesma coisa de si próprios. Todavia, êstes também mantêm o negro na mesma posição atribuída pelo branco: consideram o negro o que mais se dedica à malandragem. Por outro lado, o mulato se valoriza como “trabalhador”: enquanto que o branco considera o negro mais trabalhador que os outros, com 45% das respostas, o mulato considera a si próprio o mais trabalhador de todos, com 38% das respostas. Essa atitude se mantém ainda no caso do atributo “inteligente”. Enquanto o branco dá igual número de respostas ao negro e ao mulato (17% cada um), o próprio mulato se atribui 38% das respostas.

Como se vê, a predominância do mulato nos questionários respondidos pelos não brancos revela-se significativamente em certas manifestações. Assim como o branco se valoriza em face dos outros grupos raciais, do

mesmo modo o mulato se valoriza em confronto com o negro. As auto-avaliações seguem as tonalidades da côr da pele.

A ordenação dos estereótipos em função de alguns núcleos de valores sócio-culturais da comunidade, conforme fizemos no capítulo precedente, permite-nos verificar, com maior clareza, alguns aspectos dos estereótipos apresentados pelos vinte questionários dos mulatos. Essa classificação continua a nos revelar o que já assinalamos anteriormente: a ideologia racial do branco é quase que totalmente assimilada por êles. Enquanto que os negros são colocados em primeiro lugar, quanto aos atributos favoráveis relativos às atividades psicomotoras, no que diz respeito aos dotes morais e intelectuais êles são postos em último. Em ambos os casos o mulato aparece em posição intermediária, conforme mostra a tabela VII.

O mesmo sentido da ideologia racial do branco é apresentado no caso dos estereótipos desfavoráveis. No que se refere aos atributos relativos às atividades psicomotoras, os negros são postos em primeiro lugar, como os mais desfavorecidos. Do mesmo modo, no que diz respeito aos atributos morais. Em ambos os casos, novamente, os mulatos aparecem em situação intermediária, o que revela que êles próprios colocam o branco em situação privilegiada, quanto à atribuição de qualidades e defeitos estereotipados (veja-se tabela VIII).

Entre os colegiais submetidos ao questionário (572 indivíduos), encontramos vinte mulatos escuros e claros. Os dez mais claros se declararam brancos. Êstes indivíduos utilizaram-se de um dos meios usados habitualmente pelos mulatos mais claros: apresentaram-se como brancos, simplesmente. Às vêzes, são indivíduos que se encontram intensamente identificados com o grupo branco. Esta identificação, contudo, não é absoluta. Ela é traída por uma consciência mais aguda do problema,

conforme se verifica pelo exame de algumas declarações insertas no item “observações” do questionário (3).

Um dêles, aluno de um colégio religioso, faz afirmações que revelam um conhecimento especial da história da raça negra no Brasil. Conhecimento semelhante, aliás, sòmente é encontrado entre os “indivíduos de côr”, além dos estudiosos da história social do país. “No meu modo de pensar — diz êle — dever-se-ia aumentar intensamente as relações com os nossos irmãos de côr, que tantos homens de valor nos legaram (Cruz e Sousa, Nestor Valentim, José do Patrocínio, Luís Gama, o Mulato Machado de Assis) e muitos outros como Henrique Dias e grandes herois do passado na Guerra do Paraguai. Devo falar ainda nos escravos, principais impulsionadores do nosso progresso; e as velhas mucamas, que tão bem souberam infundir no espírito das crianças brancas a elas confiadas o espírito de bondade, de amor cristão”. Evidentemente êsse indivíduo participa de representações coletivas ligadas ao “grupo de côr”. As suas declarações refletem os valores que êsse grupo opõe, também no presente, aos valores e comportamentos dos brancos.

Os elementos mais fortemente inclinados a identificar-se com os brancos apresentam, conseqüentemente, tendência consciente, orientada claramente, no sentido de eliminar a “questão racial” do mundo das relações raciais. É verdade que isto também reflete uma consciência mais aguda do problema, acima da média habitual na comunidade. É o que se verifica através das declarações de um aluno de uma escola de comércio, filho de funcionário público. Declara êle que “a questão racial no Brasil, graças aos esforços dos nossos dirigentes, aos poucos está se extinguindo”. Contudo, ainda “é necessário que se processem medidas necessárias à perfeita harmonia entre os que vivem em nosso país, quanto à questão em foco. Creio que as possibilidades

de êxito são as melhores possíveis. Naturalmente encetando campanhas educacionais, promovendo certames, conclamando-os a unirem-se sem distinção de raças”. Êste depoimento reflete, com clareza, um dos caracteres constantes da ideologia racial do “indivíduo de côr”: um esforço permanente no sentido de eliminar as discriminações e simular uma quase perfeita harmonia racial. É ainda o que se verifica através das afirmações de uma aluna de escola de comércio, filha de comerciário, que também se declarou branca. “Não casamos com um homem — diz ela — apenas por ser branco e sim porque se o ama. E tanto poderíamos amar o branco, o prêto ou um mulato. Ama-se as suas qualidades, o seu caráter, não a pele”. Contudo, “infelizmente o preconceito racial relega os mulatos e pretos a um segundo plano, forçando-os a um meio ambiente inferior ao do branco”.

Em face das condições de convivência inter-racial descritas, e diante do caráter da ideologia racial do branco, os negros e mulatos elaboraram uma contra-ideologia. Esta se organiza segundo três polarizações diferentes, que operam conforme a posição do indivíduo na estrutura social. Elas não são, contudo, exclusivas, nem antagônicas. Conforme veremos, contêm elementos comuns. Esquemáticamente, apresentam-se do seguinte modo:

a) Uma destinada à integração do negro e do mulato ao grupo branco, integração esta que pretende ser tanto social (adoção de padrões de comportamento, atitudes, etc.) quanto biológica (o branqueamento). Neste caso, elementos da ideologia racial do branco são incorporados pelo negro e mulato, os quais se refletem na luta pelo “melhoramento” da raça — o mito da branquidade. Evidentemente, técnicas diversas são utilizadas para a consecução dos fins daqueles que se decidem pela

integração. Uns querem integrar-se sem ser percebidos, enquanto que outros pretendem tal objetivo ostensivamente, com anuência do branco.

b) Outra componente da ideologia racial do negro e mulato liga-se à luta pela ascensão social e econômica. São multiformes essas tentativas. As técnicas mais utilizadas implicam em atividades políticas e esportivas ao lado de brancos, inter-casamento, aquisição de novas profissões, mentalidade de poupança, comportamento puritano, convivência com brancos de categoria social mais elevada, dissimulação da "raça" e, principalmente, aquisição de instrução.

c) Finalmente, outra orientação da ideologia do negro e mulato diz respeito aos ideais de segregação, defendidos por pequeno número de indivíduos, particularmente os negros da "velha guarda" do "grupo de côr", os quais se encontram nas camadas mais baixas da população. Além de terem tido experiências dramáticas no passado, encontram-se ainda envolvidos no processo da integração social. Note-se que êsses ideais de segregação são sintomas de uma situação de contacto onde se encontram alguns focos permanentes de tensão.

Em resumo, a análise da ideologia racial dos negros e mulatos mostra-nos que ela possui um caráter fundamental, comum às diversas polarizações: destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, onde se defrontam com brancos, seja em face dos círculos de convivência social, seja quando consideramos os níveis da estrutura social. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento inter-racial herdados do passado e vigentes numa comunidade dominada pelo branco. Conseqüentemente, pode ser definida como uma *ideologia de compromisso*. Mesmo em face

das tensões decorrentes das condições de ajustamento inter-racial êsse caráter se manifesta, pois ela permite aos negros e mulatos comportarem-se de modo a ajustar-se aos padrões sócio-culturais da comunidade, inclusive àqueles herdados do passado. Dadas as condições de existência inter-racial a que ela se destina, a ideologia do negro e do mulato é uma ideologia de compromisso. Destina-se a orientar o comportamento do “indivíduo de côr”, no sentido da sua integração e ascensão sociais. Compreende, por isso, um conjunto de concessões que são oferecidas em troca das conquistas sociais que representam a possibilidade de infiltrar-se ou ascender a grupos dominados por brancos. Essa ideologia se compõe de elementos destinados, particularmente, a permitir concessões, comportando o ajustamento a situações de convivência em que domina o branco. Nesse sentido, o *ideal de branqueamento* é um dos melhores exemplos para a compreensão dêsse caráter da ideologia do negro e do mulato.



TERCEIRA PARTE



CONCLUSÕES

A fim de apresentarmos uma visão de conjunto dos aspectos relevantes da análise efetuada, vejamos as conclusões a que pudemos chegar, discutindo algumas questões gerais, que ficaram implícitas ou esboçadas no decorrer da explanação.

Em Florianópolis a acomodação inter-racial entre negros, brancos e mestiços está organizada, aproximadamente, em tórno de uma *dicotomia*. As atitudes, as opiniões e os padrões de comportamento, que revelam a intensidade e a natureza da discriminação racial encontrada na comunidade, estão polarizados em tórno de focos distintos, conforme se referam aos negros e mulatos ou aos brancos. A côr da pele, pois, é um símbolo que evidencia diversos complexos de padrões de comportamento inter-racial. Entretanto, essa bipolaridade não é produto da situação de contacto conforme ela se apresenta atualmente. Vários caracteres seus provêm do regime escravocrata, quando as condições de acomodação inter-racial eram reguladas por um regime de castas e estamentos sociais.

No passado da sociedade local, desenvolveram-se padrões de comportamento determinados pelas condições de existência inter-racial de uma ordem social escravocrata. Algumas instituições, tais como aquelas ligadas à vida doméstica, recreativa, etc., emergiram nesse período. A maioria delas, contudo, se não nasceu na época colonial ou imperial, teve, como a família por exemplo, caracteres seus redefinidos em função das condições de existência, ativa ou passiva, do "elemento de côr". O negro escravo ou livre foi, portanto, um fator atuante nos processos sociais. Considerado como sendo inferior social, cultural e juridicamente, dada a sua condição

de escravo ou de indivíduo ligado de algum modo ao grupo escravo, verificou-se a emergência de representações coletivas que possibilitavam a sua avaliação negativa, ou de forma diversa dos brancos. É êsse quadro que está na base de certas formas de ajustamento inter-racial encontradas no presente, e explica a manutenção, em algumas instituições sociais, de padrões de comportamento elaborados no passado. Em certos casos, mesmo quando os padrões herdados do passado já não têm plena vigência, e estão sendo substituídos por outros, sua manifestação e seus efeitos na vida social ainda se fazem sentir.

O *baile* e a *família* dos brancos, que são, na comunidade estudada, os dois núcleos onde mais arraigados se encontram os padrões de comportamento inter-racial elaborados no passado, são impenetráveis ao "indivíduo de côr". Isto se explicaria, conforme vimos, porque êsses círculos de convivência social estão intimamente ligados à preservação da ordem social e econômica. Desde o passado a família, por exemplo, é o núcleo de atribuição de status ao indivíduo. Além disso, êsses núcleos compreendem instituições sociais que se transformam lentamente. E no caso da comunidade em questão, o período de tempo decorrido do passado escravocrata ao presente é muito pequeno, conforme já explicamos na introdução dêste trabalho. Além da dinâmica interna das instituições, que apresentam um ritmo relativamente lento de desenvolvimento, devemos considerar que a própria comunidade se transforma lentamente.

Pode-se, entretanto, objetar que outros círculos de convivência social não apresentam um quadro semelhante. O trabalho, neste caso, parece totalmente diverso, como foco de relações raciais. Mostramos que no passado, apesar da existência do trabalho livre ao lado do trabalho escravo, as relações de trabalho se organizaram segundo as condições típicas do regime escravocrata,

enquanto que no presente surgem outras formas de ajustamento inter-racial nessas mesmas relações. Os padrões tradicionais estão sendo abandonados e outros vão sendo elaborados e incorporados, baseados no trabalho livre e na organização capitalista da economia. Esta nova situação, entretanto, é devida às transformações mais intensas sofridas por êsse setor da ordem social nos últimos vinte anos. Com a evolução da estrutura econômica o trabalho assalariado substituiu integralmente o trabalho escravo. Além disso, novos contingentes humanos ingressaram no mercado de trabalho. Assim, o trabalho em geral foi paulatinamente revalorizado, tanto do ponto de vista do branco, como do negro e do mulato.

Mas é através da ideologia racial do branco, por um lado, e da ideologia racial do negro e do mulato, por outro, que se manifesta com maior clareza o que chamamos dicotomia social, desenvolvida à base da composição "racial" da comunidade.

O caráter fundamental da ideologia racial do branco está ligado a essa dualidade, que revela um dos seus aspectos marcantes. Conforme vimos no capítulo IV, brancos representam os negros e os mulatos, sistematicamente, como portadores de atributos negativos. Aliás, os negros e os mulatos são considerados como os próprios responsáveis pelas posições inferiores e socialmente desvalorizadas que ocupam na comunidade. Assim, a presente distribuição de status, segundo os grupos raciais, não se deveria à predominância econômica e social do branco, mas à incapacidade do negro e do mulato para competirem com os brancos em condições de livre concorrência. Conseqüentemente, dever-se-ia procurar nos próprios negros e mulatos a causa de seu insucesso na "luta pela vida". O seu intenso "complexo de inferioridade", em particular, seria responsável pela atual situação.

Em suma, a ideologia racial do branco visa promover ou facilitar o seu ajustamento e predomínio, em situações sociais surgidas habitualmente, nas relações com os negros e os mulatos. Em outras palavras, ela opera, efetivamente, interferindo nas formas de ajustamento do branco quando em contacto com "indivíduo de côr". Entretanto, essa regra não é geral. O fato do mulato encontrar-se em ascensão na estrutura sócio-econômica da comunidade, provoca reajustamentos na ideologia racial do branco, principalmente nas esferas em que os padrões tradicionais não promovem o peneiramento do "indivíduo de côr". Por isso, as flutuações dessa ideologia, em face do mulato, estão orientadas no sentido de uma redefinição da mesma diante das novas condições de existência inter-racial.

Por outro lado, para a compreensão da ideologia racial do negro e do mulato, é fundamental levar-se em conta que ela se organiza em função de duas ordens de fatores: em primeiro lugar, as formas de comportamento do branco; em segundo lugar, a ideologia racial dêste. Em outras palavras, as condições de acomodação inter-racial na comunidade investigada refletem-se nas concepções que os negros e os mulatos fazem dos brancos e de si próprios. Essas condições são responsáveis pela auto-concepção de status e papéis sociais dos negros e dos mulatos. Em conseqüência da sua posição na trama das relações sociais, êles são fortemente influenciados e marcados pelo tratamento recebido e pela concepção que os brancos formam a seu respeito. É por isso que a interação dos negros, mulatos e brancos leva os "indivíduos de côr" a uma definição mental da sua própria situação no mundo sócio-cultural da comunidade. Conseqüentemente, a ideologia racial do negro e do mulato deve ser definida como uma contra-ideologia. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento inter-racial, herdados do

passado e vigentes em uma ordem social dominada pelo branco. Mas permite, ainda, aos negros e mulatos, comportarem-se de modo a ajustar-se, tanto às situações onde operam os padrões tradicionais, como àquelas onde surgem formas novas de interação. Em outras palavras, no presente ela assumiu a conotação de uma ideologia de compromisso, já que se orienta no sentido de facilitar a integração e ascensão sociais a posições ou papéis sociais considerados como apanágio (ou mesmo prerrogativa de fato) dos brancos.

Resumindo, na comunidade estudada as atitudes, as opiniões e os padrões de comportamento inter-racial flutuam de acôrdo com os grupos raciais e em função da intensidade de convivência exigida pelas situações sociais, seja no plano da estrutura social, seja no da organização social. Por isso, o preconceito racial tende a agravar-se nas “áreas de tensão”, ou seja, nos focos onde outros processos sociais, tais como a industrialização e a formação de classes sociais provocam a emergência de inconsistências culturais. Entretanto, o preconceito racial manifesta-se, em diversos círculos de convivência social, conforme os padrões de interação racial elaborados no passado escravocrata, quando as posições do branco, de um lado, e as dos negros e dos mulatos, por outro lado, eram assimétricas. Em certos casos, êsses padrões tradicionais operam no peneiramento dos negros e dos mulatos, sendo, portanto, essenciais à compreensão e explicação do preconceito racial.

A distância que separa os valores grupais, que se revelam na análise das ideologias, e o comportamento efetivo dos indivíduos em situações sociais, é um fato que pode ser explicado sociolôgicamente. Conforme vimos no decorrer da exposição, em alguns pontos da descrição do processo social investigado encontramos diante de elementos da realidade social aparentemente isolados uns dos outros. A pesquisa, entretanto, procurou levar em

conta um segmento suficientemente amplo do desenvolvimento histórico-social da comunidade, de tal modo que fosse possível reconstruir os aspectos típicos do fenômeno. A investigação sociológica foi conduzida de modo a realizarmos uma integração teórica dos elementos focalizados. Dêste modo, pudemos aprofundar a análise, procurando verificar por que razão alguns elementos do processo social investigado não se apresentavam encadeados dinamicamente.

O conhecimento da situação de contacto racial em Florianópolis revela-nos que o ritmo da dinâmica interna da sua estrutura sócio-econômica tem influído no ritmo de transformação do preconceito racial. Vimos, também que o desenvolvimento desigual, ocorrido nos diversos setores dessa estrutura, determinou flutuações na intensidade do preconceito e na sua maneira de operar, conforme o círculo de convivência social considerado. Portanto, o estado atual das relações entre negros, mulatos e brancos apresenta caracteres que sòmente podem ser compreendidos quando focalizados em conexão com o conhecimento da sucessão de configurações típicas da estrutura e da organização sociais da comunidade. Nesse sentido, o próprio preconceito racial, considerando-se as condições de acomodação descritas, pode ser encarado como um processo social que atingiu uma configuração típica no presente, dado o fato de ter-se desenvolvido, desde o passado, segundo fatôres determinados e constantes também em outras comunidades brasileiras. Em outras palavras, o preconceito racial não é independente da sociedade inclusiva. Êle emerge, opera e transforma-se em conexão com a estrutura sócio-econômica em que se inscreve.

Finalmente, há outro aspecto do fenômeno investigado que pode ser posto em relêvo. Queremos chamar a atenção para a importância teórica que o estudo realizado tem para o conhecimento dos processos ligados

às condições de ajustamento inter-racial nas comunidades do Brasil Meridional e na sociedade brasileira, como um todo. O fato de encontrarmos-nos diante de uma comunidade que guarda ainda muitos traços das comunidades tradicionais brasileiras, permite o alargamento das nossas considerações sobre alguns resultados positivos da investigação realizada. O desenvolvimento histórico-social da sociedade brasileira e as condições de organização dos núcleos urbanos no país, particularmente no sul, tornam relevantes alguns resultados do estudo realizado.

De um lado, a comunidade escolhida apresenta peculiaridades comuns ao Brasil Meridional. Sabemos que não se desenvolveu em Florianópolis a grande exploração de produtos tropicais, como no nordeste açucareiro ou como nas fazendas paulistas de café, que exigia extensa população escrava. Em Florianópolis, como em outras comunidades do sul, predominou, no passado, uma economia regional e, principalmente, local, desenvolvida à base da pequena propriedade. Por isso, o regime escravocrata não teve a extensão e a intensidade alcançadas nas outras áreas do país. Ao contrário, nos setores fundamentais da economia ele foi praticado em escala restrita. Apesar disso, mostramos como a discriminação racial operava rigorosamente com relação aos negros e seus descendentes mestiços, tanto sob a forma de discriminação econômica como social ou legal. Dois aspectos dessa situação peculiar precisam ser evidenciados nessas conclusões. Em primeiro lugar, o fato de que a discriminação racial, numa comunidade pobre cuja economia não assentava basicamente no trabalho escravo, assumiu formas similares àquelas que vigoravam nas áreas do Brasil onde existia a grande propriedade de base escravocrata, demonstra que os padrões de ajustamento inter-racial de uma comunidade que se insere numa organização social e política de base nacional,

só podem ser explicados a partir da análise da sociedade inclusiva. Mas, por outro lado, quando existem peculiaridades nas formas de manifestação e na intensidade da exteriorização da discriminação, essas precisam ser explicadas pelas condições inerentes à organização social da comunidade investigada. Neste caso, as funções sociais exercidas pela discriminação podem sofrer reelaborações específicas, cuja compreensão depende da análise da sociedade local. Mostramos que em Destêrro certos aspectos da discriminação racial assumiam, por assim dizer, uma conotação simbólica profunda. Como as diferenças de posição entre negros e brancos na estrutura ocupacional da comunidade não eram tão grandes quanto as existentes nas áreas da "grande propriedade" escravocrata, e como, por outro lado, prevaleciam no sistema de acomodações inter-raciais valores e padrões elaborados naquelas áreas, a intensidade da rejeição social do negro e do mulato era muito grande e as regras de exclusão social contra eles manifestavam-se vigorosamente, chegando mesmo a ser formalizadas legalmente, e eram sempre controladas de maneira estrita pela comunidade.

Em segundo lugar, numa comunidade do tipo de Destêrro, a discriminação que se exercia primeira e naturalmente quanto ao *escravo* transferia-se plenamente para os *negros em geral* e seus descendentes *mestiços*. Este processo, que existiu em todo o Brasil, era possível por causa da seleção de certos caracteres físicos como elementos capazes de justificar uma desigualdade social em termos da existência de uma desigualdade natural. Mas, em Destêrro, por causa da coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo e da inexistência de condições materiais que possibilitassem a emergência de um estilo de vida senhorial, a *desigualdade natural* entre negros e brancos sempre foi enfatizada vigorosamente, como uma espécie de elemento compensatório da pequena

diferença nas condições sociais de produção entre os negros e os brancos: ambos produziam de *motu proprio* os meios necessários à sobrevivência. Dessa forma a discriminação que o *senhor* exercia sobre o seu *escravo*, pôde transformar-se na discriminação dos *brancos*, ainda que pobres, sobre os *negros em geral*, ainda que livres. É a discriminação racial pôde preservar-se mais facilmente depois da Abolição porque esta não extinguiria, obviamente, nenhuma “desigualdade natural”. Somente as transformações da estrutura econômica da comunidade no sentido da organização capitalista poderiam criar condições de vida que levassem a alterar o sistema de acomodação inter-racial, e essas só recentemente começaram a operar. Esses fatores histórico-sociais são responsáveis por alguns dos caracteres fundamentais da situação de contacto inter-racial vigente na atualidade em comunidades dessa região.

Por outro lado, a forma de contacto encontrada em Florianópolis pode ser considerada como uma configuração típica em relação a certos estágios do desenvolvimento da sociedade brasileira, pois a comunidade mantém diversos caracteres da antiga ordem social estruturada à base de padrões sócio-culturais luso-brasileiros elaborados no período escravocrata. Aliás, também sob esse aspecto, ela pode ser considerada como um caso típico, já que o seu patrimônio sócio-cultural é essencialmente luso-brasileiro, mantendo esse caráter no presente. Por conseguinte, a situação descrita é importante para a análise objetiva de processos que ocorreram, em situações e condições similares, no passado, e que não se encontram mais em algumas comunidades brasileiras, as quais presentemente já ultrapassaram o estado em que Florianópolis se encontra, econômica e socialmente.

APÊNDICE

TABELAS (1)

TABELA I — Estereótipos desfavoráveis

(Conforme 552 estudantes brancos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
Malandro, farrista, preguiçoso...	39	35	26	100
Brigão, desordeiro, vingativo...	48	34	18	100
Beberrão, cachaceiro, alcoólatra.	60	26	14	100
Submisso, serviçal, humilde....	68	30	2	100
Falso, desonesto, ladrão.....	34	37	29	100
Boçal, ignorante, analfabeto....	59	33	8	100
Mal cheiroso, sujo, anti-higiênico	73	27	—	100
Desconfiado, complexo de inferioridade.....	68	32	—	100
Macumbeiro, supersticioso.....	70	30	—	100
Feio.....	69	31	—	100
Preconceito, complexo de superioridade.....	—	—	100	100
Mestiço (espúrio).....	—	100	—	100
Quer fazer-se de branco, inveja do branco.....	—	100	—	100
TOTAL.....	47	34	19	100

TABELA II — Estereótipos favoráveis

(Conforme 552 estudantes brancos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
Trabalhador, esforçado.....	45	26	29	100
Honesto, sincero.....	33	20	47	100
Esportista, futebolista.....	54	30	16	100
Sambista, músico, bom no ba- tuque.....	63	34	3	100
Inteligente, estudioso.....	17	17	66	100
Orgulhoso, vaidoso.....	12	20	68	100
Corajoso, valente, ágil.....	56	44	—	100
Alegre, divertido, brincalhão....	46	41	13	100
Dentes brancos, boa denteição..	100	—	—	100
Religioso, caridoso.....	22	26	52	100
Empreendedor, progressista.....	—	—	100	100
Personalidade, distinção.....	—	—	100	100
Asseado, limpo, higiênico.....	—	—	100	100
TOTAL.....	34	23	43	100

TABELA III — Estereótipos favoráveis

(Conforme 552 estudantes brancos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
<i>Atributos relativos às atividades psico-motoras</i>				
Trabalhador, esforçado.....	45	26	29	100
Esportista, futebolista.....	54	30	16	100
TOTAL.....	47	27	26	100
<i>Atributos morais</i>				
Honesto, sincero.....	33	20	47	100
Orgulhoso, vaidoso.....	12	20	68	100
Religioso, caridoso.....	22	26	52	100
TOTAL.....	26	20	54	100
<i>Atributos intelectuais</i>				
Inteligente, estudioso.....	17	17	66	100
TOTAL GERAL..	30	20	50	100

TABELA IV — Estereótipos desfavoráveis

(Conforme 552 estudantes brancos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
<i>Atributos relativos às atividades psico-motoras</i>				
Brigão, desordeiro, vingativo.	48	34	18	100
Beberrão, cachaceiro, alcoólatra	60	26	14	100
TOTAL.....	53	31	16	100
<i>Atributos morais</i>				
Submisso, serviçal, humilde...	68	30	2	100
Falso, desonesto, ladrão.....	34	37	29	100
Macumbeiro, supersticioso....	70	30	—	100
TOTAL.....	49	34	17	100
<i>Atributos intelectuais</i>				
Boçal, ignorante, analfabeto..	59	33	8	100
TOTAL GERAL.. .	55	30	15	100

TABELA V — Estereótipos desfavoráveis

(Conforme 20 estudantes mulatos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
Submisso, serviçal, humilde...	78	22	—	100
Mestiço, meio terno, não é branco nem preto.....	—	100	—	100
Malandro, farrista, preguiçoso...	50	19	31	100
Brigão, desordeiro, vingativo...	25	50	25	100
Beberrão, cachaceiro, alcoólatra.	43	36	21	100
Falso, desonesto, ladrão.....	67	11	22	100
Desconfiado, complexo de inferioridade.....	67	33	—	100
Sem religião.....	—	100	—	100
Preconceito, complexo de superioridade.....	—	—	100	100
TOTAL.....	44	30	26	100

TABELA VI — Estereótipos favoráveis

(Conforme 20 estudantes mulatos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
Trabalhador, esforçado.....	33	38	29	100
Honesto, sincero.....	40	40	20	100
Esportista, futebolista.....	42	25	33	100
Sambista, músico, bom no ba- tuque.....	100	—	—	100
Inteligente, estudioso.....	21	38	41	100
Religioso, caridoso.....	17	17	66	100
Bom artista.....	—	—	100	100
Não tem complexos.....	—	—	100	100
TOTAL.....	30	33	37	100

TABELA VII — Estereótipos favoráveis

(Conforme 20 estudantes mulatos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
<i>Atributos relativos às atividades psico-motoras</i>				
Trabalhador, esforçado.....	33	38	29	100
Esportista, futebolista.....	42	25	33	100
TOTAL.....	36	33	31	100
<i>Atributos morais</i>				
Honesto, sincero.....	40	40	20	100
Religioso, caridoso.....	17	17	66	100
TOTAL.....	33	33	34	100
<i>Atributos intelectuais</i>				
Inteligente, estudioso.....	21	38	41	100
TOTAL GERAL...	28	36	36	100

TABELA VIII — Estereótipos desfavoráveis

(Conforme 20 estudantes mulatos)

VERBALIZAÇÕES	NEGRO	MULATO	BRANCO	TOTAL
<i>Atributos relativos às atividades psico-motoras</i>				
Brigão, desordeiro, vingativo.	25	50	25	100
Beberrão, cachaceiro, alcoólatra.....	43	36	21	100
TOTAL.....	34	42	24	100
<i>Atributos morais</i>				
Malandro, farrista, preguiçoso	50	19	31	100
Submisso, serviçal, humilde..	78	22	—	100
Falso, desonesto, ladrão.....	67	11	22	100
TOTAL.....	61	18	21	100
TOTAL GERAL.....	50	29	21	100

TABELA IX — Resultado geral das respostas dos 552 estudantes brancos. Situações em que não gostariam de encontrar o negro e o mulato, conforme o item 4 do questionário.

SITUAÇÃO	NEGRO	MULATO
Escola.....	19	14
Vizinhança.....	34	26
Clube de remo.....	19	16
Clube de futebol.....	14	13
Cinema.....	32	23
Baile.....	76	64
Família.....	89	87

4 - Marque com um X os lugares nos quais você não gostaria de encontrar:

Escola
 Vizinhança
 Clube de remo.....
 Clube de futebol.....
 Cinema ..
 Baile.....
 Família

Pre-tos	Mu-latos	Bran-cos
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5 - Diga *sim* ou *não*:

- Você gostaria de casar com.....
- Você se incomodaria que seu amigo(a) casasse com.....
- Você se incomodaria que sua irmã casasse com.....
- Você se incomodaria que seu irmão casasse com.....

Pre-to	Mu-lato	Bran-co
.....
.....
.....
.....
.....

6 - Dê os caracteres físicos do:

- Quanto à forma do nariz.....
- Quanto ao formato da boca.....
- Quanto ao tipo do cabelo.....
- Quanto à cor da pele.....

Pre-to	Mu-lato	Bran-co
.....
.....
.....
.....
.....

7 - Indique, pela ordem de importância, quais são os caracteres, entre os que você apontou na pergunta anterior, que distinguem:

	O branco do mulato	O mulato do preto
1.º)
2.º)

NOTAS

Introdução

(1) Cf. CAIO PRADO JUNIOR, *História Econômica do Brasil*, 3.ª edição, São Paulo, 1953, págs. 22-23; também Celso Furtado, *A Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1954, págs. 71-72.

(2) FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, RENATO JARDIM MOREIRA e OCTAVIO IANNI, *O Estudo Sociológico das Relações entre Negros e Brancos no Brasil Meridional*, Comunicação à I Reunião Brasileira de Antropologia, realizada em Salvador, Bahia, 1955.

(3) Entre as comunidades escolhidas, Pelotas e Curitiba apresentam, respectivamente, o maior e o menor coeficiente de indivíduos "de cor" na sua população.

(4) Veja-se a caracterização no capítulo I.

(5) De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil, de 1950, realizado pelo IBGE, o município de Florianópolis tinha nessa data em sua população total cerca de 7% de negros e 2% de mulatos. Entretanto, nas escolas secundárias da cidade de Florianópolis encontramos menos de 4% de alunos mulatos e menos de 1% negros.

(6) Neste trabalho utilizaremos o conceito sociológico de *raça* conforme é definido por ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES: "... a "raça" apenas fornece os atributos que são selecionados e imputados socialmente a determinados sujeitos, em determinadas condições de existência social; ela não é representada, nem sequer ficticiamente, como uma "substância" do preconceito racial. Em outras palavras, nela se encontram as matérias primas do preconceito racial, isto é, dos estereótipos, dos símbolos sociais, dos padrões de comportamento e das práticas coletivas que, em cada sociedade (e em cada época histórico-social na evolução de cada sociedade), constituem o que se entende sociologicamente por preconceito racial. As causas e o modo de elaboração dessas matérias primas estão na "sociedade" — não nas "raças". Citação extraída de *O Preconceito Racial em São Paulo*, Projeto de Estudo, edição do Instituto de Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, da USP, publicação n.º 118, São Paulo, Abril de 1951, págs. 23-24; veja-se a elaboração empírica deste conceito no capítulo "Cor e Estrutura Social em Mudança", de FLORESTAN FERNANDES,

in *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, de ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, Editora Anhembi, São Paulo, 1955, especialmente págs. 91-92.

(7) Conforme o conceito de *ideologia racial* de CHARLES S. JOHNSON: "The traditions of racial segregation and the complex codes regulating social contact between the races are given meaning by the attitudes, sentiments, beliefs, and opinions of the dominant society. Together these constitute a dynamic racial orthodoxy or ideology which rationalizes the race system and provides a philosophical bulwark for it. In its total effect the ideology defines the color line more certainly than either the laws or the customs. It is in this sphere that we must seek the explanation of the behavior of whites in their social relations with Negroes". In *Patterns of Negro Segregation*, New York, 1943, pág. 194; também Lewis C. Copeland "The Negro as a Contrast Conception", in *Race Relations and the Race Problem*, editado por Edgar T. Thompson, cap. VI, págs. 160 e 166.

(8) De acordo com ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, *O Preconceito Racial em São Paulo*, *op. cit.*, são manifestações do preconceito racial "tôdas as exteriorizações regulares do comportamento humano e tôdas as objetivações sociais, que resultam ou conduzem a estereótipos (ou representações coletivas) baseados na crença de que as diferenças raciais, reais ou imaginárias, são as causas eficientes da desigualdade psíquica e social dos seres humanos"; pág. 11.

(9) Focos de coalescência social surgidos com a industrialização e a formação das classes sociais.

(10) Neste total não estão incluídos 20 alunos mulatos. Lembramos aqui que êstes e aquêles (20 mais 552) foram o total dos alunos encontrados nas escolas, quando aplicamos o questionário. O total das matrículas nos diversos cursos focalizados, contudo, eleva-se acima dêsse, de 15% a 20%, conforme a escola.

(11) Consideramos como pertencentes à *classe baixa* aqueles que se dedicam a atividades tais como as de pedreiro, estivador, marinheiro, oleiro, curtidor, etc.; na *classe média* incluímos os bancários, comerciários, funcionários públicos não categorizados, etc.; finalmente, os profissionais liberais, industriais, comerciantes, oficiais do exército e da marinha, etc. foram considerados da *classe alta*. Esta classificação é operacional, tendo sido elaborada a partir de dados obtidos na própria comunidade, e destinando-se apenas a esquematizar a sua estrutura social.

(12) Entendemos *comportamento efetivo* como equivalente de "overt reactions" ou "overt behavior".

Capítulo I

(1) Cf. CARDOSO, FERNANDO HENRIQUE, RENATO JARDIM MOREIRA e OCTAVIO IANNI, *O Estudo Sociológico das Relações entre Negros e Brancos no Brasil Meridional*, op. cit.

(2) FERNANDES PINHEIRO, JOSÉ FELICIANO (Visconde de São Leopoldo), *Anais da Província de S. Pedro*, 3.^a edição, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946, pg. 316 (edição à base da 2.^a edição de 1839).

(3) IDEM, pg. 14. Abandonadas pelos expedicionários que lá haviam ficado, porém não desabitado, pois que nela permaneceria a gente de Dias Velho.

(4) TAUNAY, Affonso de E., *História Geral das Bandeiras Paulistas, escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses*, tomo oitavo, Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 1946, pg. 436.

(5) CABRAL, Oswaldo R., *Os Açorianos, s/c/p/*, Florianópolis, 1951, pg. 10.

(6) BORGES FORTES, João, *Casais*, ed. comemorativa do Centenário Farroupilha, Pôrto Alegre, 1932, pg. 91.

(7) Cf. TAUNAY, Affonso de E., op. cit., capítulo XV e XVI.

(8) *Idem*, pg. 432.

(9) MIGUEL DE BRITO, Paulo Jozé, *Memoria Política sobre a Capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816* (reimpressão da edição de 1829 feita em Lisboa), Sociedade Literaria Biblioteca Catharinense, Livraria Central, Florianópolis, 1932, pg. 14.

(10) BASTIDE, Roger e FERNANDES FLORESTAN, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, Editora Anhembi, São Paulo, 1955, pg. 21.

(11) Cf. BASTIDE e FERNANDES, op. cit., pg. 19.

(12) A respeito do número de escravos indígenas nas bandeiras que se deslocaram para o Sul, é preciso considerar que, as informações de Brito parecem ser exageradas. Veja-se o que diz a esse respeito TAUNAY, op. cit., pg. 369.

(13) Cf. TAUNAY, op. cit., pg. 377.

(14) Se considerarmos o período do início do século dezoito, a documentação existente é conclusiva sobre a existência de escravos tanto indígenas quanto negros. O dr. JACINTHO MATTOS,

consultando os termos de casamento da Matriz de N. S. do Destêrro (o primeiro datado de 7-1-1714) constatou que: "Escravos havia "gentio", de Guiné, Macau, Mina, Benguella, etc." e que mais ou menos nessa época os homens que habitavam a Ilha eram "relativamente abastados, senhores de escravos, devendo constituir, com êstes, a população de então". Êsses textos foram extraídos de um artigo do referido autor, "Material Histórico", in *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, vol. VII — 1918, 1.º trimestre, Estado de Santa Catharina, Florianopolis, 1918, respectivamente pgs. 72 e 73.

(15) M. FREZIER, *Relation du Voyage de la mer du sud aux côtes du Chili, du Perou, et du Bresil, fait pendant les anées 1712, 1713 & 1714, par M. Frezier, Ingénieur Ordinaire du Roi*, Paris, MDCCXVI, p. 38.

(16) Quanto à escolha da Ilha para localização do povoado de N. S. do Destêrro parece que se prende a considerações estratégicas, na defesa contra o ataque dos indígenas. É o que se depreende da informação prestada por Gonçalves de Aguiar, em 1721, ao governador do Rio de Janeiro: "na terra firme, na ponta do estreito algum tempo estêve a primeira povoação e por causa do gentio bravo que então ali havia, a passaram para a Ilha". Citação essa extraída de AFFONSO TAUNAY, *op. cit.*, pg. 368.

(17) In TAUNAY, *op. cit.*, pg. 368.

(18) TAUNAY, *idem*. Quanto à atividade exercida pelos povoadores dêsse período há dados tanto em Taunay quanto em Boiteux (ver a indicação bibliográfica adiante) que mostra haver criação de gado e amanho da terra pelos povoadores e seus escravos; êsses, na maioria índios, como se pode verificar pelo testamento do povoador, já referido. Não nos vamos, porém, ocupar com a análise da economia da Ilha senão a partir do século dezoito, quando a ocupação do solo foi constante.

(19) CABRAL, Oswaldo, *op. cit.*, pg. 10.

(20) FERNANDES PINHEIRO, *op. cit.*, pg. 316.

(21) Cf. TAUNAY, *op. cit.*, pg. 381 e Cabral, *op. cit.*, pg. 11.

(22) FREZIER, *op. cit.*, pg. 38.

(23) Cf. TAUNAY, Affonso de E., *Santa Catharina nos Annos Primevos*, Typ. "Diário Official", São Paulo, 1931, pg. 32.

(24) Cf. TAUNAY, *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo oitavo, pg. 426.

(25) TAUNAY, *idem*, pg. 458.

(26) A povoação localizara-se primeiramente em "terra firme". Como já dissemos, sua transferência para a Ilha deveu-se, princí-

palmente, a considerações estratégicas e foram considerações da mesma ordem que levaram Silva Paes a escolhê-la como ponto a ser fortificado.

(27) O Brigadeiro Silva Paes desembarcou na Ilha a 19-2-1737; a respeito da transferência de famílias de oficiais ver ALMEIDA COELHO, Manoel Joaquim d', *Memoria Historica da Provincia de Santa Catharina*, Typ. de J. J. Lopes, Santa Catharina, 2.^a edição, 1877, pg. 19 e também CABRAL, *op. cit.*, nota 28 e 81.

(28) Já em 1732 houve um recrutamento como aponta OSWALDO CABRAL, *Santa Catharina (História - Evolução)*, Col. "Brasiliana", vol. 80, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937, pg. 79. Depois desse os recrutamentos sucederam-se amiúde durante todo o século.

(29) Não há nenhuma caracterização sistemática dos aglomerados humanos no Novo Mundo. Pensamos inicialmente em considerar Destêrro como uma vila-bastilha. Pareceu-nos, entretanto, que a denominação de *povoação militar*, por ter uma conotação menos específica que a de vila-bastilha (utilizada por autores que analisaram a formação dos aglomerados urbanos europeus) seria mais adequado para a caracterização de uma concentração humana do tipo de Destêrro.

(30) Há divergência a respeito do número exato de levas e do total de imigrantes açorianos trazidos para o Brasil, bem como quanto ao período de sua chegada. Parece, entretanto, segundo análise feita por CABRAL no já referido *Os Açorianos*, que de 1749 a 1756 deverão ter sido transportados, em números redondos, 4.500 açorianos para o Brasil.

(31) A esse respeito, Cf. CAIO PRADO JÚNIOR, *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense Limitada, 3.^a edição, São Paulo, 1953, pg. 96.

(32) De resto, analisado ampla e sólidamente por CABRAL na obra já citada.

(33) Cf. OSWALDO CABRAL, *Os Açorianos*, os dois primeiros e o último capítulo, e especialmente pg. 35.

(34) Carta do Marquês do Lavradio, de 23 de abril de 1778, in CABRAL, *op. cit.*, pg. 54.

(35) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 13, e também ALMEIDA COELHO, *op. cit.*, pg. 13.

(36) Ver abaixo a nota 42.

(37) In CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 49.

(38) In VISCONDE DE PORTO SEGURO, *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*, Companhia

252 — *Côr e mobilidade social*

Melhoramentos de São Paulo, 3.^a edição integral, s/d/p/, tomo quarto, pg. 255.

(39) Segundo se depreende da descrição da luta travada em Santa Catarina contra os espanhóis feita no já citado livro do Visconde de Porto Seguro.

(40) CABRAL, Oswaldo, *Os Jutzes de Fora (Nossa Senhora do Destêrro)* sce, s.l.p., 1950, pg. 24.

(41) CABRAL, *idem, idem*.

(42) PERNETTY (dom), *Journal historique d'un voyage fait aux îles Malouines en 1763 et 1764, pour les reconnaître, et y former un établissement; et de deux voyages au détroit de Magellan, avec une relation sur les Patagous*, Berlin, E. T. de Bordeaux, 1769, 2 vol. in 8, vol. I, pg. 140.

(43) PERNETTY, *idem*, pg. 144.

(44) Não cuidamos aqui da salga de peixe porque essa atividade desenvolveu-se no Continente e não na Ilha. Foi sobretudo na Laguna que se processou, em escala apreciável, o aproveitamento do peixe pela salga. A êsse respeito cf. TAUNAY, *op. cit.*, pg. 429.

(45) A respeito das armações há documentação relativamente farta e segura. Notícia sucinta dessa atividade é fornecida por BOITEUX, Lucas, "A pesca da Baleia", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina*, vol. III, 1.^o e 2.^o trimestres, Florianópolis, 1914, pg. 3-12.

(46) SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem à Província de Santa Catharina* (1820), tradução e prefácio de Carlos da Costa Pereira, vol. 58 da Col. Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936, pg. 132.

(47) BOITEUX, Lucas, *op. cit.*, pg. 5.

(48) *Idem, idem*, pg. 6.

(49) *Idem, idem*, pg. 7.

(50) *Idem, idem*, pg. 7.

(51) MIGUEL DE BRITO, Paulo Joze, *op. cit.*, pg. 104.

(52) BOITEUX, Lucas, *op. cit.*, pg. 7.

(53) *Idem, idem*, pg. 6.

(54) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 136.

(55) *Idem, idem*, pg. 136.

(56) *Idem, idem*. Êsse A. fez uma descrição minuciosa do processo da pesca e do aproveitamento das baleias.

(57) Refiro-me aqui ao importante documento de autoria de MELLO E ALVIM, Miguel de Souza, "A Pesca da Baleia em Santa Catharina, Memoria sobre a maneira de poder a nação tirar o

maior interesse para os Cofres Nacionais, recursos para o Serviço da Marinha de Guerra, e vantagem para a Prosperidade Publica, das Armaçoens da Pescaria das Baleias, existentes na provincia de Santa Catharina”, *Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina*, vol. III, 1914, pgs. 86-93.

(58) MELLO E ALVIM, *op. cit.*, pgs. 88-89.

(59) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pgs. 198-199. Miguel de Brito, na obra já referida, dá indicações preciosas a êsse respeito também, esp. pg. 104.

(60) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 55.

(61) Carta do Marquês de Lavradio ao governador Veiga Cabral de 23-4-1778, in, CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 55.

(62) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 55.

(63) AIRES DE CASAL, *Corografia Brasileira*, Instituto Nacional do Livro, coleção de obras raras, edição *fac-simile* da de 1817, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947, pg. 194.

(64) CABRAL, *Os Juizes de Fora, N. S. do Destêrro*, pg. 24.

(65) Êsses dados serão expostos adiante.

(66) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 69.

(67) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pgs. 146-147.

(68) *Idem*, pg. 199.

(69) AIRES DE CASAL, *op. cit.*, pg. 194.

(70) As informações sôbre a população de Destêrro no século XVIII são muito inseguras. Porém, os relatos dos viajantes permitem-nos essa afirmação.

(71) In TAUNAY, *Santa Catarina nos Annos Primevos*, pg. 76.

(72) PERNETTY, *dom, op. cit.*, pg. 144.

(73) Cf. CABRAL, *Os Juizes de Fora*, pg. 42.

(74) Cf. CABRAL, *Os Juizes de Fora*, pg. 42.

(75) *Idem, idem*, pg. 71.

(76) CABRAL, *Os Juizes de Fora*, pg. 44.

(77) CABRAL se refere à “existência de uma nova classe no panorama social de Destêrro: os comerciantes, com o seu comércio estabelecido”, *Os Açorianos*, pg. 73.

(78) CABRAL, *Os Juizes de Fora*, pg. 24.

(79) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 73.

(80) Veja-se as análises que fazemos adiante sôbre as formas de ocupação dos escravos.

(81) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 74.♣

(82) Por crescimento econômico compreendemos aqui “o aumento secular da renda global relativamente à população, e o conjunto de modificações estruturais nisso implicadas”, como o define ALMEIDA MAGALHÃES, J. P., *A Teoria Moderna do Crescimento Econômico e o Problema do Desenvolvimento* (Tese de concurso apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — cadeira de Economia Política), Rio de Janeiro, 1954, pg. 45.

(83) BOITEUX, Lucas Alexandre (capitão-tenente), *Notas para a Historia Catharinense*, Typ. a vapor da Livraria Moderna, Florianópolis, s/d/p/, pgs. 226-227.

(84) CABRAL, *Os Açorianos*, pg. 86.

(85) In CABRAL, *idem*, pg. 55.

(86) *Idem, idem*, pg. 86.

(87) In TAUNAY, *Santa Catharina nos Annos Primevos*, pg. 74. Saint-Hilaire e Miguel de Brito também se referem a isso.

(88) PAULO MIGUEL JOZE DE BRITO, na já citada Memória, à página 70, analisando uma tabela sobre os rendimentos da Capitania diz: “não se faz menção do rendimento do azeite das Balêas, cuja pesca está há annos administrada pela Fazenda Real, porque tanto o azeite se remette para esta Côrte, onde se vende tanto para exportação, e todo o produto da venda entra para o Real Erario, quando aliás deveria entrar nos cofres da Capitania (...)”.

(89) Cf. SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 171.

(90) Cf. CABRAL, *Os Açorianos*, pgs. 70-75.

(91) *Idem, idem*.

(92) “(...) aos lavradores não se pagavão as farinhas que se lhes tomavão com violência para municiação do mesmo Regimento, e outros muitos generos, que por conta da Fazenda Real se lhes compravão; e como não havia ainda commercio sufficiente para suprir esta falta de circulação interna do numerario, a pobreza se fez transcendente a muitas classes dos habitantes (...)”, escreveu MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pg. 68. Quanto à instabilidade do mercado para a farinha de mandioca da Ilha, note-se que era característico da economia de tipo colonial que quando os produtos de exportação rendiam muito a mão-de-obra dos setores da economia que a êles se dedicavam abandonavam quase completamente a agricultura de subsistência, provocando a carência de produtos alimentares como a farinha. Porém, havendo retração do mercado internacional para os produtos de exportação, novamente voltava-se ao cultivo da agricultura de subsistência. Essa situação condenava à instabilidade o mercado para a produção da farinha catarinense.

(93) Cf. a êsse respeito CABRAL, *Os Açorianos*, cap. VI: "O fracasso agrícola do açoriano". O único produto que teve alguma importância na economia de S. Catarina ao lado da mandioca foi a cana-de-açúcar. Não temos dados sôbre a produção da Ilha. Para tôda a Província há as referências de Brusque: "Ainda é pequena a cultura da canna nesta provincia. Em tempo remoto consta que existião 288 fabricas de assucar, entre grandes e pequenas, tendo começado esta industria em 1779. Já em 1797 este numero tinha diminuido, e não ia além de 256. Em 1810 apenas houve a produção de 8.115 medidas de melão, em 1812 fabricavão-se 63.241 medidas de aguardente e 7.118 de melão, nada constando officialmente acerca da producção de assucar", *Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina*, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1.ª sessão da 10.ª legislativa (1-4-1860), Rio de Janeiro, 1860, pg. 29.

(94) Referimo-nos aqui aos trabalhos de CABRAL, já citados, *Os Açorianos e Santa Catharina (Historia-Evolução)*, e à já referida *Memoria* de Jozé de Brito.

(95) CABRAL considera um elemento causal que escapa ao esquema que propusemos: o açoriano não era, nas Ilhas, agricultor. Portanto haveria de elaborar novos padrões de adaptação e ajustamento para obter sucesso. Ora, diz ainda êsse A., os portugueses também não o eram e no nordeste tornaram-se lavradores com sucesso. A explicação estaria no fato de que no nordeste havia condições sócio-econômicas favoráveis à agricultura: o negro e a grande propriedade. Embora haja parcialmente verdade nessa explicação, é preciso evitar o círculo vicioso: não houve negros em Santa Catarina porque não havia riqueza, não houve riqueza porque não havia negros. O problema consiste exatamente em compreender porque, nos quadros da economia colonial, não havia incentivo para a inversão de capitais (inclusive sob a forma de mão-de-obra escrava) em Santa Catarina. E isso só pode ser compreendido através de uma análise da conjuntura econômica geral da Colônia e o papel que nela exercia a área catarinense.

(96) Cf. Jozé DE BRITO, *op. cit.*, pgs. 94-95. Antes dessa data, como apontamos, houve também recrutamentos. Êste, a que se refere a Brito, data de um período em que a economia da Ilha começava a prosperar e é considerado por êsse A. como "assaz opressivo". Os autores coevos e os historiadores são unânimes em criticar os recrutamentos e os embargos como fontes de males terríveis para a agricultura.

(97) Diz BRITO nas *Memórias* (pg. 68): "He ouverão annos successivos, em que até não se pagavão os soldos aos Officiaes e soldados do Regimento de Linha da guarnição da Capitania,

em alguns se lhes pagavão pela metade, n'outros pela terça parte, e por muitos deixavão de se lhes dar os fardamentos e fardetes (...)"

(98) Veja-se CABRAL, *Os Juizes de Fora*, pg. 12. Além disso, os soldados alugavam-se como jornaleiros aos lavradores, conforme mencionaremos adjante. Para que os soldados não morressem à míngua por falta de sòldo, refere Langsdorff que recebiam diàriamente vinte réis de etapa, cf. ALFREDO DE CARVALHO, "Uma visita à Santa Catharina em 1803-1804", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. IV, 1915, *Florianópolis*, 1915, pg. 17.

(99) Quando da invasão dos espanhóis a tropa de linha era composta de aproximadamente 2.000 homens. Cf. ALMEIDA COELHO, *op. cit.*; em 1801 havia 1.600 homens na mesma tropa, cf. Lucas Boiteux, *Notas*, pg. 292. Êsses dados, embora referentes a períodos de guerra, podem ser cotejados com os dados que apresentamos nesse trabalho sôbre a população da Ilha para que se avalie o péso da população militar no cômputo geral da população.

(100) Além das fontes já citadas a êsse respeito, convém frisar que LANGSDORFF, cujo testemunho é importante porque além da sua observação haver sido demorada, o naturalista conhecia o português, apontava diretamente o regime de opressão colonial como responsável pela estagnação econômica da região. Veja-se o artigo já citado sôbre a viagem do naturalista.

(101) Dispensamo-nos de analisar aqui o problema por ser suficientemente conhecido e porque já o apontamos no início do trabalho.

(102) MELLO E ALVIM, *op. cit.*, pg. 87.

(103) Sôbre as tentativas de reorganização da pesca, ver o já citado artigo de BOITEUX sôbre "A pesca da Baleia" e também a *Memória* de SOUZA MELLO E ALVIM; alguns relatórios dos presidentes da Província indicam ter havido pesca de um ou outro cetáceo. Porém, economicamente, a importância desse fato é irrelevante. Ver, por exemplo, a *Falla* de 1855 do presidente J. J. Coutinho, pg. 20.

(104) Com relação à população livre que se empregava na pesca, Saint-Hilaire afirma que ela não sofreu com o término dessa atividade, porque: a) a extinção foi gradual; b) os pescadores eram agricultores também, ganhavam bastante com a pesca e, por isso, descuidavam-se de suas plantações, levando vida ociosa às custas do dinheiro ganho na época da pesca. Desorganizada e paralisada esta, foram forçados a trabalhar novamente na agricultura. Cf. SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 137.

(105) MELLO E ALVIM, *op. cit.*, pg. 87.

(106) MELLO E ALVIM, *idem*, pg. 87.

(107) Só os norte-americanos dispunham em 1841 de 660 embarcações e 13.000 homens para a pesca dos cetáceos no Atlântico Sul, cf. o artigo de LUCAS BOITEUX já citado, pg. 12.

(108) Verificar na *Falla de Abertura da Assembléja Legislativa de 1855* do presidente J. J. Coutinho, pg. 20.

(109) J. J. COUTINHO, *Falla de abertura da Assembléja Legislativa de 1857*, pg. 28.

(110) Os dados para a organização dessa tabela foram extraídos, respectivamente:

1810 — MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, tabela anexa à pg. 66.

1820 — SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 158, refere-se aos principais produtos.

1850-1860 — Quadro anexo ao *Relatório apresentado à Assembléja Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão ordinária de 1.º de março e Falla dirigida à mesma Assembléja na sessão extraordinária de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda no anno de 1866*, Desterro, 1866.

(111) Os dados de 1810 e 1820 foram extraídos das fontes citadas na nota acima. Os referentes a 1839, 1850 e 1858 foram extraídos do *Relatório Brusque* de 1860, pg. 29, já citado. Por esse relatório pode-se acompanhar a exportação de aguardente, de melado e do açúcar desde 1839 a 1865.

(112) AIRES DE CASAL, *op. cit.*, pg. 194.

(113) *Falla com que o exmo. sr. Doutor Antonio de Almeida Oliveira abriu a sessão extraordinaria da Assembléja Legislativa Provincial de Santa Catharina em 2 de janeiro de 1880*, Cidade do Desterro, 1880, pg. 39.

(114) Em 1831, p. ex., a Câmara baixou uma Portaria pela qual ficava "expressamente proibida a saída da farinha de mandioca para fora da provincia, por qualquer forma que seja, enquanto durar a grande escassez deste genero que actualmente existe e que apresenta temiveis indicios de extraordinaria fome para o futuro", cf. P.M.F., *L.º de Postura*. Da mesma forma, em officio de 22-12-1837, da Câmara ao Presidente da Província, pedia medidas contra a exportação da farinha de mandioca, que era "o pão do pobre" e estava escasseando. P.M.F., *L.º 534 (de Correspondência)*.

(115) *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1.ª sessão de sua 26.ª Legislatura pelo presidente Dr. Francico José da Rocha, em 21 de julho de 1886, Destêrro, 1886, pgs. 170-172.*

(116) BRITO, *op. cit.*, pg. 59.

(117) Texto já referido por nós.

(118) Segundo uma representação da Câmara à S. M. Real em 23-7-1817, que consta do L.º 669 da P.M.F.

(119) *Falla que o Exmo. 3.º vice-presidente da provincia de Santa Catharina o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio à Assembled Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinaria, em o 1.º de Março de 1849, Cidade do Desterro, 1849, pg. 48, s.c.p.*

(120) Sôbre essa oscilação os dados e os comentários existentes no já citado *Relatório* de 1866 feito pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque são concludentes. Cf. *op. cit.*, quadros anexos sôbre a "exportação da Cultura da Canna doce na Provincia de Santa Catharina nos 9 triênios decorridos de 1838-1865.

(121) Cf. ARAUJO BRUSQUE, *op. cit.*, pg. 30.

(122) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 168.

(123) JOZÉ DE BRITO, *op. cit.*, pg. 59.

(124) in *Relatório apresentado à Assembled Legislativa da Provincia de Santa Catharina, na 1.ª sessão de sua 26.ª Legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886, Destêrro, 1886, pg. 173, s.c.p.*

(125) Cf. *Relatório* do 3.º vice-presidente Amorim do Valle, já citado, pg. 48; e também *Falla que o Presidente da Provincia, o Exmo. Snr. Dr. João José Coutinho, dirigio à Assembled Legislativa da mesma Provincia, por occasião da Abertura de sua Sessão ordinaria em o 1.º de Março de 1851, Desterro, 1851, pg. 22, s.c.p.* Neste Relatório o presidente indica a introdução do chamado "invento Carvalho" (Luiz José de Carvalho) que consistia numa moenda aperfeiçoada para fabricar farinha de mandioca, ao qual nos referimos acima.

(126) A respeito das pragas, ver os officios de 10-11-1843 e de 5-9-1844, da Câmara de Destêrro, o primeiro ao Presidente da Provincia e o segundo às Câmaras de São José e São Miguel, nos quais se dá conta dos estragos nas plantações de cana "chamada Cayenæ", produzidos por "uma espécie de lagarta". *Liuro de Officio* 558 da P.M.F. Ver também a *Falla que o Exmo. 3.º vice-presidente da provincia de Santa Catharina o doutor Severo Amorim do Valle, dirigio à Assembled Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua*

sessão ordinária, em o 1.º de Março de 1849, Cidade do Desterro, 1849, s.c.p., onde se lê, à pg. 48: “a cana de assucar (...) tem causado nestes ultimos annos não pequeno prejuizo pela especie de alforra, que lhe dá, e que torna inconsistente o caldo, pouco condensado, e incapaz de assucarar”. Quanto à mentalidade rotineira do lavrador, cf. SAINT-HILAIRE, op. cit., pg. 168, onde há referência à rejeição pelos lavradores, em 1848, da introdução de novas sementes.

(127) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 168.

(128) SAINT-HILAIRE, pg. 163. Saint-Hilaire diz que, entretanto, o dinheiro ganho nesse mister era gasto “na satisfação do seu gosto pelo vestuário e pelos enfeites”, de forma que grande número de lavradores, apesar dos bons vestuários das mulheres, viviam na miséria.

(129) *Falla do snr. Amorim do Valle de 1849, op. cit.*, pg. 48.

(130) *Falla, do presidente João José Coutinho de 1853, pgs. 24-25.*

(131) Cf. *Relatório apresentado pelo segundo vice-presidente da Provincia de Santa Catharina, exmo. snr. doutor Manoel do Nascimento Galvão ao terceiro vice-presidente, exmo. snr. doutor Ignacio Accioli de Almeida, por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de janeiro de 1873, Desterro, 1873, s.c.p., pg. 12.*

(132) *Offício da Câmara ao Presidente da Provincia de 12-2-1874, P.M.F. L.º Registro Correspondência 1872-1881.*

(133) SAINT-HILAIRE afirma que “o algodão é de fibras curtas, de qualidade inferior”, *op. cit.*, pg. 168.

(134) Cf. P. JOZÉ MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pg. 62.

(135) Com relação a essa explicação sobre a decadência do algodão catarinense há dados em:

a) *Falla de 1849 de Amorim do Valle, op. cit.*, pg. 48.

b) *Relatório com que o excelentíssimo snr. doutor Antonio Pereira Pinto entregou a presidencia da Provincia de Santa Catharina ao Exmo. Snr. doutor Severo Amorim do Valle terceiro vice-presidente della, em 30-11-1849, pg. 7.*

c) *Falla que o Presidente da Provincia, o Exmo. Snr. Dr. João José Coutinho, dirigio à Assembléa Legislativa da mesma Provincia, por occasião da Abertura de sua Sessão ordinária em o 1.º de Março de 1851, pg. 22.*

(136) Veja-se o offício da Câmara, *op. cit.*, acima, onde se alega o baixo preço do tecido estrangeiro como causa da aniquilação do tecido catarinense. É preciso lembrar que com a derrocada da

indústria textil catarinense o cultivo de anil também desapareceu, pois que era com anil que se tingia o tecido. Veja-se sôbre isso, Amorim do Valle, *op. cit.*, pg. 48.

(137) Os viajantes do século dezenove falam sempre dêsses produtos, veja-se, por exemplo, AVÉ LALLEMANT, Robert, *Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858*, tradução do Instituto Nacional do Livro da edição de Leipzig — 1559, coleção de obras raras IV, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1953, 2.ª parte, pg. 18; ou então LUCCOCK, John, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, tradução de Milton da Silva Rodrigues, Biblioteca Historica Brasileira, Livraria Martins Editora, 2.ª edição (1951), pg. 160.

(138) A êsse respeito há dados nos relatórios e falas dos presidentes da Província da época.

(139) Não nos cabe aqui analisar êsses processos porque para os nossos objetivos (análise do processo de desenvolvimento econômico da Ilha de Santa Catarina tendo em vista as possibilidades de ocupação da mão-de-obra escrava) suas conseqüências serão indiretas. Para a análise histórica do problema, ver CABRAL, *Santa Catharina (História-Evolução)*; e FERNANDO CARNEIRO, *Imigração e Colonização no Brasil*, Publicação Avulsa n.º 2 da cadeira de Geografia do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1950; e para a análise etno-sociológica ver EMILIO WILLEMS, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946; *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, São Paulo, Editora Nacional, 1940.

(140) Primeiro, o ataque dos indígenas. Mais tarde, quando a produção aumentou, o problema das vias de comunicação. Permeando êsses dois obstáculos havia os desacêrtos da política governamental de colonização. Quanto às esperanças, os resultados e as dificuldades da colonização consulte-se os relatórios dos Presidentes da Província, especialmente os do último quartel do século XIX.

(141) A madeira catarinense era de boa qualidade, conforme atestam os viajantes do século dezoito. Entretanto, por causa de condições econômicas adversas (ver CABRAL, *Os Açorianos*, pgs. 67-68) já no século XVIII sua exploração decaira. No início do século XIX estava reduzida a quase nada, às vêzes a não mais que um bergantim cada 2 anos.

(142) Ver officio da Câmara ao Presidente da Província em 30-9-1843, P.M.F. 558.

(143) ARAUJO BRUSQUE, *op. cit.*, pg. 33.

(144) *Idem, idem.*

(145) *Idem*, pg. 33.

(146) *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na 1.ª sessão de sua 26.ª Legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de junho de 1886*, Desterro, 1886, pg. 173, s.c.p.

(147) Veja-se os relatórios dos presidentes J. J. Coutinho de 1854, pg. 24 e Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque de 1866, já citado. Lallemand fornece também indicações preciosas quando de sua estadia em Lages, *op. cit.*

(148) “A herva-matte cobre imensos espaços dos terrenos d’esta província. No município de Lages se fez uma tentativa para a sua exploração e exportação, e apesar da sua boa qualidade as dificuldades de nossas comunicações com aquelle município — matarão-na como a todas as outras que, sobre diversos ramos, se tem feito na província”, *Relatório de 1873 de Fonseca Galvão*, já citado, pg. 12.

(149) Cf. CHARLES VAN LEDE, *De la Colonization au Brésil, Memoire Historique, descriptif, statistique, et commercial sur La Province de Saint-Catherine, formant le deuxième rapport a la société belge-brésilienne de colonization; contenant La Constitutions du Brésil, sa situation financière, etc.*, Bruxelles, 1843, pg. 275.

(150) Ver VAN LEDE, *op. cit.*, pg. 275.

(151) Cf. *Falla* de J. J. Coutinho, 1854.

(152) Essa afirmação encontra apêdio nos *Relatórios e Fallas* dos Presidentes da Província da época em questão.

(153) Ver JOZÉ DE BRITO, *op. cit.*, pg. 66.

(154) Excesso, se pensarmos no volume físico da produção. Convém ponderar aqui, que o aproveitamento da mão-de-obra numa economia escravocrata em que coexiste o trabalho livre, independente ou assalariado, é sempre desigual e anti-econômico, e isso por razões sócio-culturais, conforme veremos adiante.

(155) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 153.

(156) IDEM, pg. 157.

(157) IDEM, pg. 158.

(158) AIRES DE CASAL, *op. cit.*, pg. 195. É verdade que Mawe, que esteve na cidade pouco depois da época a que se refere Casal, diz: “The trade of this place is inconsiderable, as the produce does not much exceed the consumption of the inhabitants, who are in general far from riche”, cf. MAWE, John, *Travels into the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts*

of that Country, by authority of the Prince Regent of Portugal, including a voyage to the Rio de la Plata, and an Historical sketch of the revolution of Buenos Ayres, Longman, London, 1812, pág. 47.

(159) Ver a tradução fragmentária de 2 capítulos da obra de G. H. LANGSDORFF, "Voyages and Travels, 1817, aparecida no vol. III da Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico de Santa Catharina, Florianópolis, Typ. da Escola de Artifice, 1915, pgs. 67-71.

(160) CABRAL, OSWALDO, *Nossa Senhora do Desterro, Casas-Sobrados-Chácaras, separata de "Douro-Litoral"*, n.º II-III da sexta série, Typ. da Livraria Simões Lopes, Porto, s/d/p/, pg. 21.

(161) IDEM, pg. 22.

(162) IDEM, *idem*.

(163) AVÉ-LALLEMANT, *op. cit.*, pg. 23.

(164) CABRAL, *Nossa Senhora do Desterro*, pg. 23.

(165) IDEM, *idem*.

(166) IDEM, *idem*.

(167) A descrição histórica da ação dos Juizes de Fora encontra-se no livro de CABRAL, do mesmo título, já citado.

(168) CABRAL, *N. S. do Desterro*, pg. 24.

(169) Abstemo-nos de descrever aqui mais minuciosamente a vida cultural de Destêrro e as demais funções urbanas que a partir de então a cidade passou a preencher porque isso fugiria, além do razoável, dos propósitos dêste capítulo. A bibliografia para tal, entretanto, é abundante: os viajantes descrevem quase sempre os costumes do povo e dêesses se podem inferir os padrões urbanos e rurais vigentes em Destêrro. Cabral nos seus livros e especialmente em *Nossa Senhora do Destêrro* faz a análise de algumas fontes. Quanto à possibilidade de caracterizar Destêrro como cidade nessa época, ver LOUIS WIRTH, *Community Life and Social Policy*, The University of Chicago Press, Chicago, 1956, "Urbanism as a Way of Life", págs., 110-132. Legal e administrativamente, Destêrro havia sido "elevada à categoria de cidade" desde 20-3-1823.

(170) CABRAL, *Nossa Senhora do Destêrro*, pgs. 36-37. Note-se que o sobrado urbano era construído de tal forma que o andar térreo reservava-se para as atividades comerciais.

(171) *O Progressista*, de 20-9-1860.

(172) *O Argos* de 17-7-1861.

(173) *O Despertador* de 2/8/1867.

(174) *A Regeneração* de 6/7/1871.

(175) *Opinião Catarinense* de 11/3/1875.

(176) *O Argos* de 10/2/1857.

(177) Êsse fato é descrito por BRITO, *op. cit. e loc. cit.*; Langsdorff, *op. cit. e loc., cit.* e José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo (mons.), *Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das Províncias Annexas à Fundação do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Impressão Nacional, Rio de Janeiro, 1822, pgs. 278-9.

(178) "Os valles e as varzeas são muito ferteis, já não acontecendo o mesmo com os morros, cujo solo pedregoso, como já tive occasião de dizer, se torna, dia a dia, menos favorável à cultura, devido à sua forte declividade por onde as aguas pluviais arrastam para os valles o humos vegetal de que elles se revestem e não são renovados artificialmente", SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 167.

(179) Veja-se SAINT-HILAIRE a êsse respeito, *op. cit.*, pgs. 168-174. Pizarro mostra como essa situação gerava um estado de tensão nas relações entre os vizinhos, que por isso viviam em litígios por questões de limites, cf. *op. cit.*, pg. 288.

(180) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 171.

(181) ARAUJO BRUSQUE, *Relatório*, já citado, pg. 26.

(182) IDEM, *idem*.

(183) A extensão e magnitude desta coexistência será analisada adiante.

(184) Cf. SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 165, onde se menciona o "avultado número" dos ilhéus que se dedicavam à marinhagem. O naturalista atribui tal fato ao temor pelo serviço militar e ao gosto natural pelo mar da população da ilha. Parece-me, contudo, que se tratava também de um recurso para a sobrevivência ante as condições adversas da vida agrícola.

(185) Pode-se perguntar qual a razão dos agricultores ilhéus não procurarem terras no continente. Saint-Hilaire explica isso dizendo: que apesar de alguns habitantes da Ilha migrarem para o Continente, entretanto, "como viviam muito perto uns dos outros e mantinham entre si estreitíssimas relações, uma família só se decide a deixar o lugar quando é acompanhada por outras, circunstancia que tende a tornar as emigrações muito mais raras do que em Minas", SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 170.

(186) LALLEMANT *op. cit.*, pg. 27.

(187) Como, por exemplo, o do leite, segundo o depoimento de LALLEMANT, *op. cit.*, pg. 20.

(188) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pgs. 146-147.

(189) Citação extraída de ALFREDO DE CARVALHO, *op. cit.*, pg. 15 (da viagem de Langsdorff).

- (190) SAINT-HILAIRE, pg. 165.
- (191) MIGUEL DE BRITTO, *op. cit.*, pg. 52, em nota de rodapé.
- (192) AUBÉ, Leonce, *Le Province de Sainte Catherine et le colonisation au Brésil*, Imprimerie Française de Frédéric Arfredson, Rio de Janeiro, 1861, pg. 165. A viagem foi feita em 1844.
- (193) AUBÉ, *idem*, pg. 143.
- (194) SAINT-HILAIRE, *loc. cit.*, e *op. cit.*
- (195) Êsses anúncios apareciam n'O *Argos*, n'A *Opinião Catarinense* e n'O *Despertador* do período indicado e foram compulsados pelo dr. Oswaldo CABRAL. Na tabela eliminamos os anúncios que se repetiam, ou, noutras palavras, não registramos a frequência de cada anúncio.
- (196) Quadro elaborado por nós com base nos dados fornecidos pelo Recenseamento Geral de 1872.
- (197) IDEM.
- (198) Não mencionamos os referidos registros. Entretanto, a documentação colhida pelo dr. Oswaldo CABRAL que nos foi cedida contém indicações a êsse respeito. Além disso nos noticiários dos jornais e nas Posturas aparecem frequentemente referências a essa forma de exploração do trabalho escravo.
- (199) P.M.F., *Docs. Orgs.* 1241, *apud*, documentário Oswaldo CABRAL.
- (200) P.M.F. L.º 583, *apud*, Documentário de Oswaldo CABRAL.
- (201) Antes de 1855 (data inicial tomada para a elaboração da tabela sôbre o mercado da mão-de-obra escrava) apareceram outros anuncios de venda de escravos qualificados. Nenhum officio, entretanto, diferente dos incluídos na referida tabela.
- (202) MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pg. 75.
- (203) IDEM, *idem*. Quanto a SOUTHEY, ver *op. cit.* na nota 8 do cap. II, p. 861.
- (204) P.M.F., *Docs. Orgs.* 1241, *apud*, Oswaldo CABRAL.
- (205) Veja-se officio de José Monteiro ao delegado de Polícia, José Sarmiento Pereira, de 26-9-1842. P.M.F. L.º 503.
- (206) Cf. Posturas de 1833, P.M.F., L.º 540.
- (207) Êsses dados foram extraídos dos Relatórios de 7-8-1856, do presidente J. J. Coutinho.
- (208) Não mencionamos antes essa atividade porque queremos chamar atenção para ela, dada sua importância para a interpretação dos padrões de contacto inter-racial que faremos adiante.

- (209) Os dados relativos a 1815 foram extraídos de ROGER BASTIDE e F. FERNANDES, *op. cit.*, pg. 36; os relativos a 1810, de MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pgs. 41-42.
- (210) MIGUEL BRITO, *op. cit.*, pg. 50.
- (211) IDEM, *idem*. O erro desses dados está no total computado pelo autor, que seria de 5.983 almas.
- (212) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 146.
- (213) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pg. 162.
- (214) MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pgs. 41-42.
- (215) J. J. COUTINHO, *Relatório de 1855*, pg. 3.
- (216) IDEM, pg. 37.
- (217) ARAUJO BRUSQUE, *Relatório 1860*.
- (218) FRANCISCO DE OLIVEIRA, *Relatório 1864*, pg. 8.
- (219) LACERDA, *Relatório 1867*.
- (220) Censo 1872.
- (221) "A Regeneração" de 2-1-1884.
- (222) FRANCISCO JOSÉ DA ROCHA, *Relatório de 11-10-1887*, pg. 286.
- (223) Veja-se, p. ex., "O Argos" de 28-10-1856.
- (224) Veja-se o "Correio Catarinense" de 15-12-1852. Em 1873 apareciam no "Despertador", anúncios de compra de escravos feitas pelo maior comerciante negreiro de Destêrro, Victorino de Menezes, o que indica que essa prática persistia.
- (225) O Relatório Brusque de 1860, p. ex., aponta a saída de 67 escravos.
- (226) "O Argos" de 21-7-1861.
- (227) "A Regeneração" de 1-1-1874.
- (228) J. J. COUTINHO, *Falla de 1853*, pgs. 24-25. Esse preço relativamente alto talvez se explique por causa da expansão da lavoura da cana nesse período.
- (229) ROGER BASTIDE e F. FERNANDES, *op. cit.*, pg. 39.
- (230) MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pg. 50.
- (231) SOUTHEY, apud, Saint-Hilaire, *op. cit.*, pg. 45.
- (232) "O Patriota", apud, *Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil*, documentos censitários, série b, n.º 4, publicação do Conselho Nacional de Estatística, Rio de Janeiro, 1951, pg. 58.
- (233) CONSELHEIRO VELLOSO, *Relatório, apud, Resumo Histórico etc.*

- (234) JOÃO CARLOS PARDAL, *Relatório*, 1839, pg. 8.
(235) IDEM, *idem*.
(236) FERREIRA DE BRITO, *Falla de 1841*.
(237) IDEM, 1842, pg. 33.
(238) IDEM, 1845, pg. 16.
(239) J. J. COUTINHO, *Relatório*, 1855, pg. 36.
(240) IDEM, *Relatório*, 1856, pg. 29.
(241) IDEM, *Relatório*, 1857, pg. 37.
(242) IDEM, *Relatório*, 1858, pg. 21.
(243) IDEM, *Relatório*, 1858, pg. 23.
(244) ARAUJO BRUSQUE, *Relatório*, 1860.
(245) FRANCISCO DE OLIVEIRA, *Discurso de Abertura da sessão da Assembléa Legislativa de 1864*, pg. 8.
(246) BARROS CAVALCANTE, *Relatório*, 1866.
(247) Censo de 1872.
(248) PARANAGUÁ, *Relatório*, 22-6-1885.
(249) F. JOSÉ DA ROCHA, *Relatório*, 1886, pg. 215.
(250) IDEM, *idem*, pág. 215.
(251) IDEM, *Relatório de 1887*.
(252) A partir de 1943.
(253) Dados extraídos de MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, pgs. 40-45.
(254) Dados extraídos de J. J. COUTINHO, *Relatório de 1856*, apresentado à abertura da Assembleia de 1-3-1857, p. 37.
(255) Segundo os dados do *Relatório Brusque de 1860*.
(256) Segundo os dados do *Relatório Francisco José Oliveira de 1864*.
(257) Segundo os dados do *Relatório Lacerda de 1867*.
(258) Segundo os dados do Censo de 1872.
(259) *Relatório Francisco José da Rocha de 11-10-1887*, pg. 286.
(260) *Relatório Paranaguá de 1855*, pg. 33.
(261) *Relatório Francisco José da Rocha, 1887*, pg. 286.
(262) IDEM, *idem*, pg. 282.
(263) Incluíam-se em São Francisco as comarcas de Joinville e Paraty.
(264) MIGUEL DE BRITO, *op. cit.*, *loc. cit.*
(265) J. J. COUTINHO, *Relatório*, 1855, p. 36.
(266) IDEM, 1857, pg. 37.

(267) *Relatório Lacerda, 1867.*

(268) *Censo 1872.*

(269) *Relatório Francisco José de Oliveira de 1864, pg. 8.*

(270) *Relatório Lacerda, 1867.*

(271) *Dados do Censo de 1872.*

(272) *Dados do Censo de 1890.*

(273) *Dados do Censo de 1940.*

(274) *Dados do Censo de 1950.*

(275) *Análise de Resultados do Censo Demográfico, Serviço Nacional de Recenseamento, Gabinete Técnico, n.º 236, "A população de Santa Catarina segundo a Côr"; compilado por Alceu Carvalho, pg. 7. Com relação aos dados das tabelas referentes à evolução da população segundo a côr, deixamos de indicar as fontes por serem as mesmas das quais extraímos os dados sobre a população escrava, que já indicamos.*

(276) Não caberia analisar nêsse trabalho o processo de integração à economia do Estado das áreas de colonização onde houve êsse desenvolvimento rápido, pois só indiretamente tal processo repercutiu na conjuntura da economia de Florianópolis e da área que lhe é subsidiária.

(277) A êsse respeito, veja-se VITOR PELUSO, "Mudança da Capital do Estado", *Boletim do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia*, ano I, n.º 1, janeiro de 1947, pgs. 81-88.

(278) Os dados abaixo foram tirados do *Censo de 1920*, vol. III, "Agricultura", pgs. 190-191.

(279) *Dados do Recenseamento Geral do Brasil, Série Regional, parte XIX — Santa Catarina, "Censo Demográfico — Censos Econômicos"*, publicado pelo I.B.G.E., Rio de Janeiro, 1952, pg. 280.

(280) IDEM, *idem*, pg. 235.

(281) IDEM, *idem*, pg. 280.

(282) IDEM, *idem*, pg. 280.

(283) IDEM, pg. 237.

(284) Note-se que o censo de 1950 registra também os dados da área continental do município (chamada Estreito) que foi anexada nos anos 40.

(285) Os dados que se seguem foram extraídos da publicação do I.B.G.E. *Estado de Santa Catarina — Censos Econômicos, Série regional do VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950*, vol. XXVII, tomo 2, Rio de Janeiro, 1956, pgs. 27-42.

(286) *Idem*, pgs. 60-80.

(287) *Idem*, pgs. 77-78.

(288) *Idem*, pgs. 49-53.

(289) *Idem*, pg. 57.

(290) *Recenseamento do Brasil, realizado a 1.º de setembro de 1920*, vol. V, 1.ª parte, Indústria, publicação da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro 1927, pg. LXVII.

(291) Tabela organizada a partir dos dados do censo de 1920, 1940 e 1950.

(292) Inclusive administradores e empregados não operários.

(293) Extraídos respectivamente de: "Relação das Indústrias Localizadas no Município de Florianópolis". Censo de 1920, vol. II, pgs. 114-161; e "Cadastro das Principais Indústrias de 5 ou mais operários", ed. mimeografada do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina, 1-1-1954.

(294) Elaboramos êsse quadro segundo o nome da família do proprietário da indústria. Evidentemente, as poucas sociedades anônimas existentes tiveram que ser computadas no item não identificados. Pelo nome de família não é, obviamente, possível distinguir a origem nacional provável de brasileiros e portugueses.

(295) São padarias, confeitarias, etc., ou então, mercearias, carpintarias, etc. Note-se que essa verificação não se apoia apenas nas tabelas acima transcritas, mas em dados mais minuciosos, a partir dos quais as tabelas foram elaboradas, que estão contidas no Cadastro referido na nota 293.

(296) Não podemos analisar o desenvolvimento dos serviços econômicos e das atividades auxiliares do comércio porque os dados dos censos não discriminam os municípios.

(297) *Censo*, 1950, já citado, pg. 191.

(298) *Idem*, pg. 221.

(299) R. AVÉ-LALLEMANT, *op. cit.*, pg. 23.

(300) Tabela organizada a partir dos dados fornecidos pelos Censos Demográficos de 1940 e 1950, já citados, às páginas 98 e 72, respectivamente. Trata-se da população presente.

(301) Dados não publicados, fornecidos pelo I.B.G.E., relativos ao Censo de 1950. Trata-se de apuração preliminar.

(302) As ocupações que se seguem estão discriminadas conforme as declarações constantes nas fichas dos associados.

Capítulo II

(1) Referimo-nos aqui ao cap. II, redigido por FLORESTAN FERNANDES, da pesquisa sobre as relações inter-raciais em São Paulo. Quanto à natureza do preconceito de cor ver também ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, "*O Preconceito Racial em São Paulo*", Publicação do Instituto de Administração, n.º 118, abril de 1951, Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

(2) Nesta parte da exposição seguiremos o esquema expositivo utilizado no cap. II do trabalho de Bastide e Fernandes sobre as relações raciais em São Paulo, à medida em que o material empírico disponível permitir. Procederemos assim tendo em vista possibilitar a análise comparativa das duas situações de contacto, a de São Paulo e a de Santa Catarina, no período que iremos considerar. A respeito da discriminação racial nos três níveis em que a discutiremos o leitor encontrará na já referida obra sobre as relações raciais em São Paulo, às págs. 77 e segts. a análise das formas e funções das manifestações de discriminação racial naquela comunidade.

(3) Ver TAUNAY, *Santa Catharina nos Anos Primevos*, esp. pág. 52.

(4) Apud *idem* nota 282.

(5) *IDEM, idem*. No original d. PERNETTY, em obra já citada, assim escreve:

A respeito dos mulatos:

"Ils vont presque tous pieds nus, tête nue & très-mal peigné; leur habillement confite en une chemise, une culotte & quelquefois un manteau qu'ils jettent sur l'épaule à la mode Espagnole. Ceux qui font plus à leur aise, ont sur la tête un chapeau de forme très-haute, ayant des ailes d'environ dix pouces de hauteur, & rabattues horizontalement. Ceux — là font chauffés, & portent une veste, & un ample manteau qui leur descend jusqu' aux pieds & dont ils relevent quelquefois les pointes sur l'épaule opposée; au-lieu de chapeaux, quelques-uns ont un chaperon de la même étoffe que le manteau, & auquel il est attaché, pour se couvrir la tête; cet accoutrement singulier empêche leurs amis même de les reconnaître." (p. 141)

Sôbre os escravos:

Les Eclaves vont presque nus; la plupart ne font couverts qu d'un simple pagne autour des épauls. Il est rare d'en voir que aient une chemise & une veste. Mais, lorsqu'ils out reçu leur liberté, ils peuvent porter l'habit & le manteau d'étoffe, comme les Blancs. Les Negreffs Eclaves font nues à l'exception d'une bande de toile, qui les couvre depuis la ceinture jusqu'au dessus des genoux; celles qui font libres font comme les autres femmes, vêtus d'une jupe, & d'une chemise dont le haut est ouvert par devant, a près-près comme nos chemises d'homme". (...) p. 142.

(6) In TAUNAY, *op. cit.*, nota 282, pág. 108. Lesson não desembarcou na Ilha. Suas informações baseiam-se nas descrições que lhe foram feitas pelo sr. Gabert, comissário do La Coquille, que visitou a cidade.

(7) CABRAL, no já citado *Sobrados e Chácaras*, não faz referências especiais à existência de cômodos destinados aos negros nas casas abastadas da cidade. Diz que as dependências dos criados davam para a cozinha, mas não mencionou a existência de senzalas. Entretanto, a descrição da habitação dos brancos pobres mostra condições de existência tão parcas de recursos que por aí se pode imaginar a dos escravos.

(8) Cf. SOUTHEY, Robert, *History of Brazil*, Longman, London, 1810, vol. III, pág. 861.

(9) Cf. a descrição dessas reuniões feita por Lesson, citado por TAUNAY, *Santa Catharina nos Anos Primevos*, à pág. 116.

(10) "(os escravos) são aptos para toda a qualidade de trabalho braçal e maquinaal", MIGUEL DE BRITO *op. cit.*, pág. 75.

(11) O serviço de higiene das casas abastadas era executado pelos escravos, e isso era muito penoso porque a cidade não contava com abastecimento de água nem dispunha de rede de esgotos. Cf. CABRAL, *Chácaras e Sobrados*, p. 32 e *Juízes de Fora*, p. 23.

(12) Ver também os dados citados em parágrafos anteriores. Quanto a BRITO: "os mulatos são dotados de muita habilidade e viveza" e, da mesma forma, são "geralmente inclinados a toda a qualidade de indústria". *Op. cit.*, pág. 75.

(13) Sôbre essas racionalizações ver ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, *op. cit.*, cap. II.

(14) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pág. 165.

(15) Quanto à ociosidade: "Acostumados a relegar ao braço escravo toda a sorte de serviço manual, os mais aquinhoados de então, olhavam para o trabalho, do qual dependesse o menor es-

fôrço material, como ocupação bastarda e humilhante”, diz JACINTHO MATTOS citado in Cabral, Santa Catharina, p. 96, referindo-se aos açorianos. Cabral, no mesmo texto, concorda com a opinião e acrescenta: “Os menos aquinhoados, certamente, seguiam o exemplo dos outros, pois, homens livres, não se queriam humilhar trabalhando como qualquer escravo”. Saint-Hilaire, em texto citado por nós, refere-se também à indolência dos lavradores. D. Pernetty, também em texto já citado, afiança que os homens e as mulheres brancos deixavam o trabalho para os escravos e viviam em grande ociosidade. Apesar dos exagêros do abade e das contradições do naturalista (que noutro texto também citado por nós dizia que os lavradores brancos não consideravam deshonra trabalhar com as próprias mãos), êstes testemunhos mostram que a ociosidade, se não era real, deveria ser almejada pelos brancos. Há ainda a êsse respeito o depoimento de Aubé já citado. E, indiretamente, a descrição feita por Cabral sôbre a “vida social” dos habitantes da cidade no seu *Destêrro — Chácaras e Sobrados*, pressupõe a disposição de tempo ocioso pelos habitantes abastados de Destêrro, à medida que isso é possível na vida urbana. Também, como mostramos atrás, a obstinação dos agricultores arruinados e dos pescadores pobres em não procurar certos tipos de ocupação, indica uma concepção algo estamental de trabalho: haveria o trabalho que honra e o que degrada o homem. Langsdorff notara que os habitantes mais ricos de Destêrro consideravam como adôrno trazer as unhas compridas, sobretudo as do polegar, visto que isso, como na Índia, era signo de fortuna e simbolizava a desnecessidade do trabalho manual para o próprio sustento. Veja-se a êsse respeito Alfredo de Carvalho, “Uma visita à Santa Catharina em 1803-1804”, *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina*, vol. IV, 1905, Florianópolis, pg. 20.

Quanto aos efeitos dessa ociosidade ver especialmente CABRAL, *Santa Catharina*, pg. 96 e anteriores.

(16) Ver as Posturas de 1831, registrado no Livro de Posturas P.M.F., n.º 540.

(17) Se parte dessa afirmação é inferida das condições de contacto social vigentes numa comunidade do tipo de Destêrro, a extensão aos negros e mulatos livres dos padrões de rejeição social vigentes para o escravo, bem como o contrôle e a reacção imediata da comunidade às tentativas de quebra dêsses padrões pode ser exemplificada amplamente, como faremos a seguir.

(18) Publicada no jornal *Nôvo Iris* de 13-10-1857. Essa restrição era estabelecida pelos estatutos da “sociedade de bailes” União Catharinense.

(19) Cf. *O Mensageiro*, de 22-2-1857.

(20) Segundo as Posturas de 1831.

(21) *Idem*. Os brancos ou pretos que cedessem suas casas para êstes ajuntamentos teriam 15 dias de prisão e 10\$000 de multa. Isso nos leva a crer que havia brancos dados "à feitiçaria".

(22) Postura Municipal de 1831.

(23) Veja-se o aviso da Chefatura de Polícia publicado no *O Argos* de 28-11-1856: "Sendo prohibido os ajuntamentos de escravos nos Armazens, Tabernas e em outros quaisquer lugares que costumam reunir-se, a Policia tem ordens terminantes para fazer dispersar os escravos, que em qualquer hora do dia ou da noite forem encontrados em tais ajuntamentos, prendendo aos que deixarem de submeter-se imediatamente às advertências da policia."

(24) Tudo isso de acôrdo com as Posturas de 1831. Que tais ditames foram obedecidos atesta o pagamento de multas pelos senhores de escravos que permaneciam na rua além do prazo estipulado. Veja-se, p. ex., o L.º VI, n.º 503 (correspondência) da P.M.F., que mostra que em 3-1-1840 nove senhores haviam sido multados porque seus escravos permaneceram na rua depois do toque de recolher. Veja-se, também, officio da Câmara ao Presidente da Província pedindo que se designasse uma patrulha para uma fonte, "desde o anoitecer até o toque do sino", para "evitar os ajuntamentos, assoadas e atos imorais de escravos", in L.º de Correspondência, n.º 558, P.M.F.

(25) "Não conheceu a terra catharinense a sociedade colonial que viveu noutras paragens o senhor de engenho abastado e poderoso, as senzalas repletas de escravos, a mestiçagem palpitante em redor" escreveu CABRAL em *Santa Catharina*, pág. 112.

(26) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, p. 147.

(27) IDEM, *idem*. Note-se que no início do século XVIII, segundo levantamentos feitos nos arquivos da Matriz de N. S. do Destêrro pelo dr. Jacintho Mattos, a incidência do casamento de escravos era bem maior. Veja-se JACINTHO MATTOS, "Material Histórico", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. VII, 1.º trimestre, Florianópolis, 1918, p. 67.

(28) *Relatório apresentado à Assemblêa Legislativa da Província de Santa Catharina*, na 1.ª sessão de sua 26.ª Legislatura pelo presidente Dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886, Destêrro, 1886.

(29) Em officio da Câmara, datado de 9-4-1831, ao presidente.

(30) Cit. extraída do resumo comentado do relato de Langsdorff feito por ALFREDO DE CARVALHO, *op. cit.*, p. 12.

(31) As tabernas em Destêrro eram os locais onde êstes “desregramentos” se expandiam regularmente. Veja-se o que dizia o jornal *A Estrella* de 26-6-1861. “Em cidade alguma do Imperio haverá decerto tantas tabernas como nessa nossa, em que parece haver uma taberna para dez casas. Que negocio fazem muitas destas tabernas é um mistério; mas o fato é que a maior parte delas são focos de corrupção, em que os escravos e ociosos constituem seu *rendez-vous*”.

(32) Veja-se a descrição de um leilão judicial n’O *Despertador* de 23-10-1863. Note-se que nessa época tais deshumanidades feriam já a consciência moral da comunidade. No caso vertente apareceram pessoas que se responsabilizaram pela dívida do senhor que oferecera seus escravos como garantia, impedindo assim que se consumasse a separação de mães e filhos.

O *Mensageiro* de 31-7-1857 noticia também a piedade manifestada por um branco com relação a uma escrava que lhe fôra vendida em leilão juntamente com 2 filhos, tendo sido outros dois vendidos a outro senhor e mais 2 continuavam à venda. O comprador da escrava, condoído, obteve por compra os outros quatro filhos, de forma a juntá-los à sua mãe. Com relação à significação dêsses gestos ver adiante.

(33) O *Conservador*, de 20-12-1873.

(34) ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, *op. cit.*, p. 85.

(35) O *Argos* de 15-5-1862.

(36) A *Sentinel do Mercado*, 10-4-1873. Num officio da Presidência da Província à Câmara, em 6-3-1830, pedia-se providências contra o espancamento de escravos particulares por atravessadores. L.º 583 de P.M.F.

(37) O *Argos*, 19-4-1860.

(38) O *Argos*, 29-9-1857.

(39) Veja-se a crônica de O *Argos* de 18-8-1857 a respeito do suicídio de uma escrava que demonstra a falta de correspondência às expectativas dos escravos tanto pelos senhores quanto pelas instituições reguladoras da ordem social. O mesmo exemplo demonstra o mecanismo de contrôle social operando sob a forma de violência, e a solidariedade vigente entre proprietários de escravos: comentando o aparecimento na praia do cadáver de uma creoula, diz o jornal: — “Consta-nos que esta malfadada vítima do próprio delírio, da desesperação ou talvez da deshumanidade de alguém, dias antes recorrera ao *prestimoso* delegado, implorando a sua valiosa interferência para obter de seus senhores escrito de venda. Coitadal A infeliz persuadia-se de que no civilizado Império onde

se trafica com carne humana haveria alguma lei, que desse ao escravo liberdade na escôlha do senhor, ou pelo menos o puzesse ao abrigo de tôda a vendita, quando aquêle chegasse à presença da autoridade a queixar-se dêste. Ignoramos o ocorrido entre o prestimoso delegado e o snr. Coimbra (proprietário da escrava). Dizem-nos porém que Teodora fôra para a Cadeia, sofrera castigo, e voltando à casa havia-se-lhe cortado o cabelo. Sabem todos quanto as nossas crias apreciam êste adôrno que parece às vêzes fazer-lhes esquecer o cativo. Priva-las violentamente dêles é ferir-lhes o coração (...)"

(40) Veja-se a êsse respeito o officio, não datado, de 1817, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, juiz de fôra, a d. Luiz Maurício da Silveira, governador. L.º de Palácio 2019.

(41) "No dia 3 deu-se um fato desagradável que não devo deixar passar despercebido. Um escravo do snr. A. L. Cabral (que passa por ser novo e mal iniciado em nossa língua e costumes . . .) pediu ao mesmo um bilhete (bill) para procurar outro senhor, e tendo-lhe êste sido dado, fez as precisas diligências, sem achar quem o quizesse comprar, em razão do preço estipulado. À vista disso, o *pretinho*, que não é para brincadeiras, dirigiu-se mui lampeiramente ao senhor, e com a maior ousadia, exigiu que abaixasse o preço; ao que, negando-lhe aquelle, foi desatendido pelo escravo; e querendo-o castigar, arrancou o africano duma faquinha de dois palmos e meio, tentou ferir ao senhor que felizmente poude suste-lo, appezar de ficar ofendido nas mãos, enquanto acudiam os vizinhos em seu socôrro. O preto foi imediatamente recolhido à casa do pouco pão". *O Mensageiro*, 17-10-1855. Southey, *op. cit.*, pág. 861, refere também que os negros tratados deshumanamente, às vêzes, "Cock for themselves that vengeance wich the laws denied them".

(42) ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, *op. cit.*, p. 88.

(43) Sôbre isso ver officio de 11-8-1865 da Câmara ao Presidente da Província, in L.º Registro de Correspondencia de 1861 — 72, P.M.F.

(44) Ver *O Argos* de 22-10-1861.

(45) *Idem*, de 13-8-1859.

(46) *O Mensageiro* de 6-2-1857. Diz o jornal que *O Argos* defendeu a absolvição dessa senhora.

(47) Poderíamos multiplicar as citações de casos de violência acima do comum. Limitamo-nos a êsses por desnecessária e fastidiosa a repetição. Na primeira metade do século havia pelas ruas do Destêrro escravos "acorrentados e com ferros no pescoço". Ver L.º Documentos da P.M.F. n.º 221 e também L.º 583 da C.M.F.

(48) A esse respeito ver também o caso citado à página 273 onde transparece a atitude do delegado diante dos reclamos de uma escrava contra seu proprietário.

(49) Fizemos o levantamento dos editoriais e artigos aparecidos nos principais jornais de Destêrro (*A Regeneração*, *Conservador*, e alguns números de *Abolicionista* — órgão dos tipógrafos de *A Regeneração* —) quando dos debates que precederam a promulgação das leis sobre o *estado servil* na década de 1880. Verifica-se, por êstes editoriais, que a argumentação utilizada na defesa ou na crítica às leis abolicionistas é a mesma que apareceu nos jornais do Rio de Janeiro. É frequente mesmo a transcrição de editoriais daquêles jornais, bem como de notícias veiculadas por êles sobre a marcha da Abolição.

(50) TAUNAY sempre defendera a necessidade da imigração. Convencido de que a escravidão era um obstáculo para a imigração, não teve dúvidas em apoiar, coerente com seus ideais, o projeto apresentado à Câmara pelo líder da facção politicamente contrária à sua. Essa atitude custou-lhe uma derrota nas eleições subsequentes em Santa Catarina.

(51) Pelo menos não nos foi possível localizar na documentação disponível elementos que nos fizessem supor o contrário. A pequena participação relativa de indivíduos negros no movimento abolicionista e a inexistência de críticas mais profundas à escravidão por parte do grupo negro podem ser explicadas pela própria posição do negro na estrutura sócio-econômica da cidade e pela inexistência de canais de ascensão social do negro, o que impedia o desenvolvimento de uma consciência realística da situação.

(52) As fontes não mencionam nada de semelhante a um fluxo de negros do campo para a cidade.

(53) Sobre as consequências do processo de ascensão social e de aceitação do mulato claro no grupo branco em São Paulo, ver Bastide e Fernandes, *op. cit.*, págs. 94-97. Sobre as condições desfavoráveis a esse processo em Destêrro, ver a discussão acima sobre o contrôle da pureza racial numa comunidade relativamente pequena.

(54) SAINT-HILAIRE, *op. cit.*, pág. 201.

(55) Houve tentativas de criação de um núcleo da *Frente Negra Brasileira* em Florianópolis. Duas ou três pessoas interessaram-se pelo problema, mas logo perderam o *élan*, por causa da apatia do grupo negro local em face de realizações deste tipo.

(56) A comprovação empírica dessas afirmações, bem como a análise sociológica dessas atitudes, será feita na 2.^a parte deste trabalho.

(57) Não discutiremos no presente trabalho tôdas as implicações dessa hipótese. Como explicamos na *Introdução*, êsse trabalho faz parte de um plano mais vasto que está sendo realizado por parte do pessoal da cadeira de Sociologia I da Fac. de Filosofia da Universidade de São Paulo: pelo professor Florestan Fernandes e pelos autores dessa monografia. Depois de completadas as pesquisas em curso sôbre as relações raciais noutras comunidades do Brasil Meridional e realizadas as respectivas monografias, pretendemos discutir as implicações gerais das pesquisas realizadas e então disporemos de material suficiente para analisar esta hipótese.

(58) É verdade, contudo, que em Santa Catarina a campanha abolicionista foi motivo para manter as disputas políticas dos partidos locais. Os jornais manifestavam-se com maior ou menor radicalismo, mas nunca deixavam de apontar no adversário político o verdadeiro causador dos males do país. O humanitarismo do adversário era sempre encarado como falso e pernicioso.

(59) Não poderíamos discutir isso aqui. Pretendemos ressaltar noutro trabalho o papel que a burocracia portuguesa e a burocracia imperial exerceram no desenvolvimento de um "estilo de vida" uniforme no sul do País, difundindo as maneiras de pensar, sentir e agir dos centros de civilização do Império. O papel dessa burocracia em Destêrro foi enorme, como os próprios dados apresentados nesse trabalho indicam.

(60) Ver BASTIDE e FERNANDES, *op. cit.*, pág. 91.

(61) IDEM, p. 90.

(62) IDEM, *idem*.

(63) Ver, IDEM, *ibidem*.

(64) IDEM, pág. 71.

Capítulo III

(1) Na linguagem corrente na comunidade a expressão *morro* tem o sentido de *favela*, como no Rio de Janeiro, ou de *vila de malocas*, como em Pôrto Alegre.

(2) O Estreito é um aglomerado urbano que se encontra na costa do Continente, em frente de Florianópolis. Até o ano de 1943, pertencia a municípios separados. Nessa data o Estreito

passou a fazer parte do município de Florianópolis. Apesar do desenvolvimento histórico-social de ambos ser diverso e independente, e a despeito da separação geográfica (estão ligadas por uma ponte, conforme se vê no mapa 1), caminham para uma relativa integração econômico-social. Por isso a nossa investigação compreende os dois núcleos. Para simplificar nossa exposição, contudo, convencionamos que Florianópolis compreende ambos.

(3) WILMAR DIAS, "Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana", in *Boletim Geográfico*, do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, Florianópolis, julho de 1947, n.º 2, pág. 40.

(4) IDEM, págs. 40-45.

(5) Grifado por nós.

(6) IDEM.

(7) IDEM, pág. 45.

(8) As condições em que realizamos a pesquisa não nos permitiam situar rigorosamente as famílias dos estudantes nas respectivas classes sociais, já que não podíamos obter tôdas as informações necessárias através do questionário. Como ponto de referência para uma classificação servimo-nos das indicações fornecidas a respeito da profissão dos pais.

(9) Todos os dados numéricos apresentados nas tabelas que se encontram neste trabalho exprimem freqüências percentuais.

(10) GILBERTO FREYRE, *Casa Grande & Senzala*, 7.ª edição, Rio de Janeiro, 1952, 2.º volume; ANTONIO CANDIDO, "The Brazilian Family", in *Brazil, Portrait of Half a Continent*, por T. Lynn Smith e Alexander Marchant (editores), New York, 1951, págs. 291-312. Cf. a análise de Fernando Henrique Cardoso, "O Negro na Evolução Sócio-econômica de Florianópolis".

(11) Por exemplo, BRUNO BETTELHEIM and MORRIS JANOWITZ, *Dynamics of Prejudice*, New York, 1950, cap. IV.

(12) Veja-se tabela IX, no Apêndice 1. Sòmente nos clubes de futebol a rejeição é menos intensa que na escola.

(13) Instituto de Educação e Colégio Estadual Dias Velho.

(14) Colégio Coração de Jesus.

(15) Colégio Catarinense.

(16) Dadas as condições da pesquisa projetada para Florianópolis, não foi possível incluir na investigação uma coleta dos dados referentes aos chamados grupos coloniais (grupos de imigrantes que fundaram colônias nos Estados do sul, ou seus descendentes), particularmente o alemão, que é mais numeroso nessa comunidade.

(17) Veja-se ROGER BASTIDE e FLORESTAN FERNANDES, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, Editora Anhembi, São Paulo, 1955, págs. 72-74, onde êsse problema é analisado para o caso de São Paulo. Também ANTONIO CANDIDO, "The Brazilian Family", in *Brazil, Portrait of Half a Continent*, por T. Lynn Smith e Alexander Marchant (editores), New York, 1951, págs. 291-312.

(18) Veja-se a interpretação psicanáltica dêsse fenômeno em "Introdução ao Estudo de alguns Complexos Afro-Brasileiros", de ROGER BASTIDE, in *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, maio-junho de 1943, vol. XC, págs. 33-44.

(19) Entendemos *segregação* como uma das formas de manifestação do preconceito racial.

Capítulo IV

(1) HARTLEY, E. L. and R. E. HARTLEY, *Fundamentals of Social Psychology*, 1952, citado por Otto Klineberg, in *Social Psychology* revised edition, New York, 1954, pág. 525.

(2) Veja-se item 6, em Apêndice 2.

(3) Veja-se item 7, em Apêndice 2.

(4) Clube de brancos*da classe alta.

(5) Já nos referimos a um menor negro que é mascote num hotel.

(6) O material empírico disponível não nos permite acompanhar, do passado ao presente, a evolução das funções dos estereótipos, elaborados no período escravocrata.

(7) Conforme HANS GERTH and C. WRIGHT MILLS, "Symbols provide the person with a frame of reference for his experience, and this frame of reference is not only "social" in general, it may be definitely related to the operations of specific institutions". In *Character and Social Structure*, London, 1954, pág. 274.

(8) O samba brasileiro, antes de ser incorporado pelas camadas elevadas das populações urbanas, era considerado uma dança de procedência inferior e evitado como tal, por essas camadas.

(9) Veja-se, no Apêndice 1 essa e outras tabelas mencionadas neste trabalho.

Capítulo V

(1) Veja-se uma discussão teórica deste problema em HANS GERTH and C. WRIGHT MILLS, *op. cit.*, pág. 11, onde esses autores afirmam o seguinte: "What we think of ourselves is decisively influenced by what others think of us. Their attitudes of approval and of disapproval guide us in learning to play the roles we are assigned or which we assume. By internalizing these attitudes of others toward us and our conduct we not only gain new roles, but in time an image of our selves".

(2) Conforme o capítulo IV e também tabela I, do Apêndice 1.

(3) Incluímos no questionário (Apêndice 2), um item especial para registrar críticas, comentários e complementos ao questionário todo, a perguntas ou respostas dadas. Com isto obtivemos depoimentos úteis à discussão dos problemas pesquisados, além de outros levantados pelos próprios informantes, como neste caso.

Apêndice 1

(1) Os dados de todas as tabelas que se seguem estão apresentados em frequências percentuais.

RELAÇÃO DOS TRABALHOS REFERIDOS NO TEXTO

- AIRES DE CASAL, *Corographia Brasilica*, Instituto Nacional do Livro, coleção de obras raras, edição fac-simile da de 1817, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1947.
- ALBUQUERQUE LACERDA, Adolpho Cavalcanti de Barros, *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina na sessão ordinária de 11 de junho pelo Presidente Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda no anno de 1866*, Desterro, 1866.
- ALLPORT, Gordon W., *The Nature of Prejudice*, The Beacon Press, Boston, 1954.
- ANTÔNIO CÂNDIDO, "The Brazilian Family", in T. L. Smith e A. Marchand, editores, *Brazil, Portrait of Half a Continent*, The Dryden Press, New York, 1950.
- ALMEIDA COELHO, Manuel Joaquim d', *Memoria Histórica da Província de Santa Catharina*, Typ. de J. J. Lopes, Desterro, 2.^a edição, 1877.
- ALMEIDA MAGALHÃES, J. P., *A Teoria Moderna do Crescimento Económico e o Problema do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, 1954.
- ALMEIDA OLIVEIRA, Antonio, *Falla com que o exmo. snr. Doutor Antonio de Almeida Oliveira abriu a sessão extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catharina em 2 de junho de 1880*, Cidade do Desterro, 1880.
- AMORIM DO VALLE, Severo, *Falla que o Exmo. 3.º vice-presidente da província de Santa Catharina o doutor Severo Amorim do Valle,*

dirigio à Assembleia Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária, em o 1.º de Março de 1849, Cidade do Desterro, 1849.

- ARAÚJO BRUSQUE, Francisco Carlos, *Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina, Francisco Carlos de Araujo Brusque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1.ª sessão da 10.ª legislatura (1-4-1860)*, Rio de Janeiro, 1860.
- AUBÉ, Leonce, *La Province de Sainte Catherine et la Colonization au Brésil*, Impremmerie Française de Frédéric Alfredson, Rio de Janeiro, 1861.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert, *Viagem pelo sul do Brasil no anno de 1858*, tradução da edição de Leipzig de 1859, feita pelo Instituto Nacional do Livro, coleção de obras raras, Rio de Janeiro, 1953.
- AZEVEDO, Thales de, *Comportamento Verbal e Efetivo para com os pretos na Bahia*, separata dos arquivos da Universidade da Bahia, Faculdade de Filosofia, vol. VI, 1955, Bahia, 1956.
- BASTIDE, ROGER, e FERNANDES, FLORESTAN. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, Editora Anhembi, São Paulo, 1955.
- BASTIDE, Roger, "Introdução ao Estudo de alguns Complexos Afro-Brasileiros" *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, maio-junho de 1943, vol. XC; "Stereotypes et Prejuge de Couleur", *Sociologia*, São Paulo, maio, 1956, vol. XVIII, n.º 2.
- BETTELHEIM, Bruno e YANOWITZ, Morris, *Dynamics of Prejudice*, Harper & Brothers, N. York, 1950.
- BOITEUX, Lucas Alexandre, *Notas para a Historia Catharinense*, Typ. a vapor da Livraria Moderna, Florianópolis, s/d/p; "A pesca da Baleia", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. III, 1.º e 2.º trimestres; Florianópolis, 1914.
- BORGES FORTES, João, *Casaís*, ed. comemorativa do centenário Farroupilha, Porto Alegre, 1932.
- CABRAL, Oswaldo R., *Os Açorianos*, s/c/p/, Florianópolis, 1951; *Os Juizes de Fora*, s/c/p/, s/l/p/, 1950; *Santa Catharina (História-Evolução)*, vol. 80 da Coleção Brasileira, Companhia Editora

Nacional, São Paulo, 1937; "Nossa Senhora do Desterro, Casas-Sobrados-Chácaras", separata da revista *Douro-Litoral*, n.º II-III, sexta série, Tipografia da Livraria Simões Lopes, Porto, s/d/p.

- CARDOSO, Fernando Henrique, MOREIRA, Renato J., e IANNI, Octavio, *O estudo sociológico das relações entre negros e brancos no Brasil Meridional*, comunicação apresentada à II Reunião Brasileira de Antropologia, Salvador, 1955.
- CARVALHO, Alceu, "A população de Santa Catarina segundo a côr", in *Análise de Resultados do Censo Demográfico*, Serviço Nacional de Recenseamento, Gabinete Técnico, n.º 236, Rio de Janeiro.
- CARVALHO, Alfredo de, "Uma visita à Santa Catharina em 1803-1804", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. IV, Florianópolis, 1915.
- CARNEIRO, Fernando, *Imigração e Colonização no Brasil*, Publicação Avulsa n.º 2, cadeira de Geografia do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1950.
- COPELAND, Lewis C., "The Negro as a Contrast Conception", in Edgard T. Thompson (ed.), *Race Relations and the Race Problem*, Dunham, 1939.
- COSTA PINTO, L. A. da, *O negro no Rio de Janeiro*, Coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1953.
- COUTINHO, João José, *Falla que o Presidente da Provincia o Exmo. Snr. dr. João José Coutinho dirigio à Assemblea Legislativa da mesma Provincia por ocasião da Abertura de sua Sessão ordinária em o 1.º de Março de 1851*, Desterro, 1851; também, *Fallas*, com títulos semelhantes, respectivamente, para os anos de 1852, 1853, 1854, 1855, 1856, 1857 e 1858, tôdas publicadas em Desterro no mesmo ano em que foram proferidas.
- DIAS, Wilmar, "Florianópolis, Ensaio de Geografia Urbana", *Boletim Geográfico*, Departamento Estadual de Geografia e Cartografia, Florianópolis, julho de 1947.
- FERNANDES, Florestan, *O Preconceito racial em São Paulo*, Publicação do Instituto de Administração da Faculdade de Ciências

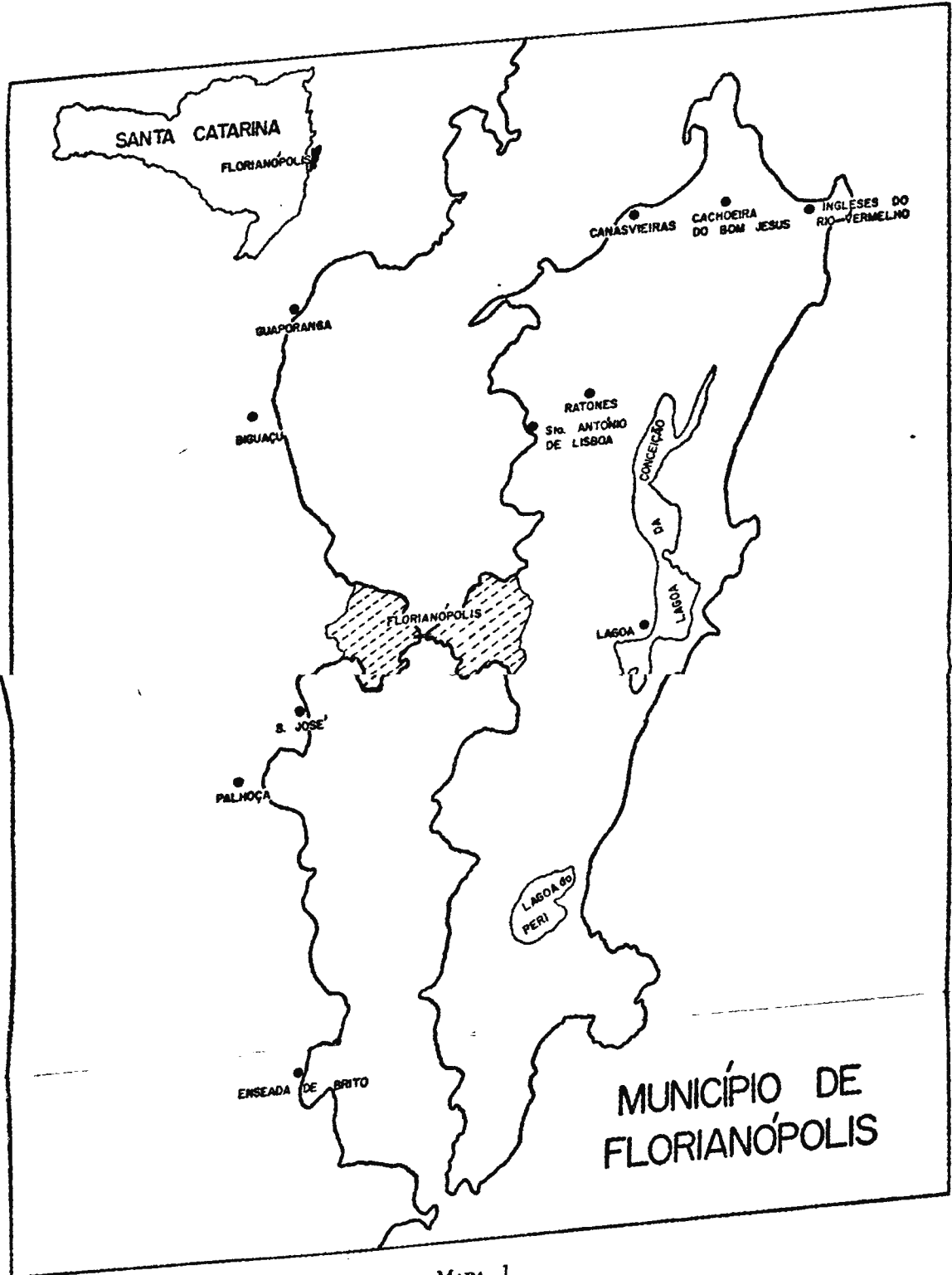
Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.

- FERNANDES PINHEIRO, José Feliciano (Visconde de São Leopoldo), *Anais da Província de São Pedro*, 3.º edição, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946 (edição à base da 2.ª edição, de 1839).
- FERREIRA DE BRITO, Antero Jozé (marechal), *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina dirigio à Assembleia Legislativa da mesma Província na abertura de sua sessão ordinária em o 1.º de Março de 1841*, Desterro, 1841; *idem* para 1842.
- FRÉZIER, M., *Relation du Voyage de la mer du Sud aux côtes du Chili, du Perou, et du Brésil, fait pendant les années 1712, 1713, & 1714*, par M. Frézier, Ingénieur Ordinaire du Roi, s/c/p, Paris, MDCCXVI.
- FONSECA GALVÃO, Manoel do Nascimento, *Relatório apresentado pelo segundo vice-presidente da Província de Santa Catharina ao terceiro vice-presidente, exmo. snr. doutor Ignácio Accioli de Almeida, por ocasião de passar-lhe a administração do mesmo em 27 de janeiro de 1873*, Desterro, 1873.
- GERTH, Hans, e MILLS, C. Wright. *Character and Social Structure*, Routledge and Kegan Paul, London, 1954.
- JOHNSON, Charles S., *Patterns of Negro Segregation*, Harper & Brothers, New York, 1943.
- JUVENAL, Ildefonso, *Contos de Natal*, s/c/p/, Florianópolis, 2.ª ed., 1952.
- KLINEBERG, Otto, *Social Psychology*, Henry Holt & Company, New York, 1954.
- LANGSDORF, G. H., "Voyages and Travels", tradução fragmentária publicada na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catharina*, vol. III, Typographia da Escola de Artífices, Florianópolis, 1915.
- LEDE, Charles van, *De la Colonization au Brésil, Mémoire historique, descriptif, statistique, et commercial sur la Province de Sainte-Catherine, formant le deuxième rapport a la société belge-brésilienne de colonization; contenant la Constitutions du Brésil, sa situation financière, etc.*, Bruxelles, 1843.

- LUCCOCK, John, *Notas sôbre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil, tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818*, tradução de Milton da Silva Rodrigues, Biblioteca Histórica Brasileira, Livraria Martins Editora, 2.ª edição, 1951.
- MATTOS, Jacintho, "Material Histórico", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. VII, 1.º trimestre, Estado de Santa Catharina, Florianópolis, 1918.
- MAWE, John, *Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that country*, Longman, London, 1812.
- MELLO E ALVIM, Miguel de Souza, "A pesca da Baleia em Santa Catharina, memoria sôbre a maneira de poder a nação tirar o maior interesse para os Cofres Nacionais, recursos para o Serviço da Marinha de Guerra, e vantagem para a Prosperidade Publica das Armaçoens da Pescaria das Baleias, existentes na Provincia de Santa Catharina", *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico de Santa Catharina*, vol. III, Florianópolis, 1914.
- MIGUEL DE BRITO, Paulo Joze, *Memoria Política sobre a Capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816?*, reimpressão da edição de Lisboa, de 1829, Sociedade Literaria Biblioteca Catharinense, Livraria Central, Florianópolis, 1932.
- MYRDAL, Gunnar, *An American Dilemma*, Harper and Brothers, New York, 1944.
- NASCIMENTO GALVÃO, Manoel do, *Relatório apresentado pelo segundo vice-presidente da Provincia de Santa Catharina, exmo. snr. doutor Manoel do Nascimento Galvão ao terceiro vice-presidente, exmo. snr. doutor Ignacio Accioli de Almeida, por occasião de passar-lhe a administração da mesma em 27 de janeiro de 1873*, Desterro, 1873.
- OLIVEIRA, Francisco José d' (comendador), *Relatório do Vice-presidente da Provincia de Santa Catharina, o Comendador Francisco José d'Oliveira, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na 1.ª sessão da 12.ª Legislatura, 1864*, Desterro, 1864.
- PARANAGUÁ, José Lustosa da Cunha, *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Provincia de Santa Catharina em 1885*, Desterro, 1885.

- PARDAL, João Carlos, *Relatório apresentado na abertura da Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina em 1839*, Desterro, 1840.
- PELUSO, Vitor, "Mudança da Capital do Estado", *Boletim do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia*, ano I, n.º 1, janeiro de 1947.
- PEREIRA PINTO, Antonio, *Relatório com que o excellentíssimo snr. doutor Antonio Pereira Pinto entregou a presidencia da Provincia de Santa Catharina ao Exmo. Snr. doutor Severo Amorim do Valle, terceiro vice-presidente della, em 30-11-1849*, Desterro, 1849.
- PERNETTY (don), *Journal historique d'un voyage fait aux iles Malouines en 1763 et 1764, pour les reconnaître, et y former un établissement, et deux voyages au detroit de Magellan, avec une relation sur les Patagons*, E. T. de Bordeaux, Berlin, 1763, 2 vols.
- PIERSON, Donald, *Branços e Pretos na Bahia*, Companhia Editora Nacional, Coleção Brasileira, São Paulo, 1945.
- PIZARRO E ARAUJO, José da Silva Azevedo (monsenhor), *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas à Fundação do Vice-Rei do Estado do Brasil*, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1822.
- PÔRTO SEGURO (visconde de), *História Geral do Brasil, antes da sua separação e independência de Portugal*, Companhia Editora Melhoramentos, 3.ª edição, s/d/p, tomo IV, São Paulo.
- PRADO JÚNIOR, Caio, *História Econômica do Brasil*, Editora Brasiliense, 3.ª edição, São Paulo, 1953.
- ROCHA, Frederico José da, *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa da Provincia de Santa Catharina na 1.ª sessão de sua 26.ª Legislatura pelo Presidente dr. Francisco José da Rocha, em 21 de julho de 1886*, Desterro, 1886; *idem*, para a 2.ª sessão, de 11 de outubro de 1887, publicado no Rio de Janeiro, em 1888.
- SAINT-HILAIRE, Auguste, *Viagem à Provincia de Santa Catharina (1820)*, tradução e prefácio de Carlos da Costa Pereira, Vol. 58 da Coleção Brasileira, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1936.

- SOUTHEY, Robert, *History of Brazil*, Longman, London, 1810, Vol. III.
- TAUNAY, Affonso d'E., *História Geral das Bandeiras Paulistas, escrita à vista de avultada documentação inédita dos arquivos brasileiros, espanhóis e portugueses*, tomo oitavo, Imprensa Official do Estado, São Paulo, 1946; *Santa Catharina nos Annos Primeiros*, Typ. "Diário Official", São Paulo, 1931.
- WAGLEY, Charles, e colaboradores, *Races et Classes dans le Brésil Rural*, Unesco, Paris, s/d/p.
- WILLENS, Emílio, *A Aculturação dos Alemães no Brasil*, Coleção Brasiliana, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1946; *Assimilação e Populações Marginais no Brasil*, vol. 186 da Coleção Brasiliana, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1940; *Dicionário de Sociologia*, Editora Globo, Porto Alegre, 1950.
- WIRTH, Louis, *Community Life and Social Policy*, The University of Chicago Press, Chicago, 1956.
- YOUNG, Kimball, *Handbook of Social Psychology*, Routledge & Kegan Paul Ltd., London, 1953.



MAPA 1



ESTAMPAS 1 e 2 -- Aspectos das residências dos *morros*.

(Fotografias de OCTAVIO IANNI)



ESTAMPAS 3 e 4 — Membros da população infantil dos *morros*.

(Fotografias de OCTAVIO IANNI)